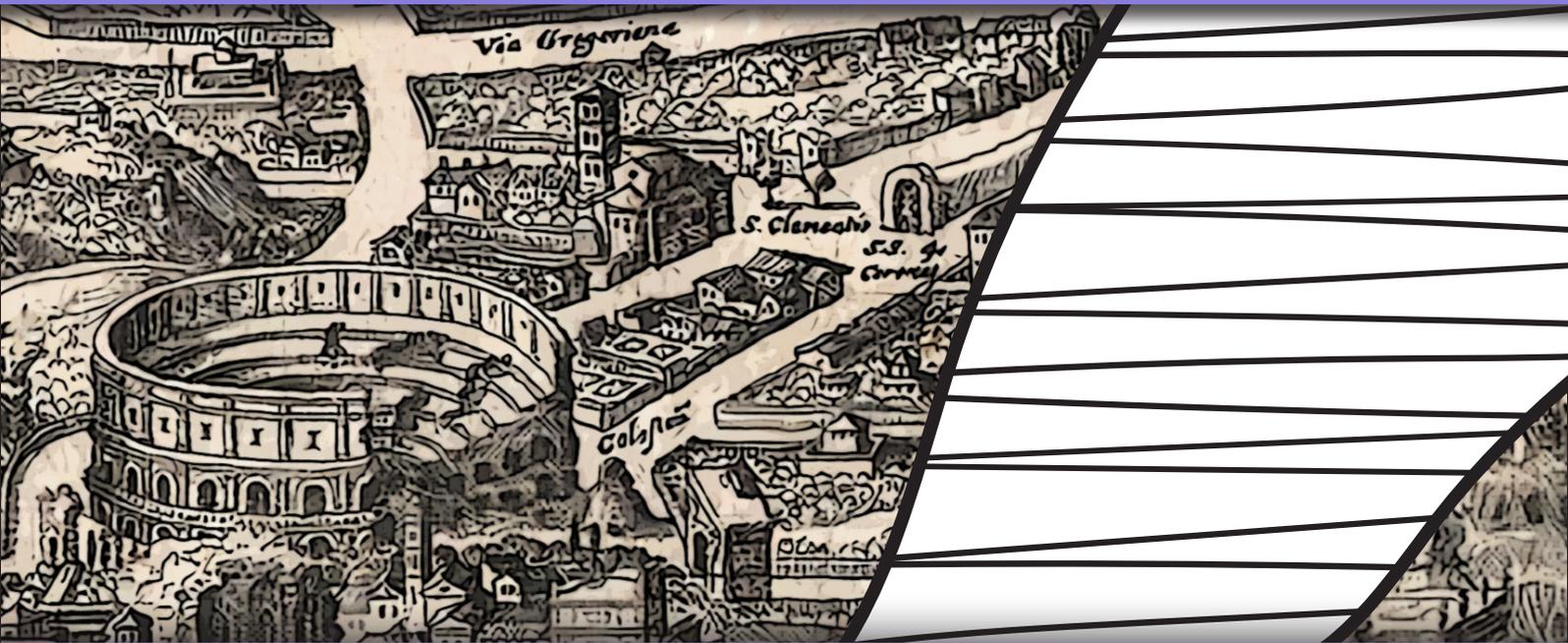


TEMÁTICA LIVRE



CADERNOS DE HISTÓRIA



CADERNOS DE HISTÓRIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães
Assessor Especial da Reitoria: José Tarcísio Amorim
Chefe de Gabinete do Reitor: Paulo Roberto de Souza
Pró-Reitores: Extensão – Wanderley Chieppe Felipe; Gestão Financeira – Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação – Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura – Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e Pós-Graduação – Sérgio de Moraes Hanriot; Recursos Humanos – Sérgio Silveira Martins; Arcos – Jorge Sundermann; Barreiro – Renato Moreira Hadad; Betim – Eugenio Batista Leite; Contagem – Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas – Iran Calixto Abrão; São Gabriel – Miguel Alonso de Gouvêa Valle; Guanhães e Serro – Ronaldo Rajão Santiago
Secretário de Comunicação: Mozahir Salomão Bruck
Secretário-Geral: Ronaldo Rajão Santiago
Secretária de Cultura e Assuntos Comunitários: Maria Beatriz Rocha Cardoso
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Carlos Barreto Ribas
Diretora do Instituto de Ciências Humanas: Carla Ferretti Santiago
Chefe do Departamento de História: Jacyra Antunes Parreira
Diretor do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica: Caio César Boschi

EDITORA PUC MINAS

Conselho Editorial: Edil Carvalho Guedes Filho; Eliane Scheid Gazire; Ev'Angela Batista Rodrigues de Barros; Flávio de Jesus Resende; Javier Alberto Vadell; Jean Richard Lopes; Leonardo César Souza Ramos; Lucas de Alvarenga Gontijo; Luciana Lemos de Azevedo; Márcia Stengel; Mariana Teixeira de Carvalho Moura Meire Chucre Tannure Martins; Mozahir Salomão Bruck; Pedro Paiva Brito; Sérgio de Moraes Hanriot
Núcleo de apoio aos periódicos (NAP): Alda Verônica G. de Miranda; Javier Alberto Vadell; Raquel Beatriz Junqueira Guimarães, Rodrigo Baroni de Carvalho; Terezinha Tabora Moreira
Diretora: Mariana Teixeira de Carvalho Moura
Capa e diagramação: Anderson Luiz Barbosa Araújo
Imagem da capa: Merian, M. A drawing or depicting of Rome in 1642

CMPH – CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PUC MINAS • Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 26, subsolo da Biblioteca Pe. Alberto Antoniazzi • 30535-901 Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4383 • E-mail: centrodememoria@pucminas.br ou cpesquisahist@pucminas.br.

EDITORA PUC MINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom Lúcio Antunes, 180, Coração Eucarístico • 30535-490 • Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil • Tel.: (31) 3319-9904 Fax: (31) 3319-9907 • E-mail: editora@pucminas.br.

ISSN-e: 2237-8871 (OJS)

CADERNOS DE HISTÓRIA

Revista do Departamento de História da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Temática Livre

Organizada por:
Sílvia Maria Amâncio Rachi Vartuli



Cadernos de História é uma publicação semestral do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e do Centro de Memória e de Pesquisa História da PUC Minas.

Conselho Editorial

Editora gerente: Sílvia Maria Amâncio Rachi Vartuli
Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues
Marcelo de Araújo Rehfeld Cedro
Júlia Calvo

Estagiário Editor

Anderson Luiz Barbosa Araújo

Conselho Consultivo Nacional

Dr. Afonso Alencastro Graça Filho (UFSJ)
Dr. Alexandre Mansur Barata (UFJF)
Dr. Amaury Carlos Ferreira (PUC Minas)
Dr.^a Ana Sílvia Volpi Scott (UNISINOS)
Dr.^a Andréa Casa Nova Maia (UFRJ)
Dr. Ângelo Alves Carrara (UFJF)
Dr. Antônio Carlos de Jucá Sampaio (UFRJ)
Dr. Antônio Torres Montenegro (UFPE)
Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Dr. Caio César Boschi (PUC Minas/U.Porto)
Dr.^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)
Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar (USP)
Dr.^a Claudia Wasserman (UFRGS)
Dr. Christian Edward Cyril Lynch (UERJ/FCRB)
Dr. Douglas Cole Libby (UFMG)
Dr. Ilmar Rohloff de Mattos (PUC Rio)
Dr. João Adolfo Hansen (USP)
Dr. João Antônio de Paula (UFMG)
Dr. João Feres Júnior (UERJ)
Dr.^a Liana Maria Reis (PUC Minas)
Dr.^a Luciana Teixeira de Andrade, (PUC Minas)
Dr.^a Lucília de Almeida Neves Delgado (UNB)
Dr. Luiz Claudio Duarte (UFF)
Dr. Marco Antônio da Silveira (USCS)

Revisão

Ev' Ângela Batista Rodrigues de Barros
Gabriela Fernandes Cunha
Isys Lima Moura
João Vitor Moreira
Paula Woyames Costa Leite

Dr.^a Maria Angelica Zubarán (ULBRA)
Dr.^a Maria Celina Soares D'Araújo (PUC Rio)
Dr.^a Maria Sílvia Casagrande Bassanezi (UNICAMP)
Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho, (UFMG)
Dr.^a Marluza Marques Harres (UNISINOS)
Dr. Olavo Pereira Soares (UNIFAL)
Dr.^a Renata Rodrigues Vereza (UFF)
Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór (UFMG)
Dr. Rodrigo Patto Sá Motta, (UFMG)
Dr. Sérgio Odilon Nadalin, (UFPR)
Dr.^a Solange Pereira da Rocha, (UFPB)
Dr.^a Magda Maria Bello Almeida Neves (PUC Minas)

Conselho Consultivo Internacional

Dr. Filipe Themudo Barata, Universidade de Évora
Dr.^a Florbela Cristina Veiga Frade, Universidade Nova de Lisboa
Dr. José Manuel Santos, Universidad de Salamanca
Dr.^a Maria Marta Lobo de Araújo, Universidade do Minho
Dr.^a Teresa Maria e Sousa Nunes, Universidade de Lisboa
Dr. Zephyr Frank, Stanford University
Dr. José Maria Amado Mendes, Universidade de Coimbra / Universidade Autónoma de Lisboa
Dr.^a Claudia Damasceno Fonseca, Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales

Indexadores: Periódicos CAPES, E-Revist@s, Latindex, DOAJ, PKP, Diadorim, Icap, Sumários.org, LivRe!, REDIB, SEER, IBICT, JournalTOCs, EZB.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

C122 Cadernos de História. - v.1, n.1 (1995-). Belo Horizonte:

PUC Minas, 1995- .

Semestral

ISSN 1679-5636 (Impresso)

ISSN 2237-8871 (Eletrônico)

1. História - Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

CDU: 93(05)

Sumário

ARTIGOS

Discursos higienistas para a educação primária no Pará (1900-1912)..... 9

DARLENE DA SILVA MONTEIRO
MARIO ALLAN DA SILVA LOPES
JOSÉ ARIMATÉA G. DOS SANTOS

José Maria Alkmin: pensamento econômico, articulações políticas e atuação no Ministério da Fazenda 24

IVAN COLANGELO SALOMÃO
ARMANDO DALLA COSTA

“Os selvagens bruxos” do Araguaia Paraense: Representações discursivas missionárias na Revista Cayapós e Carajás..... 44

IDELMA SANTIAGO DA SILVA
MILTON PEREIRA LIMA

Grande Resenha Facit e udenismo: uma análise sobre partidarismo no gênero televisivo das mesas redondas no Brasil entre 1966 e 1967..... 61

HELICIO HERBERT NETO

A conversão ao cristianismo imposta aos judeus no reinado de Dom Manuel I de Portugal 80

MARIA REGINA T. WECKWERTH
PAULO ROMUALDO HERNANDES

Quem quer paróquia, quer templo: a igreja matriz da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Príncipe e suas irmandades leigas, Comarca do Serro do Frio, Minas Gerais, 1713-1821..... 98

DANILO ARNALDO BRISKIEVICZ

História oral como metodologia no estudo de culturas de origem africanas: a Comunidade Quilombola de Santo Antônio de Pinheiros Altos, Piranga MG..... 118

DANIELLY MEIRELES DIAS

Trabalhismo na Primeira República: um estudo de caso da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte 129

DANIELA OLIVEIRA RAMOS DOS PASSOS
RENATA GARCIA CAMPOS DUARTE

O indígena pelo olhar de Gonçalves Dias: uma representação multifacetada nas obras “Primeiros Cantos” e “Segundos Cantos” 146

EDUARDO OLIVEIRA MELO
RAIMUNDO LIMA DOS SANTOS

Conjunto Marechal Rondon: o abrigo dos excluídos da cidade de fortaleza (1972-1979)..... 162

ANGERLÂNIA BARROS

A proposta de Centros de Educação e Recreação no município de Araraquara: uma história de avanços e contradições 184

NAYANE MORENO PEREA

GÉSSICA PRISCILA RAMOS

RESENHA

A luta de africanos livres pela emancipação..... 205

THIAGO HENRIQUE SAMPAIO

Editorial

Neste número, de temática livre, conheceremos os “Discursos higienistas para a educação primária no Pará (1900-1912)”, em que os autores analisam a importância do ideário subjacente à organização e às práticas de ensino nas escolas do Pará no início do século XX. Na sequência, os autores do texto “José Maria Alkmin: pensamento econômico, articulações políticas e atuação no Ministério da Fazenda”, destacam o papel de José Maria Alkmin no cenário político e intelectual do país, analisando, ainda, sua importância na formulação de políticas econômicas no Brasil, deslindando, desse modo, aspectos cruciais de nossa história republicana. Em “Os selvagens bruxos do Araguaia Paraense: Representações discursivas missionárias na Revista Cayapós e Carajás”, somos convidados pelos autores a ler e interpretar as representações discursivas missionárias dominicanas sobre os indígenas do Araguaia Paraense, na primeira metade do século XX, conhecendo elementos fundantes e fundamentais da cultura nacional. E em “Grande Resenha Facit e udenismo: uma análise sobre partidarismo no gênero televisivo das mesas redondas no Brasil entre 1966 e 1967”, o autor nos brinda com reflexões essenciais sobre heranças udenistas e possíveis associações com a Ditadura Militar. Em “A conversão ao cristianismo imposta aos judeus no reinado de Dom Manuel I de Portugal”, deparamo-nos com estudo sobre a presença dos judeus em Portugal, e seus desdobramentos, tendo como problema central a conversão ao cristianismo imposta no governo do rei Dom Manuel I. No texto “Quem quer paróquia, quer templo: A igreja matriz da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Príncipe e suas irmandades leigas, Comarca do Serro do Frio, Minas Gerais, 1713-1821”, fazemos uma incursão no cenário colonial da América portuguesa, em que o autor analisa jeito barroco serrano de ser. E sobre a realidade mineira, encontramos o artigo “História Oral como metodologia no estudo de culturas de origem africanas: a Comunidade Quilombola de Santo Antônio de Pinheiros Altos, Piranga MG” em que a autora demonstra contribuições do uso da história oral como metodologia de pesquisa no estudo de culturas africanas. Com recorte em Belo Horizonte, os autores de “Trabalhismo na Primeira República: um estudo de caso da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte”, explicitam como predominou, entre os trabalhadores da cidade, no início do século XX, a associação e militância em busca de melhores condições de trabalho e vida pela via reformista. Sobre os indígenas, o artigo “O indígena pelo olhar de Gonçalves Dias: uma representação multifacetada nas obras Primeiros Cantos e Segundos Cantos, envolve o leitor no mundo que entrelaça literatura e história na construção da imagem sobre o indígena. No diálogo entre história e arquitetura, situa-se o trabalho “Conjunto Marechal Rondon: O abrigo dos excluídos da cidade de Fortaleza (1972- 1979)”, em que a autora a configuração social e histórica de espaços urbanos por meio das políticas habitacionais. E em “A proposta de Centros de Educação e Recreação no município de Araraquara: uma história de avanços e contradições”, as autoras nos convidam a conhecer e analisar aspectos históricos e pedagógicos da educação infantil, por meio da trajetória da educação infantil do município de Araraquara-SP, com destaque para a construção da proposta de Centros de Educação e Recreação (CER). Por fim, encerramos o número com a resenha do belo, instigante e atual livro “Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil”, de Beatriz Mamigonian, publicado pela Companhia das Letras em 2017. Desejamos a todos ótima e aprazível leitura!

Silvia Rachi
Editora Gerente

DISCURSOS HIGIENISTAS PARA A
EDUCAÇÃO PRIMÁRIA NO PARÁ
(1900-1912)

DARLENE DA SILVA MONTEIRO
Universidade do Estado do Pará
darlene.monte@hotmail.com

MARIO ALLAN DA SILVA LOPES
Universidade do Estado do Pará
m.allanlopes@gmail.com

JOSÉ ARIMATÉA G. DOS SANTOS
Universidade Federal do Pará
ari.gouveia@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar como os discursos higienistas permearam as práticas e orientaram o ensino, de forma a legitimar um padrão higienista para educação primária do Pará no período de 1900-1912. É uma pesquisa documental que analisou documentos históricos como o relatório do 4º grupo escolar (1909), o jornal Província do Pará (1910), jornal Folha do Norte (1910), mensagem do governador do estado do Pará (1897), revista A Escola (1900) e da Revista do Ensino (1911). Para dialogar com as análises, trazemos para o debate autores como Coelho (2002), Habib (2012), Foucault (1986), Mendes e Nobrega (2008), entre outros. A partir das análises das fontes entendemos que os discursos higienistas moldaram o que seria considerado ideal para as escolas. Desde as construções dos prédios escolares até a organização escolar, os discursos desses médicos e sanitaristas perpassaram por consideráveis debates educacionais no estado do Pará, construindo um modelo de educação saudável e moderno, evidenciando assim uma grande discrepância social.

Palavras-chave: Ensino primário; Higienismo; Discursos Científicos.

Recebido em 25 de agosto de 2020.

Aprovado em 12 de novembro de 2020.

HYGIENIST SPEECHES FOR
PRIMARY EDUCATION IN PARÁ
(1900-1912)

DARLENE DA SILVA MONTEIRO
Universidade do Estado do Pará
darlene.monte@hotmail.com

MARIO ALLAN DA SILVA LOPES
Universidade do Estado do Pará
m.allanlopes@gmail.com

JOSÉ ARIMATÉA G. DOS SANTOS
Universidade Federal do Pará
ari.gouveia@hotmail.com

ABSTRACT

This article aims to analyze how hygienist speeches were present in educational practices and guided teaching, in order to constitute a hygienist standard for primary education in Pará in the period between 1900-1912. It is a documentary research that analyzed historical documents such as the report of the 4th school group (1909), the newspaper *Província do Pará* (1910), newspaper *Folha do Norte* (1910), message from the governor of the state of Pará (1897), the magazines *A Escola* (1900) and *Revista do Ensino* (1911). To have a dialogue with the analyzes, we bring to the debate authors such as Coelho (2002), Habib (2012), Foucault (1986), Mendes and Nobrega (2008), among others. From the study of the sources we understand that the hygienist speeches shaped what would be considered ideal for schools. From the construction of school buildings to the school organization, the speeches of these doctors and sanitarians went through important educational debates in the state of Pará, building a healthy and modern education model, thus showing a great social difference.

Keywords: Primary education; Hygienism; Scientific Speeches.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa sobre a educação primária na primeira república paraense, na qual nos deparamos com fontes que fortificavam a imagem da educação como o berço da República, de onde nasceriam os futuros cidadãos republicanos do Pará. Sendo assim, vários foram os agentes externos que influenciavam a educação com fins de civilizar e normalizar hábitos e comportamentos da criança, desde os anos iniciais da escola. Um desses agentes eram os médicos e sanitaristas que faziam ecoar, na legislação e na imprensa destinada à educação, discursos higienistas que viriam a definir as ações escolares, as matrículas dos alunos, as práticas pedagógicas e a infraestrutura do prédio escolar.

Este trabalho pretende analisar como os discursos higienistas permearam as práticas e orientaram o ensino, de forma a legitimar um padrão higienista para educação primária do Pará no período de 1900-1912. Especificamente, detém-se em discutir as interlocuções que se estabeleciam entre os discursos higienistas produzidos por médicos e sanitaristas e o contexto das transformações sociais implantadas com o advento da República no Pará; bem como identificar as formas de circulação e apropriações desses discursos na orientação das práticas escolares da educação primária fundamental e descrever a atuação dos discursos higienistas como única forma de progresso nas orientações dos espaços escolares.

A pesquisa é do tipo documental e apoia-se na pesquisa bibliográfica para dar conta de analisar as fontes documentais coletadas. A pesquisa de natureza documental foi realizada no Arquivo Público do Estado do Pará. Lá, encontramos relatórios dos diretores dos grupos escolares e a legislação vigente.

A Biblioteca Arthur Viana (CENTUR), em Belém, tornou-se um local onde encontramos fontes inéditas, localizadas no Setor de Microfilmagem, onde foi realizada a pesquisa nos jornais Folha do Norte e Província do Pará. Além desses espaços, destacamos o Fórum Landi, instituição ligada à Universidade Federal do Pará, onde pudemos recorrer a um vasto acervo de periódicos, dentre eles, os utilizados para a constituição deste trabalho, como as edições da revista pedagógica *A Escola*.

Para este trabalho, trouxemos para análise algumas fontes, como o relatório do 4º Grupo Escolar (1909), os jornais Província do Pará (1910) e Folha do Norte (1910), Mensagem do Governador do Estado do Pará (1897), a Revista *A Escola* (1900) e a *Revista do Ensino* (1911). Para dialogar conosco, trouxemos autores como Coelho (2002), Habib (2012), Foucault (1986), Mendes e Nobrega (2008), entre outros.

A presença de discursos de higienistas na imprensa pedagógica, bem como em jornais e até em decretos e regulamentos oficiais do Estado do Pará dos anos finais do século XIX e anos iniciais do século XX, escritos por médicos, nos faz problematizar sobre quais foram as condições que favoreceram um saber cientificista vindo da Europa e que conseguiu se difundir na Amazônia, especificamente na educação no Estado do Pará.

HIGIENISMO E A REPÚBLICA NO PARÁ

A República no Pará em 1889 demarcou um período de transformações de cunho social, político, jurídico, administrativo, principalmente, nos grandes centros urbanos, como foi o caso de Belém. Os hábitos, valores e costumes da corte imperial aos poucos foram substituídos

por novos valores e ideias consideradas científicas. A cultura política e a defesa de valores nacionalistas, de liberdade e prosperidade ganhavam espaço nas aspirações de uma nova sociedade. De acordo com Farias (2013, p. 186), “os republicanos defendiam uma ideologia do ‘progresso’, na qual o regime defendido seria o princípio racional e fundamental” para a sociedade almejada.

A educação primária no Pará, no início do regime republicano, vivenciou um momento de profundas transformações em virtude do contexto republicanista em que se encontrava o estado. Tal contexto trazia questões sobre ciência, progresso e positivismo, pontos que colocavam a ciência como única forma de progresso para uma nação que se estabelecia, dando, assim, visibilidade para as produções dos ‘homens das ciências’, que eram os médicos e os sanitaristas (SANTOS, 2018).

Priore (2017, p. 21) discute que o sentimento de reorganização do espaço público brasileiro trouxe a ideia de que o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o saneamento das cidades garantiria o progresso do país. Para os republicanos, “bastava europeizar-se e adotar métodos científicos nas escolas, cidades, prisões” para se ter uma sociedade limpa, sadia, culta e civilizada.

Gondra (2005, p.2) salienta que a ordem médica produziu representações na cidade como “feia, suja, fétida, insegura, doente, negra, imoral e iletrada”. Essa realidade fez com que a ordem médica formulasse projetos de formação para o indivíduo que habitava essa cidade. Esses projetos seriam, de acordo com Gondra (2005), desenvolvidos pela escola, que iria não apenas escolarizar a sociedade, mas implementar um “prontuário” de boas condutas sociais.

De acordo com Sarges (2010), a criação de uma moral educadora se estabeleceu enquanto postura reguladora do Estado, que via, na população, o seu suporte para a concretização de ações reguladoras, implementando um controle rigoroso dos comportamentos daqueles que habitavam a capital.

Sobre essa questão, Stephanou (2011) evidencia que, nos anos finais do século XIX e nos anos iniciais do século XX, no Brasil, houve uma grande movimentação acerca de discursos que tomavam como pauta a medicina social, legitimada por aspectos científicos, moralizadores e salvacionistas. Tais aspectos fortificavam as aspirações sociais pretendidas com a República e se impuseram em meio às discussões de “Modernizar, regenerar, civilizar, dar ao povo saúde e educação” (STEPHANOU, 2011, p. 147). Nesse contexto, os médicos destacavam-se em meio às transformações sociais como “arautos” de uma mudança não apenas na educação da população, mas no espaço social.

Quanto a esse ponto, a educação tornou-se a forma propícia para a difusão da ciência por meio dos discursos desses homens, que traziam questões que ratificavam o pensamento moral e eugenista. A tônica dos discursos figurava em torno de uma educação no Pará com ênfase na pátria e no progresso do Estado, que aspirasse à civilidade mediada pelos padrões da modernidade (SANTOS, 2018).

A República, de fato, assegurou um terreno fértil para que os discursos científicos higienistas delineassem a educação paraense nos anos iniciais da República no Pará. Esses discursos tinham, entre suas propostas, reger as práticas educacionais, os conteúdos escolares, o comportamento das crianças, além de idealizarem a forma como esse ensino deveria ser organizado estruturalmente, de modo a trazer para os paraenses um novo perfil social,

precisava-se formar o “republicano paraense”, apto fisicamente e cumpridor de seus deveres pátrios.

O higienismo defendido pelos médicos apresentava base científica e, assim, além de ser um saber racional, tinha sua proposta prática “de predizer os acontecimentos e indicar meios de auxiliá-los ou impedi-los, conforme o caso”, segundo assinalam Mendes e Nóbrega (2008, p. 210). Nesse sentido, as ciências modernas, “alicerçadas no método positivo”, atuavam com previsibilidade aos fenômenos naturais, podendo, no caso das doenças, não só diagnosticá-las, como até preveni-las (MENDES; NÓBREGA, 2008, 211).

Desse modo, para um estado que pretendia formar um batalhão de cidadãos ligados, na ‘mente’ e no ‘coração’, à pátria por meio de instituições de ensino, as quais deveriam ser os locais de ensino apropriado que evitaria, em meio ao agrupamento de educando, a propagação de epidemias tão comuns entre as populações dos séculos XIX e XX (LOPES, 2018).

Na educação paraense, esses discursos ganharam força por meio dos ideais médicos propagados nos jornais e impressos pedagógicos oficiais, ligados à administração pública do estado. Com relação aos impressos pedagógicos que assumiam essa função, citamos a revista *A Escola*, que circulou no período de 1900 a 1905 e a *Revista do Ensino*, que circulou nos anos de 1911 e 1912. Essas revistas destinavam-se à orientação das práticas pedagógicas dos professores e divulgação das ações das escolas do Pará (SANTOS, 2018).

Esses impressos pedagógicos se apresentavam como ‘instâncias educativas’, e eram visualizados pelos intelectuais da época como o terreno fértil e propício para (re)produzirem discursos, teorias e pensamentos políticos. As apropriações desses discursos davam-se pela circularidade desses impressos nas escolas do Pará, onde os professores da educação paraense tinham a possibilidade de, igualmente a esses intelectuais, manifestarem-se nesses impressos (SANTOS; FRANÇA, 2020).

Esses discursos giravam em torno da valorização do espaço público em termos estruturais, da higiene social, da higiene escolar, assim como em torno das regras de boa conduta pública, comportamentos sociais, entre outros assuntos que buscavam construir uma nova concepção de homem que viesse a desenvolver os compromissos cívicos com seu Estado e sua pátria.

A imprensa educacional assumiu um importante papel frente aos debates educacionais que marcaram a sociedade paraense nas primeiras décadas do regime republicano no estado. Por meio da imprensa, foi possível compreender as concepções de ciências e educação defendidas por intelectuais, na sua maioria médicos e personalidades da administração pública do Pará, que publicavam seus artigos nesses impressos, com vistas a criar uma representação sobre sociedade e educação civilizada.

Baseados nessas concepções, os médicos viam na educação paraense o caminho para assentar a propaganda da higiene escolar como um saber necessário na Educação Primária do Pará. Esses discursos são divulgados, ou melhor, passam a aparecer como objeto, por estarem “sob as condições positivas de um feixe complexo de relações”, numa perspectiva de Foucault (1986, p. 51). Nesse caso, podemos considerar os elementos dessas relações: o uso da imprensa¹ destinada à educação para a divulgação da pedagogia higienista; a presença do governador Paes de Carvalho, chefe do Estado do Pará, que, entre suas ações políticas, buscou favorecer a implantação das novas ideias modernas na educação.

José Paes de Carvalho, durante seu mandato de 1897 a 1891 como governador do Pará,

promoveu políticas para a implantação de propostas pedagógicas modernas que incluíam, entre outras ações, as ciências como um saber privilegiado (SANTOS; ALVES, 2014; SOUSA, 2015; LOPES, 2018).

No início de seu governo, em Mensagem enviada ao Congresso em 1897, podemos ver os registros da política de educação para o estado, em que as ciências estavam evidenciadas como parâmetro de condução do ensino: “Muito há a esperar do vastíssimo plano de ensino, que vigora entre nós. Preside à sua organização elevado critério científico e técnico” (PARÁ, 1897, p. 27).

A proposta das ciências como critério de instrução foi inserida na crença de progresso do Estado por uma trajetória linear de abandono das práticas educativas baseadas nas humanidades, pelo ensino moderno, dirigida aos educandos. Esses, por sua vez, ao se apropriarem do novo saber, aplicá-lo-iam à vida, ao invés de possuírem uma coletânea de conhecimentos que consideravam não serem utilitárias ao desenvolvimento da sociedade.

Orienta-se a intervenção dos governos pelos progressos que tem feito o ensino moderno, cuja característica é proporcionar aos educandos todos os meios que os familiarizem com as verdades da ciência e seus preceitos de mais útil aplicação na existência prática. (PARÁ, 1897, p. 27).

A valorização dos preceitos científicos na educação por meio de práticas higienistas difundidas na imprensa e destinadas à educação não se apresentava como um texto isolado sem relações estabelecidas com instituições, sem movimento com o social e o econômico, sem atender normas e modos de caracterização, pelo contrário, estava na ordem do discurso, na perspectiva foucaultiana (1986). Ainda que o objeto higiene escolar, tão em voga nos anos iniciais da República no Pará, pudesse “dizer alguma coisa”, ele estava em condições de ser dito, naquele momento histórico, por se inscrever “em domínio de parentesco com outros objetos”, para que pudesse “estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação” (FOUCAULT, 1986, p.51).

CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E CIVILIZAÇÃO

O ideário republicano, nutrido pelo pensamento científico, colocava as ciências e suas práticas como capazes de aprimorar a sociedade, ao promover o progresso por meio da racionalidade e assimilação de ordenamento científico, pontos essenciais para a busca por sujeitos melhores.

Para Hofbauer (2006, p. 99), o perfil de “homem virtuoso” foi algo evidenciado nas discussões científicas ocorridas durante o século XIX, período de maior efervescência sobre a valorização das características biológicas dos indivíduos, o que, de acordo com o autor, trouxe à baila um movimento de transformações do conceito de raça em categoria científica, assim “o conceito ‘raça’ surgiria como uma nova referência conceitual possível para pensar diferenças humanas”.

Nessa ótica, essa de acordo com (HOFBAUER, 2006, p. 118) “biologização das diferenças” surgiu em virtude das lentas transformações que o homem teve na visão de si mesmo, do outro e do mundo em que vive. As aspirações religiosas de atingir o paraíso dão vazão ao desejo do alcance do sucesso terreno, ao passo que a “crença na razão, a crença na força da

natureza e a crença no progresso”, serviriam de bases para pensar o mundo e orientar os parâmetros de avaliação das diferenças humanas (HOFBAUER, 2006, p. 118). Foi em meio a esse discurso que a educação se tornou uma das principais aliadas na implementação do projeto civilizatório republicano.

De acordo com Coelho (2002), a questão do progresso atrelava-se ao modo de vida civilizada, característica básica de representação e assertiva do mundo burguês. A ideia de homem civilizado e protagonista do progresso social partia de sua própria constituição, advinda do entrelaçamento de uma cadeia polissêmica de significados, traduzidos de forma estética, pelo bem ‘vestir-se’ e pelo bem ‘portar-se’, ao mesmo tempo em que esse homem se submetia aos discursos doutrinários da ciência positiva, pensamento capaz de trazer novos rumos para a sociedade.

Na compreensão de Coelho (2002), o progresso vivenciado pela capital paraense não traduzia apenas os avanços na cultura material, mas, de alguma forma, refletia avanços nos processos de modernização da sociedade, que iam desde o aperfeiçoamento político, assim como o das instituições. Esse movimento reproduziu o ideário político francês, acentuando um processo polissêmico cultural que se espalhava por todo o país, como formas representativas de um progresso político que se solidificava sob bases positivistas, alcançando um progresso não somente político, mas moral, algo que diferenciava a República do regime político anterior.

Todo esse cenário político refletia uma certa identidade do que era ser republicano no Pará, como bem esclarece Coelho (2002, p. 18), “ser republicano, deste ponto de vista, era estar em sintonia com as pulsações aceleradas de um tempo de transformações”. Para esse autor, atrelar-se ao que vinha ocorrendo significava assumir uma postura civilizada, sendo, então, a civilização vista como parte do processo de desenvolvimento do espírito humano.

Para Elias (1994, p. 23), essa forma de ver-se “civilizado” ou “incivilizado” atrela-se ao modo como a sociedade ocidental se coloca diante de si mesma, visto que “a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha”. Sendo assim, o conceito de homem civilizado passa a refletir a imagem do modelo que lhe foi colocado como superior. No caso paraense, o modelo de educação formulada e disseminada seguia os moldes pedagógicos franceses e norte-americanos, e buscava implementar o perfil de homem que essas nações refletiam.

O anseio pelo progresso social movimentou a produção intelectual paraense desde os anos finais do século XIX. De acordo com França (2004), os intelectuais brasileiros, movidos pelas “luzes francesas”, viam na educação a saída para aperfeiçoar os homens, conquanto essa autora frise que esses intelectuais lançaram mão de uma multiplicidade de teorias para formularem seus projetos educativos, “atingir os marcos do progresso científico das sociedades modernas estaria na dependência direta da renovação cultural, da reforma do ensino e do aperfeiçoamento da instrução pública” (FRANÇA, 2004, p. 42).

Sá (2006) aponta que os discursos dos homens da ciência não foram responsáveis por inaugurar uma atividade científica no país, mas se efetivaram como uma variação nas formas e modos de se produzir ideias no país. A partir dessa análise, o que não pode deixar de ser considerado é a forma como ocorre a especialização da atividade intelectual no Pará. A produção intelectual se apresentou nos anos finais do século XIX e início do século XX como

o seguro e sensato caminho da atividade científica, e como atividade intelectual necessária para constituição do novo social no estado.

Destacamos que, desde 1897, a sociedade paraense começou a ter o seu espaço reordenado e disciplinado, sobretudo a capital Belém, que vivenciava um “embelezamento do visual da cidade” (SARGES, 2010, p.152), onde o intendente municipal Antônio Lemos passou a adotar uma política sanitaria para a cidade, com o objetivo de zelar pelo bem-estar social e cuidar do estilo de vida urbano. A proposta era garantir saneamento, saúde e uma boa estética para a capital, para isso, eram necessárias medidas para conter os maus hábitos da sociedade indisciplinada e fétida. Entre essas medidas, destaca-se o “Código de Postura”, implementado em 1900 (SARGES, 2010).

Foi em meio a esse cenário que a ciência buscou alargar suas fronteiras no âmbito educacional no Estado do Pará. O conceito e modo de vida científicos chamam a atenção da intelectualidade paraense, não é à toa que médicos, como Acylino de Leão² e Lyra Castro³, foram homens que atuaram energicamente não apenas como médicos, mas como políticos em cargos de relevo na República. Esses homens viam, na educação, um caminho promissor para difundir suas teorias. O *status* de ‘Sociedade Civilizada’ estava em jogo, a esses homens, restava-lhes cumprir a execução do projeto civilizatório para a sociedade paraense.

Na educação, os republicanistas paraenses buscaram moldar comportamentos, mudar conceitos, educar corpos e mentes capazes de assegurar uma sociedade forte, culta, moralizada e voltada para o comprometimento com sua nação. Todavia, as mudanças não foram fáceis, mais do que moldar comportamentos, a mudança de mentes e concepções foi mais difícil do que se poderia imaginar. Era necessário levar ao entendimento das crianças amazônicas a concepção do novo homem civilizado, não mais rude e sim com uma visão superior de si.

Nesse ponto, o pensamento científico foi decisivo, e muitos médicos foram os porta-vozes da ciência na educação, entre esses homens, destaca-se Acylino de Leão, médico que, ao discutir sobre a Higiene Social na edição de nº 2 da Revista do Ensino de 1911, trouxe pontos dos estudos de Charles Darwin, para defender a superioridade humana, como condicionante na obtenção de comportamentos higiênicos e cultos. Para esse médico, o homem ocupa o lugar mais alto da escala zoológica, contudo deveria fazer jus à posição evolutiva. Essa imposição à natureza exigiria novos comportamentos, formas que lhe concedessem o “*status*” de “rei da criação”. Sobre essa questão, Leão (1911, p. 17) apontava que:

2 Acylino de Leão Rodrigues (1882-1950) se posicionou como intelectual de destaque ao trazer discussões sobre a Higiene Escolar para o ensino no estado. Nascido em 17 de julho de 1882 em Macapá, território ainda incorporado ao Pará, formou-se, inicialmente, em Farmácia e, em seguida, em Medicina na cidade do Rio de Janeiro em 1908. Em busca de amadurecimento profissional, seguiu para Portugal e Franca, onde fez estágio em Paris na Clínica Necker e, somente em 1909, retornou a Belém para o exercício de sua profissão como médico. Foi professor e diretor da Faculdade de Livre Direito e da Faculdade de Medicina. Atuou ainda como médico, político, homem de letras, jornalista, parlamentar e colaborador da *Revista do Ensino* do Pará (REGO, 1986). (MEIRA, 1986. MÉDICOS DE OUTRORA NO PARÁ).

3 Germiniano de Lyra Castro (1863-1936) nasceu em Igarapé-Miri, no estado do Pará, em 1863, fez seus estudos primários em Belém e cursou Medicina em faculdades da Bahia e Rio de Janeiro, especializando-se em oftalmologia. Exerceu o ofício de médico, foi Inspetor de Higiene do Estado do Pará, diretor do Hospício de Alienados, professor da Faculdade de Livre Direito do Pará e da Faculdade de Medicina. Na carreira política, exerceu cargos como os de Conselheiro Municipal de Belém, Vice-Governador no mandato de Augusto Montenegro no Pará (1901-1904), Senador Estadual e Presidente do Senado, Deputado Federal (1918-1926). Foi Ministro da Agricultura no Governo de Washington Luiz (1926-1930), além de colaborador da revista *A Escola* (MEIRA, 1986. MÉDICOS DE OUTRORA NO PARÁ).

O selvagem volúvel como crianças, não tem ainda a tenacidade do querer, mas as raças civilizadas demonstram a sua fortaleza justamente por essa união de esforços sustentados, a que as nações fracas têm a ceder [...].

Ao mesmo passo que se desenvolve a inteligência pela cultura, e se educa a sensibilidade pelo exemplo da virtude e pelo visionamento da beleza, amestra-se à vontade pela ação.

O médico é enfático ao considerar que o homem selvagem se compara a uma criança que ainda não compreende o sentido e significado de suas ações e que, para obter a elevação de sua consciência superior, precisa ceder e lutar contra seus instintos. O pensamento desse médico aponta como, por meio da ciência, é possível apresentar às crianças uma educação higienizada, capaz de modificar não somente o corpo, mas a mente. O desenvolvimento da inteligência cultural se coloca para Leão (1911) como ponto chave da boa educação, uma mente educada é capaz de moldar o corpo do homem que se busca o homem civilizado.

Os discursos higienistas propagados por médicos nos anos iniciais da República no Pará foram responsáveis pela reestruturação da educação no estado, ditando regras para as matrículas de crianças no ensino público, normalizando comportamentos de alunos e professores quanto ao cumprimento do “asseio” pessoal, bem como ao uso do espaço escolar, entre outros assuntos.

Esses discursos assentavam-se na legislação educacional, como os Decretos de nº 625 de 1899 e nº 1190 de 1903, que estabeleciam os Regulamentos do Ensino Primário, o Relatório da Instrução Pública de 1910, como um prontuário médico, receitado ao paciente doente, que, naquele momento, requeria cuidados e um olhar atento às suas ações. O paciente, nesse caso, era a educação primária paraense, que, nos discursos desses homens, precisava ter bem mais que um caráter pedagógico, mas um caráter científico sobre as ações das crianças.

Para Stephanou (2011), os discursos sobre a educação sanitária na escola brasileira evidenciam que, nas primeiras décadas do século XX, a ciência médica se colocava na defesa de uma educação pautada nos preceitos científicos da medicina e de como esses preceitos poderiam reformular as práticas escolares para um progresso não somente da escola, mas da aprendizagem das crianças. De acordo com a autora, essa comunidade médica avaliava a educação como ‘obsoleta’ na sua organização estrutural, curricular, administrativa e pedagógica e de baixo interesse para os pequenos aprendizes.

Dessa forma, foi exatamente movido por esses pensamentos científicos que Castro (1900) iniciou suas colocações sobre a higiene escolar, temática muito em evidência na sociedade da época. Convém-nos aqui destacar que a sociedade paraense, nos anos iniciais da República, estava comprometida pela inexistência dos preceitos de higiene, essa ausência colocava em risco homens e mulheres que habitavam moradias insalubres e até mesmo as crianças que frequentavam espaços precários, onde as escolas funcionavam.

Castro (1900), ao tratar sobre padrões de higiene na estrutura e práticas pedagógicas no Pará, escreveu, em 1900, para a revista *A Escola* de nº 2, o artigo “Higiene Escolar”, em que enfatizava a importância de uma sociedade higienizada para o alcance de padrões civilizados, como condição de elevação da nação para a pátria que se estabelecia. O apontava ainda que o definhamento da sociedade escolar paraense se dava pela ausência da Educação Física nas práticas escolares, algo que enfraquecia não somente o corpo, como também o espírito pátrio do sonhado cidadão.

Os debates de Castro (1900) traduziam sua preocupação com o cuidado e com o zelo referentes ao corpo das crianças que se constituiriam os novos cidadãos da nação. Esse zelo alcançava ainda o ambiente escolar, local onde a nova estrutura de escola, defendida por ele, iria funcionar. A tese abraçada era a de que o ensino público no Pará precisava avançar, mas de forma organizada, em respeito aos padrões ditados pela ciência, prezando pelo cuidado com o corpo, espírito e espaço físico. Sobre esse cuidado e atenção em relação à escolha das casas, Castro (1900, p. 23), assim, os define:

A escola é o centro de reunião de centenas de crianças que aqui vão em busca de instrução e onde passam maior parte dos dias.

E, por conseguinte, de fácil intuição, que o primeiro cuidado do higienista deve versar sobre a construção do prédio destinado à escola.

O entendimento do espaço escolar como algo que não poderia ser organizado ou escolhido à revelia nutria-se das concepções científicas higienistas de pensar a escola, da sua construção à sua manutenção, como um lugar digno e apropriado ao desenvolvimento da alma, corpo e coração da criança, que precisava ter todo aparato moderno da civilidade, gerando, nos pequenos corações, o comprometimento cívico pátrio.

Castro (1900), no artigo “Higiene Escolar”, chamou a atenção ao destacar a situação das escolas no Brasil e na capital paraense, principalmente no que se refere às escolas do interior do estado, e que algo precisava ser feito. Sobre as escolas do interior, o médico descrevia uma realidade escolar precária, como escolas com salas de aula sem iluminação, com pouca ou sem nenhuma ventilação, espaços tomados pela umidade, entre outras carências que destoavam do progresso veiculado pela República.

Além disso, no mesmo artigo, há enunciados que enalteciam o higienismo como ciência, um saber que, entre sua abrangência, poderia indicar a localização adequada de uma instituição de ensino para uma educação efetiva, como ambiente propício à saúde coletiva: sem ruído, sem insalubridade, sem alagamentos. Em suma, situações em que a topografia do terreno não viesse a comprometer as condições de funcionamento escolar e, muito menos, seu endereço fosse próximo de atividades comerciais e industriais.

Somados aos elementos externos da escola, os materiais internos do prédio, no diagnóstico da higiene, não poderiam favorecer o acúmulo de micróbios e poeiras. A matrícula e a circulação de educandos no ambiente escolar ocorreria sob controle de exames de profissionais da saúde para que a instituição, destinada a formar o novo cidadão nos parâmetros civilizatórios e modernos no sistema Republicano, não viesse a ser um espaço de proliferação de doenças (CASTRO, 1900).

Essas ausências estruturais e físicas na educação, apontadas por Castro (1900, p. 24) em seu artigo dirigido à revista *A Escola*, comprometiam a saúde daqueles que habitavam os espaços escolares, sobretudo, a saúde das crianças. Essa situação, para esse intelectual, decorria das más construções desses espaços que, no mais, colocavam a vida das crianças que ali estudavam sob o risco de “anemias, miopias, enxaquecas etc.”.

Imbuído desse pensamento científico, o médico Acylyno de Leão, colaborador da *Revista do Ensino*, destacou, em um artigo de título “Higiene Escolar”, publicado na edição de nº 08 da *Revista do Ensino* de 1912, “o racional é estabelecer o equilíbrio entre cultura intelectual e a

cultura física, sabendo de antemão que a segunda é a base racional de toda educação” (LEÃO, 1911, p. 68).

O pensamento desse médico foi vital para a organização do projeto educacional do Pará, reproduzindo e formalizando saberes médicos e científicos para a ordem social posta pelo republicanismo no estado. Ele defendia a saúde da criança não apenas para garantir o progresso da nação, mas para a difusão de uma raça culta e de modos higiênicos. Com relação a isso o médico (LEÃO, 1911, p. 76) colocou:

Estudar as ciências, a aprender os que os outros descobriam, é realçar os limites do conhecimento humano, é que em todas as épocas, foi considerado como a mais nobre e a mais agradável das ocupações humanas ...>> A ciência torna a vida não só mais agradável, porém mais útil, e um ser racional é obrigado, por todos os motivos de interesse e de dever, a dirigir seu espírito para pesquisas que conduzam tão seguramente à virtude como à felicidade.

A fala de Acylino de Leão, ao discursar sobre a seleção natural da humanidade, movido pela teoria Darwiniana, enaltecia uma higiene não apenas física, mas social na *Revista do Ensino*, na edição de nº 02 de 1911, no artigo de título “Higiene Social”. Nesse artigo, o médico defendeu que a evolução do saber científico permeou a vida humana, fornecendo ao homem a capacidade de evoluir de um estado selvagem, da rudez do trabalho da vida para um estado de inteligência, de culto à virtude e à beleza.

A pujança do saber intelectual científico, característico do positivismo republicano, deu as bases necessárias para que os discursos médicos assentassem o conhecimento científico como um saber dominante no ensino paraense. Com relação a esse ponto, havemos de corroborar com Stephanou (2011, p. 147), quando evidencia que os médicos desse período se viam como “aqueles que detinham um saber ‘verdadeiro’ e, por isso, o direito de falar sobre os modos de cultivar uma vida saudável”. Esse saber científico se diluía entres os discursos dos médicos que atuaram na orientação da educação primária do Pará.

Diante das discussões higienistas que estavam acontecendo no cenário republicano brasileiro, as instituições educativas passaram a se preocupar com a higiene dos seus espaços, para que assim pudessem oferecer a melhor educação para o estado. Escolas particulares normalmente anunciavam em jornais do estado que seus espaços estavam dentro dos padrões de higiene:

Collegio Santa Cecilia
41 – Rua Demetrio Ribeiro – 41
Este estabelecimento de instrução, completamente formado observando rigoroso ensino dos programas officiaes, primário e secundário, e tendo o maior cuidado com a hygiene e com a educação physica, moral e cívica, reabre as suas aulas no dia 3 de janeiro, recebendo alunos internos, semi internos e externos. [...].
Os diretores: Olegario Vela e Maria José Vela. (FOLHA DO NORTE, 1910, p. 02).

As instituições públicas também se preocupavam com a higiene, principalmente, por serem muito mais cobradas pelo Governo do Pará. O diretor João Alves de Paiva Menezes, diretor do 4º grupo escolar José Verissimo, no seu relatório, comentou sobre a situação do prédio que sediava o grupo escolar. Era um local bem construído, com salas grandes e confortáveis, mas havia alguns problemas, como a falta de local adequado à prática da ginástica escolar. Para ele:

O Grupo funciona em edifício próprio, bem arejado, contendo amplas e confortáveis salas, onde se acham instaladas as aulas. Ressente-se, porém, de certos inconvenientes, tais como, sentinas colocadas em frente das aulas e falta de compartimentos apropriados para o recreio que, por isso, é dado nos corredores paralelos às salas de aulas nos quais as sentinas em número de 16. Seria conveniente aproveitar os pátios, ampliando-os e preparando-os de modo a poderem ser destinados ao repouso de espírito e exercícios físicos dos alunos; e quanto às sentinas, remove-las para outro lugar. (RELATÓRIO DO 4º GRUPO ESCOLAR, 1909, p.8).

Observamos a preocupação do diretor em manter bem estruturado o edifício que sediava o Grupo Escolar. Convém-nos frisar que os Grupos Escolares passaram a ser referência de educação para as instituições particulares. Uma das principais preocupações que se tinha com as escolas estava relacionada às doenças. Naquela época, havia uma epidemia de febre amarela, tanto que se fez necessária uma campanha de combate a essa doença, realizada pelo ilustre Dr. Oswaldo Cruz, que era um dos mais conceituados médicos sanitaristas na área de combate às doenças contagiosas. Segundo Habib (2012, p. 61), a equipe coordenada por Oswaldo Cruz contava com dez médicos, quatro chefes de turmas, vinte capatazes, cinquenta guardas, um administrador e um escriturário, ao todo 86 homens, além de Oswaldo Cruz. O serviço foi realizado nos mesmos moldes em que foi feito na cidade do Rio de Janeiro.

Em todo território nacional, quando houvesse necessidade do combate a epidemias, o Governo local deveria expedir em lei esse ato para tornar conhecido a toda população. “O governo expedia os atos oficiais considerados indispensáveis. Eis a integra de tais documentos” (HABIB, 2012, p. 65):

Lei N. 1.140- de 5 de novembro de 1910

Autoriza o governador a promover, pelos meios que julgar convenientes, o serviço de profilaxia específica da febre amarela, e da outras providencias.

O Congresso Legislativo do Estado decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º. – Fica o Governador do Estado Autorizado a promover, desde já, nesta capital, e pelos meios que julgar convenientes, o serviço de profilaxia específica da febre amarela.

§ 1º. Esse serviço será contratado com o eminente higienista brasileiro Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz, que será o chefe da campanha sanitária, e se executará dentro do prazo de um ano.

Era clara a determinação do Governo em manter, principalmente, as suas crianças longe de doenças contagiosas. Por esse motivo, alunos acometidos de doenças graves não poderiam ser matriculados, sendo obrigatória a apresentação da carteira de vacinação, segundo o regulamento de 1910. De acordo com Habib (2012, p. 97), o trabalho do Dr. Oswaldo Cruz foi excelente, em apenas dezenove dias de atividade, ele já havia exterminado 9.973 focos de larvas do mosquito *Aedes aegypti* em Belém, hoje conhecido como transmissor do vírus da dengue.

Os Grupos Escolares foram palco de higienização de seus espaços educativos com o objetivo de preservar a saúde dos que neles trabalhavam e estudavam. Notícia veiculada no jornal Província do Pará (1910) destacou a desinfecção do prédio do 6º Grupo Escolar: “O diretor do Serviço Sanitário do Estado vai mandar proceder a uma limpeza e desinfecção no edifício onde funciona o 6º grupo escolar da capital”. (PROVÍNCIA DO PARÁ, 1910, p.02).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender o período da Primeira República tem mostrado vários ângulos diferentes, e esses se distinguem mais ainda quando analisamos mais profundamente uma região ou cidade específica por exemplo. Em se tratando do Pará, no período republicano, foi possível percebermos uma grande diversidade social, visto que, na capital, tínhamos mais condições sociais e estruturais para uma boa educação e espaços escolares com mais condições higiênicas salubres, em contraponto aos interiores do estado, onde os prédios escolares eram na grande maioria inferiores aos da capital.

Discutir higienismo e educação no período republicano, de certa forma, é escancarar uma realidade social que poderia, naquele tempo, impedir ou não uma criança de ter acesso à educação. Como vimos, uma 'boa' saúde era essencial para a matrícula da criança nas instituições educativas do estado, caso contrário, essa criança poderia ficar até isolada.

Contudo, é importante frisarmos até que ponto o Estado dava condições para essa educação higiênica e higienizadora? Será que, de fato, as construções escolares, ao longo do estado do Pará, atendiam a todas essas medidas higiênicas que os discursos médicos e sanitaristas prescreviam? São perguntas que ainda têm muito a contribuir com as pesquisas históricas no Pará.

Os discursos médicos-sanitaristas apontavam que o poder público deveria direcionar seus discursos e ações para as regras de higiene, já que suas forças se direcionavam para aproximar a vida paraense aos padrões de vida civilizada dos países europeus e norte-americanos à modernização.

Os ideais científicos, direcionados para o âmbito escolar republicano, ditavam formas de reordenamento dos espaços escolares, como as salas de aula, que deveriam ser espaçosas, ventiladas, em escolas construídas sempre no centro do terreno onde funcionariam, distantes de fábricas ou qualquer outro espaço que lhes trouxesse o desconforto sonoro.

Esses discursos científicos faziam parte do rol das ideologias reafirmadas na República e acompanhavam o cenário civilizatório da nova pátria, regiam de certa forma não somente a disposição das escolas em termos estruturais, mas comunicavam ideais cientificistas para a educação, como formas de modelamento dos corpos que, nesse período, precisavam ser formados de modo sadio, não apenas em termos físicos, mas no espírito que se construía em apoio ao patriotismo da República.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 4º GRUPO ESCOLAR. **Relatório do ano de 1909** Belém: Typografia do Instituto Lauro Sodré, 1909.
- A PROVÍNCIA DO PARÁ**. Belém: Typographia d' O Futuro, 1910.
- CASTRO, Germiniano de Lira. Higiene Escolar. **A Escola**, nº 2, Imprensa Oficial: Pará, outubro, 1900. p. 23-26.
- COELHO, Geraldo Mártires. **No Coração do Povo** – O monumento à República em Belém 1891 – 1897. Belém: Paka Tatu, 2002.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a. v. 1.
- FARIAS, William Gaia. A República no Pará: os primeiros momentos. *In*: SARGES, Maria de Nazaré dos Santos; RICCI, Magda de Oliveira (org.). **Os oitocentos na Amazônia**. Pará: Açaí, 2013. p. 183-205.
- FOLHA DO NORTE**. Belém: Typographia d' A Folha do Norte; 1910. p. 02.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro G. S. A. **José Veríssimo (1897-1916) e a Educação Brasileira Republicana**: raízes da renovação escolar conservadora. 2004. 173 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2004.
- GONDRA, José Gonçalves. Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial. XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005. p. 1-8. HABIB, F. N. **Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará**. – 2. ed., rev. e ampl. – Ananindeua: Instituto Evandro Chagas, 2012.
- HABIB, F. N. **Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará**. 2. ed., rev. e ampl. -Ananindeua: Instituto Evandro Chagas, 2012.
- HOFBAUER, Andreas. Raça se impõe. *In*: HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: UNESP, 2006, p. 93-139.
- LEÃO, Acylino. Educação. **Revista do Ensino do Pará**, nº 2: Imprensa Oficial, Pará, 1911.
- LOPES, Mário Allan da Silva. **Vitrine da República**: a educação de crianças no 5º grupo escolar “Barão do Rio Branco” em Belém-Pa (1900-1912). 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2018.
- MEIRA, Clóvis Olinto de Bastos. **Médicos de outrora no Pará**. Belém: Grafisa, 1986.
- MENDES, Maria Isabel B. de Souza; NÓBREGA, Terezinha P. da. O Brazil-Medico e as contribuições do pensamento médico-higienista para as bases científicas da educação física brasileira. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.209-219, jan.-mar. 2008.
- PARÁ. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará**, pelo governador José Paes de Carvalho, em 02 de fevereiro de 1897. Belém. Diário Oficial, 1897.
- PRIORE, Mary Del. Tempos de Mudanças e Medo. *In*: **Histórias da Gente Brasileira**. vol 3. República – Memórias (1889-1950): LeYa, Rio de Janeiro, 2017. p. 19-26.

SÁ, Dominichi Miranda de. **A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SANTOS, José A. Gouveia; ALVES, José J. de Alencar. O Curso Regente Agrícola como Introdutor das Ciências e Técnicas Modernas na Amazônia. **Revista História da Ciência e Ensino: construindo interfaces**. Volume 10, 2014, p. 19-38. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/hcensino/article/view/17346>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

SANTOS, Darlene da Silva Monteiro; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro G. S. A. A imprensa pedagógica e educação no Pará em dias de República: a revista *A Escola* e a *Revista do Ensino* como instituições de formação (1900-1912). **Revista História da Educação**, UFRGS, v. 20, p. 1-30, 2020.

SANTOS, Darlene da Silva Monteiro. **A arte de civilizar: a educação cívico patriótica na revista *A Escola* e na *Revista do Ensino* no Pará Republicano (1900-1912)**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Centro de Ciências Sociais e Educação/Universidade do Estado do Pará, 2018.

SARGES, M. N. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SOUSA, Célia Maria Paes de. Instituto Lauro Sodré: Instituição para Meninos Desvalidos no Pará. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 10, 2015. Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: EDUCERE, 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20817_10731.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.

STEPHANOU, Maria. Discursos Médicos e a Educação Sanitária na Escola Brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. vol. III. Séc XX. 4 ed. Vozes, Petrópolis. Rio de Janeiro, 2011. p. 142-164.

JOSÉ MARIA ALKMIN:
PENSAMENTO ECONÔMICO,
ARTICULAÇÕES POLÍTICAS E
ATUAÇÃO NO MINISTÉRIO DA
FAZENDA

ARMANDO DALLA COSTA
Universidade Federal do Paraná
ajdcosta@uol.com.br

IVAN COLANGELO SALOMÃO
Universidade Federal do Paraná
ivansalomao@gmail.com

RESUMO

José Maria Alkmin foi um dos mais importantes políticos mineiros do século XX. Conquanto não tenha sido eleito governador de seu estado, Alkmin exerceu papel relevante na política mineira por mais de duas décadas. Além da atividade política, teve um papel relevante na história intelectual de Belo Horizonte ao fundar a Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. Próximo a Benedito Valadares e, sobretudo, Juscelino Kubistchek, o advogado, deputado e ministro da Fazenda colaborou na condução da economia brasileira no final dos anos 1950, oportunidade que lhe permitiu operacionalizar suas ideias econômicas, objeto de estudo deste artigo. Ainda que por demais esquemático, pode-se caracterizar o pensamento econômico de José Maria Alkmin como liberal e conservador, hipótese corroborada tanto pela sua atuação nos postos de execução de política pública como pelas causas políticas às quais se dedicou. Ainda assim, restou afamado mais pela atuação na Câmara dos Deputados como por um formulador de políticas econômicas.

Palavras-chave: José Maria Alkmin; Pensamento econômico; Ministério da Fazenda

Recebido em 03 de março de 2020.

Aprovado em 08 de junho de 2020.

JOSÉ MARIA ALKMIN:
ECONOMIC THOUGHT,
POLITICAL ARTICULATIONS AND
PERFORMANCE IN THE MINISTRY
OF FINANCE

ARMANDO DALLA COSTA
Universidade Federal do Paraná
ajdcosta@uol.com.br

IVAN COLANGELO SALOMÃO
Universidade Federal do Paraná
ivansalomao@gmail.com

ABSTRACT

José Maria Alkmin was one of the most important Minas Gerais politicians of the 20th century. Although he was not elected governor of his state, Alkmin exercised an important role in Minas Gerais politics for more than two decades. Beyond his political activity, he played an important role in the intellectual history of Belo Horizonte when he founded the Faculty of Philosophy at the University of Minas Gerais. Close to Benedito Valadares and Juscelino Kubistchek, the lawyer, deputy and Minister of Finance supported the administration of Brazilian economy in the late 1950s, an opportunity that allowed him to operationalize his economic ideas, the main object of this article. Even so, José Maria Alkmin can be characterized, in economic issues, as liberal and conservative, a hypothesis corroborated both by his performance in public posts and by the political causes to which he dedicated himself. Even so, he remained more famous for his work in the Chamber of Deputies as a formulator of economic policies.

Keywords: José Maria Alkmin; Economic Thought; Ministry of Finance

INTRODUÇÃO

Alkmin alcançou apenas 4,7% dos votos nas eleições presidenciais de 2018. No entanto, não é de Geraldo Alckmin, mas de seu tio-avô, José Maria Alkmin o conteúdo deste artigo. José Maria exerceu longa carreira política, chegando a ser vice-presidente do Brasil entre 15 de abril de 1964 e 15 de março de 1967, no governo do marechal Castelo Branco (Badaró, 1996).

Nos termos de Oliveira (2018), é correto afirmar que os Alkmin formam uma “família genealógica no poder”. Para Badaró (1996, p. 132), a ascendência familiar de Alkmin tinha fortes componentes de natureza política, tanto do lado paterno quanto do materno. Condizente com a reconhecida atuação na região em período remoto, o ouvidor Gonçalo Alkmin demonstrou, em todas as suas ações, uma notável intuição política. Pelo lado de sua mãe, Sérgia, toda a linhagem familiar dos Caldeira Brant indicava forte tendência para a ação política e a vida pública, como indicavam os atos do contratador Felisberto Caldeira Brant, conseguindo, em pouco tempo, organizar a mineração de diamante e levar a paz entre os garimpeiros. A candidatura à Presidência da República de outro membro da família, em 2018, demonstra que a genealogia Alkmin não se alijou completamente do poder no Brasil contemporâneo (Oliveira, 2001).

José Maria nasceu na cidade mineira de Bocaiúva, no dia 11 de junho de 1901, filho de Herculano Augusto de Alkmin e Sérgia Caldeira de Alkmin. Assim como o Brasil, a Minas Gerais do início do século XX era um estado essencialmente agrário, onde seu pai ganhava a vida como “negociador de gados” no tempo em que muitas tropas circulavam pelo interior do estado (Badaró, 1996, p. 37). Sua educação ficou por conta da mãe, que permanecia em casa cuidando dos onze filhos do casal. Para completar a renda da família, Sérgia se dedicava a fazer doces caseiros, que Alkmin vendia nas vizinhanças ao voltar da escola.

Por vezes, saía com o pai levando gado pelo interior, onde teve contato com a realidade rural e as pequenas cidades, conhecimento que lhe seria útil como base eleitoral na futura carreira política. Entre uma viagem e outra, contraiu malária, da qual curou-se com dificuldades. Sua mãe, temendo novo surto da doença, o enviou para uma cidade maior, Diamantina, em 1914, onde foi morar na casa de Chico Alkmin, irmão por parte do primeiro casamento do pai.

Lá, conheceu pessoas e fez contatos que lhe foram fundamentais na futura vida política. Logo ao chegar, matriculou-se na Escola Normal Américo Lopes, onde conheceu Maria Dasdores Fonseca Alkmin, nascida Maria Dasdores Kubitschek da Fonseca, prima de Juscelino Kubitschek (JK), seminarista naquele ano de 1914 (Badaró, 1996, p. 58). Dasdores, como era conhecida e chamada após o casamento, tornou-se sua esposa, enquanto Juscelino foi amigo da vida toda e companheiro de atividades no campo da política. Em diversas ocasiões, estiveram juntos, um apoiando o outro, assim como discordaram em outros momentos.

Seus horizontes se ampliaram quando passou num concurso para telegrafista, em 1921. Diferentemente de Juscelino, que também foi aprovado e designado para Belo Horizonte, Alkmin foi enviado para Porto Alegre. A passagem por Diamantina tornou-se muito útil a Alkmin por diversas razões. Além de melhorar seu nível intelectual, tanto pela escola e “lendo tudo que lhe caía nas mãos”, também adquiriu confiança em si próprio e aperfeiçoou a arte de

conversar e fazer amigos com dos quais se manteve próximo por muitos anos.

Os contatos profissionais se ampliaram pelos novos trabalhos em que Alkmin se envolveu. Enquanto ainda servia em Porto Alegre, seu nome foi sorteado para prestar serviço militar no 12º Regimento de Infantaria de Belo Horizonte. Além de voltar ao estado natal, incorporou-se às fileiras do Exército sob o comando do tenente Humberto de Alencar Castelo Branco. Por suas próprias virtudes, logo foi promovido a cabo, nem de longe imaginando que, ao lado deste tenente, se tornariam, respectivamente, presidente e vice-presidente da República.

Diferentemente dos dias atuais, no Brasil da década de 1920 as opções de ensino superior eram muito mais limitadas. Boa parte da intelectualidade do país bacharelava-se em Direito. Foi o que fez Alkmin, iniciando a Faculdade de Direito em 1925 e formando-se no dia 25 de dezembro de 1929. Como faria em muitas outras ocasiões futuras, pronunciou o discurso de formatura de sua turma. Uma vez formado, casou-se com Dasdores em 8 de fevereiro de 1930, com a qual teve três filhos: José Maria Alkmin Filho, Luciano Alkmin e Leonardo Alkmin.

Antes de iniciar sua carreira política, Alkmin envolveu-se em diversas outras atividades. Em 1925, ingressou na Imprensa Oficial do Estado, como repórter do *Minas Gerais*, onde chegou ao posto de diretor, cargo que ocupou até 1932. Antes, em 1931, fora designado por Olegário Maciel, interventor de Minas, para ser o reitor do Ginásio Mineiro, o mais importante estabelecimento de ensino da capital. Em 1932, foi escolhido como fiscal do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, estabelecimento oficial de crédito do estado. No mesmo ano, começou a trabalhar no escritório de advocacia de Abílio Machado, onde conheceu entre outros, Pedro Aleixo e Milton Campos.

Foi trabalhando neste escritório que Alkmin estreou sua carreira jurídica. No início de 1933, Pedro Aleixo, um dos maiores criminalistas mineiros, deveria ir a Ouro Preto para a defesa de Anastásio Bini, italiano dono de fábrica de móveis que assassinou Aurélio Augusto de Almeida, rico comerciante que emprestava dinheiro a juros, o típico agiota. Aconteceu que Pedro Aleixo não pôde ir ao julgamento, sugerindo que Alkmin o substituísse. No dia do julgamento, confrontaram-se ele e um recém-formado advogado, Tancredo de Almeida Neves, que atuou como representante do Ministério Público. Feita a acusação, Alkmin passou à defesa e o júri absolveu o réu. Desde então, por diversas ocasiões, Alkmin e Tancredo se enfrentaram na arena política.

Foi neste momento de sua carreira profissional que Alkmin resolveu entrar para a política, atividade que não abandonou até o final da vida. Foi incluído pelo presidente de Minas Gerais, Olegário Maciel, na chapa do Partido Progressista Mineiro como candidato às eleições da Assembleia Nacional Constituinte. Em 3 de maio de 1933 ocorreu a eleição, e no dia 22 de julho a comissão encarregada de proceder as apurações encerrou seus trabalhos. Pela chapa do Partido Progressista foram eleitos 31 deputados, sendo seis pelo Partido Republicano Mineiro. Assim, Alkmin inaugurava sua carreira política em nível nacional.

Juscelino Kubitschek e José Maria Alkmin candidataram-se à Câmara Federal Ordinária 90 dias após promulgada a Constituição de 1934. Ambos se elegeram, porém Alkmin foi convidado para assumir o cargo do recém-criado Tribunal de Contas do Estado de Minas. Renunciou a seu mandato e aceitou o convite. Continuando seus trabalhos em diversas

atividades político-econômicas, Alkmin foi nomeado, em setembro de 1936, para a Secretaria do Interior de Minas Gerais. Suas duas principais políticas no cargo foram a assistência aos menores e os já citados trabalhos com o setor penitenciário do Estado. Em suas palavras, “há consenso entre a população que os presos da penitenciária estadual de Ouro Preto eram sentenciados à morte. Jamais voltavam. Era imperativo, portanto, dar aos presídios do estado uma orientação mais humana”¹. Trata-se, em sua própria visão, de um de seus mais relevantes legados administrativos.

Em 18 de julho de 1938, foi inaugurado o novo prédio da Penitenciária de Neves. O governador, Benedito Valadares, no ato de inauguração, nomeou Alkmin para a direção do estabelecimento, destituindo-o do cargo de Secretário do Interior. José Maria assumiu o novo cargo com a intenção de colocar em prática outra mentalidade na administração penitenciária estadual. Como consequência, os produtos da indústria movimentada pelos detentos, assim como os frutos da agricultura por eles explorada, eram comercializados com publicidade, a fim de permitir uma campanha positiva em favor do novo modelo. “A penitenciária Agrícola de Neves era um grande êxito para o governo e um triunfo pessoal de seu diretor” (Badaró, 1996, p. 124). Como aproximadamente 80% dos presidiários eram da zona rural, Alkmin entendia ser mais adequada a manutenção de tais abrigados próximos das respectivas regiões de origem, propondo, para tanto, a construção de prisões agrícolas em pequenas unidades regionais. Suas ideias incluíam prisão sem guardas armados e com dois terços dos condenados fora das grades para a realização de trabalhos industriais e agrícolas.

Outra atividade na qual Alkmin se envolveu, junto com um grupo de intelectuais mineiros que militava na vida cultural e política da cidade, foi na fundação, em 21 de abril de 1939, da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais². Nesta, Alkmin assumiu a cátedra de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas. Como costumava acontecer no antigo modelo de cursos, intelectuais da Filosofia e do Direito envolviam-se em disciplinas de história e de economia, como foi o caso de Alkmin.

No plano Nacional, vivia-se uma realidade politicamente conturbada, tal qual se observava em determinados países europeus. Em novembro de 1937, Vargas decretou o Estado Novo num golpe apoiado pelas Forças Armadas. As eleições e os partidos políticos foram extintos e o poder legislativo fechado em todos os níveis, centralizando o poder cada vez mais no governo federal. A justificativa oficial para o golpe foi a dificuldade de consolidar o projeto do governo dentro dos marcos democráticos, visto o cenário de polarização política entre integralistas e comunistas, além da ameaça externa de guerra mundial.

Durante os anos do Estado Novo, o desenvolvimento nacional vem a ser a prioridade do grupo dominante, o qual intensifica a intervenção do Estado nas mais diversas questões e acastela o ideal do planejamento econômico. Para Fonseca (1987), apesar da ausência de planejamento efetivo, o governo apresentou relativa coerência entre suas propostas e suas

1 Discurso de posse de Alkmin na Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 19 de setembro de 1936.

2 Alkmin acabou por se envolver em diferentes setores da vida política, econômica, cultural e literária da sociedade. Em Belo Horizonte, além das várias atuações acima mencionadas, contribuiu na fundação de três jornais: *Momento Mercantil*, em 1927; a revista mensal *Cidade Verde*, em 1929, em parceria com Guimarães Menegale, Cyro dos Anjos, Newton Prates, Hermenegildo Chaves e; a *Tribuna*, onde escreviam Menegale, Alkmin, Carlos Drummond e outros intelectuais da época (Badaró, 1996, p. 150).

ações na área econômica “*como se houvesse um projeto explícito e delineado em suas linhas básicas*” (FONSECA, 1987, grifos do autor). O objetivo central do desenvolvimento só ocorreria com enraizamento da intervenção estatal sob a égide da meritocracia e de normas técnicas e científicas, livres de critérios políticos e regionais, o que acabou criando as condições para a emergência de uma “*tecnoestrutura estatal*” (SZMRECSÁNYI, 1986). Diante a aproximação da guerra, também, fortalecia-se o discurso de defesa da industrialização, em especial a produção de ferro e aço, e da nacionalização das riquezas minerais.

A busca pela modernização do país através da indústria e da diversificação agrícola representou a deserção de dogmas ortodoxos expressos no equilíbrio orçamentário e no saneamento do meio circulante, abandonados em prol da política desenvolvimentista. Há então a ampliação da intervenção do Estado por meio da criação de órgãos, conselhos e institutos. Destacam-se em 1938 o Conselho Nacional do Petróleo, do Código de Minas e Código de Águas, centrados na regulamentação do direito a propriedade, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP. Para Draibe (1985), o DASP e os “*daspinhos*” (órgãos criados nos estados para executar as mesmas funções) deram a forma prática do discurso do Estado Novo de substituir a política pela administração, ao basear as indicações em critérios de mérito e competência. Ainda para a autora, é nesses aparelhos estatais cada vez mais complexos, que surgiu um novo segmento social (a burocracia), e passou-se a gestar as políticas nacionais (FONSECA, 2003). Esta nova classe não era homogênea e se distinguia frente a importantes questões como o papel do estado, do capital estrangeiro e a questão social.

A legislação trabalhista também cumpriu importante papel na consolidação do capitalismo brasileiro. As leis sistematizadas na CLT atenderam diversas reivindicações históricas do operariado (como o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas, as férias remuneradas e a carteira de trabalho), ao mesmo tempo, porém, atrelava os sindicatos e as organizações operárias ao domínio do Estado. A CLT também buscou preservar certo poder aquisitivo da classe trabalhadora, no sentido de consolidar o mercado para os produtos nacionais (SZMRECSÁNYI, 1986). Nota-se que a legislação amparava apenas os trabalhadores urbanos, excluindo o setor rural, explicitando a aliança do governo com os setores agrários.

Enquanto isso, em Minas Gerais, o médico (e tenente-coronel) da Polícia Militar Juscelino Kubitschek de Oliveira foi nomeado, em 1940, prefeito da cidade de Belo Horizonte. “O destino mudaria completamente o rumo de sua vida e da vida de seu inseparável amigo e companheiro de meninice, José Maria Alkmin” (Badaró, 1996, p. 125). Juscelino tomou posse na prefeitura de Belo Horizonte em 16 de abril daquele ano. Mesmo prefeito, permaneceu na chefia do Serviço de Cirurgia do Hospital Militar, onde continuou a operar todas as manhãs e assumiu, ainda, a chefia do Serviço de Urologia da Santa Casa de Misericórdia. Só abandonaria o exercício da medicina no início de 1945, quando passou a se dedicar exclusivamente à vida política.

Benedito Valadares, então governador de Minas Gerais, articulava a estratégia eleitoral da bancada mineira na eventual derrocada da ditadura do Estado Novo. Além de nomear Juscelino na prefeitura de Belo Horizonte, entendeu que estava terminada a missão de Alkmin como diretor da Penitenciária Neves. Chamou-o ao Palácio, combinando sua designação para a diretoria jurídica do Banco de Crédito Real. “Quería tê-lo bem próximo para as complicadas

e difíceis articulações políticas exigidas pelos novos tempos” (Badaró, 1996, p. 127).

Com a intuição que caracterizava a elite política mineira, Alkmin nem sempre se comprometia diretamente nos acontecimentos. Um exemplo disso foi o fato de, no dia 24 de outubro de 1943, ter sido publicado o “Manifesto dos Mineiros”, contrário à continuação da ditadura Vargas, sem a sua assinatura. Várias personalidades políticas mineiras foram perseguidas e perderam seus postos de trabalho pela subscrição ao Manifesto. Alkmin, apesar de não ter assinado o documento, pediu exoneração a Benedito Valadares de seu cargo de diretor do Banco de Crédito Real e assumiu, raramente em sua carreira, um cargo de direção em empresa privada, como superintendente das Granjas Reunidas, do grupo Matarazzo, no município de Bocaiúva. Permaneceu na função até ser chamado por Valadares e Kubitschek para as articulações que levaram à fundação do Partido Social Democrático (PSD).

No dia 8 de abril de 1945, Benedito Valadares reuniu 312 prefeitos mineiros para organizar o PSD, com a intenção de lançar o ministro e general Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República. A primeira Comissão Executiva foi formada pelo próprio Valadares, na presidência, Israel Pinheiro na vice, Juscelino Kubitschek como primeiro secretário, Cristiano Machado na segunda secretaria e João Beraldo como tesoureiro. Coube a Alkmin o trabalho de articulação para viabilizar a fundação do partido. Alkmin (1945), em discurso de lançamento da campanha³, afirmou: “Haveremos de nos transformar, com o tempo, no mais importante fator de equilíbrio social do Brasil, permitindo a ascensão das grandes massas sem aventuras autoritárias e dentro dos mais levantados padrões de justiça. O PSD será, pelo tempo afora, sinônimo de desenvolvimento com democracia e justiça social”.

Após a sucumbência do Estado Novo, Alkmin candidatou-se nas primeiras eleições gerais após o longo período de ditadura varguista para o parlamento federal, tomando posse na Assembleia Nacional Constituinte em janeiro de 1946. Em comparação com a experiência parlamentar anterior, os tempos haviam, obviamente, mudado. Segundo Badaró (1996, p. 173), “os trabalhadores urbanos surgiram na cena política, o país se industrializava e urbanizava, as esquerdas estavam mais fortes, com a presença de Luís Carlos Prestes e, ainda, a Assembleia contava com a presença de Getúlio Vargas”. Naquele tempo, a legislação permitia que um candidato se apresentasse para diferentes cargos em vários estados. Getúlio Vargas elegeu-se senador pelos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Bahia. Mais: PSD e PTB fizeram maioria na Constituinte (Couto, 2017, p. 266).

A vida política de Alkmin sempre oscilou entre sua atuação nacional e em seu estado natal. No dia 31 de janeiro de 1951, Juscelino Kubitschek tomou posse como governador de Minas Gerais e Getúlio Vargas como presidente eleito do país. Juscelino nomeou Alkmin como Secretário das Finanças, cargo do qual tomou posse no dia 1 de fevereiro voltando, assim, a atuar em seu estado de origem.

Entre idas e vindas do Rio de Janeiro para Belo Horizonte, Alkmin exerceu sua carreira política, intermediada pelo exercício de funções executivas em diversos postos de comando. Ao deixar a secretaria das finanças, assumiu no Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 1953, a Carteira de Redescontos e Caixa de Mobilização Bancária, do Banco do Brasil, a

³ Discurso proferido por Alkmin no lançamento da campanha de Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República. Belo Horizonte, 8 de abril de 1945.

mais importante diretoria do estabelecimento. Ao deixar este cargo, a convite de Juscelino Kubitschek, Alkmin voltou à Câmara dos Deputados para articular a candidatura de JK à Presidência da República, abrindo mão, por sua vez, de se candidatar ao governo de Minas Gerais, sonho acalentado desde o início de sua trajetória política. JK prometeu seu apoio para o cargo nas próximas eleições de 1960.

Alkmin, nos longos debates travados na Câmara dos Deputados, contribuiu tanto para a eleição como para aperfeiçoar os detalhes que possibilitaram a posse de JK na Presidência da República. A instabilidade política da nova democracia surgida no final da Era Vargas fez com que “de agosto de 1954 a 31 de janeiro de 1956, o país tivesse cinco presidentes da República: Getúlio Vargas, Café Filho, Carlos Luz, Nereu Ramos e Juscelino Kubitschek” (Couto, 2001, p. 339). Após longas negociações e acertos políticos, inclusive com os militares, no dia 31 de janeiro de 1956 Juscelino tomou posse como presidente eleito; em 1º de fevereiro, José Maria Alkmin, assumiu o Ministério da Fazenda.

Permaneceu no cargo até dia 26 de junho de 1958 quando voltou para a Câmara dos Deputados. Um dos motivos de sua exoneração foi a disputa pelo governo de Minas Gerais nas eleições de 1960. Alkmin tinha a promessa do apoio de JK, mas Tancredo Neves também pleiteava o cargo e, o fato de Alkmin deixar o ministério beneficiaria seu concorrente. A demissão de Alkmin do Ministério da Fazenda coincidiu com a nomeação de Tancredo Neves para a Secretaria das Finanças do governo Bias Fortes, em Minas Gerais. Ao final, Alkmin não foi candidato em 1960 e Tancredo tampouco se elegeu.

Em 1962, Alkmin elegeu-se novamente para a Câmara dos Deputados, continuando, assim, seu longo mandato no legislativo. Mesmo em Brasília, sua atuação era sempre próxima aos acontecimentos de seu estado de origem. Além de sua atividade parlamentar, Alkmin era um exímio articulador político e participava diretamente nas grandes decisões políticas de Minas e de Brasília. No início de 1964, José de Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, convocou Alkmin, José Monteiro de Castro, seu Secretário de Segurança, e Osvaldo Pierucetti, futuro prefeito de Belo Horizonte para articular a ala civil do movimento golpista. “Deste encontro surgiram as primeiras palavras de ordem para a organização das estratégias destinadas à organização do levante militar para a derrubada de Jango, em face do perigo da dominação esquerdista” (Badaró, 1996, p. 325).

Como consequência dessas articulações e, em conjunto com outros fatores da conjuntura político-econômica da época, no dia 31 de março de 1964, somadas a contingentes do Exército, partiram as tropas mineiras em direção ao Rio; de Juiz de Fora, o general Mourão Filho iniciava sua marcha para a antiga capital da República. Em poucas horas, dissolveu-se a “República sindicalista” de João Goulart e boa parte de seus companheiros de governo partiram para o exílio. Começava a perseguição a políticos alinhados ao governo deposto, enquanto Mazilli assumia a Presidência da República de maneira temporária.

Uma vez consolidado o golpe, iniciaram as tratativas para encontrar um presidente e um vice. Foi acertada uma reunião dos pessedistas com Castelo Branco. O encontro aconteceu na casa do deputado Joaquim Ramos, no qual estiveram presentes Amaral Peixoto, Martins Rodrigues, José Maria Alkmin e o anfitrião. JK chegou mais tarde à reunião e apoiou o nome de Castelo Branco à presidência. Na mesma reunião, ficou decidido que Alkmin assumiria o cargo de vice. No dia 11 de abril de 1964, depois de promulgado o Ato Institucional n. 1, de

cujas redações participaram Alkmin, Pedro Aleixo, Luís Viana, Bilac Pinto, Carlos Medeiros e Francisco Campos, realizou-se a eleição indireta de Castelo Branco para presidente e de José Maria Alkmin para vice-presidente. Ambos tomaram posse perante o Congresso Nacional no dia 15 de abril de 1964.

Neste que foi seu cargo político mais importante, Alkmin permaneceu até o dia 14 de março de 1967, quando Castelo Branco reuniu o ministério pela última vez. Alkmin esteve presente, ao lado do governador Israel Pinheiro. No dia seguinte tomaram posse o general Costa e Silva, como presidente, e o mineiro Pedro Aleixo no cargo de vice.

Alkmin continuou, no entanto, sua carreira política. Dispensado da formalidade de afastamento da vice-presidência para se candidatar, fez parte da chapa da Arena para as eleições parlamentares de 1966, elegendo-se pela oitava vez deputado federal. Tomou posse no dia 16 de março de 1967, um dia após terminar seu mandato como vice-presidente. Em seguida, Israel Pinheiro o nomeou para a Secretaria da Educação de Minas Gerais, na qual tomou posse em 14 de abril de 1967. “Valendo-se de suas boas relações nos altos escalões federais, resolvia os problemas financeiros enfrentados pela secretaria (Badaró, 1996, p. 347).

Apesar de Alkmin ter sido vice-presidente da República e de pertencer à Arena, não esteve livre de perseguições políticas. Com a morte do ex-presidente Costa e Silva, o general Orlando Geisel foi nomeado chefe do Estado-Maior do Exército e começaram a surgir as listas de cassações, estando o nome de José Maria Alkmin incluído. Por esse motivo, Israel Pinheiro decidiu exonerá-lo da Secretaria da Educação. Este fez uma longa peregrinação de conversas com civis e militares, até conseguir salvar seu mandato e manter-se como deputado federal.

Em 1970, Alkmin, após uma longa e vitoriosa carreira, não conseguiu votos suficientes para se reeleger, ficando na primeira suplência da Arena. Sua derrota causou-lhe profunda decepção e mágoas. “Seu refúgio era a Santa Casa, onde entregou-se ao trabalho da provedoria com ânimo redobrado” (Badaró, 1996, p. 359). Um acidente automobilístico, porém, vitimou o deputado Edgar Pereira, no dia 11 de abril de 1973. O então presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcílio, telefonou para Alkmin, convocando-o para assumir a cadeira vaga, já que ele era o primeiro suplente. No dia 13 de junho de 1973, Alkmin reassumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados pela última vez.

Após longa carreira política, com atuação destacada como vice-presidente da República e na Câmara dos Deputados, além de ter exercido diversos cargos executivos tanto na iniciativa privada e, sobretudo, no poder público, Alkmin adoeceu e foi hospitalizado, em março de 1974. Faleceu em Belo Horizonte, em 22 de abril de 1974, aos 72 anos de idade.

AS IDEIAS ECONÔMICAS DE JOSÉ MARIA ALKMIN

O pensamento econômico de José Maria Alkmin pode ser classificado como liberal e conservador, tanto pela sua atuação nos postos de comando por onde passou como pelas agremiações políticas pelas quais se elegeu e exerceu seus mandatos. Foi um político tradicional mineiro, exímio articulador, mais conhecido por suas defesas de causas diante dos demais deputados, na Câmara Federal, do que propriamente por suas ideias econômicas.

Ao descreverem o período final do varguismo, após o término da Segunda Guerra

Mundial, Schwarcz e Starling (2015) mencionam o fato de Vargas ter criado dois partidos. O PSD – do qual Alkmin foi um dos fundadores em Minas Gerais, em parceria com JK, agremiação que se utilizou da estrutura partidária visando às benesses da máquina administrativa estadual e operou sua capacidade de se ramificar pelo interior do estado até atingir o eleitorado dos municípios. O segundo, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), “não foi concebido para ser um partido *dos* trabalhadores, mas era, sem dúvida, um partido criado *para* os trabalhadores (Schwarcz; Starling, 2015, p. 393). As autoras destacam outra característica de Alkmin ao afirmar que “os grandes possedistas eram mestres na capacidade de confabular e conchavar: Tancredo Neves, Juscelino Kubitschek, Amaral Peixoto, José Maria Alkmin, Ulysses Guimarães” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 393). Observa-se, portanto, que Alkmin ao lado de nomes facilmente identificáveis na tradicional política brasileira.

Um segundo aspecto que, de certa forma, elucida os meandros de suas ideias econômicas foi sua dedicação aos pobres via trabalho na Santa Casa de Misericórdia em Belo Horizonte. A esta atividade, Alkmin dedicou toda sua vida, mesmo nos momentos de maior intensidade de atuação política. Quando deixou o Ministério da Fazenda, sua preocupação imediata era cuidar melhor da Santa Casa. “Mesmo quando ministro, jamais deixou de estar presente às reuniões da mesa administrativa, tomando providências, convocando amigos endinheirados para não deixarem faltar o mínimo para os doentes e internados. Essa atividade, de um ministro de Estado pelos imensos corredores do hospital e suas dependências, causava assombro e admiração” (Badaró, 1996, p. 273).

José Maria também dedicou boa parcela de seu tempo atuando nas penitenciárias mineiras, introduzindo, inclusive, uma série de inovações no sentido de “recuperar” os detentos via trabalho e aprendizado de nova profissão que lhes permitisse sustento financeiro ao deixar o sistema prisional. No entanto, nem num caso nem no outro, percebe-se um “sentido econômico” de suas ações com vistas a promover, de fato, uma distribuição efetiva de renda ou uma mudança nas estruturas econômico-sociais brasileiras. Seu foco, tanto nos discursos como nas ações, sequer mencionava ou defendia a reforma agrária, que seria uma maneira de melhorar a vida dos 80% dos detentos oriundos do meio rural.

Diante de sua formação jurídica e de sua atuação política, são as ações nos vários cargos ocupados por Alkmin no decorrer de sua vida que melhor aferem o que ele, de fato, pensava a respeito de questões econômicas. No discurso de posse como Secretário de Finanças no governo mineiro, em 1º de fevereiro de 1951, por exemplo, prometeu esforço no sentido de tirar Minas da grave crise econômico-financeira, mesmo que os resultados não fossem imediatos. Afirmou que seria “um erro esperar que os problemas se solucionem rapidamente. Há, porém, um único caminho, a vida do trabalho em que nos empenharemos todos sob a liderança do governador Juscelino Kubitschek”⁴ (Alkmin, 1951). No final do primeiro mês de mandato na secretaria, reuniu a imprensa para sua primeira entrevista coletiva, na qual detalhou a situação das finanças estaduais. Descreveu o programa de recuperação fiscal, dando realce ao combate à sonegação, eliminação do déficit e à contenção das despesas públicas.

Alkmin dedicou, desde a chegada à Secretaria de Finanças, um esforço no sentido de aprofundar seus conhecimentos em economia. De um lado, atuou como professor nas disciplinas de Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, na Faculdade de

⁴ José Maria Alkmin. Discurso de posse como Secretário das Finanças. Belo Horizonte, 1º de fevereiro de 1951.

Filosofia da Universidade de Minas Gerais. Obviamente que o preparo das aulas, assim como o efetivo exercício de professor o levaram a ler os clássicos, como também a entender as diferentes conjunturas econômicas ao longo do tempo. Este aprendizado foi depois levado para a atuação nos diferentes cargos executivos que exerceu ao longo da carreira.

Ao deixar a secretaria, assumiu, em 20 de outubro de 1953, a Carteira de Redescontos e Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil. “Depois da posse na Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, Alkmin procurou aperfeiçoar-se ao máximo, estudando detidamente a questão cambial, mergulhando profundamente no exame do intrincado mercado financeiro e suas ligações internacionais, mais tarde de grande utilidade quando no cargo do Ministério da Fazenda” (Badaró, 1996, p. 194). Tal passagem de seu biógrafo mostra o interesse que Alkmin tinha em aprofundar seus conhecimentos econômico-financeiros a fim de se apossar de ferramental necessário para a boa atuação nos cargos que ocupou.

O GOVERNO JK E A ATUAÇÃO DE JOSÉ MARIA ALKMIN NO MINISTÉRIO DA FAZENDA (1956-1958)

Após 25 anos de transformações na estrutura do Estado e de desenvolvimento da indústria e de construção dos pré-requisitos de infraestrutura sob a égide do Estado, apresentou-se um modo de articular a entrada da empresa estrangeira a uma dinâmica industrial de perfil avançado (DRAIBE, 1985).

Eleito em outubro de 1955 pelo PSD, Juscelino Kubitschek já em sua campanha eleitoral sublinhava o momento transitório em que o país se encontrava, de um passado essencialmente agrário para um futuro industrial e urbano e defendia a aceleração da industrialização como o meio mais eficiente para enfrentar os problemas de um país populoso e abundante em recursos naturais (VILLELA, 2011). Juscelino foi eleito em um contexto de transformação da economia internacional em que ocorre a retomada do processo de internacionalização do capital calcado na expansão de multinacionais para a periferia, principalmente de empresas norte-americanas e europeias em busca de mercados, matéria-prima, mão de obra barata e facilidades fiscais (CORSI, 2010).

Em consonância com esse processo, o governo adotou uma política de desenvolvimento baseada na associação com capitais externos, visível no crescimento do Investimento Externo Direto (IED) que de 1951-1955 era de 340 milhões de dólares e passa a 700 milhões de dólares em 1956-1960, e no aumento da dívida externa líquida, a qual se expande de menos de 1 bilhão para 3,4 bilhões de dólares no período entre 1955 a 1960 (VILLELA, 2011). Utilizou a Instrução 113 da SUMOC, implantada no Governo Café Filho, para sua estratégia e durante o governo cerca de 380 milhões de dólares entraram no país para as indústrias de base e outros 130 milhões para as indústrias leves através dessa medida (CORSI, 2010). Ademais, a existência de uma demanda reprimida por bens de consumo duráveis decorrente da concentração de renda também constituiu elemento importante para introdução do projeto de desenvolvimento associado.

O governo JK caracterizou-se por um intenso comprometimento do setor público com uma explícita política de desenvolvimento. Para isso, o Estado definiu um conjunto de investimentos e “assegurou as condições mínimas de financiamento, estendendo ao limite seu

poder de regulação e a capacidade fiscal e financeira” (DRAIBE, 1985). Em outubro de 1956, é anunciado o Plano de Metas, marco do governo JK, como resposta aos estrangulamentos setoriais da economia e com o objetivo de aprofundar a industrialização brasileira de tal forma que garantisse a reprodução ampliada do capital. Para Tavares (1986), “o novo perfil de investimento que se desenha e a diferenciação industrial que se pretende requerem investimentos maciços, tanto estatais quanto estrangeiros”. Dessa forma, o plano previa 355 bilhões de cruzeiros de investimentos nas áreas de energia, transporte, siderurgia, indústria de base, alimentação e educação, com foco nos primeiros quatro (CORSI, 2010).

As inversões sociais, entretanto, além das metas de armazenamento e comercialização de produtos agropecuários tiveram pequeno peso nos objetivos do Plano. Centralmente, visava-se à construção de grandes hidrelétricas, de indústrias de refino de petróleo, além da modernização do sistema ferroviário e a expansão dos setores siderúrgico e de cimento, áreas em que o empresariado nacional não tinha interesse. Além desses setores, a transferência da capital nacional com a construção de Brasília significou a ampliação do espaço econômico brasileiro. Consolida-se o movimento, inaugurado no início da década, pelo qual o setor privado consciente da vulnerabilidade da economia delega ao Estado a tarefa de complementação industrial (LESSA, 1982).

Foi nesse quadro mais amplo que José Maria Alkmin assumiu o Ministério da Fazenda em 1º de fevereiro de 1956. Em seu discurso de posse, Alkmin descreveu as linhas básicas de seu pensamento sobre os temas mais relevantes da economia nacional e a orientação recebida do novo presidente para envidar esforços no sentido de incorporar a iniciativa privada ao anunciado Programa (ou Plano, como ficou popularmente conhecido) de Metas. Na ocasião, defendeu a participação da iniciativa privada como fator de estímulo ao crescimento econômico, sem descartar uma “intervenção supletiva para garanti-lo”, reconhecendo, logo em seguida, a situação por que passava a economia brasileira: crise cambial, monetária e de abastecimento. Além do plano de investimentos, a construção de Brasília, a famosa meta-síntese, também constava na agenda do novo ministro da Fazenda.

Couto (2001, 2011, 2013) destaca a participação de Alkmin no Plano de Metas, audacioso projeto de desenvolvimento que compreendia 30 metas setoriais e a construção da nova capital federal, erguida em 42 meses no sertão de Goiás. O governo⁵ realizou investimentos maciços em energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação. Promoveu a integração nacional, a ocupação e o crescimento do interior. Implantou a indústria automotiva, fez grandes hidrelétricas e mais de 20 mil quilômetros de rodovias. No quinquênio 1956-1961, a economia brasileira cresceu quase 50%. Ademais, promoveu-se intenso florescimento das artes: era o Cinema Novo, a poesia concreta, a Bossa Nova, a literatura, o teatro, as artes plásticas, a arquitetura modernista.

Sabe-se que, no momento de sua posse no Ministério da Fazenda, o café ainda era o principal produto da balança comercial brasileira. A ele dedicou especial atenção, em seu discurso, estabelecendo regras capazes de tranquilizar um mercado muito sensível e sujeito

5 Juscelino Kubitschek teve uma vida marcante no cenário político, tanto a nível estadual como nacional. Como prefeito, implementou mudanças marcantes na capital mineira, como a construção da Pampulha; como presidente, a construção de Brasília. Para maiores detalhes sobre sua vida e obra, ver os textos de Ronaldo Costa Couto: *O essencial de JK: sonho e grandeza, amor e tristeza*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013; *Juscelino Kubitschek*. Brasília: Câmara dos Deputados-Senado Federal, 2011; *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

à ação dos especuladores. “A política do café deve orientar-se no sentido de erradicar a desconfiança e diminuir a instabilidade de preço, prejudicial tanto a exportadores quanto a importadores. Considero fundamental um entendimento entre os países produtores e o principal consumidor – os Estados Unidos – pela via de um acordo que vise não à valorização artificial do produto, mas à estabilização de seus preços num nível capaz de estimular o consumo, sem ao mesmo tempo, provocar um colapso econômico nos países produtores” (Alkmin, 1956).

Outro tema que mereceu especial atenção no mesmo discurso foi a alta dos preços. “O combate à inflação não é tarefa fácil nem politicamente agradável. Mas é indispensável e urgente”, proclamou o ministro. Falou, ainda, do saneamento da moeda, “tarefa a ser enfrentada, não apenas pela compressão das despesas, mas também por um esforço decidido da melhoria da arrecadação”. Repetiu o sumo da filosofia implantada em sua administração quando secretário das Finanças de Minas Gerais: “Tributar com justiça e arrecadar com severidade é uma norma de um governo prudente” (Alkmin, 1956).

Abordou, ainda, o problema da expansão do crédito bancário, “que deve ser contida em limites razoáveis, evitando-se o que já sucedeu em outras fases da vida brasileira, em que o Ministério da Fazenda se esforçava para comprimir gastos, ao passo que o sistema bancário expandia demasiadamente o crédito, impossibilitando uma luta coordenada contra a inflação”. Deixou claro, por fim, “que estes cuidados não significariam restrições ao crédito e à produção, a ser disseminado à grande massa superior a dois milhões de produtores espalhados pelo país. Esse conjunto de providências nada mais é do que a estruturação e o alicerce indispensáveis ao lançamento do Banco Rural, um dos objetivos do governo”.

Ao assumir a pasta, Alkmin herdou a difícil situação econômico-financeira dos governos de Getúlio Vargas e Café Filho⁶. A superprodução do café, os déficits do Tesouro e a perda do poder de compra das exportações formavam na época, segundo Lessa (1983), um “quadro impressionante de desequilíbrios econômicos”. Entretanto, em vez de formular uma política de estabilização financeira, tal como o fizeram Eugênio Gudim e José Maria Whitaker, titulares da pasta da Fazenda no governo Café Filho, Alkmin propôs-se basicamente a impedir que os desequilíbrios tomassem vulto a ponto de comprometer o êxito do programa desenvolvimentista de Kubitschek.

Alkmin iniciou a gestão no ministério sob expectativas de mudança do regime cambial. Em setembro de 1955, o então ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, apresentou um plano elaborado em conjunto com Edward Bernstein, representante do Fundo Monetário Internacional (FMI) no Brasil. O plano pretendia estabelecer o regime de câmbio livre em substituição ao sistema múltiplo de câmbio instituído em 1953 no governo Vargas. Suas principais consequências seriam a desvalorização do cruzeiro e a supressão do “confisco cambial”, mecanismo que propiciava ao governo recursos adicionais para comprar os excedentes de produção do café e subsidiar as importações de petróleo, trigo, papel e outros produtos básicos.

O novo ministro se opôs à reforma cambial e a abandonar a política de defesa do café, entrando em divergência com Lucas Lopes, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento

⁶ Este parágrafo e os próximos estão baseados na biografia de José Maria Alkmin, de Paulo Brandi, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alkmin-jose-maria>. Acesso em: 07 Mar. 2019.

Econômico (BNDE) e Roberto Campos, diretor-superintendente da mesma entidade. Apoiando o ministro da Fazenda, JK rejeitou a reforma em março de 1956, permitindo que a política cambial contribuísse como um dos instrumentos básicos da nova política de desenvolvimento industrial do Plano de Metas.

Por meio da Instrução nº 127 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), de 1956, os equipamentos destinados a setores básicos da economia, como os da produção de veículos e da indústria naval, passaram a figurar, junto com o petróleo, papel e trigo, entre os produtos de importação fortemente subsidiados. Em relação aos cafeicultores, Alkmin manteve o confisco cambial, de um lado, para garantir as bonificações pagas aos exportadores. Por outro lado, no entanto, beneficiou-os ao assegurar a compra de toda produção cafeeira nacional.

Nesse sentido, a política monetária do Ministério da Fazenda procurou atender, ao mesmo tempo, dois objetivos: (1) assegurar o crédito necessário à expansão dos investimentos públicos, um dos pilares do Plano de Metas; (2) atenuar a inflação, que era um dos temas candentes na economia dos anos 1950. Neste caso, o principal instrumento de combate à inflação foi a Instrução nº 135 SUMOC, editada em 19 de julho de 1956, e pela qual se restringia o crédito bancário ao setor privado.

No final do primeiro ano de gestão, dois fatos mostravam-se claros: o limitado alcance das medidas anti-inflacionárias e o êxito da política de valorização do café. Pela análise de Peláez e Suzigan (1976, 1978) o aumento da inflação causou uma queda na taxa de crescimento da renda real, provocada pelo fraco desempenho do setor agrícola. Em compensação, houve recuperação da produção industrial, que aumentava na medida em que se implantava o Plano de Metas.

Pelo lado da arrecadação, Alkmin sancionou, em agosto de 1957, a Lei das Tarifas, após aprovação no Congresso. Por ela, instituíram-se alíquotas protecionistas *ad valorem*, reduzindo as cinco categorias anteriormente existentes para duas. Esta lei ergueu poderosa proteção aos produtores nacionais, contribuindo para a oligopolização dos novos setores industriais. Por outro lado, representou importante aproximação no sentido de uniformizar as taxas diferenciais de câmbio, medida reclamada havia tempo pelo FMI.

Na arena internacional, Alkmin desempenhou um papel coadjuvante. No começo de outubro de 1957, o ministro foi à reunião anual da Junta de Governadores do FMI e do Banco Mundial em Washington, ocasião na qual negociou empréstimos no valor de US\$ 59 milhões, adiantados pelo FMI e bancos privados norte-americanos para aliviar as pressões sobre o balanço de pagamentos.

Ainda em 1957, Alkmin propôs reatar as relações comerciais com a União Soviética, com vistas, sobretudo, à diversificação dos parceiros comerciais do Brasil. O ministro da Guerra, general Henrique Lott, no entanto, foi radicalmente contrário, e, num gesto de cálculo político, passou a responsabilizar o ministro da Fazenda pela crise financeira. Alkmin, viu-se na posição incômoda de ser apoiado pelos líderes da esquerda, como o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Luís Carlos Prestes, que, em março de 1958, elogiou publicamente sua política econômica ao propor a formação de uma frente democrática e nacionalista. Apesar dos esforços do ministério, o ano de 1957 terminou com um expressivo déficit de US\$ 286 milhões no balanço de pagamentos. Tal situação foi provocada pela situação

desfavorável do café e pelo aumento das importações de máquinas e equipamentos visando a atender a demanda das novas indústrias.

No decorrer de 1958, Alkmin tentou obter novos financiamentos internacionais, solicitando ao Eximbank e a bancos privados dos Estados Unidos, empréstimos com pagamento a prazo exíguo, do tipo *swap*, no valor de US\$ 200 milhões, além da liberação de nova quota de US\$ 37,5 milhões junto ao FMI. O Fundo, entretanto, condicionou a ajuda à execução de uma série de medidas que a seu ver regularizariam a situação financeira do Brasil. Após prolongadas negociações, Alkmin obteve o empréstimo solicitado mediante o compromisso de realizar as reformas exigidas pelo FMI. Todavia, as restrições feitas pelo organismo internacional criaram sérios obstáculos à aprovação norte-americana do empréstimo de US\$ 200 milhões. Os embaraços impostos pelos grandes bancos internacionais e o aumento da inflação no primeiro semestre de 1958 expuseram o então ministro da Fazenda a críticas generalizadas, contribuindo para seu desgaste e, conseqüentemente, para sua futura queda.

Um dos principais desafios enfrentados por Alkmin durante sua passagem pela Fazenda deu-se nas questões relacionadas ao café. Já no início de 1957, surgiram os primeiros sinais de crise nos preços do café durante sua gestão. Alkmin decidiu reter parte da receita da exportação do produto para utilizá-la na compra dos excedentes. Os cafeicultores de São Paulo, Minas Gerais e Paraná organizaram um protesto e prepararam uma marcha rumo ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, no dia 18 de junho de 1957. Devido a disputas internas, porém, a caravana não chegou a se concretizar. Este fato fez com que os cafeicultores passassem a reivindicar a saída de Alkmin do Ministério da Fazenda. O movimento de defesa do café retomou suas atividades no ano seguinte, tendo a marcha novamente frustrada, porém, pela atuação do Exército.

Diante da crise supracitada, os cafeicultores passaram a reivindicar uma reforma cambial. Apoiado nos pareceres dos técnicos do Instituto Brasileiro do Café, Alkmin decidiu rejeitá-la, argumentando que a safra de 1956 já havia sido uma das menores até então; por isso, a conjuntura não poderia ser tomada como parâmetro para adoção de política pública de defesa do setor⁷. Naquele ano, foram colhidas apenas 12 milhões de sacas e, por isso, não havia qualquer razão para alterar uma política cambial diferenciada em relação ao setor cafeeiro. Ademais, o preço do produto no mercado externo estava em níveis satisfatórios, e, devido ao acúmulo de estoques, havia tranquilidade no comércio internacional. “Vendemos, ao final de 1956, cerca de 16 milhões e 800 mil sacas de café, pelo preço médio de US\$ 61, permitindo uma receita recorde de US\$ 1,29 bilhão” (Badaró, 1996, p. 266). Como toda produção agrícola, atividade inerentemente de alto risco, o café sofreu, no final de 1956 e início do ano seguinte, os efeitos de severa estiagem, provocando a já citada redução da safra seguinte.

Diante das dificuldades que enfrentava o principal produto da pauta de exportações brasileira, o governo brasileiro enviou Paulo Guzzo, presidente do Instituto Brasileiro do Café, para uma missão no México em que foi formalizado o Convênio do México, pelo qual seis países da América Latina estabeleceram, pela primeira vez, um regime de quotas de exportação do produto. Em janeiro de 1957, Alkmin promoveu, no Rio de Janeiro, a

⁷ Ao invés de aprovar a demanda dos cafeicultores, o ministro, com a ajuda de Assis Chateaubriand, impulsor da atividade cafeeira, iniciou uma grande campanha em favor da produção de cafés finos, com o objetivo de conquistar novos consumidores, especialmente na Europa, cada vez mais exigentes quanto à qualidade do produto.

Conferência Internacional do Café. Neste evento, o Convênio do México foi apoiado por 14 países produtores latino-americanos e Portugal, que ainda respondia por suas colônias. O Brasil propôs que países produtores e consumidores se unissem para estabilizar os preços do café, incumbindo, para tanto, a recém-criada Organização Internacional do Café (OIC). No entanto, a oposição de Estados Unidos e Bélgica inviabilizou sua operação, e ela só passou a funcionar a partir de 1963, após longas negociações na ONU.

Dada a centralidade do Ministério da Fazenda, lá desembocavam os principais problemas da administração federal. A primeira dificuldade enfrentada por Alkmin no cargo fora logo no início do mandato, em 7 de fevereiro de 1956, quando Kubitschek decidiu nomear Tancredo Neves para a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, cargo ocupado anteriormente por ele. “Foi como tomar óleo de rícino com o dedo no nariz”, relatou a amigos. Esta desconfiança se manifestou na prática, quando, em 1957, Alkmin fez sua primeira viagem aos Estados Unidos para participar da reunião do *board* do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Para seu lugar foi designado interinamente Sebastião Paes de Almeida. Tancredo Neves, diretor da Carteira de Redescontos, foi alçado temporariamente à presidência do Banco do Brasil. “Em sua volta, Alkmin constatou os estragos feitos pela curta passagem de Tancredo pela presidência do Banco do Brasil, como a realização de empréstimos altamente inflacionários e de conteúdo duvidoso. Foi mais um ponto de fricção entre ambos, em suas já difíceis relações” (Badaró, 1996, p. 255). Em consequência, Alkmin decidiu que não deixaria mais Tancredo assumir a presidência do Banco do Brasil durante seu mandato.

O ministro também percebeu que outro problema de difícil solução política seria promover um ajuste fiscal socialmente justo. Logo no início da gestão, já havia “declarado guerra” aos sonegadores, determinando providências para a cobrança da dívida ativa. Para tanto, traçou algumas normas e fixou critérios para atingir tais objetivos. Primeiro tratou de impedir que os cargos de delegados do Imposto de Renda, superintendentes da Receita nos estados e inspetores da alfândega no Rio de Janeiro e em Santos fossem providos por critérios políticos ou por indicações de parlamentares. Outro flanco de luta foi aberto nas alfândegas, locais por onde se dava a evasão de divisas brasileiras. Enfrentou interesses arraigados para impedir a reiterada liberalidade da Justiça na concessão de mandados de segurança, precedidos de medidas liminares para liberação dos bens apreendidos.

Tais medidas econômico-financeiras trouxeram-lhe adversidades políticas. Autoridades públicas tiveram o dissabor de ver malas e objetos de viagem retidos no desembarço alfandegário. “Não cedia sob nenhum pretexto. Chocante era a constrangedora visão de milhares de automóveis importados ilegalmente estacionados na esplanada do Castelo. Carros de luxo vindos dos Estados Unidos e da Europa, em flagrante desrespeito às leis brasileiras. A ordem era uma só: apreender tudo” (Badaró, 1996, p. 246). Para combater o crédito especulativo, lançou a Instrução nº 135 da SUMOC, não sem antes vencer sérias resistências pela reação de uma minoria alimentada e acostumada a viver do crédito fácil e da especulação.

Alkmin também promoveu reformas na economia. Sobre o sistema cambial brasileiro, afirmava que algumas de suas características “não poderiam ser considerados como contribuição ao nosso esforço de desenvolvimento econômico e nos mortificava constatar que o preço da moeda estrangeira para importação de um equipamento indispensável à nossa produção era duas vezes mais caro que se essa moeda fosse despendida em viagens

ao exterior” (Alkmin, 1958). Nesse sentido, demonstrava contrariedade ao “verificar que os nossos exportadores eram punidos ao tentarem colocar seus produtos nos mercados externos, quer pelo desestímulo advindo de nossas exigências burocráticas, quer como decorrência de taxas cambiais muito aquém da realidade” (Alkmin, 1958).

Um último ponto de atrito entre o ministro e vários setores políticos foi a construção de Brasília. Alkmin concordava com a importância simbólica da obra, mas a pressa e o volume de gastos em meio a uma política de rigorosa contenção inflacionária, o incomodava. Israel Pinheiro, presidente da Novacap⁸, tocava as obras no passo que se convencionou denominar de “ritmo de Brasília”, movimentando o ministério em busca da liberação de recursos. Por fim, entre os vetores que contribuíram para o desgaste do ministro encontrava-se o desejo de Tancredo Neves de afastá-lo do cargo, livrando-se de um possível concorrente ao governo de Minas nas eleições de 1960.

Diante das pressões supracitadas, aliadas aos interesses de Juscelino de atender a demanda de novos grupos políticos, Alkmin veio a exonerar-se do posto de ministro de Estado da Fazenda no dia 24 de junho de 1958, sendo substituído por Lucas Lopes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

José Maria Alkmin foi ministro da Fazenda num período chave da política e da economia do país. O período em que esteve à frente da economia do país foi marcado por, pelo menos, três fatos marcantes. O primeiro diz respeito à passagem de uma economia agrícola para a industrial. De acordo com Fausto (2001, p. 299), “no curso dos anos 1950-1980 o Brasil se tornou um país semi-industrializado, com o produto industrial mais elevado de todos os países do chamado Terceiro Mundo”. Foi o momento histórico mais intenso do famoso “processo de industrialização através da substituição de importações”. O Plano de Metas do governo JK, um dos mais bem elaborados e executados na história econômica brasileira, contribuiu na passagem do país de uma economia essencialmente agrário-exportadora para uma economia industrial.

O segundo ponto de destaque na atuação de Alkmin no Ministério da Fazenda foi garantir os recursos necessários para a construção de Brasília. Tal projeto foi motivo de muitas críticas, das dificuldades logísticas aos altos custos de realização; por outro lado, significou a realização de um sonho de políticos e economistas que já dominavam os debates, pelo menos, desde o início da implantação da República, no final do século XIX. Brasília constituiu-se, além disso, numa cidade inovadora que, mais tarde, tornou-se patrimônio histórico da humanidade, apesar de ser uma cópia do que existe de perverso nas demais grandes cidades: a expulsão da classe trabalhadora para as longínquas, pobres e periféricas áreas urbanas.

Um terceiro destaque, como consequência deste último, foi a continuação de um movimento de ocupação do Centro-Oeste e do Norte do país, iniciado com a busca pelo ouro, a caça de índios, a procura pelo látex da borracha etc. Desde o descobrimento até

8 Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), empresa pública vinculada à Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal (Brasília), foi criada em 19 de setembro de 1956 pela Lei nº 2.874, com a finalidade de executar os serviços de urbanização e de construção da nova capital da República. O engenheiro Israel Pinheiro foi indicado como presidente da companhia e o arquiteto Oscar Niemeyer como diretor técnico. Tão logo assumiu, Niemeyer começou a elaborar projetos para os primeiros edifícios e organizou um concurso para a criação do projeto urbanístico do núcleo da cidade, o chamado Plano Piloto, cujo vencedor foi o urbanista Lúcio Costa.

meados do século XX, cerca de 90% da população brasileira localizava-se no litoral ou em suas proximidades. Como consequência, as atividades econômicas também se concentravam nessas regiões. A construção de Brasília, acompanhada da abertura de estradas em direção ao Norte, Nordeste e extremo Oeste permitiram uma nova ocupação demográfica e o deslocamento de parte da produção agrícola-agropecuária para essas áreas. Em partes também a produção industrial e o setor de serviços acompanharam tal mudança demográfica.

Em relação à postura de José Maria Alkmin, merece destaque seu pronunciamento no discurso de posse da Câmara dos Deputados de 5 de dezembro de 1958, em resposta a seus críticos de que teria utilizado seus cargos na Secretaria de Finanças de Minas e no Ministério da Fazenda para enriquecimento próprio. Na ocasião, ele explanou suas ações realizadas como ministro de Estado e explicitou sua situação financeira pessoal, dizendo que vendeu a única casa que havia construído em 1932. Como os recursos auferidos não foram suficientes para construir outra, havia contraído empréstimo junto ao Instituto dos Bancários. “Não só a Secretaria das Finanças, em Minas Gerais, como o Ministério da Fazenda, no Rio, só me serviram para maiores privações, para mim e para minha família” (*apud* Couto, 1996, p. 274).

Ainda assim, argumenta-se neste artigo que se tratou de um homem de sua época. Liberal em termos econômicos, conservadores em matérias políticas, José Maria Alkmin cerrou fileiras com os líderes do golpe civil-militar de 1964. Conquanto demonstrasse real preocupação com setores menos favorecidos da sociedade brasileira, jamais postou-se a favor de transformações, sequer pontuais, na estrutura de renda e patrimônio de um dos países mais desiguais do mundo.

Sem incorrer em debate anacrônico acerca de suas posições político-econômicas, entende-se a atuação política de Alkmin como a de um típico representante da elite mineira da primeira metade do século XX. Ainda assim, não se pode negligenciar sua atuante participação no cenário político de seu estado e, de modo mais específico, sua passagem pelo Ministério da Fazenda em momento nevrálgico do desenvolvimento econômico brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALKMIN, José Maria. **Discurso na Assembleia Nacional Constituinte**. Rio de Janeiro, 26 de março de 1934.
- ALKMIN, José Maria. **Discurso de posse na Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 19 de setembro de 1936.
- ALKMIN, José Maria. **Discurso proferido no lançamento da campanha de Eurico Gaspar Dutra à presidência da República**. Belo Horizonte, 8 de abril de 1945.
- ALKMIN, José Maria. **Discurso na Assembleia Nacional Constituinte**. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1946.
- ALKMIN, José Maria. **Discurso de posse como Secretário das Finanças**. Belo Horizonte, 1º de fevereiro de 1951.
- ALKMIN, José Maria. **Discurso de despedida da Secretaria das Finanças**. Belo Horizonte, 19 de outubro de 1953.
- ALKMIN, José Maria. **Discurso na Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro, 13 de abril de 1955.
- ALKMIN, José Maria. **Discurso de posse como Ministro da Fazenda**. Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 1956.
- ALKMIN, José Maria. **Discurso de posse na Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1958.
- ALKMIN, José Maria. **Discurso de posse na Câmara dos Deputados**. Brasília, 13 de junho de 1973.
- BADARÓ, Murilo. **José Maria Alkmin. Uma biografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- BRANDI, Paulo. **José Maria Alkmin**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alkmin-jose-maria>. Acesso em: 07 Mar. 2019.
- CORSI, Francisco L. **A criação das bases da industrialização (1930-1945)**. In: PIRES, M. C. *Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- COUTO, Ronaldo C. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- COUTO, Ronaldo C. **Juscelino Kubitschek**. Brasília: Câmara dos Deputados-Senado Federal, 2011.
- COUTO, Ronaldo C. **O essencial de JK: sonho e grandeza, amor e tristeza**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013.
- COUTO, Ronaldo C. **A saga da família Klabin-Lafer**. Rio de Janeiro: Chermont Editora, 2017.
- DRAIBE, Sonia. M. **Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FONSECA, Pedro Cezar D. **Estado e industrialização consciente: 1930-45**. *Questões de Economia Política*. Porto Alegre, n. 4. 1987.
- FONSECA, Pedro Cezar D. **O processo de substituição de importações**. In REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Orgs.). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2003.

- LESSA, Carlos Francisco Theodoro M. R. de. **Quinze anos de política econômica**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- OLIVEIRA, Ricardo C. de. **O silêncio dos vencedores**. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- OLIVEIRA, Ricardo C. **Família importa e explica**: Instituições políticas e parentesco no Brasil. São Paulo: LiberArs, 2018.
- PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil**: Análise da política, comportamento e instituições monetárias. Rio de Janeiro: IPEA, 1976.
- PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **Economia Monetária**: Teoria, política e evidência empírica. São Paulo: Atlas, 1978.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Helena M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. **Apontamentos para uma História do Brasil no Período 1920-50**. Ensaios FEE, Porto Alegre, n.7,1986.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1986.
- VILLELA, André A. **Dos “Anos Dourados” de JK à Crise não Resolvida**. In: GIAMBIAGI, Fabio et al. (Orgs.). *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

“OS SELVAGENS BRUXOS” DO
ARAGUAIA PARAENSE:
REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS
MISSIONÁRIAS NA REVISTA
CAYAPÓS E CARAJÁS

MILTON PEREIRA LIMA
Secretaria de Estado de Educação do Pará
miltoncau@yahoo.com.br

IDELMA SANTIAGO DA SILVA
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
idelmasantiago@gmail.com

RESUMO

O presente artigo discute as representações discursivas missionárias dominicanas sobre os indígenas do Araguaia Paraense, na primeira metade do século XX, a partir de enunciados presentes na Revista Cayapós e Carajás (RCC) e em obras da memória dominicana sobre a catequese de Conceição do Araguaia. Serão abordados, especialmente, enunciados que se configuram como acusações de que os indígenas seriam “selvagens” praticantes de “bruxarias e curandeirismo”. Essas nomeações, classificações e rótulos visavam legitimar a ação pacificadora, clerical e leiga. Os missionários supunham que a catequese e o batismo apagariam as práticas “do feitiço e do feiticeiro” e transformariam o indígena em “cidadão/cristão”. A eliminação do paganismo dos Kayapó e Karajá, englobando também outros grupos, deveria, em última instância, resultar na “conversão” dos indígenas à cultura ocidental. O funcionamento discursivo desenrolava-se no combate à autoridade de “velhos”, “velhas” e “pajés”, a fim de quebrar sua hierarquia e influência social. A análise discursiva sobre a documentação, antecedida da seleção de temas e enunciados, orientou-se nas formulações teóricas de Bakhtin (1997; 2006) e Orlandi (1990), entre outros, para dimensionar “signos ideológicos” e “práticas divisoras”, articulados dentro de um dado campo cultural.

Palavras-chave: Indígenas; Discurso missionário; Dominicanos; Revista Cayapós e Carajás.

Recebido em 17 de julho de 2020.

Aprovado em 28 de outubro de 2020

“THE WILD WIZARDS” OF
ARAGUAIA PARAENSE:
MISSIONARY DISCURSIVE
REPRESENTATIONS IN CAYAPÓS E
CARAJÁS JOURNAL

MILTON PEREIRA LIMA
Secretaria de Estado de Educação do Pará
miltoncau@yahoo.com.br

IDELMA SANTIAGO DA SILVA
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
idelmasantiago@gmail.com

ABSTRACT

This article discusses the discursive representations of Dominican missionaries in relation to the indigenous people of Araguaia Paraense, in the first half of the twentieth century, based on statements present in the Cayapós e Carajás Magazine (RCC) and in the works of Dominican memory about the catechesis of Conceição do Araguaia. Will be approached, in particular, statements that are configured as accusations that the indigenous people would be “savages” practicing “witchcraft and healing”. However, these appointments, classifications and labels were intended to legitimize the peacemaking, clerical and lay action. The missionaries assumed that catechism and baptism actions would erase the practices “of the spell and the sorcerer” and would transform the indigenous person into a “citizen/Christian”. The elimination of the paganism of the Kayapó and Karajá, also encompassing other groups, should, in the end, result in the “conversion” of the indigenous people to Western culture. The discursive functioning took place in the fight against the authority of the “olders” and “shamans”, in order to break their hierarchy and social influence. The discursive analysis of the documentation, preceded by the selection of themes and statements, was guided by the theoretical formulations of Bakhtin (1997; 2006) and Orlandi (1990), among others, to dimension the “ideological signs” and the “dividing practices”, articulated within a given cultural field.

Keywords: Indigenous; Missionary speech; Dominicans; Cayapós e Carajás Journal.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir as representações discursivas missionárias dominicanas sobre os indígenas do Araguaia Paraense, na primeira metade do século XX, a partir de enunciados presentes na *Revista Cayapós e Carajás* (RCC) e em obras da memória dominicana sobre a catequese de Conceição do Araguaia. Serão abordados, especialmente, os enunciados que se configuram como acusações de que os indígenas seriam “selvagens” praticantes de “bruxarias e curandeirismo”.¹

Os dominicanos criaram sua catequese indígena no Araguaia Paraense, em 1897, juntamente a fundação do Arraial de Conceição do Araguaia. Aqui, a denominação “Araguaia Paraense” refere-se à terminologia encontrada nas fontes (em alguns momentos, mencionada como Vale do Araguaia). Essa denominação é empregada na documentação para referir-se ao território da então Prelazia de Conceição do Araguaia, delimitado entre os rios Araguaia, Xingu, Itacaiúnas e Tocantins. Atualmente, esse território é reconhecido como sul do Pará.

A RCC foi um periódico produzido pelos padres dominicanos e circulava em nome de Prelazia de Conceição do Araguaia, entre os anos de 1922 e 1933. Nessa revista, temos notícias, especialmente, da ação evangelizadora da Ordem dos Pregadores (O.P.) no Araguaia. A RCC tinha periodicidade de quatro edições ao ano, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro. Era vendida e distribuída entre fiéis católicos, principalmente àqueles das regiões sudeste, centro-oeste e sul do País. O acervo físico da revista encontra-se no Arquivo Bartolomeu de las Casas,² em Belo Horizonte, Minas Gerais. Nesse arquivo, encontra-se uma vasta coleção de textos, mapas, relatórios, atas de fundação de cidades, vilas, escolas, hospitais, conventos e igrejas.

Com a publicação da RCC, os dominicanos divulgavam sua ação evangelizadora, bem como defendiam seu estilo de promover a pacificação, autoproclamando-se protetores dos “rebanhos do sertão”. Portanto, a RCC não possui apenas o registro da ação da catequese dominicana, mas também a defesa de seu protagonismo e a eficiência de seu “método” de pacificação.

A O.P. também produziu um conjunto de obras que podem ser genericamente caracterizadas como memória dominicana. O presente trabalho toma como fonte primária complementar as seguintes obras, publicadas na primeira metade do século XX: *Entre sertanejos e índios do Norte: o bispo missionário Dom Domingos Carrerot*, de José Maria Audrin (1947); *O Apostolo do Araguaia: Frei Gil Vilanova, Missionário Dominicano*, de Estevão-Maria Gallais³ (1942) e *Gorotires* de Sebastião Thomaz (1936). Essas obras do tipo biográficas e memorialistas abordam a ação dominicana, suas relações com outros atores sociais e políticos e as relações interétnicas no Araguaia Paraense. Constituem fontes primárias para o estudo das representações missionárias sobre os indígenas, o que justifica sua figuração como material

1 O presente trabalho é uma abordagem desenvolvida com base na pesquisa de dissertação de mestrado intitulada *O discurso dos missionários dominicanos sobre os indígenas do Araguaia na Revista Cayapós e Carajás* (2019), defendida por Milton Lima sob a orientação de Idelma Silva.

2 O arquivo que se encontra sob guarda dos dominicanos reúne documentação das dioceses do Rio de Janeiro, de Uberaba, Belo Horizonte, Goiás, Porto Nacional e Conceição do Araguaia.

3 Gallais também publicou *Entre os índios do Araguaia* (1954), que trata de suas memórias na catequese de Conceição do Araguaia.

objeto de análise neste trabalho.

A abordagem do discurso na RCC e nas obras supramencionadas foi realizada a partir da seleção de temas e enunciados, seguida pela análise das representações discursivas em enunciações e “signos ideológicos” (BAKHTIN, 2006). Compreende-se que os enunciados foram construídos, cultural e historicamente, na dinâmica de atribuição de sentidos, e apresentam as marcas discursivas distintivas da “esfera de comunicação religiosa”. Contudo, não são isolados de outras “esferas comunicacionais” ou “esferas da realidade” (BAKHTIN, 2006, p. 69).

Os missionários dominicanos, durante a ação catequizadora, referiam-se aos indígenas como “selvagens” e caracterizavam suas práticas de curas como “Bruxarias exercidas pelos velhos e velhas” (RCC, nº 26, 1928, p. 3). Em ambas as acusações, sobressaem discursos que funcionavam para produzir vazios que justificariam a ação missionária. Assim, na primeira parte deste trabalho, intitulada *Os “selvagens” e o “deserto nas almas”*, discute-se como deveria funcionar, paradoxalmente, a associação entre esses enunciados e a simbologia da demonização “das trevas da morte” para produzir as almas “vazias” a serem “resgatadas” do paganismo.

Na segunda parte, intitulada *Os “bruxos” e “feiticeiros”*, fica mais evidente que o discurso da bruxaria se refere a um “combate com a própria sombra” e à produção de um vazio religioso entre os indígenas. Os enfrentamentos dos dominicanos a esses sujeitos parecem apontar para a presença do xamanismo como sistema concorrente a ser suplantado pela catequese missionária.

Por fim, o trabalho evidencia que a prática discursiva na RCC é uma ação de representação de dicotomias e funciona como uma prática divisora.

OS “SELVAGENS” E O “DESERTO NAS ALMAS”

Os missionários concebiam a si mesmos como os detentores da condição moral/espiritual, capazes de conduzirem a alma “selvagem” à salvação. Isto é, eles entendiam que seu arcabouço valorativo religioso, que também era base dos pilares do “mundo europeu”, poderia ser transmitido aos habitantes do “mundo americano”. Na catequese, o código religioso é o privilegiado, e a partir dele se pensa a civilização (POMPA, 2006). Portanto, os “enviados da Igreja” julgavam que estariam aptos a “resgatar das trevas” (THOMAZ, 1936, p. 14) as almas que eles consideravam pagãs ou aqueles que eles denominavam “selvagens”.

Ao chegar ao Araguaia, os missionários se deslumbravam com a possibilidade da conversão de um mundo “selvagem” e diziam que o sertão se assemelhava ao:

DESERTO NAS ALMAS... tudo selvagem... Levas de Karajás esperavam a salvação. Habitantes das praias, esses valentes tapuias passavam a vida num continuo vae-e-vem pelo rio majestoso. Nenhum Karajá batizado! Numa terra tão prodiga de luz as almas jaziam nas trevas da morte. (THOMAZ, 1936, p. 14).⁴

Diante desse entendimento, abria-se aos padres da O.P. um campo de oportunidade para a ação catequizadora: “Levas de Karajás esperavam a salvação” ou “Nenhum Karajá batizado”. Dizer que o Araguaia é constituído por habitantes que tinham um “DESERTO NAS ALMAS” é afirmar que os indígenas tinham almas “vazias” e poderiam ser catequizados. Há, ainda, no

⁴ Registra-se que a escrita original, na forma apresentada nas fontes, será mantida em todas as citações diretas.

texto citado, uma transvaloração de sentido ou refração de mundo, incluindo a simbologia da demonização “das trevas da morte”. Ademais, a palavra “salvar” expressa o sentido de “resgatar” o “outro” da condição de pagão enquanto habitante do mundo “selvagem”, e também diz do projeto de transformar os indígenas em “civis”, recuperando-os ao consórcio humano (POMPA, 2006). As missões “não são apenas o cristianismo em ação, mas a ‘civilização cristã’ em ação, com suas estruturas de poder e seus limites de sentido” (GASBARRO, 2006, p. 74). Assim, a catequese é também um processo antropológico de civilização.

Se as palavras têm uso social e histórico, desde a perspectiva anteriormente citada é possível aproximar-se da finalidade do emprego recorrente da palavra “selvagem” nos textos da RCC. Nas diversas “PALESTRAS ETHNOLOGICAS”,⁵ há a descrição do “selvagem”. Tal referência sobre os indígenas era a denominação usual para demarcar a fronteira entre os supostos civilizados e os não civilizados, entre os cristãos e os pagãos. “Selvagem” era a marca linguística referencial dos missionários na identificação do “outro”, como se pode ver no recorte a seguir.

PALESTRAS ETHNOLOGICAS
O SELVAGEM

Muitos imaginam que é fácil definir o selvagem: pen- sam que o Indio reduz-se só a um typo e que não há nada mais parecido com um índio do que outro índio. Erro gran-de. E’ o erro dos que na raça africana só reconhecem um original e que na raça amarela não sabem distinguir um japonez dum anamita ou dum habitante da china.

No entanto depois de algum tempo de convivência com os Indios, é fácil distinguir as raças diversas e atribuir a cada nação as particularidades que a caracterizam.

Conceição do Araguaya é lugar favoravel para recolher dados e informações e centralizar todas as averiguações. A cidade é a sede da catechese catholica da tribu “Cayapó” e da tribu Carajá. De vez em quando offerecem alguns “Akues” da tribu “cherente”. Os “Tapirapés”, os “Javaés”, os “Gaviões” são de fácil alcance. Quanto ás tribos dos mansos “Jurunas”, dos bravos “Gorotirés”, dos cruéis “Assurinís”, uma viagem ao “Rio Freesco” e ao “Xingú” pode nos proporcionar o ensejo de encontrar certos índios dessas tribos que se prestam a nos fornecer meios de formar um juízo verdadeiro e exacto sobre a raça á qual pertencem.

Encontrando um índio devemos olhar para o seu typo anthropologico, isto é, para as feições do seu corpo.

De raça para raça tudo difere: forma de nariz, ma- çãs do rosto, olhos, physionomia geral, forma das mãos, dos pés, etc... É o segundo índice ethnologico.

O terceiro índice é o linguístico. Notam-se algumas palavras: agua, fogo, terra, comer, beber, etc. – uma dezena será suficiente para achar o grupo de língua de que deriva a língua da tribu.

Mais tarde algum sábio especialista fará um estudo mais profundo, e mais scientifico: essas são porém as linguas geraes. Com ellas um simples observador chega a se convencer logo da grande variedade que existe nas tribos indígenas.

(RCC, n° 2, 1922, p. 5)

No suplemento citado, os religiosos observam que, antes de tudo, os indígenas são “selvagens”, mesmo com as diferenças entre as “tribos”. O discurso referido é marcado, então, como signo identitário que conecta todos os indígenas, segundo a descrição dos religiosos, ao

⁵ As “Palestras Ethnológicas e “Notas Ethnográficas” não eram uma seção da revista. Mas, entre 1922 e 1928, elas estão presentes em oito números da RCC (números 2, 5, 6, 8, 22, 23, 24, 25).

fato de serem “selvagens” ou “mansos”. Essa dicotômica identificação nada mais é do que uma gradação quanto à representação do indígena segundo uma condição anterior à “pacificação”. Pelo menos, esse é o sentido do discurso dos religiosos em função de sua ação. Ademais, essa classificação dicotômica da alteridade indígena tinha lastro histórico nas práticas coloniais:

A construção da alteridade indígena, não apenas por oposição à identidade européia, mas também a outras indianidades, pelas dicotomias bravo/manso, gentio/doméstico, civilizado/selvagem, está clara nos relatos sobre o índio “tapuia” do Nordeste, construído como categoria colonial em oposição ao mundo tupi e colada à noção de *sertão* (POMPA, 2006, p. 121).

Os dominicanos apresentam, ainda, o que eles chamam de índices etnológicos e linguísticos. Com isso, busca-se “definir o selvagem” apoiando-se em categorias supostamente científicas. Contudo, ressalta-se que o estudo científico ainda estava por ser realizado. Se a gramática prioritária é do campo religioso, a inscrição do “outro”, nos registros missionários, também deposita significações vinculadas ao campo mais amplo da modernidade ocidental (MONTEIRO, 2006). Assim, o discurso que busca identificar e representar o “selvagem” revela-se atravessado por outras esferas discursivas. A isso Bakhtin denomina “dialogia”, esclarecendo que não há enunciados isentos das influências de outros enunciados: “o enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera” (BAKHTIN, 1997, p. 317). Por isso, vê-se o discurso religioso em um esforço responsivo a enunciados do campo da cultura (gramática própria da antropologia), visando a fornecer uma inscrição do “outro” para além do estritamente religioso para justificar e dar sentido a sua ação.

A retratação e a representação dos indígenas é, repetidamente, acompanhada de assimetrias e dicotomias. Utiliza-se o cabedal cultural denominado civilizado para refratar o indígena. A representação é sempre um olhar a partir de si para o “outro”. Por isso, a significação do indígena como cidadão era a conformação da representação dos valores dos religiosos ao tentarem significar o indígena. Para Bakhtin (2006), não há representação sem significação; o sentido é construído, socialmente, no solo das relações ideológicas. Descrever o indígena como um “selvagem” é concebê-lo como algo passível de modelagem, doutrinável; um “deserto nas almas”, desprovido de atributo espiritual. Segundo Thomaz (1936), os indígenas eram almas “desertas e pagãs”, um rebanho, uma possibilidade de evangelização e, portanto, de salvação.

O sentido da fé dos missionários é, dessa forma, o seu sentido de mundo, sua significação moral e ideológica (própria de sua esfera discursiva). Fé, aliás, que os indígenas teriam que professar negando, conforme os missionários, suas “crenças” e “superstições”. Aliás, esse era um dos paradoxos da catequese: “Falar de superstição, isto é, de excesso de religião em um país onde não há nenhuma” (GASBARRO, 2006, p. 80). Ademais, combater as superstições — como excessos de crença — quando a existência de “crenças” era a possibilidade para a conversão, isto é, o que permitiria “transformar a ‘crença’ na verdadeira Fé, transformando ao mesmo tempo a ‘barbárie’ em civilização” (POMPA, 2006, p. 118). Portanto, a fé da religião cristã é tomada como o paradigma e “todo o resto é desvio, excesso de fé, crença e prática supersticiosa, ‘a causa e o fim de todo o mal’” (GASBARRO, 2006, p. 96). Assim, após a catequização, os indígenas deveriam abandonar as suas práticas culturais, consideradas pelos

missionários como “pagãs” ou “feitiçaria”. A seguir, são apresentados dois fragmentos da RCC:

SELVAGENS

Conceição do Araguaia é lugar favorável para recolher dados e informações e centralizar todas as averiguações. A cidade é a sede da catequese católica da tribo ‘Cayapó’ e da tribo Carajá. De vez em quando oferecem alguns “Akues” da tribo “Xerente”. Os “Tapirapés”, os “Javaés”, os “Gaviões são de fácil alcance. Quanto as tribos dos mansos “Jurunas”, dos bravos “Gorotires”, dos cruéis “Assurinis”, uma viagem ao “Rio Fresco” e ao “Xingu” pode nos proporcionar o ensejo de encontrar certos índios dessas tribos que se prestam a nos fornecer meios de formar um juízo verdadeiro e exato sobre a raça a qual pertencem. (RCC, nº 2, 1922, p. 5).

VISITA AOS APINAGÉS

Desnecessário é dizer que o terço foi oferecido pela **conversão** dos Índios. Ia repousar quando chegou uma visita de importância. Era o capitão Pedro, da aldeia vizinha chamada do Gato Preto, que vinha cumprimentar-me e convidar-me a visitar no dia seguinte a sua aldeia. Estava muito bem vestido e rodeado do seu séquito. Conversamos amistosamente por espaço de uma hora. Asseverava-me que estavam todos muito satisfeitos da minha visita, embora curta e que queriam batizar todos os seus filhos e mesmo casar-se cristãmente. Respondi que por esta vez batizaria umas poucas crianças das mais novas porque faltavam padrinhos cristãos e estava desprevenido de roupas apropriadas. (RCC, nº 2, 1922, p. 6).

Esses fragmentos citados convergem para o mesmo ponto — a condição de não cristãos dos “selvagens” — e repetem signos ideológicos que imprimem rotulagem e denotam hierarquia sociocultural como prática divisora missionária. É dessa constatação e prática divisora que se estabelece a missão catequética de Conceição do Araguaia, a RCC e sua enunciação dialógica “salvemos nossos índios” (LIMA; SILVA, 2019). A marcação enunciativa que caracteriza esses povos, no registro dominicano, é sua categorização como “selvagens” e, portanto, catequizáveis.

Elenca-se na RCC distinções classificatórias sobre o “outro”. As características “mansos”, “bravos” e “cruéis” são descritas pelos catequizadores, mas também se tratam da demonstração de que nem todos os indígenas se submetiam sem resistência à doutrina da catequese e da “pacificação”. O discurso dominante classificava os indígenas a fim de controlá-los e, dessa forma, havia os índios “submissos (bons) e rebeldes (maus, selvagens)” (ORLANDI, 1990, p. 141). Enfim, uma separação entre quem poderia ser batizado e quem ainda necessitava de doutrinação, já que o batismo também significa nomeação, domínio.

A catequese tinha, entre seus objetivos, a “conversão dos Índios” e, segundo a narrativa da RCC, os próprios indígenas “queriam batizar todos os seus filhos e mesmo casar-se cristãmente”. No que se refere à “conversão”, Orlandi (1990) afirma que essa “nobre” tarefa é delegada ao missionário na colonização, que se impõe a fim de “reduzir” os indígenas aos seus deveres. Cabe destacar que essa categoria de “redução” remonta ao período colonial, quando a política de aldeamentos e de *reducciones* visava construir “uma conversão religiosa”, que mirava “um novo paradigma de vida indígena” (AGNOLIN, 2006, p. 486). Dessa forma, evidencia-se que o modelo de missão por redução tinha, nos seus pressupostos, o objetivo civilizatório, tendo em vista que a redução era a manifestação do “domínio político como policiamento voltado para modificar os (excessos dos) costumes indígenas” (*Idem*, 2006, p. 485)

Conforme os padres da O.P., os indígenas, por serem passíveis de “salvação”, precisavam da “conversão” cristã, sendo necessária sua catequização. Dessa forma, muitas visitas realizadas pelos padres às aldeias tinham como objetivo o preparo “espiritual”, que ocorria no mesmo momento em que se desenvolvia o trabalho “educacional”. Era aplicado o ensino das primeiras letras, depois da doutrina e da reza, e, em seguida, o batismo. Esse era a culminância de um longo trabalho de evangelização, uma atribuição religiosa que se dava com a concessão de um nome cristão ao indígena. Nomear/batizar engendra uma operação classificatória, uma ação tanto de identificação como de controle. Por último, havia o casamento entre os indígenas nos moldes do Cristianismo.

A catequização era apresentada como o anteprojeto de “civilidade” que daria conta da conversão do indígena. Operava-se a pacificação pela Igreja, que é uma das instituições com poderes constituídos próprios, capaz de atuar na manutenção de ideologias dominantes. Nessa tarefa, acrescia o “poder tutelar” desempenhado por agentes do Serviço de Proteção ao Índio (SPI),⁶ que, não raro, também justificava a “pacificação” com o fato de os indígenas serem “violentos”, “antissociais” e “perigosos” (LIMA, 1995, p. 82).

Ao realizar a análise das fontes primárias, tanto na RCC como nas obras da memória dominicana aqui estudadas, observa-se que a representação do indígena refletia o horizonte social do missionário. O dizer “nas trevas da morte” atribui o sentido de uma condição de perdição da alma — pelo menos segundo a tradição cristã — e estabelece a necessidade de salvação dos “selvagens”. Contudo, o que estava em xeque não era apenas o indígena dito “selvagem”, mas também seus territórios de vida. Para os dominicanos, os corpos e os territórios de vida dos indígenas eram vislumbrados como a “fronteira do reino do diabo” (GALLAIS, 1942). Isso justificava sua missão de “salvar as almas” dos “selvagens” e “domesticar” a “terra tão prodiga de luz” (que se mantinha como *locus* de incivilidade), o que remonta a uma longa tradição ocidental europeia em relação aos chamados lugares incultos.

De acordo com Barbosa e Drummond:

No Velho Testamento há 254 referências pejorativas a “deserto”, “desperdício”, “selvagem” etc. No Novo Testamento termos equivalentes aparecem 35 vezes. Na mitologia grega clássica, também, as florestas e os lugares ermos eram habitados por deuses secundários ou entidades malignas. Na cultura popular do norte da Europa, na Idade Média, esses mesmos lugares eram identificados com densas florestas povoadas por elementos sobrenaturais temíveis. (BARBOSA; DRUMMOND, 1994, p. 11).

Assim, as “trevas” carentes de luz significam também os territórios das **práticas e dos costumes indígenas**, o sertão “selvagem” a ser “domesticado” pela luz da religião e das leis do Estado. Em outros trechos da RCC, aparecem enunciações que idealizam os “bons índios”, referindo-se à intenção de “Domesticar os selvagens” segundo as noções de propriedade, em termos do respeito ao código civil e às leis vigentes no País. Pretendia-se a transformação/invenção dos indígenas, retirando-os da condição de “obstáculos” e alcançando

⁶ O SPI era a agência indigenista estatal, criada em 1910. Seu primeiro diretor foi o Marechal Cândido Rondon, que defendia a proteção leiga aos indígenas para permitir sua “lenta e espontânea evolução” (OLIVEIRA, 2016, p. 170), associada ao emprego da força de trabalho indígena. Houve tensões entre agentes do SPI e missionários, pois os primeiros tendiam a defender a exclusiva ação estatal na política indigenista e tinham relação com disputas pelos “subsídios estatais” (PIC, 2014, p. 206). O SPI implementou dezenas de postos de “atração” e “pacificação” em várias partes do Brasil, inclusive em Conceição do Araguaia e áreas circunvizinhas, ativando métodos ditos de “aculturação” e “proteção” dos territórios indígenas. O SPI foi extinto em 1967, quando da criação da Fundação Nacional do Índio.

o seu “aproveitamento” na sociedade diante das práticas para viabilizar a atividade mercantil extrativista.

Assim, o esforço de remoção de obstáculo — portanto, de “salvação” e “domesticação” — convergia com o projeto de incorporação econômica do “bom” indígena e do seu território. Ainda que esse tema não seja desenvolvido aqui, ressalta-se que os sentidos reproduzidos nos discursos dos missionários sobre o “aproveitamento” dos indígenas retomam Couto de Magalhães,⁷ o qual era considerado pelos missionários como um “genial sertanista” (AUDRIN, 1947, p. 6). Esse político e empresário é representado, discursivamente, na literatura da O.P., como um dos primeiros a tentar “civilizar” e “aproveitar” o indígena durante a realização de seus planos empresariais e políticos de navegação comercial dos rios Araguaia e Tocantins. Por exemplo, na RCC (nº 10, 1924, p. 2–3), publicou-se um texto intitulado *O selvagem como elemento econômico*, que trazia parte da apresentação “Ao leitor” do livro *O Selvagem*, de Couto de Magalhães, originalmente publicado em 1876.⁸ Nessa obra, elaborada depois de suas viagens e expedições pela bacia do rio Araguaia, Couto defende, concomitantemente, o “aproveitamento” e a solução do “problema do índio”. Destacam-se, pelo menos, três sentidos construídos por Couto de Magalhães e reproduzidos nos discursos dos missionários sobre o indígena: a) é violento, bravo e sanguinolento; b) é um “selvagem” e precisa ser “domesticado”/“pacificado” e c) é um obstáculo/problema a ser resolvido. Além disso, é reproduzida a ideia de aproveitamento do indígena como força de trabalho para atividades econômicas de exploração do território.

A prática discursiva da RCC é uma prática de representação de dicotomias. Representa-se o indígena sempre no seu desprestígio: o desqualificando, no contexto das relações interétnicas entre os padres da O.P., os sertanejos e indígenas, nas cercanias do Araguaia Paraense. Portanto, de ponta a ponta, as discursividades missionárias são enunciações que funcionam como práticas divisoras.

Os “BRUXOS” E “FEITICEIROS”

Por que os missionários consideravam seu método de “pacificação” mais eficiente do que os praticados pelos agentes da pacificação leiga do SPI? Qual o sentido na afirmação de que “pajés”,⁹ “velhos” e “velhas” são promotores de intrigas, mentiras e feitiçarias? Ressalta-se que os dominicanos tinham histórico de envolvimento direto com o tema da bruxaria, desde a Idade Média europeia. Eles foram acusados de participar dos “Tribunais da Inquisição que varreram aquela parte do velho mundo de norte a sul, leste e oeste, torturando e assassinando em massa aqueles que eram julgados heréticos ou bruxos” (MURARO, 2015, p. 82). Entre

7 Os missionários da O.P., antes de fundarem Conceição do Araguaia, moraram na então Província de Goiás, a mesma governada pelo político, homem de confiança de Dom Pedro II, Couto de Magalhães. Esse também exerceu o cargo de governador das Províncias do Pará, do Mato Grosso e de São Paulo. Foi deposto como governador de São Paulo na ocasião da proclamação da República, sendo, logo depois, liberado por reconhecimento a sua atuação como “desbravador” dos sertões brasileiros. Encontram-se referências e citações de Couto de Magalhães na RCC e nas obras de Audrin (1947) e Gallais (1942).

8 Couto de Magalhães viveu entre 1837 e 1898. De acordo com Lima (2019), no século XIX, Magalhães tentava implantar, a qualquer custo, seu projeto de transporte fluvial pelo rio Araguaia, que contava com força de trabalho indígena.

9 Entre os Kayapó, o termo empregado para nomear o xamã era Wayangá. O “conhecimento de ervas medicinais e fórmulas mágicas não estava, contudo, limitado aos xamãs, mas estava e continua difundido entre a população” (TURNER, 1991, p. 77). Contudo, ressalta-se que somente o xamã recebia formação espiritual de um outro xamã ativo para desenvolver suas capacidades de transe, estabelecer contatos e consultar espíritos humanos e/ou animais (VIDAL, 1977).

os dominicanos, um dos mais notórios inquisidores medievais foi Heinrich Kramer, autor do *Martelo das Bruxas*, que é um manual de “caça às bruxas”. Depois de tornar-se membro do O.P. e ter autorização via bula Papal, Kramer passa a condenar mulheres sob a acusação de prática de “bruxaria”. Conforme Muraro (2015, p. 258), Cartas Apostólicas delegaram aos dominicanos a atuação como “Inquisidores de tais depravações heréticas”.

No período colonial, a denúncia inquisitorial de feitiçaria e bruxaria recaía também sobre os “pajés” indígenas. Segundo Cruz (2014, p. 71), “no século XVIII, no Grão-Pará, diversos indígenas serão acusados como “feiticeiros”, seja por indivíduos que conviviam próximos (índios, mestiços e brancos), como também pela atuação de um Tribunal especializado neste tipo de delação: o Santo Ofício”. Com base nos estudos de Métraux (1964)¹⁰ e Sztutman (2012),¹¹ Cruz afirma que:

Os indígenas tinham as suas próprias representações de “feitiçaria”, identificada, especialmente, na disjunção dos atributos do pajé (xamã) — que deveria atuar em benefício coletivo — e do “feiticeiro” — acusado de usar de forma nociva o seu poder. A distinção manifestava-se nos propósitos a partir dos quais os personagens praticavam os seus saberes. Entre os indígenas, os “feiticeiros” eram considerados tanto figuras antissociais (distanciadas do espírito de comunidade) como também inimigos de outros indivíduos, e suas capacidades nefastas serviam de explicação para infortúnios coletivos e desgraças individuais. (CRUZ, 2014, p. 70).

Portanto, os colonizadores incentivaram ou impuseram à pajelança indígena representações acerca dos “feiticeiros índios”, não raro, aproveitando-se da ambiguidade moral associada ao seu papel entre os próprios indígenas. Os registros de cronistas e funcionários inquisitoriais são as principais fontes para o estudo sobre a atuação dos pajés indígenas, assim como das práticas de acusação de feitiçaria (CRUZ, 2014). Além do longo histórico de envolvimento dos dominicanos com o tema da bruxaria europeia, não era alheia à gramática colonial dos missionários a associação do tema às práticas e aos personagens do xamanismo indígena. Assim, mesmo no século XX, encontram-se nos textos da RCC a classificação de indígenas do Araguaia como praticantes de “Bruxarias” (RCC, nº 26, 1928, p. 3) e a condenação de suas práticas como pagãs.

Ao analisar textos da época colonial da América espanhola e portuguesa, o historiador Ronaldo Vainfas (1995, p. 23) chama a atenção para “os embates culturais deflagrados pela expansão europeia na América”. Ele caracteriza esse “estranhamento” como “combate com a própria sombra”, uma vez que os conquistadores estavam diante de um dilema: “reconhecer o outro — inventariar as diferenças que o separavam do homem cristão ocidental — e afirmar o ego, isto é, hierarquizar as diferenças, rejeitando o desconhecido por meio da animalização e da demonização” (VAINFAS, 1995, p. 23). Se a civilização do Ocidente europeu é cristã, na colonização do Novo Mundo “o código cultural da religião determinou, social e simbolicamente, a primeira ‘ocidentalização do mundo’, bem como a primeira ‘invenção do outro’.” (GASBARRO, 2006, p. 77).

Os padres da O.P., de certo modo, acabaram repetindo, no Araguaia, uma posição hierárquica cultural ao optar por reinventar o “outro”, tendo suas próprias representações

10 MÉTRAUX, Alfred. A Religião dos Tupinambás. São Paulo: Cia. Editora Nacional, Brasileira, vol. 267, 1979.

11 SZTUTMAN, Renato. O Profeta e o Principal. A Ação Política Ameríndia e Seus Personagens. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2012.

“demónios” e “bruxarias”) como base cultural para marcar as assimetrias e os valores culturais existentes nos não cristãos. Ao dizer “dominam toda a tribo graças ao seu pretendido poder” (RCC, nº 26, 1928, p. 3), os clérigos da O.P. acabavam reconhecendo o lugar e a posição hierárquica que os “velhos”, “velhas” e “pajés” ocupavam dentro dos agrupamentos indígenas.

O conhecimento indígena sobre formas de cura, ervas e suas propriedades, ritos e rituais de passagem, saberes e memórias propiciava aos “pajés” um status de mediador entre o mundo físico e o mundo sobrenatural. De certa forma, saberes singulares também conferiam uma posição social que advinha da tradição oral indígena e elevava os “velhos e “velhas” a um certo grau hierárquico, que chocava e rivalizava com a autoridade moral/espiritual dos missionários sobre aquilo em que se deve crer.

De fato, segundo a concepção apostólica, o alvo a ser combatido deveria ser “o grande impedimento à conversão” (VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p. 25), ou seja, os costumes indígenas vistos como pagãos, não cristãos. O antropólogo é irônico ao se reportar à fase da evangelização da época colonial e às relações entre jesuítas e Tupinambás, declarando que “os missionários não viram que os ‘maus costumes’ dos Tupinambás eram sua verdadeira religião” (*Idem*, 1992, p. 25). Muito embora os estudos de Vainfas (1995) e Viveiros de Castro (1992) abordem um período anterior ao desta investigação e tratem da fase da colonização das “Américas”, servem a este estudo para demonstrar a tradição apostólica de “rotulação” e estranhamento. Portanto, evidenciam que o discurso missionário permaneceu buscando sua própria sombra, tendo o código religioso cristão como prioritário e paradigma na produção de hierarquias de sentido.

De certa maneira, os saberes e práticas identificados na pessoa dos “pajés e “velhos” indígenas passou a rivalizar com a tradição cristã. Eles exerciam e usufruíam de certa autoridade, tanto no campo religioso como nas práticas de curandeirismo, e sua persistente atuação engendrava barreiras para a conversão ao catolicismo. De fato, é em função dessa rivalidade que se justifica o combate ao “outro”. Esses sujeitos foram demonizados e rotulados como bruxos a partir de signos e crenças oriundos do “velho mundo”. Portanto, o projeto de “salvação” dos padres concebia os representantes dos costumes “pagãos” não ocidentais como mantenedores de práticas e crenças que impediam a adesão à “boa nova” por parte dos diversos grupos étnicos do Araguaia. Diante disso, conforme a RCC, os clérigos passam a rotulá-los como “mentirosos” e “bruxos”.

A seguir, apresentam-se as acusações, materializadas na RCC, que pesavam sobre os “velhos”, “velhas” e “pajés” membros das várias etnias indígenas do Araguaia:

I. Acusações de bruxaria e feitiçaria:

Os índios creem na existência de um Ser Supremo, mas o reputam demasiadamente condescendente e nada fazem para honra-lo, considerando coisa muito mais importante precaver-se da malícia dos maus espíritos. As **Bruxarias** são exercidas pelos **velhos e velhas** que dominam toda a tribo graças ao seu pretendido poder. (RCC, nº 26, 1928, p. 3, grifo nosso).

Triste e terrível **feitiçaria** que tanto desharmoniza e infelizita os gentios que torna-se tão grande obstáculo para a Catechese! É a obra lidima do Espírito da **inveja e da mentira**, o Tyrano que ainda domina no mundo um bilhão de seres humanos. (RCC, nº 23, 1928, p.14, grifo nosso).

II. Acusações da prática de feitiço:

Uma aldeia Carajá da Ilha do Bananal acusou um **velho** da aldeia vizinha de ter lançado **feitiço** donde teria resultado a morte dum chefe Carajá. Os filhos deste resolveram matar o **feiticeiro**. A morte do feiticeiro acendeu o ódio no coração dos parentes que por sua vez foram atacar os assassinos e conseguiram balear um jovem Carajá. (RCC, nº 7, 1924, p. 8, grifo nosso).

Um dos grandes obstáculos que encontram a Catechese é **feitiço**, ao qual os Selvícolas atribuem quase todas as suas doenças. É uma crença sega, obstinada. No entanto e patente que os remédios que curam as doenças dos crhistãos, curam também, em condições iguais as moléstias dos Índios. **Depois do baptismo** é que esse medo quase terror, **do feitiço e feiticeiro** vai diminuindo. (RCC, nº 6, 1923, p. 9, destaque da revista).

III. Acusação da prática de curandeirismo e feitiço:

Há entre eles como em toda tribo indígena **curandeiros e tiradores de feitiço**. Assustamos ao tratamento de uma dor de barriga na própria pensão do Capitão Candjanabbi. Essa dor não passaria talvez de uma vulgar indigestão, visto que o incomodo aparecera depois de uma copiosa absorção de peixe e caça. O doente estava deitado na rede e barriga para o ar. O médico pitava, engolindo fumaça. Depois colocava à boca o umbigo do cliente e chupava com força, repetidas vezes. Finalmente, afastando-se um pouco, fazia esforços inauditos para provocar o vomito e lançar fora a doença que tinha aspirado. (RCC, nº 10, 1924, p. 4).

Os missionários afirmavam que “as Bruxarias eram exercidas pelos ‘velhos’ e ‘velhas’.” (RCC, nº 26, 1928, p. 3). Pode-se supor que os dominicanos combatiam esses sujeitos, por considerarem o xamanismo¹² uma barreira à catequese missionária. Por isso, ressaltam-se as seguintes acusações: “Os índios creem na existência de um Ser Supremo”; “As Bruxarias são exercidas pelos velhos e velhas”; “O médico pitava, engolindo fumaça”. Ademais, ao discurso da bruxaria acrescenta-se o da produção de um vazio, ambos podendo ser representados no signo do deserto: As muitas etnias do Araguaia coexistiam em um “deserto, deserto nas terras, deserto nas águas” (THOMAZ, 1936, p. 14). Assim como no período colonial, quando a noção judaico-cristã de idolatria¹³ orientou o registro etnográfico e as atitudes dos colonizadores face ao Outro (VAINFAS, 1995), os padres dominicanos do Araguaia orientavam-se por pressupostos e simbologia do tipo “demoníacas” ou “santas”, próprias de seu credo.

Além disso, a pacificação e o apagamento das culturas indígenas eram parte da contribuição da catequese para a pretensa formação da sociedade e da cultura brasileira. O mesmo discurso que cria práticas divisoras, que classifica, nomeia e rotula, pretende moldar ou “inventar” um “outro” indígena. Sabendo que “a Igreja nunca teve, nem tem, neutralidade” (ORLANDI, 1990, p. 136), sua prática discursiva e sua ação doutrinária convergem pelo viés do funcionamento da significação de enunciados e signos ideológicos próprios da esfera discursiva religiosa.

O discurso dominicano pretendia convencer que o batismo apagaria as práticas “**do feitiço e feiticeiro**” (RCC, nº 6, 1923, p. 9, destaque da revista) e criaria, pela doutrinação,

12 O xamanismo desempenhava um papel importante na cultura Kayapó tradicional, “satisfazendo necessidades que não podiam ser atendidas pelo sistema ritual comunal. Destas, as mais importantes eram aquelas associadas a crises individuais de saúde e perigo coletivo na guerra” (TURNER, 1991, p. 77).

13 “Para o cristianismo como *vera religio*, são ‘superstições’ tanto as fábulas dos antigos quanto os mitos dos huronianos, tanto os deuses imanentes do politeísmo quanto os espíritos da floresta, tanto os sacrifícios das grandes civilizações quanto os rituais cotidianos dos selvagens. Tudo isso constitui, com efeito, um excesso insuportável, o da ‘idolatria’.” (GASBARRO, 2006, p. 94).

um indígena “cidadão/cristão”. Portanto, acabaria com o paganismo entre os Kayapó e Karajá e as demais etnias, o que significava a “conversão” aos costumes ocidentais. Assim, o funcionamento discursivo desenrolava-se no apagamento da autoridade dos “velhos”, “velhas” e “pajés”, a fim de quebrar sua hierarquia e influência social.

O fato de a RCC ter circulação nacional¹⁴ tornava possível, na direção do leitor/interlocutor, um funcionamento discursivo de tentar demonstrar que os supostos praticantes de bruxaria, ao agirem, desequilibravam as relações entre os próprios indígenas. Por meio desse discurso, pretendia-se demonstrar quem supostamente oferecia perigo aos demais indígenas e buscava desmoralizar/criminalizar os acusados de práticas de “bruxaria”. Em seguida, a mesma discursividade da RCC apontava para a condição necessária à “salvação” da alma, ou a superação do domínio do poder dos “pajés”: o batismo. Para os padres da O.P., o batismo seria a coroação sacramental capaz de “eivar” o espírito do indígena ao patamar de temente a Deus. Ao passo que seriam submissos aos missionários e aptos a reconhecerem as “políticas públicas” estatais.

De acordo com Orlandi:

O Estado estabelece com o índio uma relação tal que não são só as diferenças que se apagam: o próprio índio deixa de existir como índio. O modo como o Estado rege suas relações com a ciência, a religião e a política social, trabalha os sentidos destas. A necessária relação como Estado faz com que os discursos científico, religioso e político se apresentem sob a modalidade do discurso liberal: o que se funda na igualdade jurídica de direitos e deveres. No entanto, tratar o índio como igual já é em si apagar a diferença que ele tem e que é cerne de suas relações. A mera aplicação do discurso liberal já é um mecanismo de apagamento. Essa fala se sustenta sobre a relação de dominação do branco; é porque considerando o índio como igual que pode desqualificá-lo, ou seja, esse discurso traz para o interior das categorias de igualdade estabelecidas pelo branco e pelas quais o índio passa a ser visto pelas qualidades que não são suas. (ORLANDI, 1990, p. 58).

Dizer que o indígena precisa tornar-se igual ao não indígena é negar sua dimensão axiológica. Significa dizer que o indígena não pode ser o que é enquanto concepção de ser humano, com valores políticos, culturais, econômicos e religiosos. A representação do discurso religioso sobre o indígena é, antes de tudo, o discurso sobre sua própria prática; é o “olhar europeu assombrado com sua própria exterioridade selvagem” (VAINFAS, 1995, p. 25). Ele refrata seu mundo cultural/ideológico ao representar o “outro”.

A saída para a “salvação” dos indígenas materializava-se a partir da prática divisora missionária, mediante afirmações de designações sobre os indígenas que “podem funcionar como procedimento de exclusão/exposição da diferença”. Ao se dizer “feiticeiros selvagens”, “bravos”, “ruins” “já está sendo estabelecida a diferença, a separação e a exclusão” (BORGES, 2013, p. 78).

Outro passo da prática divisora era a “oferta” da fé católica contra aquilo que os indígenas acreditavam (sua cosmologia); o que ocorria com a tentativa de convencimento para a adoção do código religioso judaico-cristão em oposição à tradição cultural dos indígenas. A missão era resgatar das mãos do “diabo” a alma supostamente pagã dos indígenas. Diziam os frades

¹⁴ A RCC era vendida e distribuída entre os fiéis católicos, principalmente entre aqueles das regiões sudeste, centro-oeste e sul do País. Uma das razões estava estampada na contracapa da revista: “arrecadar fundos para a manutenção da missão dos indígenas e da própria catequese”. Outra motivação dos missionários consistia na divulgação e na defesa de seu trabalho em um contexto mais amplo, afinal, seus leitores, em regra, não moravam nas proximidades da catequese.

que “não menos certo que o conquistador por excelência é o que vai cantar o estandarte da Cruz muito além das fronteiras, numa terra em que, desde o pecado original, Satanaz reina como senhor incontestado” (GALLAIS, 1942, p. 57). Buscava-se a imposição da crença cristã como arauto em troca do abandono das práticas culturais e “crendices” ainda mantidas pelos “velhos”, “velhas” e “pajés”.

A prática divisora dominicana operava-se, ainda, em decorrência das inúmeras visitas dos padres às aldeias, um momento oportuno para a consagração de sua fé. Essa era a ação que objetivava a “salvação” da alma dos ditos pagãos. Assim, os padres enunciavam: “Que Nossa Senhora de Lourdes, Rainha da Conceição, seja a divina Estrela que conduza todas essas almas pagãs ao batismo e a fé católica” (RCC, nº 6, 1923, p. 10). A motivação dos padres em desenvolver seu projeto de “salvar” os indígenas do dito mundo das “trevas”, revertendo sua condição de “pagãos”, respaldava-se nas “orações dos bons cristão”, ou seja, dos leitores e colaboradores da RCC:

Regressamos dessa viagem aos Índios Tapirapés, satisfeitos e cheios de esperanças que as orações dos bons cristãos e pios leitores apressem a hora da cristianização e salvação dessa nação indígena tão digna de interesse”. (RCC, nº 10, 1924, p. 4).

Iremos confiados nas fervorosas preces que muitas e dedicadas almas fazem por nós e pela salvação dos Índios. (RCC, nº 4, 1923, p. 6).

Outro estímulo à ação evangelizadora/pacificadora por parte dos padres da O.P. se dava pelo que eles chamavam de “aceitação” e “devoção” da fé por parte dos seus catequizandos: “As mãos juntas na atitude de oração; Alice, carajazinha de 12 anos, simpática, junta as mãos e fitou os olhos sobre o prelado: e ambos, como se fossem uma pessoa só, signaram-se e rezaram devotamente a saudação angélica” (RCC, nº 4, 1923, p. 7). Como se vê, a incorporação da fé dos missionários pelos indígenas do Araguaia significava, antes de tudo, um processo de adequação cultural. Esse processo, na lógica idealizada pelos missionários, tornava-se a consolidação do mais consistente método de “pacificação”, superior a qualquer estratégia de tutela, proteção leiga. “O nó da questão, enfim, está na ideia de que a religião é a via real que conduz à essência última de uma cultura” (VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p. 39).

Os missionários acreditavam que a catequização, oriunda de sua “educação”, era uma maneira permanente e inalterada de consolidação da “civildade” que se materializava na “conversão” do indígena ao estilo de vida cristão moderno, ocidental e não pagão. Portanto, a imposição do código prioritário (religioso) implicava, necessariamente, a universalização de outros códigos da civilização ocidental (GASBARRO, 2006). Assim, a classificação entre civilizado e não civilizado era nada mais que um índice do etnocentrismo do colonizador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na RCC, e nos escritos da memória dominicana no Araguaia Paraense, encontra-se o registro de ação da catequese e a defesa do protagonismo e da eficiência de seu “método” de pacificação. Na gradação cultural doutrinária desejada por esses “pacificadores”, o “selvagem”, que vivenciou o processo de catequese e batismo, passa a atender um requisito de humanidade, demonstrando a culminância do projeto político-religioso iniciado por frei Gil Vilanova no Araguaia. Nessas circunstâncias, os indígenas também poderiam ingressar como cidadãos

de segunda categoria no Estado brasileiro, pois, efetivamente, não se concebia igualdade de condições nas relações interétnicas, tendo em vista que suas concepções de mundo e de modos de organização social não foram respeitadas.

Não é demais repetir que os missionários consideravam que o batismo após a catequização tornava o indígena ciente da noção de pecado, do dever moral e das normas de convivência “civilizadas”, a exemplo dos valores do modo de produção capitalista, como o reconhecimento da propriedade privada. Na lógica dominicana, importava “salvar” as almas dos indígenas; contudo, a consequência dessa “salvação” se mostrou trágica, haja vista que os contatos de extratores/comerciantes com indígenas se intensificavam após a instalação de catequeses nos sertões do Araguaia.

A presença dos missionários, como mediadores da convivência, permitiu a entrada de não indígenas nos territórios de indígenas. Essa conjuntura social ocasionou violentos massacres e a morte de indígenas. Além disso, muitos desses grupos tiveram que se afastar de seus tradicionais territórios, passando a viver em áreas de fronteiras disputadas e imersas em hostilidades.

Por fim, os estudos de Moreira Neto (1960), Oliveira (2016), Turner (1991; 1992) e Arnaud (1989) corroboram que as relações interétnicas — ocorridas após as ações pacificadoras das ordens religiosas (ou leigas) — facilitaram a entrada da “frente de penetração nacional” de extratores de borracha e de castanha do Pará e de fazendeiros nos territórios, impondo aos povos indígenas uma dinâmica de violência e extermínio. As guerras interétnicas, muitas vezes ignoradas pelo Estado, “levaram à extinção dos Pau D’arco em quarenta anos”, e os índios Djore “extingiram-se durante o mesmo período pelas mesmas razões” (TURNER, 1992, p. 327). Mas, segundo Turner (1992), os indígenas também resistiram, assim como os Kayapó, que mantiveram sua organização social e suas manifestações culturais mesmo relacionando-se com não indígenas, concorrendo pelos territórios utilizados por extratores de látex (ou por outros agentes econômicos) e disputando zonas onde se instalariam fazendas e, mais tarde, garimpos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGNOLIN, Adone. Redução [glossário]. In: MONTERO, Paula (org.). **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006, p. 485–486.
- ARNAUD, Expedito. **O índio e a expansão nacional**. Belém: CESUP, 1989.
- AUDRIN, Frei José M. **Entre Sertanejos e índios do Norte: o bispo missionário Dom Domingos Carrerot**. Rio de Janeiro: AGIR, 1947.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 279–326.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- BARBOSA, Livia Neves de Holanda; DRUMMOND José Augusto. Os direitos da natureza numa sociedade relacional: reflexões sobre uma nova ética ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, p. 265–289, 1994.
- BORGES, Aparecida da Cruz. **Da Aldeia para a cidade**. Processo de identificação/subjetivação do índio Xavante na cidade de Barra do Garças/MT, alteridade irreduzível? Tese. 209f. (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp. Campinas/SP, 2013.
- CRUZ, Carlos Henrique A. Padres, pajés e feiticeiros: interações culturais e conflitos na Amazônia Portuguesa do século XVIII. **Tempos Gerais** – Revista de Ciências Sociais e História, UFSJ, nº 5, p. 64–90, 2014.
- MURARO, Rose Marie. Introdução. In: KRAEMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O Martelo das Feiticeiras**. Tradução de Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2015, p. 23–123.
- GALLAIS, Estevão-Maria. **O apóstolo do Araguaia: Frei Gil Vilanova missionário dominicano**. Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942.
- GALLAIS, Estevão Maria. **Entre os índios do Araguaia**. Tradução de Otaviano Esselin. Salvador/BA: Livraria Progresso Editora, 1954.
- GASBARRO, Nicola. Missões: a civilização cristã em ação. In: MONTERO, Paula (org.). **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006, p. 67–109.
- LIMA, Antonio Carlos de Sousa. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LIMA, Milton Pereira; SILVA, Idelma Santiago da. “Salvemos os nossos índios”: uma catequese dominicana no Araguaia (1922–1933). **Rev. Hist. UEG**, Morrinhos, v.8, n.2, jul./dez. 2019.
- LIMA, Milton Pereira. **O discurso dos missionários dominicanos sobre os indígenas do Araguaia na Revista Cayapós e Carajás**. 157f. (Dissertação de Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Unifesspa, Marabá-PA, 2019.
- MALGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaya**. Goiás: Typographia Provincial, 1863.
- MALGALHÃES, Couto de. **O Selvagem**. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876.
- MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: (org.). **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006, p. 31–66.
- MOREIRA NETO, Carlos A. **A Cultura Pastoril do Pau d’Arco**. Boletim do Museu Paraense

Emílio Goeldi. INPA, CNPq, n. 10, março, 1960.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades.** Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista, discurso do confronto: velho e novo mundo.** Editora Cortez, São Paulo, Campinas, 1990.

PIC, Clare. **Les dominicains de Toulouse au Brésil (1881-1952): de la mission à l’apostolat intellectuel.** Tese. 95f. (Doctorat en Histoire) – Université Toulouse le Mirail, Toulouse II, France, 2014.

POMPA, Cristina. Para uma antropologia histórica das missões. *In*: MONTERO, Paula (org.). **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural.** São Paulo: Globo, 2006, p. 111–142.

PRELAZIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. [Revista Cayapós e Carajás] 1922–1933. Arquivo da província Dominicana Frei Bartolomeu de Las Casas, Seção Histórica, Belo Horizonte/MG [S.D.].

THOMAZ, Sebastião. **Gorotires.** Rio de Janeiro: IMPLIMATUR, Prelazia de Conceição do Araguaia, 1936.

TURNER, Terence. Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 1, n° 1, p. 68–85, 1991.

TURNER, Terence. Os mebêngôkre Kayapós: história e mudança social de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. *In*: Manuela Carneiro da Cunha (org.). **História dos índios do Brasil.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1992, p. 311–356.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VIDAL, Lux B. **Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira: Os Kayapó-Xikrin do Cateté.** São Paulo: HUCITEC, 1977.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Mármore e a murta: Sobre a Inconstância da Alma Selvagem. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 35, p. 21–74, 1992.

GRANDE RESENHA FACIT E
UDENISMO: UMA ANÁLISE SOBRE
PARTIDARISMO NO GÊNERO
TELEVISIVO DAS MESAS REDONDAS
NO BRASIL ENTRE 1966 E 1967

HELICIO HERBERT NETO
Universidade Federal do Rio de Janeiro
helcio.neto00@gmail.com

RESUMO

A Grande Resenha Facit foi uma mesa redonda esportiva, popular na TV Rio e na TV Globo nos anos 1960 e 1970, que reuniu em sua bancada reconhecidos comentaristas da cobertura especializada. O gênero televisivo a que esse programa pertence é sustentado pela prática do comentário. São escassos os registros sobre essas discussões televisionadas, o que dificulta um olhar mais detalhado por parte dos pesquisadores. Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre a Grande Resenha Facit e o udenismo, fenômeno que extrapola os limites do partido político União Democrática Nacional (UDN). E, a partir de uma investigação sobre edições da mesa redonda nos anos de 1966 e 1967 – portanto posteriores à extinção do partido –, pretende observar heranças udenistas e possíveis associações com a Ditadura Militar. O que incentiva essa iniciativa é o conceito de partidarismo e a sua aplicação no campo esportivo, presente, particularmente, em outros estudos sobre comunicação.

Palavras-chave: Grande Resenha Facit; Udenismo; Mesa redonda; Partidarismo; Comentário

Recebido em 26 de maio de 2020.

Aprovado em 15 de julho de 2020.

GRANDE RESENHA FACIT AND
UDENISM: AN ANALYZE ABOUT
PARTISANSHIP ON SPORTS PANEL
TELEVISION GENRE IN BRAZIL
BETWEEN 1966 AND 1967

HELICIO HERBERT NETO
Universidade Federal do Rio de Janeiro
helcio.neto00@gmail.com

ABSTRACT

Grande Resenha Facit was a TV program, of the sports panel television genre, had famous commentators from the specialized coverage and was popular in TV Rio and TV Globo through the 1960 and 1970 decades. This paper aims to analyze the connection between the TV program and udenism, a phenomenon wider than UDN Brazilian political party. The investigation of Grande Resenha Facit editions after the party extinctions, in 1966 and 1967, allows an observation in view of udenism heritages and association with Militar Dictatorship.

Keywords: Grande Resenha Facit; Udenism; TV sports panel; Partisanship; Pundit

APRESENTAÇÃO

“Sou inimigo da demagogia, aliás um recurso de antigos políticos, hoje, repudiado pelo povo. Poderia mesmo dizer que o meu programa é o programa da UDN, cujos princípios sintetizam o ideal e as aspirações dos homens de bem” (SCASSA, 1954)¹

José Maria Scassa foi um jornalista esportivo que, por conta de sua longa carreira na cobertura especializada em veículos de radiodifusão, chegou a ser reconhecido pela imprensa pelo pioneirismo na prática do comentário na televisão². Scassa integrou a bancada da mesa redonda esportiva *Grande Resenha Facit* no começo da segunda metade do século XX na TV Rio e na TV Globo, mas antes se candidatou a vereador no Distrito Federal em 1954 pela União Democrática Nacional (UDN). Na entrevista acima, publicada no dia 9 de agosto daquele ano, o comentarista resumiu seu programa eleitoral, que demonstra um alto teor de moralismo com a defesa das “aspirações dos homens de bem”. A pregressa vida partidária do membro fixo dos debates televisionados sobre esportes suscita um trabalho sobre a relação do programa com o udenismo.

A intenção deste artigo é investigar as reminiscências do ideário da UDN na *Grande Resenha Facit* entre os anos de 1966 e 1967. Serão analisadas, dessa maneira, edições do programa posteriores à extinção da legenda, em 1965. Por meio de uma investigação das carreiras políticas de participantes das discussões, o objetivo será indicar vínculos com o antigo partido. Devido ao apoio que a UDN forneceu à ofensiva antidemocrática contra o governo João Goulart, a pesquisa também vai se ater ao suporte que esses agentes ofereciam à Ditadura Militar em vigor a partir de 1964. Outro elemento que incentiva a iniciativa é compreensão da noção de partidarismo no contexto do comentário esportivo.

Tomar partido, na rotina dos comentaristas que participam da cobertura esportiva na mídia, significa se distanciar da neutralidade nas análises para fazer uma defesa de um clube ou de uma seleção nacional – atitudes denominadas, respectivamente, clubismo e nacionalismo. Não obstante, o partidarismo assume feições próprias no âmbito do gênero televisivo das mesas redondas esportivas. Esforços recentes na academia indicam que os encarregados por comentar o noticiário relativo ao futebol, ao estabelecer padrões comportamentais em assuntos distantes da rotina técnica e tática dos times, costumam exercer uma espécie de tutela moral sobre jogadores e elencos (NETO, 2019b). Isso possibilita um diálogo entre o moralismo presente no comentário e o apelo ao combate à corrupção e a paradigmas morais estabelecidos pela UDN, que são esmiuçados por Benedives em estudo sobre as ambiguidades do liberalismo do partido (1981).

O acesso ao conteúdo audiovisual da *Grande Resenha Facit* é um obstáculo para tal tarefa. Com a escassez de políticas públicas para preservação de memória, a manutenção do acervo com os programas fica a cargo das próprias emissoras no Brasil. Com o passar do tempo, uma parcela significativa dos arquivos foi perdida. Por exemplo: do período em que a mesa redonda ficou no ar na TV Globo, não há registros acessíveis para pesquisadores. No entanto, no

1 Entrevista sobre a candidatura de José Maria Scassa publicada na página 5 da edição de 9 de agosto de 1954 da Tribuna da Imprensa.

2 Na matéria em que anuncia a candidatura de José Maria Scassa a vereador pela UDN, a Tribuna da Imprensa caracteriza postulante ao cargo como o “mais antigo comentarista esportivo. Iniciou-se na Rádio Tupi em 1942. Agora trabalha na Televisão”. Publicada na página 3, em 16 de junho de 1954.

intervalo proposto por esta pesquisa, o *Jornal do Sports* publicou transcrições dos comentários dos participantes nos dias seguintes às transmissões das discussões pela televisão. O material constitui uma alternativa para a investigação sobre o tema e, para a consulta a essas fontes, será adota a abordagem sugerida por Luca (2005) para a história dos, nos e por meio dos periódicos.

A partir dessa introdução, a pesquisa será subdividida em três seções. A primeira tem função mais conceitual, com a apresentação da noção de partidarismo e de suas implicações para o campo esportivo, com o aprofundamento nas questões sobre a UDN e o udenismo. A segunda representa um empenho para explicar a configuração da *Grande Resenha Facit*, contextualizar a sua importância para a trajetória do gênero televisivo das mesas redondas esportivas no Brasil e mostrar os antecedentes da relação entre udenistas e o programa. A terceira é voltada para a análise das edições transcritas e pretende identificar políticos cujas aparições nos debates possam conotar vínculos com antigos quadros do partido e com o regime autoritário. Após esses esforços, serão expostas as considerações finais.

PARTIDARISMO NO GÊNERO TELEVISIVO DAS MESAS REDONDAS ESPORTIVAS

As discussões nas mesas redondas esportivas na TV são sustentadas pelo comentário. Essa prática não é uma exclusividade da programação televisiva brasileira (HOLLANDA, 2013). Há inclusive exemplos disso nas rádios no Brasil (GUIMARÃES, 2018). Pesquisadores no exterior reconhecem que há comentaristas sobre outras áreas, como cultura e política (BRO, 2012). No caso do gênero observado, os debates são suscitados pelas interações dos comentaristas no ato de comentar e contra-argumentar. Isso se distancia do paradigma de objetividade do conteúdo noticioso em geral (NETO, 2019d). A bibliografia estrangeira também indica que o comentário esportivo compõe o amplo cenário da cobertura sobre esportes na imprensa, embora seja complicado enquadrá-lo nos paradigmas do jornalismo profissional (BOYLE, 2006, p. 74). Diante de tantas especificidades, é preciso adotar uma abordagem histórica atenta às nuances mais sutis (NETO, 2019a).

A participação dos integrantes desses programas está aberta ao constante diálogo com a política (NETO, 2020a). Whannel (1995) nota que esses intérpretes convivem com a prerrogativa de tomar partido diante das partes envolvidas nos jogos analisados. Ou seja, não é necessário reforçar uma postura neutra ao longo das análises. Por conta disso, utiliza o termo partidarismo (Ibidem). A relação tensa que a prática de comentar estabelece com o campo jornalístico também é destacada por McCargo, que trabalha com o conceito de partidarismo (2012). O pesquisador sinaliza que existem vinculações nítidas com a política por parte dos comentaristas (p. 206). Em contrapartida, Eco enxerga no comentário esportivo uma variação da discussão partidária (1985b). A partir da noção de falação esportiva, o autor italiano encontra semelhanças com as contendas a nível político, apesar de a prática ser mais esmaecida, uma vez que no comentário “se exercitam e se neutralizam as energias intelectuais; as energias físicas não estão mais em jogo” (1985a, p. 224).

Essa é a perspectiva que possibilita uma investigação sobre os atravessamentos políticos nas mesas redondas esportivas no Brasil durante os anos 1960. O foco se volta para as relações que podem ser identificadas com o sentimento evocado pela União Democrática Nacional

(UDN). O partido foi muito influente naquele momento por ter participado ativamente de articulações para episódios determinantes, como na crise que culmina no suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e na ascensão da Ditadura Militar, dez anos depois (CARVALHO, 1999, p.77). Não obstante houvesse sustentado o golpe de Estado que iniciou o período autoritário, a UDN foi extinta por conta de uma medida colocada em vigor pelo governo que apoiara.

Antes disso, contudo, o partido estimulou discussões acerca da política nacional. Um dos motivos para que as pautas udenistas ganhassem mais espaço ao longo do tempo em que a legenda existiu foi o apoio de importantes veículos de imprensa, como identifica Benevides (1981). A pesquisadora lista empresas que manifestavam apoio às reivindicações da UDN e tinham apelo popular ou reconhecimento público, como *Diários Associados*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Correio da Manhã* (p. 229). Para a investigação acerca das mesas redondas esportivas, no entanto, é necessário se ater aos meios de radiodifusão: Benevides afirma que emissoras de televisão e de rádio desses grupos de comunicação também demonstraram concordância com as propostas, inclusive com suporte durante períodos eleitorais (Ibidem).

De acordo com a autora, a UDN surgiu como uma frente de oposição ao Estado Novo que ganhou força com o fim da Segunda Guerra Mundial (p. 42). Desde a criação até a extinção, sofreu muitas mudanças e assumiu feições diferentes: no princípio, reunia sob a legenda até certas lideranças das esquerdas que, posteriormente, fundariam outros partidos (p. 49), em um período cuja principal pauta foi o antigetulismo e em que houve apoio à legalidade do Partido Comunista (p. 67); depois houve a aliança com o PSD em torno do governo Dutra, seguida pela resistência ao candidato Juscelino Kubitschek e à gestão do presidente mineiro; e, por fim, ocorreu o apoio à presidência de Jânio Quadros, o repúdio a João Goulart e a sustentação civil ao golpe de 1964 (p. 119).

O comportamento dos udenistas não foi, em nenhuma dessas fases, homogêneo, mas é permitido identificar a sanha golpista em diversas passagens da vida parlamentar, eleitoral e, em geral, da política do partido (p. 280). De acordo com Benevides (1981), entre as décadas de 1940 e 1960, a UDN se consolidou como uma legenda de forte apelo junto às camadas médias (p. 209). Um dos motivos apontados pela pesquisadora para a conquista desse eleitorado foi a retórica contra a corrupção no Estado, de Vargas a Jango (p. 259). As ambivalências entre as propostas propaladas e a atuação antidemocrática motiva Benevides a detectar os traços de moralismo e as contradições do liberalismo brasileiro por meio da trajetória do partido (p. 266).

A pesquisadora amplia o horizonte das pesquisas acerca do assunto ao discernir a UDN do udenismo. Enquanto sob a legenda se agrupam as ações partidárias, legislativas ou executivas, em um sentido mais estrito, o udenismo é um fenômeno social mais abrangente, que envolve um sentimento relacionado à moral e a outros aspectos alinhados às pautas do partido (p. 225). Isso transcende as esferas partidárias. A título de exemplo: com a chegada de Jânio Quadros à presidência, o partido se sentiu representado e passou a compor o governo (p. 225). O presidente foi eleito, entretanto, por outro partido, o Partido Trabalhista Nacional (PTN) (p. 115). Nessa votação, a UDN apenas compôs chapa com o PTN e com o Partido Democrata Cristão (PDC.).

A atuação da UDN foi interrompida quando o Executivo baixou, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional Nº 2 (AI-2). O texto entrou em vigor na gestão de Castello Branco,

o primeiro presidente militar desse período, e extinguiu os partidos políticos³. Acompanhado de um preâmbulo em que a Ditadura Militar reivindicava ser “uma autêntica revolução” que “traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação”, o AI-2 reiterava que o Governo Federal poderia cassar mandatos e suspender direitos políticos para “preservar e consolidar a revolução”⁴. No texto é, em seguida, instituído o bipartidarismo, o que motivou o surgimento da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime autoritário; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), legenda que agrupava setores que se opunham ao governo.

Benevides (1981) se empenha para demonstrar o destino de antigos udenistas após o Golpe e a extinção do partido. Em coerência com a multiplicidade de posições políticas que a pesquisadora enxergava congregadas sob a UDN, são apontados itinerários plurais para os seus antigos correligionários. A trajetória mais comum foi se manter como base do projeto de poder da Arena (p. 132). Uma alternativa foi se tornar oposição institucional e integrar o MDB após o princípio do bipartidarismo (p. 132). Outra possibilidade, por fim, foi o estabelecimento de uma forma de cisão que, apesar de não se aproximar do modelo de dissidência das esquerdas, também nem estava nos moldes da Arena ou do MDB (p. 134.).

Relatos memorialísticos e biográficos, de autoria de jornalistas, apontam para reminiscências que permitem avistar certo apoio ao Golpe Militar de 1964 em mesas redondas esportivas na TV. Talvez o caso mais conhecido seja o do escritor, cronista e dramaturgo Nelson Rodrigues, que reconhecia ser reacionário e que, em seus textos, demonstrou simpatia pelo ideário do grupo que chegou ao poder com a ruptura democrática (CASTRO, 1993). Já o narrador e apresentador Luís Mendes chegou a descrever que a origem do gênero se deu sob a influência de um debate político que era televisionado em um canal em que trabalhou (RIBEIRO, 2007; LÉO, 2017). Um dos participantes fixos dessas discussões políticas na TV, Viilas-Bôas Corrêa reconheceu em seu livro de memórias que a classe jornalística mantinha ótimas relações com a UDN e que, à certa altura, o udenismo comoveu o país (CORRÊA, 2001, p. 20- 105).

Tanto Nelson Rodrigues quanto Luís Mendes integraram a *Grande Resenha Facit*. Não é razoável, todavia, ratificar que a mesa redonda esportiva incentivou a queda do presidente João Goulart ou que serviu de sustentação ao regime imposto pelo Golpe Militar a partir dessas informações. Tampouco seria aceitável generalizar que o gênero televisivo estava alinhado automaticamente com determinada corrente política por conta dos depoimentos ou de interpretações que derivem de versões sobre a carreira dos comentaristas. Até porque relatos dão conta de que João Saldanha, outro comentarista esportivo da mesa redonda, esteve vinculado às esquerdas, foi membro do Partido Comunista e até articulou mobilizações sociais (MAGALHÃES, 2012; MÁXIMO, 1996).

GRANDE RESENHA FACIT: PARTICULARIDADES E ATRAVESSAMENTOS POLÍTICOS

Para explorar o tema, é fundamental propor uma investigação mais minuciosa, de rigor acadêmico. Sem compreender a configuração do programa, também chamado de *Grande*

3 O texto do AI-2 está disponível no site do governo federal em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em 30 de abril de 2020.

4 Ibidem.

Revista Esportiva Facit, a dinâmica em que ocorriam as suas interações e outras características determinantes para as suas discussões, não seria viável se lançar nessa tarefa. Entender esses elementos, bem como o lugar que essa mesa redonda em especial ocupa na trajetória do gênero televisivo, é o que torna legítimo um estudo sobre as relações entre udenistas e o programa, antes e depois da publicação do AI-2 e do fim da UDN. As mesas redondas esportivas na televisão ganharam legitimidade no Brasil desde o princípio da segunda metade do século XX.

E, a partir de um processo histórico, passaram a ser consideradas um espaço privilegiado para o debate sobre o futebol. Essa modalidade mobiliza representações coletivas relevantes acerca do país (HELAL; CABO, 2014; DAMO, 2011; DRUMOND, 2008), o que torna esse gênero televisivo ainda mais importante para a vida social brasileira. É permitido identificar que o papel desempenhado é significativo também para a política brasileira: pesquisas recentes apontam que os conflitos ali presentes são um fator constitutivo desses programas, com consequências para o comportamento ante o sentimento nacional (NETO, 2018; NETO, 2019b; NETO, 2020c).

Se a bibliografia estrangeira põe em relevo as confluências entre comentário na TV, programas de debate e a política, na realidade brasileira a trajetória das mesas redondas esportivas na televisão atesta os atravessamentos políticos. Isso está presente na TV aberta, já nos anos 1950, e nos pacotes para assinante, após da década de 1990 (NETO, 2019c, p. 12). Ao assentir com a afirmação de que o gênero televisivo foi, desde meados do século XX, um espaço para discussão da realidade do país, os programas devem ser observados em seus detalhes. Os participantes na bancada, dessa maneira, assumem um protagonismo porque são os intérpretes que sustentam suas opiniões e promovem discussões por meio dos comentários (NETO, 2020b). Participantes eventuais e mesmo menções ou registros em vídeo devem ser levados em conta na análise da relação com a UDN.

São entendidos aqui como participantes não somente os comentaristas fixos, mas também os entrevistados ocasionais. Algumas mesas redondas permitem a presença de convidados, geralmente ligados aos acontecimentos recentes com destaque no noticiário esportivo. Na maioria das vezes são dirigentes, treinadores, atletas e árbitros, em atividade ou aposentados. *Grande Revista Esportiva Facit* é considerada paradigmática, a despeito de não ser a pioneira na programação brasileira (HOLLANDA, 2013). O reconhecimento se deve à reunião de personalidades influentes da cobertura esportiva. No dia 6 de junho de 1963, começou a ser exibida⁵ na TV Rio. Mais tarde, em 1966, passou a ser transmitida pela TV Globo (Ibidem). Os debates eram transmitidos na faixa do fim da noite aos domingos – tradicionalmente o dia da semana em que aconteciam as principais rodadas dos campeonatos do futebol. Eram recebidos entrevistados e havia espaço para o noticiário futebolístico internacional, com a presença de correspondentes estrangeiros.

Apresentada por Luís Alberto, tinha como comentaristas Rodrigues, Scassa, Saldanha, Armando Nogueira, Flávio Costa, Vitorino Vieira e Doalcei Camargo. Durante o período investigado, este comentarista foi substituído por José Dias. Muitos dos membros fixos expressavam veementemente a condição de torcedores. Nelson Rodrigues representava, assim, o Fluminense, ao passo que José Maria Scassa manifestava sua vinculação ao Flamengo

⁵ Na edição do dia 12 de outubro de 1963, uma nota da página 11 do jornal Última Hora celebra o lançamento, no domingo anterior, da Grande Revista Esportiva Facit. Enaltecendo o novo espaço para o esporte, o texto cita participantes do programa, como Nelson Rodrigues, João Saldanha, José Maria Scassa, Luiz Mendes e Armando Nogueira.

e João Saldanha, ao Botafogo. A associação com as torcidas do Rio de Janeiro era tanta que ditava transformações na configuração do programa. Por exemplo: com os bons resultados do Bangu em 1966, somou-se à bancada Abrahim Tebet, com o intuito marcar a presença simbólica do clube da zona oeste carioca.

A presença de udenistas na *Grande Resenha Facit* remete à formação inicial do programa. Um dos comentaristas mais marcantes, Scassa construiu carreira no rádio e no jornalismo impresso; antes de trabalhar com televisão, chegou a ocupar até o cargo de secretário pessoal do jogador de futebol Leônidas da Silva (CASTRO, 2001). A trajetória do comentarista esportivo mostra como os intérpretes que participaram da TV, em seus momentos iniciais no país, já expressavam suas inclinações políticas: em 1954, o carioca Scassa se lançou como candidato a vereador pela UDN⁶ e desejava o posto de representante rubro-negro na política. O futuro comentarista da *Grande Revista Esportiva Facit* deixou nítida a relação entre o que aqui foi chamado de partidarismo político e clubístico em entrevista daquele ano – “O Flamengo tem eleitores e prestígio eleitoral para fazer mais de um representante do povo no Distrito Federal”⁷.

Ainda na década de 1950, Scassa participaria de alguns dos primeiros programas de comentário esportivo durante sua passagem na TV Tupi (LÉO, 2017, p. 38). A primeira emissora do país teve em seu elenco o cantor, compositor e locutor esportivo Ary Barroso (LÉO, 2017, p. 19), também com carreira partidária ligada à UDN (ALBIN, 2006, p. 76-78). Apenas para exemplificar, os atravessamentos das diversas esferas da política nacional na trajetória de Scassa, vale destacar que em seu programa *Ídolos de Todos os Tempos*, em 1956, o comentarista recebeu no programa o ministro do Tribunal Federal de Recursos, Afrânio Costa⁸. Antes, o magistrado havia sido medalhista olímpico do tiro esportivo, na Olimpíada da Antuérpia, na Bélgica, em 1920⁹.

Quando ainda era transmitida pela TV Rio, *Grande Resenha Facit* já recebia convidados, que respondiam a perguntas e comentavam sobre o noticiário esportivo. Pouco mais de um ano após o Golpe de 1964, em 20 de setembro, o entrevistado foi o vice-governador da Guanabara, Rafael Almeida Magalhães¹⁰. O programa discutiu formas de financiamento para melhorar a condição dos times profissionais do futebol carioca, principalmente a partir das políticas em torno do Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã¹¹. Portanto, pouco mais de cinco meses após a derrubada de Jango, a mesa redonda esportiva teve como entrevistado um político ligado à ofensiva antidemocrática e aliado do governador da Guanabara Carlos Lacerda, uma das lideranças civis da ruptura institucional¹². A participação, contudo,

6 Informação contida na mesma entrevista, publicada nas páginas 38-39 da edição do dia 4 de dezembro de 1954 da Revista do Rádio

7 Ibidem.

8 Nota da página 8 no 1º Caderno da edição do dia 17 de março de 1956 do Jornal do Brasil.

9 Afrânio Costa foi o primeiro medalhista brasileiro na história dos Jogos Olímpicos a subir no pódio para receber a medalha de prata no tiro esportivo. Informações da Agência Brasil, disponíveis em: <https://bit.ly/2yXTwtW>. Acesso em 4 de maio de 2020.

10 Informação publicada na coluna do jornalista Mário Filho, irmão de Nelson Rodrigues, na página 4 da edição do dia 21 de setembro de 1965 do Jornal dos Sports.

11 Ibidem.

12 Informações contidas no verbete biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/rafael-hermeto-de-almeida-magalhaes>. Acesso em 4 de maio de 2020.

aconteceu em um período anterior ao AI-2 e, conseqüentemente, um instante em que, apesar da Ditadura Militar, a UDN ainda existia.

Formado em Direito, militou no partido desde a década de 1950 e, com a ascensão de Lacerda ao governo do estado, ocupou os cargos de secretário de obras e de chefe da Casa Civil¹³. Em 1966, Rafael foi eleito deputado federal no estado da Guanabara pela Arena. Com o fim da UDN, ainda participou com um grupo de lacerdistas dos esforços para criar o Partido da Reformulação Democrática (Paredo), iniciativa que demonstrava que a relação do ex-governador com os militares estava estremecida mas que, por falta de adesões, não prosperou (BENEVIDES, 1981, p. 134). Posteriormente, foi filiado ao MDB¹⁴.

Com o intuito de acompanhar o comportamento dos participantes do gênero televisivo das mesas redondas esportivas após a publicação do já mencionado ato do governo ditatorial, serão analisadas as edições de *Grande Revista Esportiva Facit* dos dias 16, 23 e 30 de outubro de 1966; 6, 13, 20 de novembro de 1966; 4, 11, 18 de dezembro de 1966; 8, 22, 29 de janeiro de 1967; 12, 26 de fevereiro de 1967; 5, 12, 19, 26 de março de 1967; 2, 9, 16, 23 de abril de 1967; 1º/2, 7, 14 e 21 de maio de 1967. O exame dos 26 programas, subsequentes à extinção do pluripartidarismo é uma alternativa para a análise, tendo em vista as dificuldades descritas por Napolitano (2005) no trato de historiadores com a televisão. A próxima seção vai se dedicar a essa investigação.

ARENA, MARACANÃ E CAMPEONATO NACIONAL: UDENISMO NA GRANDE RESENHA FACIT?

A edição do dia 20 de novembro de 1966 da mesa redonda exibiu, logo no princípio, registros, em vídeo, de um evento que, à primeira vista, não estaria ligado ao noticiário: “Ao iniciar a GRANDE RESENHA ESPORTIVA FACIT, que ontem foi realizada fora do seu horário habitual – com atraso em face da exibição de um filme longa-metragem – a TV Globo apresentou em ‘flashes’ o filme da festa em homenagem ao Sr. Gunnar Goransson”¹⁵. O programa levava esse nome devido à companhia Facit, que patrocinava a produção e tinha como proprietário o próprio Goransson. O envolvimento do empresário justifica o destaque naquela edição.

O episódio apresenta, contudo, uma sinalização para a relação da *Grande Revista Esportiva Facit* com os udenistas – “Na última sexta-feira, recebeu das mãos do deputado estadual Domingos D’Ângelo, o título de ‘cidadão carioca’, num jantar de mais de 200 talheres na Churrascaria Jardim, em Copacabana (Rua República do Peru, 225)”¹⁶. O parlamentar teve trajetória política pela UDN até a extinção do partido pelo AI-2. D’Ângelo confraternizou, durante a homenagem, com lideranças do campo esportivo: “Vitorino Vieira foi o mestre de cerimônia, e discursaram, na oportunidade, o locutor Orlando Batista, pela imprensa; Jaime de Carvalho, pela torcida carioca; Flávio Iazetti, representando os desportistas de São Paulo;

13 Informações contidas no verbete biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/rafael-hermeto-de-almeida-magalhaes>. Acesso em 4 de maio de 2020.

14 Informações contidas no verbete biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/rafael-hermeto-de-almeida-magalhaes>. Acesso em 4 de maio de 2020.

15 Transcrição publicada na página 5 da edição do dia 21 de novembro de 1966 do Jornal dos Sports.

16 Ibidem.

Flávio Costa, representando o Flamengo¹⁷.

Domingos D'Ángelo se formou em medicina, mas se tornou jornalista¹⁸. Nos anos 1950, foi eleito vereador da Guanabara pela UDN e, na década seguinte, deputado estadual¹⁹. Conciliou a carreira legislativa com cargos em entidades esportivas, como o de superintendente da Federação Carioca de Futebol²⁰. Chama atenção a proximidade da cerimônia de condecoração de Gunnar Goransson com o processo eleitoral, já que em 1966 houve votação para a escolha dos parlamentares no Brasil. No primeiro pleito após a extinção da UDN, D'Ángelo foi candidato a uma nova vaga na Assembleia Legislativa pela Arena²¹. O antigo quadro udenista, então, seguiu o percurso dos seus antigos correligionários que trabalharam pela sustentação da Ditadura.

Como o udenismo extrapola os limites do partido UDN, o caso de Veiga Brito, presidente do Clube de Regatas do Flamengo, merece atenção. Escolhido pelos sócios do clube para ocupar o cargo entre 1966 e 1969²², o dirigente participou, em duas ocasiões, da *Grande Resenha Facit* em 1966. Foi em 4 e 18 de dezembro, quando o Flamengo esteve na pauta de discussões por conta do Campeonato Carioca. Enquanto na primeira edição o clube ainda estava na disputa pelo título²³, na segunda, o resultado do torneio já havia sido definido, com o Bangu Atlético Clube em 1º lugar e o time rubro-negro como vice-campeão²⁴. Em ambos os casos, o dirigente se dedicou a defender os interesses do seu clube²⁵, que já tinha, naquela época, grande popularidade²⁶.

Convidado para a edição de 26 de fevereiro de 1967, ainda na condição de presidente, Veiga Brito discutiu a agenda de amistosos do Flamengo, que incluía partidas contra equipes estrangeiras, para o começo daquele ano²⁷. Também foram debatidas notícias relativas ao elenco profissional do clube, como a contratação e a renovação do vínculo de atletas²⁸. Naquele dia, o assunto de maior interesse público dizia respeito à política de entradas no Maracanã. O dirigente se referiu à decisão do Campeonato Carioca do ano anterior para dialogar com os demais participantes da *Grande Revista Esportiva Facit*: “Quero deixar, aqui, registrado, o seguinte: no jogo Flamengo x Bangu, entraram 11 mil pessoas sem pagar”²⁹. O debate envolvia, novamente, as formas de custear os gastos dos clubes cariocas e a gestão pública do estádio. Naquele momento, o dirigente rubro-negro conciliava sua rotina com as

17 Ibidem.

18 Informações contidas em nota publicada na página 11 do 1º Caderno da edição do dia 1º de outubro de 1966 do Jornal do Brasil.

19 Dados sobre o processo eleitoral disponíveis no site do TSE em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5217>. Acesso em 4 de abril de 2020.

20 Informações contidas em nota publicada na página 11 do 1º Caderno da edição do dia 1º de outubro de 1966 do Jornal do Brasil.

21 Ibidem.

22 Informações contidas no verbete biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/luis-roberto-veiga-de-brito>. Acesso em 4 de maio de 2020.

23 Transcrição publicada na página 7 da edição do dia 5 de dezembro de 1966 do Jornal dos Sports.

24 Transcrição publicada na página 7 da edição do dia 12 de dezembro de 1966 do Jornal dos Sports.

25 Ibidem.

26 Transcrição publicada na página 7 da edição do dia 5 de dezembro de 1966 do Jornal dos Sports.

27 Transcrição publicada na página 7 da edição do dia 27 de fevereiro de 1966 do Jornal dos Sports.

28 Ibidem.

29 Ibidem.

suas atividades parlamentares, uma vez que, nas eleições de 1966, foi eleito deputado federal pela Arena³⁰.

Formado em Engenharia, o dirigente esportivo Veiga Brito integrou a gestão de Carlos Lacerda, da UDN, à frente do estado da Guanabara entre 1960 e 1965, como diretor-geral dos departamentos de Transporte, de Locomoção e de Água³¹. Foi, antes, candidato à Câmara Municipal do Distrito Federal, na década de 1950, pelo Partido de Representação Popular (PRP)³². Quando foi instituído o bipartidarismo, Veiga Brito foi candidato a deputado federal pela Arena e conquistou a vaga na Câmara para a legislatura 1967-1971³³. Devido ao rompimento do ex-governador com o regime militar, lacerdistas se filiaram ao MDB, entre eles o próprio dirigente esportivo³⁴. Mas rapidamente, como foi exposto acima, Veiga Brito passou para a base do regime ditatorial. As repetidas participações em um intervalo de tempo tão próximo ao período eleitoral merecem ser destacadas novamente. Na década de 1980, o parlamentar foi eleito para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro pelo Partido Liberal (PL)³⁵.

Registros em vídeo de outra cerimônia foram exibidos na edição de 2 de abril de 1967. João Havelange, presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), é destacado entre as autoridades que participaram da entrega do prêmio dos destaques da televisão Gato de Ouro para a *Grande Resenha Facit*, no gênero mesas redondas esportivas³⁶. Depois desse videoteipe, o programa foi iniciado com a apresentação de Luís Alberto, que mostrou o troféu da premiação³⁷. O nome do dirigente esportivo também é mencionado durante uma passagem em que foi relatada uma nova homenagem a Gunnar Goransson, com a presença de diversas autoridades³⁸. É extensa a bibliografia de cunho jornalístico que relata a relação entre Havelange e regimes autoritários, seja internacionalmente, seja no Brasil (JENNINGS, 2014; RODRIGUES, 2007). No campo da História, pesquisas acadêmicas ajudaram a indicar aproximações da CBD com a Ditadura Militar (CABO, 2018; COUTO, 2014). Isso aponta para a necessidade de examinar as vinculações da entidade, assim como de seus quadros, com a sustentação da Ditadura.

Essa preocupação deve se estender para as federações estaduais, encarregadas de dar suporte à entidade maior da modalidade no país. Duas das quais apareceram em 1967 na *Grande Resenha Facit*. Talvez as principais àquela altura: a Federação Paulista de Futebol (FPF) e a Federação Carioca de Futebol (FCF). O principal representante de São Paulo, por exemplo, era o presidente Mendonça Falcão. O dirigente não participou de nenhuma edição, mas é mencionado direta e indiretamente em 14 e 21 de maio de 1967. Na primeira ocasião,

30 Dados do processo eleitoral disponíveis no site do TSE em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5310>. Acesso em 4 de maio de 2020.

31 Informações contidas no verbete biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/luis-roberto-veiga-de-brito>. Acesso em 4 de maio de 2020.

32 Ibidem.

33 Dados biográficos da página da Câmara dos Deputados, disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131304/biografia>. Acesso em 4 de maio de 2020.

34 Ibidem.

35 Ibidem.

36 Transcrição publicada na página 7 da edição do dia 3 de abril de 1967 do Jornal dos Sports.

37 Ibidem.

38 Transcrição publicada na página 7 do dia 17 de abril de 1967 do Jornal dos Sports.

seu nome é citado pelo comentarista José Maria Scassa: “Vou lançar um repto ao Sr. Mendonça Falcão, que criticou severamente os clubes cariocas. Essa entrevista foi desmentida, mas logo depois confirmada, pois a gravação está lá na Rádio Bandeirantes. Ele teve a desfaçatez de chamar Flamengo e Fluminense de clubecos³⁹”.

Mendonça Falcão também combinou sua trajetória partidária com a rotina da política esportiva, a exemplo de Domingos D’Ángelo e Veiga Brito. Iniciou sua carreira parlamentar, no princípio da década de 1950, como deputado estadual de São Paulo ainda pelo Partido Social Popular (PSP)⁴⁰. Foi funcionário de companhia elétrica e líder de associação de funcionários antes de chegar à presidência da FPF, ficando na entidade desde meados dos anos 1950 até 1970⁴¹. Fez, assim, carreira na política esportiva⁴². Nos pleitos de 1958 e 1962 foi reeleito deputado estadual pelo Partido Social Trabalhista (PST), mas com o princípio do bipartidarismo filiou-se ao MDB. A declaração de Mendonça Falcão suscitou debates sobre a falta de respeito e acerca da condição dos clubes cariocas, durante a edição de 14 de maio⁴³, e pode ter sido uma das motivações para o convite ao presidente da FCF na semana seguinte, em 21 de maio⁴⁴. E o dirigente tomou para si a tarefa de fazer a defesa do futebol do Rio de Janeiro.

Otávio Pinto Guimarães presidia a entidade e contemporizou a polêmica da edição anterior: “Mendonça Falcão trouxe planos para o futebol. Os clubes cariocas mostram-se contrários a esses planos da FPF. Reuni os clubes para tomar conhecimento dos planos. A CBD, por sua vez, elaborou novos planos. No Itamarati, eu tive ocasião de conversar amistosamente com o Falcão⁴⁵”. O programa debateu a consolidação de uma competição de futebol em escala nacional, o que só se tornaria um fato com a criação do Campeonato Brasileiro, em 1971 (ARAÚJO, 2012). Na edição do dia 16 de abril de 1967, foi novamente o convidado da *Grande Resenha Facit*⁴⁶. Ao longo de todo o regime autoritário, Guimarães se manteve ativo na política esportiva e, em 1986, assumiu a presidência da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), entidade que sucedeu a CBD na gestão da modalidade no país.

Interagiam com o dirigente na mesa redonda, ao longo do ano de 1967, dois comentaristas que tinham bom trânsito pelas entidades esportivas. O primeiro era Abrahim Tebet, que não figurava na arte que compunha o cabeçalho das páginas com as transcrições da *Grande Revista Esportiva Facit no Jornal dos Sports* durante o período observado⁴⁷. Passou a participar como membro fixo da mesa redonda em um momento em que o clube para o qual se declarava como torcedor, o Bangu, obteve notáveis resultados esportivos: em 1966, como foi visto,

39 Transcrição publicada na página 7 da edição do dia 15 de maio de 1967 do *Jornal dos Sports*.

40 Informações contidas no verbete biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/joao-mendonca-falcao>. Acesso em 4 de maio de 2020.

41 Ibidem.

42 Dados biográficos da página da Câmara dos Deputados, disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131954/biografia>. Acesso em 4 de maio de 2020.

43 Transcrição publicada na página 7 da edição do dia 15 de maio de 1967 do *Jornal dos Sports*.

44 Transcrição publicada na página 7 da edição do dia 22 de maio de 1967 do *Jornal dos Sports*.

45 Transcrição publicada na página 7 da edição do dia 15 de maio de 1967 do *Jornal dos Sports*.

46 Transcrição publicada na página 7 do dia 17 de abril de 1967 do *Jornal dos Sports*.

47 Até a transcrição da mesa redonda do dia 7 de novembro de 1966, o comentarista Doalcey Camargo aparecia na arte do cabeçalho. A partir da seguinte, em 14 de novembro, foi substituído por José Dias. As demais imagens eram de Luís Alberto, Nelson Rodrigues, José Maria Scassa, João Saldanha, Armando Nogueira, Flávio Costa e Vitorino Vieira.

terminou o Campeonato Carioca como campeão; no ano seguinte, ficou com a 2ª colocação⁴⁸.

Tebet, apelidado de Sheik pelos componentes do programa, declarava circular entre a diretoria do seu time e, em diversas passagens, ficou clara a sua participação nas esferas da política esportiva. Foi representante de delegações brasileiras no exterior⁴⁹ e conselheiro da CBD (SARMENTO, 2006, p.91). Em suas ponderações, era constante a defesa da entidade nacional, como no caso em que, apesar da realização de um torneio em Minas Gerais sem calendário fixo ou uma programação mínima — desejável para uma competição profissional —, rebateu as críticas de colegas: “Por que a CBD? O torneio era particular, de iniciativa dos clubes. Como a CBD poderia envolver-se?”⁵⁰

O outro comentarista esportivo da mesa redonda que também transparece ter ligações com essas entidades é José Maria Scassa. Nesse caso, a proximidade é com a FPC. Uma ocasião que demonstra a condescendência de Scassa com a federação é a recepção amistosa, na edição de 30 de janeiro de 1967, a Otávio Pinto Guimarães, a despeito das dificuldades que o futebol carioca enfrentava então: “Para finalizar, queremos nos congratular com a sua eleição para a presidência da Federação Carioca de Futebol”⁵¹. O comentarista também aparentava ter boas relações com os dirigentes do Flamengo, com notícias em primeira mão⁵². Em 1962, a direção carioca do PTN chegou a examinar a possibilidade de Scassa concorrer novamente ao Legislativo, dessa vez a uma cadeira na Câmara Federal, mas a candidatura não prosperou⁵³. Seguiu na cobertura esportiva – como cronista, comentarista e colecionador de um acervo sobre a memória do futebol no país –, mas morreu em 1980 com complicações de uma cirurgia para remoção de um coágulo no cérebro⁵⁴.

GRANDE RESENHA FACIT E O DEBATE SOBRE A VIDA POLÍTICA NACIONAL: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pauta do programa, por ora estudado, tem forte apelo local, com enfoque no noticiário sobre os clubes do Rio de Janeiro (HOLLANDA, 2013). Essa não é uma particularidade, porque as primeiras décadas da trajetória do gênero televisivo das mesas redondas esportivas nas grades de programação no Brasil alimentavam mais as rivalidades movidas pela proximidade geográfica, devido à inexistência de uma rede nacional de televisão e à maior importância de torneios como o Campeonato Carioca nesse momento (NETO, 2019c, p. 19). Um olhar para as edições de 1966 e 1967 revela uma relevância grande do âmbito estadual também sob a ótica da política. Quando chegou ao cargo de deputado pela UDN, Domingos D’Ángelo formou a base do partido na Assembleia Legislativa, no mesmo estado do ex-governador da Guanabara Carlos Lacerda, que deixava o governo no mesmo ano de sua eleição.

Caso sejam analisadas edições de anos anteriores, o caso de Rafael de Almeida Magalhães sublinhará ainda mais essa proximidade com o lacerdismo, uma vez que o entrevistado

48 Resultados disponíveis no site RSSSF Brasil, no endereço: <https://www.rsssfbrasil.com/historicse.htm#rj>. Acesso em 4 de maio de 2020.

49 Informação contida em transcrição publicada na página 7 da edição do dia 13 de março de 1967 do Jornal dos Sports.

50 Transcrição publicada na página 7 da edição do dia 23 de janeiro de 1967 do Jornal dos Sports.

51 Transcrição publicada na página 7 da edição do dia 30 de janeiro de 1967 do Jornal dos Sports.

52 Transcrição publicada na página 7 da edição do dia 3 de abril de 1967 do Jornal dos Sports.

53 Informações publicadas em nota na página 4 do 1º caderno da edição do dia 24 de fevereiro de 1962 do Jornal do Brasil.

54 Informações do obituário publicado na página 14 do 1º caderno da edição do dia 10 de novembro de 1980 do Jornal do Brasil

ocupou o posto de vice-governador no mandato de Carlos Lacerda. A partir dos percursos que Benevides (1981) traça para os quadros da UDN depois do fim do partido, é possível incluir Domingos D'Ángelo entre os que se filiaram à Arena com o início do bipartidarismo e Rafael de Almeida Magalhães entre os que tentam formar um grupo dissidente, mas também se vincularam à sustentação do projeto de poder em vigor, embora tenha se aproximado do MDB em outro momento.

É permitido acenar com a possibilidade de exemplos de Mendonça Falcão e Veiga Brito serem enquadrados no conceito mais abrangente de udenismo, já que ao longo de suas carreiras parlamentares também demonstraram simpatia por ações próximas aos ideais do partido. A relação com a Ditadura pode ser um indício disso. Brito foi inclusive nomeado a cargos no executivo por Carlos Lacerda. Em contrapartida, é notável a ausência na *Grande Resenha Facit* durante o período investigado de políticos relacionados com trabalhismo e com o PTB, que compuseram a oposição ao governo de Lacerda e, historicamente, foram adversários da UDN. A legenda, criada por Getúlio Vargas e removida do poder pelo Golpe Militar que destituiu João Goulart, também deixou de existir com a publicação do AI-2, em 1965.

A análise sobre as edições da *Grande Revista Esportiva Facit* se depara com dificuldades diversas. A primeira diz respeito à natureza da fonte de pesquisa: a transcrição do que foi dito no programa pelo *Jornal dos Sports*, publicada sempre nos dias seguintes aos debates. A falta de acesso aos programas exige que o estudo se concentre nos textos que vieram à tona por intermédio da publicação. O material, portanto, foi submetido ao tratamento jornalístico e, conseqüentemente, passou por edições. É impossibilitada a investigação acerca das nuances visuais do programa que transcendam o que foi relatado do jornal. Além disso, a presumível subordinação do texto às opções editoriais da publicação esportiva deve ser enxergada com precaução.

A versão publicada convive com os desdobramentos políticos do veículo de imprensa, o que leva à segunda dificuldade para o exame das fontes. Esse material requer um exame mais detalhado sobre o impacto das edições diante da política editorial do *Jornal dos Sports* e a relação com os partidos políticos durante seu período de atividade. Derivaria dessa iniciativa uma discussão a respeito da influência da UDN e do udenismo no conteúdo a que os leitores e, posteriormente, os pesquisadores tiveram acesso. Uma comparação entre o resultado publicado pelo jornal e o material audiovisual da TV Globo teria essa função. A presente investigação se ateve ao que estava disponível para examinar as trajetórias partidárias dos envolvidos na *Grande Resenha Facit* entre 1966 e 1967. A despeito dessas ressalvas, é permitido reconhecer alguns aspectos decisivos sobre a mesa redonda e sobre o gênero televisivo ao qual pertence.

Dada a popularidade do programa, a aparição em edições da mesa redonda oferecia visibilidade aos participantes. Isso não se restringe aos entrevistados com carreira partidária, mas também vale para membros da comunidade esportiva, como técnicos⁵⁵, jogadores⁵⁶ e

55 O técnico Admildo Chirol, do Botafogo, foi o convidado do programa em 5 de março de 1967. Transcrição publicada na página 5 da edição do dia 6 de março de 1967 do *Jornal dos Sports*.

56 O jogador Albert, do Ferecvaros, participou do programa em 8 de janeiro de 1967. Transcrição publicada na página 7 da edição do dia 9 de janeiro de 1967.

árbitros⁵⁷ que foram convidados no período observado. Para políticos que concorriam a cargos eletivos, aceitar o convite e integrar as discussões poderia trazer mais benefícios, uma vez que a participação favorecia o atrelamento da imagem do candidato a clubes populares, a entidades que promovem o esporte e, em um horizonte maior, à modalidade de grande aceitação no país. Sobretudo quando isso ocorre próximo ao processo eleitoral ou à posse nos cargos eletivos, como no caso dos anos 1966 e 1967.

Grande Revista Esportiva Facit se demonstra como um espaço para discussões de questões públicas relevantes. Seja no reiterado debate sobre a gestão de um aparelho esportivo público – no caso específico, o estádio do Maracanã –, seja nas proposições para a criação de uma competição de abrangência mais ampla com status de campeonato nacional, o programa apresenta atravessamentos políticos. A participação de representantes da recém-extinta UDN, presentes como membros fixos, convidados, mencionados em videoteipes ou pelos comentários, aponta para a influência do udenismo. A frequência de quadros ligados à Arena e de outros líderes da política esportiva, cujas trajetórias atestam o apoio ao regime autoritário, fortalecem os indícios de que foram exibidos posicionamentos de personalidades que contribuíram para a sustentação da Ditadura. As edições observadas podem sugerir influências da UDN e, em seguida, da Arena sobre as entidades que comandavam o futebol naquele momento, mas essa hipótese precisa ser confirmada em novas pesquisas.

A questão da colaboração com o governo é mais complexa e não permite dicotomias grosseiras. Não é possível enxergar, nas edições analisadas, propagandas explícitas a favor do autoritarismo de Estado. No entanto, o exame desse período reforça que o gênero televisivo das mesas redondas esportivas se legitimou, desde as primeiras décadas da TV no Brasil, como um espaço privilegiado para a discussão da vida social do país. Por isso é legítimo, a partir da observação dos programas, lançar um olhar também sobre o contexto político brasileiro daquele mesmo momento. Evidenciada pelo acompanhamento da *Grande Revista Esportiva Facit*, a perspectiva do cenário partidário posterior ao AI-2, durante os anos de 1966 e 1967, é a confirmação disso.

A intenção deste artigo não foi oferecer um estudo de caráter definitivo a respeito da relação entre os políticos e o gênero televisivo das mesas redondas no Brasil, nem sobre a *Grande Resenha Facit* e os partidos que lhe eram contemporâneos. A pesquisa representa um esforço empreendido com o intuito de jogar luz na maneira como a política atravessa os comentários esportivos e, dessa maneira, pode contribuir para pesquisas nos campos da História e da Comunicação. Distante de esgotar os temas acima expostos, teve como objetivo expandir a produção acadêmica e estendê-la a objetos pouco explorados, como as mesas redondas e a prática de comentar, que é o que mantém as discussões ali travadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBIN, Ricardo Cravo. **Dicionário Houaiss Ilustrado – Música Popular Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Paracatu, 2006.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo – Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.
- BOYLE, Raymond. **Sports Journalism: Contexts and Issues**. Londres: Sage Publications, 2006.
- BRO, Peter. License to Comment. **Journalism Studies**, Londres, 13 (3), p. 433-446, 2012.
- CABO, Álvaro do; HELAL, Ronaldo. Copas do Mundo e identidade nacional: um panorama teórico. In: HELAL, Ronaldo; CABO, Álvaro. **Copas do Mundo: Comunicação e Identidade Cultural no País do Futebol**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2014, p. 13-36.
- CABO, Álvaro Vicente G. Truppel P. Do. **Argentina/78: Uma Copa do Mundo Política, Popular e Polêmica**. Curitiba: Appris Editora, 2018.
- CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os Militares. In: D'ARAUJO, Maria Celina (org.). **As Instituições Brasileiras na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- CASTRO, Ruy. **O Anjo Pornográfico – A vida de Nelson Rodrigues**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CASTRO, Ruy. **O Vermelho e o Negro – Pequena Grande História do Flamengo**. São Paulo: DBA, 2001.
- CORRÊA, Villas-Bôas. **Conversa com a Memória: a história de meio século de jornalismo político**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.
- COUTO, Euclides de Freitas. **Da Ditadura à Ditadura: Uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)**. Niterói: Editora da UFF, 2014.
- DAMO, Arlei Sander. Produção e consumo de megaeventos esportivos – apontamentos e perspectiva antropológica. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 3, n. 21, p. 67-92, mar./2011.
- DRUMOND, Maurício. **Nações em Jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- ECO, Umberto. A Falação Esportiva. In: ECO, Umberto. **Viagem na Irrealidade Cotidiana**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984, p. 220-226.
- ECO, Umberto. O Mundial e suas pompas. In: ECO, Umberto. **Viagem na Irrealidade Cotidiana**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984, p. 227-233.
- GUIMARÃES, Carlos. **O Comentarista Esportivo Contemporâneo: Novas Práticas no Rádio de Porto Alegre**. Curitiba: Appris Editora, 2018.
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque. Mesas-redondas: da falação esportiva ao futebol falado. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque; SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia dos; TOLEDO, Luiz Henrique de; MELO, Victor Andrade de. **Olho no Lance: Ensaios sobre Esporte e Televisão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p. 120-147.
- JENNINGS, Andrew. **Um Jogo Cada Vez Mais Sujo: O Padrão Fifa de fazer Negócios e Manter Tudo em Silêncio**. São Paulo: Panda Books, 2014.
- LÉO, Alberto. **História do Jornalismo Esportivo na TV Brasileira**. Rio de Janeiro: Maquinária

Editora, 2017.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005. p. 111-153.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella: O Guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MÁXIMO, João. **João Saldanha – Sobre Nuvens de Fantasia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

MCCARGO, Duncan. Partisan Polyvalence: Charaterizing the Political Role of Asian Media. In: HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. **Comparing Media Systems Beyond the Western World**. Nova York: Cambridge University Press, 2012, p. 201-223.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: A História depois do Papel. In: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005. p. 235-290.

NETO, Helcio Herbert. Falação esportiva: o problema heideggeriano da abertura na prática do comentário esportivo. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...** Salvador, p. 1 – 14, 2020.

NETO, Helcio Herbert. José Maria Scassa e o Golpe de 1964: partidatismo no comentário esportivo na TV. In: I Seminário Online de Pesquisa em História da Universidade Estadual de Goiás. **Anais...** Uruaçu, p. 46 – 63, 2020.

NETO, Helcio Herbert. Liberdade Interpretativa e Jornalismo Esportivo no Brasil: um Universo para Pesquisa. In: VII Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Cotidiano, 2018. **Anais...**, Niterói, p. 532-541, 2018.

NETO, Helcio Moreira Silva. Mittel, Foucault e Nietzsche – Cultura, Genealogia e História. **Revista Aproximação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 19-36, 2019.

NETO, Helcio Herbert. Neymar Challenge: Mesas Redondas Esportivas na TV sob Desafio. **Revista GEMINIS**, São Carlos (UFSCar), v. 10, n. 3, pp. 55-76, 2019.

NETO, Helcio Herbert Moreira da Silva. **Programas esportivos de mesa redonda: a questão da autoridade em pauta no gênero televisivo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

NETO, Helcio Herbert Moreira da Silva. Tanto a comentar: método comparado e os comentaristas esportivos no Brasil. In: XIII Simpósio de História Comparada. **Anais...** Rio de Janeiro, p. 106 – 123, 2019.

RIBEIRO, André. **Os Donos do Espetáculo – História da Imprensa Esportiva Brasileira**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

RODRIGUES, Ernesto. **Jogo Duro: a história de João Havelange**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

SANTOS, Daniel Araújo dos. **Futebol e Política: a criação do campeonato nacional de clubes de futebol**. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2006

WHANNEL, Gary. **Fields in Vision – Television Sport and Cultural Transformation**. Nova York: Routledge, 1995.

PUBLICAÇÕES NA IMPRENSA

“Qualquer sacrifício para endireitar o país”. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1954, p. 3.

A cidade precisa de piscinas e ginásios. **Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1954, p. 5.

A Mauá não toma jeito – ou toma? (Rádio e Televisão). **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 17 de março de 1956, 1º Caderno, p. 8.

Ademar é o personagem de Nelson Rodrigues (GRANDE REVISTA ESPORTIVA FACIT). **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1967, p. 7.

Armando disse que o Botafogo foi ridículo (GRANDE REVISTA ESPORTIVA FACIT). **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1966, p. 5.

Armando se bate pela bola branca (GRANDE REVISTA ESPORTIVA FACIT). **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 6 de março de 1967, p. 5.

Cabral foi quem regulou o torneio (GRANDE REVISTA ESPORTIVA FACIT). **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1967, p. 7.

CÁSPARY. Scassa é Flamengo até morrer. **Revista do Rádio**. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1954, p. 38-39.

Falecimentos (Rio de Janeiro): José Maria Scassa. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1980, 1º Caderno, p. 14.

FILHO, Mário. Um Assunto que é só dos Clubes e do Público. **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1965, p. 4.

Mesa considera Bangu o provável campeão (GRANDE REVISTA ESPORTIVA FACIT). **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1966, p. 7.

Mesa vê raça do Fla contra Bangu técnico (GRANDE REVISTA ESPORTIVA FACIT). **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1966, p. 7.

O Vasco trocou Paulo Mata por Boiadeiro (GRANDE REVISTA ESPORTIVA FACIT). **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1966, p. 8.

Oto Glória no Vasco agita mesa-redonda (GRANDE REVISTA ESPORTIVA FACIT). **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 22 de maio de 1967, p. 7.

Palmeiras dá muito para ter Paulo Borges (GRANDE REVISTA ESPORTIVA FACIT). **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1967, p. 7.

PTN examina candidatos a deputado. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1964, 1º Caderno, p. 4.

Quem disputa seu voto (Domingos D’Ângelo – Arena). **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1966, 1º Caderno, p. 11.

Scassa faltou ao churrasco do Bangu (GRANDE REVISTA ESPORTIVA FACIT). **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1967, p. 7.

Scassa põe Oto Glória no lugar de Renga (GRANDE REVISTA ESPORTIVA FACIT). **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1967, p. 7.

Turfê na TV Rio Amanhã à Noite. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1963, p. 11.

Vitória do Flu foi santa e imaculada (GRANDE REVISTA ESPORTIVA FACIT). **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 27 de março de 1967, p. 7.

Zezé fica porque está cotado para a seleção (GRANDE REVISTA ESPORTIVA FACIT). **Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1966, p. 7.

PÁGINAS NA INTERNET

“Em 1920, Afrânio e Paraense foram os primeiros heróis olímpicos brasileiros” (Agência Brasil). Disponível em: <https://bit.ly/2yXTwtW>. Acesso em: 4 de maio de 2020.

ATO INSTITUCIONAL Nº 2, DE 27 DE OUTUBRO DE 1965 (Presidência da República | Casa Civil). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em: 30 de abril de 2020.

DADOS ESTATÍSTICOS: 3º VOLUME: (2ª PARTE) : ELEIÇÕES FEDERAIS E ESTADUAIS REALIZADAS EM 1954 E 1955 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5217>. Acesso em: 4 de maio de 2020.

DADOS ESTATÍSTICOS: 8º VOLUME: ELEIÇÕES FEDERAIS E ESTADUAIS REALIZADAS NO BRASIL EM 1965 E 1966 (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5310>. Acesso em: 4 de maio de 2020.

JOÃO MENDONÇA FALCÃO (verbete biográfico | CPDoc-FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-mendonca-falcao>. Acesso em: 4 de maio de 2020.

LUIS ROBERTO VEIGA BRITO (verbete biográfico | CPDoc-FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-roberto-veiga-de-brito>. Acesso em: 4 de maio de 2020.

Mendonça Falcão (Biografia | Câmara dos Deputados). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131954/biografia>. Acesso em: 4 de maio de 2020.

RAFAEL HERMETO DE ALMEIDA MAGALHÃES (verbete biográfico | CPDoc-FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rafael-hermeto-de-almeida-magalhaes>. Acesso em: 4 de maio de 2020.

Resultados Históricos - Região Sudeste (Campeonatos Estaduais | RSSSF). Disponível em: <https://www.rsssfbrasil.com/historicse.htm#rj>. Acesso em: 5 de maio de 2020.

Veiga Brito (Biografia | Câmara dos Deputados). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131304/biografia>. Acesso em: 4 de maio de 2020.

A CONVERSÃO AO CRISTIANISMO
IMPOSTA AOS JUDEUS NO REINADO
DE DOM MANUEL I DE PORTUGAL

MARIA REGINA T. WECKWERTH
Universidade Federal de Alfenas
mrtww00@hotmail.com

PAULO ROMUALDO HERNANDES
Universidade Federal de Alfenas
paulorh_mancini@hotmail.com

RESUMO

Este estudo investiga a presença dos judeus em Portugal tendo como problema central a conversão ao cristianismo imposta no governo do rei Dom Manuel I. O estudo visita a historiografia e as ordenações Afonsinas e Manuelinas, além de buscar em Damião de Góis, que descreveu o reinado do felicíssimo rei Dom Manuel, no ano de 1566, informações importantes sobre a expulsão e a pressão imposta pelo rei para a conversão dos judeus ao cristianismo. A investigação considerou que a conversão forçada foi provocada por questões políticas e econômicas, resultando em violência contra os judeus, tanto por serem obrigados a deixar sua crença, como por se verem obrigados a permanecer em Portugal como Outro, o cristão-novo, sendo perseguidos pelo Mesmo, o cristão-velho.

Palavras-chave: História de Portugal; Dom Manuel I; Judeus; Cristão-novo.

Recebido em 22 de setembro de 2020.

Aprovado em 16 de outubro de 2020.

THE CONVERSION TO
CHRISTIANITY IMPOSED ON JEWS
IN THE REIGN OF DOM MANUEL I
OF PORTUGAL

MARIA REGINA T. WECKWERTH
Universidade Federal de Alfenas
mrtww00@hotmail.com

PAULO ROMUALDO HERNANDES
Universidade Federal de Alfenas
paulorh_mancini@hotmail.com

ABSTRACT

This study investigates the presence of Jews in Portugal having as a central problem the conversion to Christianity imposed by the government of King Dom Manuel I. The study visits the historiography and the Aphonsine and Manueline ordinances, in addition to looking at Damião de Góis, who described the reign of the most fortunate King Dom Manuel, in the year 1566, important information about the expulsion and the pressure imposed by the King for the conversion of the Jews to Christianity. The investigation considered that the forced conversion was caused by political and economic issues, resulting in violence for the Jews, both for being forced to leave their belief, and for being forced to remain in Portugal as Other, the New Christian, being persecuted by the Same, the old Christian.

Keywords: History of Portugal; Dom Manuel I; Jews; New Christian.

INTRODUÇÃO

Península Ibérica, lar de muitos povos, desde fenícios, egípcios, celtas, romanos, germanos a judeus. Estes teriam vindo para Portugal a partir do século V, para a historiografia de modo geral, segundo Azevedo (1975). No entanto, o autor não julga temerário supor terem vindo, os judeus, para Portugal, ainda com os fenícios. Os judeus foram forçados pelo rei Dom Manuel a se tornarem cristãos, convertendo-se em cristãos-novos. Embora a conversão ao cristianismo não se apresentasse como fato novo na vida dos judeus ou correligionários de outra fé, após a instituição do cristianismo como religião universal, no Concílio de Nicéia, no século IV, parece-nos permitido dizer tratar-se de um fato novo para os judeus portugueses serem convertidos à força por Dom Manuel I, em 1497, pois foram impedidos por todos os meios de abandonar o reino, mesmo aqueles que se prontificavam a seguir outras direções e abandonar seus bens e raízes constituídos em Portugal, por recusarem desertar de sua fé.

Considerando o percurso desde o período Tardo Antigo, quando ocorreu o Concílio de Nicéia e a Igreja Católica instituiu o cristianismo como religião universal, configurou-se, desde então, a evolução da Igreja como portadora da palavra divina. Elemento fundamental no sentido de uma aliança necessária e legitimadora com a Coroa, na qual o rei passa a ser o representante de Deus num reino unificado pela fé em Cristo, segundo os dogmas instituídos pela Igreja Apostólica Romana (FRIGHETTO, 2012). Esse princípio paradigmático será mantido ao longo dos próximos quinze séculos, aproximadamente.

Desde o período central da Idade Média, século XII, quando as cruzadas assumem papel preponderante na instituição do cristianismo, a conversão obrigatória a uma religião estranha a própria fé constituiu-se num problema. As punições advindas da recusa em converterem-se, tais como a expulsão ou a Inquisição, e o corolário consequente das suas atividades nos levam a buscar subsídios em períodos bastante distantes do período manuelino.

O objetivo deste trabalho é fazer um resgate na historiografia do não respeito ao diverso, à diferença de crença, na história ibérica, com conotações político-econômicas que levaram Dom Manuel a obrigar os judeus a se tornarem cristãos para mantê-los em Portugal.

As condições sob as quais os judeus viveram em Portugal configuravam-se como absolutamente de conveniência para o Estado. No entanto, segundo o parâmetro da história cultural, percebe-se que o judeu fora visto, sobretudo pela Igreja Católica, como o Outro. Desde o século XIV, com o advento da peste, amplia-se a propaganda antisemita e também a perseguição ao judeu, que passa a ser satanizado, caracterizado e representado como o anticristo.

A perseguição e a culpa atribuída aos judeus pelas pestes, os satanizando, teve cunho ideológico político-econômico. Na segunda metade do século XV, em 1481, quando da ascensão ao trono por Dom João II, o Príncipe Perfeito, a Coroa Portuguesa passa por profundas reformulações em diversos âmbitos do Reino, promovendo a reorganização política, social e econômica lastreadas no princípio centralizador. O Rei ordena, o Rei manda, o Rei determina e exige ser obedecido. Este rei aceitará a vinda, para Portugal, de judeus que foram expulsos de Castela, em troca de benefícios financeiros para seu reino. Esses aspectos serão acentuadamente refletidos no reinado de seu sucessor, Dom Manuel I. Esse monarca, atendendo exigência do Rei Fernando, de Espanha, como condição para

casar-se com sua filha Isabel, assinou um decreto, em cinco de dezembro de 1496, de expulsão dos judeus do reino, dando-lhes a opção de conversão ao cristianismo como acontecera na Espanha (NOVINSKY [et al], 2015, p. 41). Houve um grande êxodo de judeus do reino por não pretenderem se converter ao cristianismo, o que teria preocupado o rei Dom Manuel, afinal: “um êxodo tão expressivo de judeus prejudicaria a economia portuguesa. Assim, em abril de 1497, ordenou que nenhum judeu saísse do Reino, obrigando todos a se converterem ao catolicismo” (NOVINSKY [et al], 2015, p. 42).

Como resultado da conversão forçada dos judeus, Dom Manuel I torna seu reino predominantemente cristão ao trazer os judeus para o seio da Igreja, aspecto que parece demonstrar a importância da manutenção da comunidade judaica, adequada aos objetivos do monarca, quer no sentido de sua afirmação perante as autoridades eclesiásticas, quer no sentido do apoio econômico representado por essa comunidade: hábeis financistas, mercantilistas e investidores do reino.

Dom Manuel I compromete-se, por meio de decretos, a não inquirir comportamentos religiosos dos cristãos convertidos por vinte anos; em 1512, dilata esse prazo por mais dezesseis anos, ocasionando problemáticas conturbações no reino. No entanto, manifestações antissemitas em Portugal, sobretudo por parte de dominicanos e franciscanos, propiciaram que Dom Manuel solicitasse ao papa Leão X, em 1515, bula de estabelecimento do Tribunal da Inquisição em Portugal, promovendo uma frontal mudança na posição da Coroa em relação aos cristãos-novos, na medida em que os destituiu de todos os privilégios concedidos em 1497, quando submeteram os judeus à conversão forçada.

A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DOS JUDEUS PARA O REINO DE PORTUGAL

Num oceano de forças dominantes, o poder, por razão ou por necessidade, estabelece regras que se manifestam como ondas em altas e baixas marés. Permeia-se, assim, a aceitação, mesmo que reservada e condicional, do diferente e da diversidade cultural – nesse caso, a cultura hebreia. Em contrapartida, promovem-se atos de intransigência exprobatória ao não admitido, o que, por estar fora da cultura estabelecida pelo poder vigente, deixa marcas profundas: Segregação, abandono, perseguições e perdas de natureza diversa. Tal contexto revela-se intermitentemente presente na vida dos judeus viventes na Península Ibérica, desde os primeiros séculos da Era Cristã e ainda no século XVI.

Todavia, esse não foi um ato novo ou inusitado na vida da comunidade hebreia. Conforme Novinsky, a violência que emergiu no período moderno “não foi um fenômeno que afluíu de um momento para outro, mas a continuidade de um processo, cujos antecedentes podemos buscar no remoto Reino Visigodo” (NOVINSKY, 2010, p. 5). Segundo Sancovsky (2010), judeus já haviam se estabelecido na Península Ibérica desde o tempo da civilização fenícia, aos 586 a.C., quando se tornaram exilados e refugiados da Judeia; posteriormente, em decorrência da destruição do Templo de Jerusalém; e, aos 70 d.C., com a invasão romana. Foram testemunhas oculares das incursões visigodas e de acordos definidos por Roma na Hispânia visigoda, da vigência da monarquia ariana e da conversão desta ao catolicismo, no reinado de Recaredo, em 586. Passados 35 anos, teriam eles, os judeus, a imposição da conversão ao cristianismo no reinado visigodo de Sisebuto, aos 621 (SANKOVSKY, 2010).

Novinsky descreve que, com os primeiros monarcas portugueses, os judeus desfrutaram de uma vida extremamente independente, quer jurídica, social ou cultural, de seus costumes, tradições e religião. A religião não os impedia de exercer cargos oficiais importantes junto aos monarcas. Cita, a propósito, o cargo de Ministro da Fazenda no reinado de Dom Diniz, exercido e acumulado pelo arabi-mor dos judeus. Diz, ainda, que a atitude independente do povo português e a mobilidade da Igreja eram marcas de distinção dos demais povos e, ainda que a Igreja tentasse exercer sua influência canônica interferindo nas judarias, havia uma relação recíproca entre judeus e cristãos, com as naturais influências e trocas culturais (NOVINSKY, 2009).

A considerar-se o exposto por Novinsky, fica estabelecida a ideia de uma relação perfeitamente equilibrada, circunstancialmente pontuada por tentativas de interferência. No entanto, como salienta Kayserling, tais relações vinham permeadas pela desconfiança contra os hebreus, mesmo em tempos de Afonso Henriques (1140-1185), primeiro rei de Portugal. Segundo o autor:

É interessante observar que, numa mesma lei, se alternam liberdades e restrições. Em alguns casos, os judeus são equiparados aos nobres em direitos e posições; em outros, são considerados inferiores até aos odiados mouros (KAYSERLING, 2009, p. 37).

Quanto ao aspecto das boas relações entre judeus e cristãos em Portugal, parece haver um consenso entre vários historiadores: Novinsky (2009), Bethencourt (2004), Sancovsky (2010), Tavares (1993). No entanto, o que se observa é somente uma tolerância por parte dos soberanos – tolerância essa pautada em interesses, conforme observaremos, quer pelos conhecimentos em áreas ligadas às finanças, quer pelas habilidades em áreas das ciências médicas, astrologia e afins, quer pela disponibilidade de recursos econômicos que atendessem necessidades e emergências no reino, como o financiamento de guerras.

Herculano (2002), em seu estudo realizado no século XIX, manifestava parecer, retomado um século depois por Novinsky, que os judeus de Portugal tinham uma vida distinta de outros povos europeus e os descreve como nação à parte, regida por direito público e civil especial, a exemplo das Ordenações Afonsinas, primeiro código regular das leis pátrias. Cita, ainda, viverem em bairros afastados, segregados, em judarias ou judiarias, cuja constituição análoga ao governo das populações cristãs era regida por magistraturas locais e, acima destes, o arabi-mor, alto funcionário, encarregado pela intermediação nos negócios do povo hebreu com o monarca, exercendo superintendência, nomeações, administração e fazenda das comunas. Isso lhes conferia, até certo ponto, liberdades e garantias, entretanto, pontuadas por uma sequência de limitações em questões civis. Conforme alude Kayserling (2009), os judeus sempre viveram como povo tributário, isolados, discriminados pela religião e pelos costumes. Todavia, exerceram desde o princípio da monarquia portuguesa grande influência no reino, desfrutando de tolerância e apoio dos monarcas.

Nesse aspecto, Kayserling (2009) assevera a propósito de um dos primeiros reinados de Portugal – o terceiro – no qual Dom Sancho II (1223-1224) manteve, mesmo tendo por inimigos os poderes eclesiásticos, a contratação de judeus em cargos públicos, à revelia da lei promulgada por seu pai, Afonso II (1211-1223), que não os queria nesses postos. Agrega o autor: “Não o fez certamente por preferi-los aos cristãos”, porém, “tal como outros reis

da Península Ibérica, por se encontrar entre eles os financistas mais aptos e hábeis; o que iria impedi-lo de atraí-los para sua corte?” (KAYSERLING, 2009, p. 38). Prática repetida nos reinados de Dom Dinis (1279-1325), Dom Afonso IV (1325-1357), Dom Pedro I (1357-1367) e Dom Fernando (1367-1383), que atribuíram aos judeus cargos de tesoueiros-mores, ou seja, exerceram função que nos dias de hoje corresponderia ao de Ministros da Fazenda (HERCULANO, 2002).

Dom Fernando (1367-1383) exerceu um reinado conturbado; renunciou tempos sombrios para os judeus, que, em vista do auxílio fazendário dado ao monarca, tornaram-se foco de revoltas e ataques da população até a ascensão ao trono por Dom João I (KAYSERLING, 2009). Esse período foi marcado por manobras políticas que favoreceram a invasão de Dom João I de Castela, em Portugal, obrigando o Mestre de Avis, futuro rei Dom João I, de Portugal, a encabeçar a revolta contra os castelhanos. Essa revolta perdurou mesmo após o Mestre de Avis ter assumido o trono em 1385, assegurando a independência portuguesa e trazendo consigo uma nova dinastia (MARQUES, 1980). Quando, em 1391, deu-se a perseguição e morte de inúmeros judeus na Guerra Civil Castelhana, solicitou-se ao rei o acolhimento dos judeus espanhóis em Lisboa e Dom João I fez publicar uma ordenação “segundo a qual os judeus do seu país, tanto os nativos como os recém-chegados, fossem protegidos de todos os modos, proibindo ainda, baixo pena de castigo, que fossem presos ou recambiados” (KAYSERLING, 2009, p. 73). Nesse período, voltaram a desfrutar a liberdade de seguir sua religião e seu direito privado, protegidos por bulas de ampla proteção, mas restritos a leis claramente segregatórias.

No reinado de Dom Duarte (1433-1438), menos tolerados, continuaram suas atividades de cobrança e arremate de impostos. Nesse ínterim, o povo reclamava, com alguma razão, de atos vexatórios e de exploração por parte dos judeus, segundo Herculano (2002).

Com Dom Afonso V (1438-1481), o quadro transfigurou-se e os judeus foram protegidos como nunca haviam sido por monarcas anteriores. Segundo Kayserling (2009, p. 97), “parece que todas as leis canônicas e restrições vigentes tivessem sido repentinamente suspensas”. Os judeus tiveram maior liberdade, ambicionando o poder e negligenciando o cumprimento de deveres próprios da religião mosaica, conforme o autor. Tais excessos, na opinião de seus adversários políticos, acirraram a ira da população. Herculano (2002) salienta fatos, ocorridos em Lisboa, em fins de 1449, quando jovens da cidade insultaram e maltrataram judeus, levando-os a apelar aos magistrados. Estes, por considerarem os cristãos dignos de castigo, ordenaram que fossem açoitados publicamente, gerando uma revanche feroz, por parte da população, que armada voltou-se contra as judiarias. Segundo Vieira (2020, p. 40),

em dezembro daquele ano, após as autoridades de Lisboa punirem um grupo de jovens que havia insultado judeus publicamente, ocorreu um ataque à Judiaria Grande de Lisboa. As casas do local foram saqueadas e depredadas, e alguns judeus foram mortos durante os conflitos. O rei Afonso V conseguiu controlar a situação em pouco tempo com auxílio das forças régias. Dezenas de cristãos foram presos e castigados, estes eram em sua maioria pequenos comerciantes locais. Temos conhecimento de sessenta e nove homens participantes das violências que foram condenados ao exílio em Ceuta (VIEIRA, 2020, p. 40).

Nesse período, a população hebraica crescia em número, recém-chegada de Castela. Com fartos recursos econômicos e imiscuídos na percepção das rendas públicas e no comércio,

incitaram ânimos contrários por parte do clero, da população e também entre os indivíduos acima da plebe, os burgueses em ascensão e os pequenos nobres.

Conforme Pieroni (2000, p. 40), esse rei foi responsável por um conjunto de leis para controle do reino: “Esse corpo legislativo é conhecido como Ordenações Afonsinas, em homenagem ao rei Afonso V”. Tais ordenações são fontes incontestes da segregação que viveu esse povo. No livro II, título LXXVI, estabelece “De como os judeus ham de viver em Judarias apartadamente”:

El Rei Dom João meu avô de louvada memória em seu tempo fez lei, de cujo o teor é: Dom João pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve. A todos os Juizes, e Justiça dos nossos reinos, que esta nossa Carta virdes, ou o tratado dela em publica forma feita por autoridade de Justiça, saude. Sabede, que nós havemos por informação, que alguns lugares de nossos reinos os judeus, que aí há, não vivem todos apartadamente em suas judarias, segundo é ordenado por nós, e pelos reis, que antes de nós foram; e que alguns deles vivem misticamente entre os cristãos, e andam de noite aos de fora das ditas judarias; do que a nós não praz, nem o havemos por bem feito, se assim é. E porem vos mandamos, que cada hum de vós em vossos julgados façades apregoar, que todos os judeus se vão a morar dentro das judarias, que lhe são apartadas ata certos dias convinha, que lhes pera eles assinardes; e que outro se depois que for noite não saiam fora de suas judarias. E aqueles que o contrário fizerem vos os prendem, e não os soltes sem nosso mandado; e fazer-lhes tomar para nós todos os seus bens. E se em alguns desses lugares não houver judarias, ou forem tão pequenas, em que todos não possam caber, vós os apartardes, ou lhes acrescente, se pequenas forem, de guisa que possam em elas caber em aqueles lugares, que foram mais conveniente. E nisto sede bem diligentes, e avisados de quisa, que o serviço de Deus, e nosso seja em ele guardado, senão sede certos, que a vos nos tornaremos por ele, e vo-lo estranharemos: unde al nom façades. Dada em cidade de Braga trinta dias de Setembro. El Rey o mandou. Alvaro Gonçalves a fez, Era de mil e quatrocentos e trinta e oito anos. A qual lei vista, e examinada por nós, havemos por boa, e mandamos que se guarde como em ela é conteúdo, e que se entenda nas Vilas grandes, e em outros lugares, onde houver até dez judeus, e daí para cima; porque achamos, que assim foi ordenado por el Rey Dom Pedro de louvada memória em atigos gerais por ele acordados, e terminado nas Cortes, que fez na Vila de Elvas (ORDENAÇÕES AFONSINAS, 1438).

Nota-se que as Ordenações Afonsinas seguem outras ordenações, como no caso do título LXXVI, que reproduz na verdade Carta de Dom João I, avô de Dom Afonso V. Nessa citação, fica clara a segregação em que viviam os judeus desde, pelo menos, o reinado de Dom João I, de 1385 até 1433. Eles deviam viver em judarias e não podiam sair à noite, sob o perigo de serem presos e ainda perderem seus bens para o reino. O título LXXVIII nos remete a outros fatores que comprovam o caráter econômico da permanência dos judeus em Portugal, segregados em judarias: “De como as comunas de judeus hão de pagar o serviço Real”. Esta ordem foi estabelecida pelo rei Afonso IV, que governou Portugal de 1325 até 1357.

Primeiramente todo judeu desde que for em idade de quatorze anos em diante, e for casado, ou viúvo, pague vinte soldos em cada ano. E a judia que for casada, ou viúva, pague dez soldos. E o judeu, ou judia não paguem nenhuma coisa até que sejam de idade de sete anos; e desde a dita idade de sete anos em diante a judia pague dois soldos e meio, até a idade de doze anos; e o judeu pague cinco soldos, até que seja em idade de quatorze anos. E a judia desde que for em idade de doze anos em diante, e não for casada, e viver em poder do pai, ou da mãe, ou de outrem, ou servir a outrem, pague meio maravedi, que são sete soldos e meio; e se viver por si, pague dez soldos; e o judeu, que for de quatorze anos em diante, e não for casado, e viver em poder alheio, pague um maravedi que são quinze soldos a cada um ano e se viver para si pague vinte soldos (ORDENAÇÕES AFONSINAS).

O consenso de alguns historiadores – Novinsky (2009), Bethencourt (2004), Sancovsky (2010), Tavares (1993) – de que os judeus em Portugal teriam vida melhor que em outros reinos europeus parece não se sustentar, pois o que se observa de fato é uma aceitação do judeu pautada em interesses políticos e econômicos. Quanto a esse aspecto, Kayserling (2009) reafirma a distinção do povo hebreu em relação aos outros povos, quer em Portugal ou qualquer outra nação, pois os interesses econômicos se acentuaram no reinado de Dom João II, quando, mais uma vez, os judeus expulsos de Castela foram aceitos em Portugal e, depois, por interesses políticos, foram expulsos, também de Portugal, por Dom Manuel. Por fim, por interesses econômicos, foram obrigados a se converter ao cristianismo a fim de não deixarem o reino.

A CONVERSÃO IMPOSTA AOS JUDEUS POR DOM MANUEL I: QUESTÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS

O período no qual os judeus espanhóis se refugiam em Portugal, após a expulsão de Castela, em 1492, volta a incitar o processo, aliás, já instaurado, de extrema aversão por parte dos cristãos aos judeus de Portugal. Crise que não era restrita à plebe, mas, extensiva aos grandes e ao clero, no reinado de Dom João II, que por sua vez introduzia profundas reformulações em seu reinado. Considerando o fato de que os judeus apresentavam-se em condições de superioridade nas atividades do comércio e habilidades nas ciências, como assevera Azevedo:

O hebreu não somente trazia para a luta pela vida o intelecto muito mais desenvolvido que o competidor cristão; (...) eram eles os médicos, cirurgiões, boticários e astrólogos; da mesma sorte, astrônomos e geógrafos; e com qualquer dessas profissões acumulavam, se havia oportunidade, a usura, cujos proventos lhes eram mais seguros e abundantes (AZEVEDO, 1975, p. 35).

Com isso, “facilmente triunfavam da rudeza e ignorância da população nativa” (AZEVEDO, 1975, p. 35). Por essa razão, Herculano (2002) defende ser provável o fato de os judeus terem desfrutado de tantos favorecimentos por parte do poder monárquico em Portugal como tesoureiros, conselheiros ou arrendadores de impostos no reino.

Dom João II (1481-1495) assume o reino por abdicação de seu pai Dom Afonso V e é referenciado por seus próprios cronistas como intolerante e cruel com os judeus, nas palavras de Herculano. Repetem-se denúncias e lamentos contra os judeus. Requerimentos em assembleia de 1490 solicitam que os judeus sejam exonerados de suas funções fiscais. Dom João recusa-se formalmente a excluí-los, considerando rendeiros cristãos não menos opressores que os hebreus, alegando não haver cristão habilitado para tais funções e, se havia, exorbitavam nas cobranças para obter lucros (HERCULANO, 2002).

Promulgada a lei de expulsão dos judeus espanhóis, em 31 de março de 1492, grande número de famílias ricas foi acolhido por Dom João II, mediante pagamento de elevados tributos, como nos revela Damião de Góis, em seu livro a Dom Manuel:

Dos quais alguns antes que saíssem de Castela mandaram pedir licença a El Rei Dom João para virem para Portugal, e lhe mandar dar embarcação para suas pessoas, e, bem, o que lhes ele concederem com que lhe pagarem por cabeça (exceto as crianças de mama) oito cruzados, pago em quatro pagas, e os que eram ferreiros, latoeiros, malheiros, e armeiros

pagavam a metade menos, querendo ficar no Reino, e assim a estes, se declaravam que se queriam ir, como os outros, assinou Dom João tempo limitado em que pudessem estar no reino, e não se saindo no tal tempo, ficassem seus cativos. Destes judeus houve el Rei uma grande soma de dinheiro, porque segundo se afirma entraram nestes reinos mais de vinte mil casais, em que havia alguns de dez e doze pessoas e outros de mais, com o qual dinheiro tinha determinado fazer uma armada para passar em África (DAMIÃO DE GÓIS, 1566).

Aqueles que permaneceram em Portugal, sem as condições de pagamento, foram entregues à servidão, apartados de seus filhos menores, que por ordem de Dom João II foram enviados à Ilha de São Thomé, expostos a uma vida semibárbara, muitos dos quais pereceram. Entre os sobreviventes, dada sua temperança, conquistaram espaços, tornando-se “opulentos colonos daquela fértil possessão” (HERCULANO, 2002, p. 66). Azevedo (1975) nos deixa uma avaliação menos cruel, alegando que “a impressão deixada pela narrativa é a de uma hecatombe herodiana”. Descreve o documento deixado por Herculano: um “Bando de crianças, algumas de colo, lançadas nas praias inóspitas da ilha: sucumbindo à fome ou devoradas pelas feras”. De fato, tais crianças eram recebidas pelo senhorio da ilha, que as encaminhava aos colonos locais, e assim seriam criadas no credo cristão, o que naturalmente não invalida a razão condenável do ato joanino, “todavia, menos tétrica”, segundo o autor (AZEVEDO, 1975, p. 24).

Dom Manuel I sucede Dom João II ao trono e estabelece novas ordenações, revisando as Ordenações Afonsinas. Comparativamente às Ordenações Afonsinas, as Ordenações Manuelinas, segundo a autora Hunold Lara, se equivalem na estrutura, com algumas revisões e atualizações. Todavia, as Ordenações Manuelinas são apresentadas como escritas em nome do rei, “como se dele sempre tivessem sido emanadas, diferentemente da anterior que chegava a reproduzir textos publicados por outros monarcas” (LARA, 1999, p. 32), como foi visto nas citações anteriores. Nas ordenações Manuelinas, livro II, título LXI, temos o termo de expulsão dos judeus de Portugal: “Que os judeus e mouros forros se saiam destes Reynos e nom morem, nem estem nelles”.

Nós muito certo, que os Judeus e Mouros obstinados no ódio da nossa Santa Fé Católica de Cristo Senhor, que por sua morte nos redimi, tem cometido, e continuamente contra ele cometem grandes males, e blasfêmias em esses nossos reinos, as quaes não tão somente a eles, que são filhos de maldição, em quanto na dureza de seus corações estiverem, sem causa de mais condenação, mas ainda a muitos cristãos fazem apartar da verdadeira carreira, que é a Santa Fé Católica; por estas, e outras mui grandes e necessárias razões, que nos a está movem, que a todo cristão são notórias e manifestas, avida madura deliberação com o Nosso Conselho, e Letrados, Determinamos, e Mandamos, que da publicação desta Nossa Lei, e Determinação ate todo o mês de Outubro do ano do Nosso Senhor de mil e quatrocentos e noventa e sete, todos os Judeus, e Mouros forros, que em Nosso Reino houver, se saiam fora dele, sob pena de morte natural, e perder fazenda pera quem os acusar. E qualquer pessoa que passado o devido tempo tiver escondido algum Judeu, ou Mouro forro, per esse mesmo feito queremos que perca sua fazenda, e bens, pera quem o acusar, e Rogamos, e Encomendamos, e Mandamos por nossa benção, e sob pena de maldição aos Reis Nossos Sucessores, que nunca em tempo algum deixem-no morar nem estar nestes nossos Reinos e senhorios deles, judeus e mouros (ORDENAÇÕES MANUELINAS, p. 212)

A expulsão dos judeus de Portugal oferecia interesses políticos e econômicos para Portugal e Espanha. O rei Fernando, da Espanha, impôs como condição para D. Manuel casar-se com sua filha Isabel, para que expulsasse os judeus de suas terras, pois, segundo

Novinsky [*et al*] (2015, p. 41), “percebia o prejuízo que causaria ao seu país a permanência de uma população ativa, culta e laboriosa no reino vizinho de Portugal”. O Monarca português atendeu essa exigência porque queria estabelecer os laços permanentes com a Espanha, “e assim garantir a união entre as coroas: portuguesa e espanhola, mediante seu casamento com a princesa Isabel, conforme acordo fechado com os Reis Católicos” (SOUZA, 2018, p. 105). Essas alianças matrimoniais eram práticas comuns nos países ibéricos e tinham como objetivo o poder de governar as duas coroas.

O próximo título do livro II, o título XLII, demonstra vantagens para os judeus se tornarem cristãos: Como o cristão que foi judeu deve herdar a seu pai, mãe e parentes. Dom Manuel, que em 1496 daria prazo até outubro de 1497 para os judeus deixarem Portugal, fez todo tipo de pressão para que eles não deixassem o reino e se convertessem forçadamente ao cristianismo (COSTA, 2007). Uma das causas de toda a pressão para os judeus se converterem e, assim, não deixarem Portugal, segundo Damião de Góis (1566), é que eles eram muito hábeis. Entre outras tarefas, produziam armas, o que poderia equipar muitos inimigos dos reinos de Portugal e Castela, entre eles a França e a Inglaterra e, sobretudo os muçulmanos. Conforme o livro V, título LXXXII, das Ordenações Manuelinas: “Dos cristãos novos, e mouros, e cristãos mouriscos, que se vão para a terra de mouros, ou para as partes da África, e dos que os levam” é possível perceber essa preocupação com os mouros.

Defendemos e mandamos que nenhum cristão novo que fosse judeu, ora seja Nosso Natural, ora estrangeiro, se vá, nem passe de Nossos Reinos para nenhuma Terra de Mouro, sob pena de quem o contrário fizer perder toda sua fazenda, e ser cativo, sendo tomado no próprio auto sua fugida e ida, ou em qualquer outro auto porque conhecidamente pareça eles se quererem ir, ou fugir para as ditas partes contra esta Nossa defesa. E nessas mesmas penas incorrerem os que se forem com sua casa movida para qualquer lugar d'Além em África, posto que de Cristãos seja, sem Nossa licença. E defendemos que nenhuma pessoa leve os ditos cristãos novos para as ditas partes, como dito é. E qualquer pessoa que lhe for provado que os levou para Terra de Mouros, morra por isso morte natural, e perderá toda sua fazenda. [...] E mandamos que nenhuma pessoa de qualquer condição e qualidade que seja, leve os ditos Mouros, nem cristãos novos sobreditos fora de nossos reinos por mar nem por terra. E qualquer pessoa que os levar para terra de mouros, o lhe for provado que os levou, morra morte natural, e perderá toda sua fazenda, e o navio, posto que não seja seu: e se os levar para outra qualquer parte que não seja terra de mouros, ou se provar que os queria levar para terra de mouros, perderá o dito navio em que os levou, ou queria levar, posto que não seja seu, e mais toda sua fazenda, e será degredado quatro anos para os lugares d'Além em África; e se alguma pessoa os tiver, ou se provar que os teve encobertos em alguma casa ou lugar, incorrerá na mesma pena de perdimento de fazenda, e degredo. As quaes fazendas e navios, nos casos sobreditos serão a metade para Nossa Câmara, e a outra metade para quem os descobrir e acusar (ORDENAÇÕES MANUELINAS, p. 244)

Essa proibição está relacionada, sobretudo, ao perigo que representavam os mouros para Portugal e o perigo ainda maior de que os judeus, ou cristãos-novos, ou cripto-judeus, com seus conhecimentos na fabricação de armas, entre outros, pudessem se juntar aos mouros. Ainda segundo Damião de Góis (1566), no século XV, os judeus, que haviam entrado em massa em Portugal no reinado de Dom João II, quando foram expulsos de Castela, tornaram-se fundamentais na economia portuguesa, nos investimentos, na produção e nos conhecimentos científicos.

Segundo nos dá a entender Obradó (2006), desde sua inserção na comunidade cristã, os judeus convertidos passaram a representar para os cristãos-velhos um problema

socioeconômico, graças, no entendimento dos cristãos de sangue, como se nomeavam, ao empenho dos cristãos convertidos em conquistar espaços e aproveitar as muitas oportunidades que se apresentavam. Esses cristãos-velhos acreditavam que os cristãos convertidos promoviam uma competição desleal, a qual era fortalecida por atitudes de opressão e exploração exercida sobre eles, valendo-se do apoio que lhes outorgavam os nobres, prelados e reis, para que os judeus, habituados ao êxodo, se fixassem em Portugal por vontade própria ou não. Soma-se a isso, a função de recolhedores de impostos agregando mais hostilidades e alimentando a propaganda contra os convertidos, bem como tumultos por parte das camadas mais populares. Além disso, as camadas economicamente mais favorecidas também temiam ser suplantadas pelos convertidos, que pareciam prosperar resolutamente.

A PEDAGOGIA DO MEDO PERANTE OS JUDEUS E A REVOLTA AO CRISTÃO CONVERTIDO

Segundo Santo Agostinho, a cegueira tinha levado os judeus a rejeitarem Jesus Cristo e, na condição de deicidas, foram castigados por Deus com a dispersão pelo mundo. No entanto, apesar de suas culpas, eram considerados pelo santo os depositários das tradições sobre as quais havia sido erigido o cristianismo e, embora não merecedores, haveriam de ser respeitados pelos cristãos, como testemunhas da verdade e da historicidade das profecias cristológicas. Desse modo, “não poderiam ser forçados à conversão ao cristianismo, a esta estavam já destinados quando chegasse o fim dos tempos” (OBRADÓ, 2006, p. 302). Mesmo assim, as perseguições continuaram; afinal, aceitar o judeu e sua crença era um ato cristão fundamentado em Santo Agostinho e não de respeito à diferença.

Parece haver uma face pouco considerada que nos remete ao contexto no qual o judeu foi inserido em Portugal, depois expulso e, por fim, forçado a converter-se ao cristianismo: A forma como os judeus e, depois, os cristãos-novos eram percebidos não somente pelos governantes, mas também pelas pessoas com quem conviviam, seus vizinhos, a sociedade portuguesa. É importante compreender o contexto mental, tutelado pela Igreja com seus dogmas de fé, sob o qual vivia a população europeia ocidental nos séculos XIV a XVI. Nessa época, fatores subjacentes como a insegurança diante do desconhecido, o temor de morrer de fome, os terrores gerados pela peste e pelas guerras e tantos outros medos eram projetados sobre o Outro – o não cristão, o estranho e o desconhecido. Assim sendo, eram esses os efetivos causadores das calamidades anunciadas, os bodes expiatórios, culpados pelos castigos que todos recebiam, geralmente advindos de um Criador punitivo e insatisfeito com suas criaturas por acolherem em seu meio os inimigos de Cristo, os judeus.

Quanto ao medo, nesse período histórico, Delumeau (1996) sugere a necessidade de duas averiguações: A primeira, dos medos espontâneos que afetavam grande parte das coletividades, manifestando-se de maneira permanente – por exemplo, o medo do mar e o manuseio de barcos em situações de tormentas por aqueles que cruzavam oceanos nas expedições marítimas portuguesas, com o claro risco para a vida. Do outro lado, os medos cíclicos, manifestados em relação às pestes, penúrias, fome, miséria, aumentos de impostos, guerras etc. Medos permanentes não excluía medos cíclicos; uns e outros quase sempre se permeavam.

Uma segunda averiguação remete aos medos refletidos, nascidos de questionamentos acerca da própria vida e das razões de sua infelicidade, estimulados pelos homens da Igreja. O que podemos concluir é que, sobre os medos naturais, nascidos em circunstâncias de fato amedrontadoras, construíram-se outros medos, quicá irremediáveis porque nascidos de um delírio construído. A Igreja se impõe nessa oportunidade como a única e verdadeiramente capaz de mediar e remediar, por meio da fé apostólica cristã, o difícil caminho em direção da tranquilidade e da felicidade verdadeira. Entretanto, apresenta-se, factualmente, um caminho para violências e rupturas de toda ordem. Instaure-se o que se poderia denominar a pedagogia do medo na Europa Ocidental, que vem associada à Peste Negra, propiciando o momento ideal para instaurá-la (DELUMEAU, 1996).

A Peste Negra, flagelo que acometeu a Europa, repetiu-se de tempos em tempos, por quatro séculos, de 1348 a 1720. Segundo Delumeau (1996), é quando se instaura, não só em Portugal, mas por toda a Europa, a perseguição aos judeus, considerados agentes de Satã e culpados pelo flagelo da peste. Essa perseguição é apoiada pelo clero, pelas autoridades civis e pelas massas cristãs. Frades mendicantes, franciscanos e dominicanos contribuíram intensamente para a formação de uma nova opinião contra os judeus, os quais receberam novos títulos nada enobrecedores, sendo, até mesmo, descritos com traços físicos repugnantes e identificados com o demônio (OBRADÓ, 2006).

Em 1348, a primeira grande peste dizimou inúmeras vidas, passando a repetir-se, desde então, a cada ano até o começo do século XVII. No contexto das grandes crises portuguesas, Tereza Ferreira Rodrigues, em sua análise sobre as estruturas populacionais e a economia de Portugal, destaca os efeitos de surtos epidêmicos que se arrastaram de 1504 a 1557. Em 1505, “uma epidemia trazida de Roma a bordo das naus do arcebispo de Braga”, a qual se afirmava ter origem tifoide, estendeu-se endemicamente por dois anos em todo o reino, promovendo fome, pestes, esterilidades e centenas de mortes. Em 1507, ressurgiu no Alentejo, “provocando, só aí, mais de 7500 mortes” (RODRIGUES, 1997, p. 194).

A propósito dessas endemias, observamos o medo refletido na prática, quando a Igreja insere, no contexto de suas pregações, Satã e seus agentes. Aquele, identificado nos turcos, judeus, heréticos e feiticeiras, dava-lhes a conotação de um Juízo Final, descrevendo a peste como um dos Cavaleiros do Apocalipse, revestido com a justificativa da punição pelos pecados cometidos. O movimento primário seguia quase sempre em direção da acusação do Outro; alguém seria o responsável. Satã era refletido no Outro, o judeu, o anticristo; sua presença e seus atos abomináveis eram os verdadeiros responsáveis. Estrangeiros, viajantes, marginais e todos aqueles que não se integravam às crenças da comunidade, a exemplo dos judeus, eram isolados como leprosos (DELUMEAU, 1996).

Nesse período, os judeus passaram a ser relacionados, na literatura religiosa, ao anticristo. Alphonso de Spina, franciscano citado por Delumeau, expõe em seu livro *Fortalicium fidei* (“A fortaleza da fé”), por volta de 1460, a perspectiva escatológica:

Quando surgir o Anticristo, os judeus se reunirão em torno dele e o adorarão como seu deus. Portanto, a conversão vinha de encontro a esse propósito da clerezia: exorcizar os judeus da dominação de Satã pelos poderes da água batismal. [Figuração exemplar desta ideia foi a conversão forçada realizada por Dom Manuel, em 1497]. Era preciso não hesitar em convertê-los à força e, sobretudo, em batizar seus filhos (DELUMEAU, 1996, p. 288).

Essa mensagem foi inspiradora para Dom Manuel converter as crianças menores de quatorze anos e apartá-las dos pais para serem criadas por famílias cristãs (COSTA, 2007) e, assim, obrigar os pais que não queriam perder seus filhos a se converterem ao cristianismo. Entretanto, eles, em sua maioria, não se tornaram cristãos, mas cripto-judeus, e foram novamente perseguidos e denunciados por seus “vizinhos”.

A contrapartida desse ato não parece ter revelado os resultados esperados. À semelhança do ocorrido na Espanha e em tantas outras ocasiões, “acabavam por se rejudaizarem”, tão logo fosse possível, fato que aconteceu desde as primeiras conversões forçadas realizadas ainda no reino Visigodo, no século IV (DELUMEAU, 1996, p. 303). Poderíamos acrescentar que a conversão imposta por Dom Manuel promoveu esse retorno à judaização até mesmo de uma forma consentida pelo próprio monarca, com todas as garantias de proteção sancionadas por ele. Afinal, a conversão forçada imposta por Dom Manuel fora mais uma daquelas ordens que, segundo Hespanha, raramente são postas em prática:

O direito real constituiu uma ordem jurídica apenas virtual, mais orientada para uma intervenção simbólica, ligada à promoção da imagem do rei como sumo dispensador da justiça, do que para uma intervenção normativa que disciplinasse efetivamente as condutas desviantes. Esse caráter virtual da ordem penal real explica, por sua vez, o caráter “livresco” da teoria penal que incide sobre ela e a sua aparente insensibilidade aos problemas sociais e humanos da punição (HESPANHA, 1986, p. 7).

Os judeus não deixariam de professar sua fé, na prática, por imposição do Rei, ainda que leis lhes obrigassem a isso. Como aponta Borges Coelho, “Dom Manuel abria, com a conversão forçada, um conflito subterrâneo que corroeria a sociedade portuguesa até ao último quartel do século XVIII” (COELHO, 1998, p. 255). Para além do seu reinado, Dom Manuel I parece ter deixado portas entreabertas que facilitaram o acesso da Inquisição em Portugal, realizada por seu filho, Dom João III.

A pedagogia do medo ao judeu, culpado por todos os males pelos quais passavam os cristãos, somada à imposição da conversão e à resistência dos judeus a essa violência, promoveu um conjunto de rebeliões no reinado de Dom Manuel. Essas rebeliões resultaram, segundo Delumeau, do discurso teológico que vinha alimentando e incentivando o ódio contra os judeus, desde o século XIII, por pastores mendicantes. Entretanto, no período que abrange os Quatrocentos, entre a Idade Média e o nascimento do mundo moderno, esse medo parece adquirir colorações mais intensas, reforçando a difusão do Apocalipse, do Juízo Final e do anticristo – figuras que passaram a ser apregoadas mais acentuadamente em sermões, em finais do século XV e primeiros anos do século XVI, afigurando-se intensamente na imaginação dos homens (DELUMEAU, 1996).

Foi nesse contexto que, em Lisboa, onde a peste exterminava boa parte da população, e aproveitando-se da ausência da família real e dos nobres, em abril de 1506, eclodiu a grande rebelião do povo contra os cristãos-novos, que perdurou por três dias, levando à morte um grande número de pessoas, pela superstição e pelo ódio aos cristãos-novos. O fato gerador da revolta teria sido o comentário feito por um cristão-novo, numa cerimônia na Igreja de São Domingos, quando se ouviram gritos anunciando “milagre”, diante da visão de um crucifixo banhado de luz. Alguém da assistência, um presumível cristão-novo, teria dito tratar-se apenas de um reflexo – comentário indevido para aqueles que se encontravam num período

em que a peste gerava todo tipo de malefícios e a esperança manifestava-se em qualquer coisa que encontrassem para se apegar. No entanto, revelou-se suficiente para desencadear a chacina incentivada por dois dominicanos, “João de Mocho de Évora e Bernardo de Aragão – o primeiro, médico, e o outro, organista do Convento, atravessaram as ruas com crucifixo na mão, gritando: ‘Heresia! Heresia!’”, concitando todos a exterminar os amaldiçoados hereges” (KAYSERLING, 1971, p. 129).

A cidade ficou sem controle, e até mesmo seu juiz criminal quase perdeu a vida tentando conter a revolta. O auge do massacre foi a morte de um abastado cristão-novo e coletor de impostos, João Rodrigues Mascarenhas, odiado por obter junto ao rei decretos severos contra o povo, o que revela o caráter econômico da revolta contra o cristão-novo ou cripto-judeu. Mascarenhas, assim como muitos cristãos novos, foi queimado em praça pública como um anticristo. Dom Manuel, avisado sobre o acontecido, em Avis, puniu a todos os envolvidos, a população e inclusive a justiça, condenando à morte os religiosos e participantes no levante.

Dentre as várias versões desse fato, enunciadas por alguns historiadores – Moreno, Azevedo, Ferro Tavares e outros –, Delumeau, contudo, parece agregar um fato novo ao mencionar que aqueles sacerdotes “não foram executados, tendo, sem dúvida, fugido. Trinta e seis anos depois foram reencontrados vivos” (DELUMEAU, 1996, p. 287).

Neste sentido cabe acrescentar a falta de assistência por parte da Coroa, à qual Souza faz menção:

A nobreza e a corte nesses períodos se refugiavam no campo, longe das aglomerações, atendendo as instruções médicas de se afastarem dos espaços mais habitados e de maior fluxo de pessoas. Assim, como resposta a essa (des)assistência da Coroa, esse grupo desfavorecido acabava elegendo os judeus (cristãos-novos) como seus inimigos e possibilitadores dessa epidemia, em virtude de sua mobilidade espacial (SOUZA, 2018, p.251).

“Essa tragédia genocida contra os cristãos-novos” (SOUZA, 2018, p. 252), foi amplamente descrita por cronistas da história portuguesa – Gaspar Correa, Damião de Góis, Samuel Usque, Solomon Ibn Verga e Andrés Bernáldes –, embora este último, um dominicano, confessor do rei católico D. Fernando, tenha produzido uma crônica castelhana, *Historia de los reyes católicos Don Fernando y Doña Isabel* e, introduzido o fato português, salientando o que chamou de “De el alboroto de Lisboa”, conforme nos descreve Rodrigo Vieira (2020) em seu estudo historiográfico do chamado Massacre de Lisboa de 1506. Dentre os aspectos conclusivos abordados por Vieira em seu estudo destaca-se a afirmação comum a todas as crônicas: “as pregações inflamadas dos Pregadores contra os cristãos-novos sejam um fator, naquele contexto, impossível de ser ignorado para entendermos a adesão popular nos enfrentamentos” (Vieira, 2020, p.118). Segundo o autor, os cronistas, de modo geral, relatam que os padres em suas pregações associavam a peste, a fome e a seca que atingia Portugal, aos judeus. Assim, esses padres, segundo os cronistas, consideravam os cristãos-novos.

Conforme Ibn Verga, que era cristão-novo, em sua crônica, segundo Vieira (2020), deixa transparecer que mantém práticas judaicas, temos que “fome e seca castigavam a cidade de Lisboa naqueles dias anteriores à Páscoa”. Os cristãos-velhos se perguntavam, “por que o Senhor fez isso conosco e em nossa terra, se por causa da culpa desses judeus?”. Entretanto, “quando essas palavras foram ouvidas por membros da Ordem Dominicana, eles procuraram uma forma de ajudar os cristãos naquele momento tão difícil” (*apud* VIEIRA, 2020, p. 108).

Segundo Ibn Verga, um padre dominicano, após ouvir essa suposta fala do povo de Lisboa, fez uma pregação dura contra os judeus na capela do Mosteiro de São Domingos, em Lisboa, contra aqueles a quem chamava de “sementes de Israel”:

Para atrair atenção dos cristãos-velhos, os frades inventaram um ardil: usando um crucifixo oco com uma abertura na parte traseira e a frente feita de vidro, posicionaram dentro deste uma vela acesa. O crepitar das chamas dentro do crucifixo fez com que os cristãos presentes se prostrassem e chorassem diante do que era dado como um milagre. Em meio ao furor emocionado, os frades anunciaram para os presentes naquela missa: Veja o grande milagre, este é um sinal de que Deus julga com fogo toda a semente judaica (VIEIRA, 2020, p. 108).

Para Ibn Verga, cristão-novo, diferente dos outros cronistas cristãos-velhos, o milagre não passou de uma fabricação dos frades. Descreve a cena com riqueza de detalhes para defender sua tese, mesmo não tendo presenciado o fato, pois não estava na cidade quando o suposto milagre havia acontecido (VIEIRA, 2020).

A conversão forçada dos judeus ao cristianismo foi um ato de violência instituída por Dom Manuel I aos judeus, que resistiram a essa violência e, na prática, não se tornaram cristãos, mas cripto-judeus. Esse ato de violência foi provocado por questões políticas e econômicas. O rei Dom Manuel não podia prescindir do apoio dos reis católicos de Castela e Aragão, que exigiam a expulsão dos judeus de Portugal, depois que os haviam expulsado de seus domínios. O rei português não podia, também, prescindir da riqueza, das habilidades na produção, dos investimentos e dos conhecimentos intelectuais dos judeus em seu território. O aprisionamento dos judeus em Portugal, convertidos forçadamente ao cristianismo, inclusive com medidas legais que os favoreciam, tornou-os “Outro” – o cristão novo, na verdade, o cripto-judeu – a ser combatido pelo “Mesmo”, o cristão-velho, de sangue, como diziam os cristãos de Portugal, estabelecendo na prática um clima de intensa violência. Por meio da pedagogia do medo contra os judeus, e também contra os cristãos-novos ou cripto-judeus, propagada pela Igreja Católica, pelos irmãos mendicantes franciscanos e dominicanos, a sociedade portuguesa do século XVI viveu atmosfera de conflitos e violências que será insuflada pela instalação do Santo Ofício em Portugal, em 1536, por Dom João III.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conversão instituída pela Igreja serviu aos propósitos de estabelecer seu poderio sobre os fiéis, mas o monarca Dom Manuel I encontrou nessa alternativa o meio de atender seus propósitos de poder político e econômico. Se a Igreja precisava se estabelecer como donatária dos princípios da fé cristã, reconhecidos universalmente por seus dogmas, a aliança com a Coroa reinante se fazia imprescindível, e foi sob essa aliança legitimadora que papas e monarcas estabeleceram suas regras de bem viver sob o espírito salvífico de Jesus – todos os habitantes do reino unidos por uma só fé. Ao judeu, ao mouro, ao pagão, ao herético, que professavam outra fé, restava a opção: a conversão, senão a expulsão ou a morte.

Dom Manuel I apresenta um fato novo, quer seja, a conversão imposta para que os judeus não deixem o reino, pois embora as ordenações manuelinas garantissem “os quais mouros e judeus os deixaremos ir livremente com todas suas fazendas” (ORDENAÇÕES MANUELINAS, p. 213), na realidade não houve opção para os judeus que queriam partir e seguir livremente sua fé, pois “a 2 de janeiro de 1497 escreveria Dom Manuel para os juízes

de Buarcos, ordenando-lhes que não deixassem partir por esse porto judeus ou mouros sem autorização” (COSTA, 2007, p. 123), o que deve ter ocorrido em outros portos. Como forma de pressão, o rei mandou tirar crianças judias, de até quatorze anos, de seus pais, para serem criadas na fé cristã, como relata Damião de Góis (1566), o que não ocorreu com os mouros. Essa decisão provocou desespero em muitos judeus, que preferiram se converter à fé cristã para recuperar os filhos. Os mouros tiveram melhor sorte e puderam sair com mais facilidade; alguns judeus conseguiram ir com eles, porque, segundo Damião de Góis relata em sua obra de 1566, ao felicíssimo Dom Manuel, o rei tinha receio de que os estados islâmicos causassem problemas para a cristandade em forma de represália. Dom Manuel, no entanto, proibiria aos judeus irem para a terra dos mouros, sob pena de cativo e morte para aqueles que os ajudassem.

A conversão forçada dos judeus promoveria violências em Portugal, conforme nos lembra Marcocci, “dez anos após a conversão dos judeus qualquer aspiração de criar coesão entre cristãos-novos e cristãos-velhos, se jamais existiu, desvaneceu-se”, tendo em vista o massacre de 1506, ocorrido em Lisboa (MARCOCCI, 2011, p. 21-22). Clima de violência iniciado, antes ainda, do reinado de Dom Manuel; no período em que reinou Dom João II, dado o grande volume populacional de judeus castelhanos, recepcionados pelo monarca português, em 1492, promovendo a grande instabilidade sócio-religiosa e econômica na sociedade portuguesa, num clima de segregação aos recém-chegados que traziam conhecimentos científicos, recursos econômicos, práticas de produção e viviam nas judiarias como comunidades à parte da comunidade cristã. Dom Manuel, instado pelos Reis Católicos, em fortalecer as relações com a Espanha, por meio de seu matrimônio com Isabel, amplia os conflitos dos cristãos com judeus ao expulsá-los e, ao mesmo tempo, obrigá-los a se tornarem cristãos e assim permanecerem no reino.

Com a instituição das Ordenações Manuelinas – de fato uma recopilação das Afonsinas, com uma série de ajustes – as juderias deixaram de existir, afinal, supostamente, não existiam mais judeus no reino: Haviam cristãos-novos e cripto-judeus, que o rei parece ter insistido em ignorar, inclusive os protegendo por decretos ao longo de trinta e seis anos. O judeu tornou-se uma propriedade do rei, preservada ou tolerada, na medida das necessidades do reino, enquanto esse protegido pudesse atender ao reino como funcionário da Corte Real. Afinal, eram bons arrecadadores de impostos, excelentes financistas ou prestamistas para as emergências do reino, sendo, inclusive, emprestados para reinos vizinhos em dificuldades. Eram, contudo, expulsos quando a outorga de proteção extrapolava os interesses econômicos, gerando conflitos no âmbito do poder. Sanados os problemas no reino, eram readmitidos.

FONTES

GÓIS, D. **Chronica do Felicíssimo Rei Dom Emanuel**. Lisboa: Casa de Francisco Correa, impressor do Sereníssimo Cardeal Infante, 1566.

ORDENAÇÕES AFONSINAS. Instituto de História e Teoria das Ideias. Universidade de Coimbra. Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l2p461.htm>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

ORDENAÇÕES MANUELINAS *on line*. Instituto de História e Teoria das Ideias Universidade de Coimbra. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. L. **História dos cristãos novos portugueses**. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1975.

BETHENCOURT, F. **História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

COELHO, A. B. Cristãos-novos, judeus portugueses e o pensamento moderno. *In*: NOVAIS, A. (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COSTA, J. P. O. **Dom Manuel I**. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2007.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FRIGHETTO, R. **A Antiguidade Tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformação (Séculos II – VIII)**. Curitiba: Juruá, 2012.

HERCULANO, A. **História da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal**. Porto Alegre: Pradense, 2002.

HESPANHA, A. M. Da “*iustitia*” à “*disciplina*”: textos, poder e política no antigo regime. Artigo publicado em número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra em homenagem ao Prof. Doutor Eduardo Correa. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1989.

KAYSERLING, M. **História dos judeus em Portugal**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LARA, S. H. **Ordenações Filipinas – Livro V**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MARCOCCI, G. A fundação da inquisição em Portugal: um novo olhar. **Revista Lusitânia Sacra**, Lisboa, v. 23, p. 17-40, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ucp.pt/bitstream>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MARQUES, A. H. O. **História de Portugal: Desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Pinheiro de Azevedo**. 8. ed. Lisboa: Palas, 1980.

NOVINSKY, A. W. Prefácio. *In*: SANCOVSKY, R. R. **Inimigos da fé: judeus, conversos e judaizantes na Península Ibérica, Séc. VII**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2010.

NOVINSKY, A. W. Prefácio. *In*: KAYSERLING, M. **História dos judeus em Portugal**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

NOVINSKY, A. W. [*et al*]. **Os Judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015

OBRADÓ, M. P. R. Judeu conversos y monarquia: um problema de opinión pública. *In*: SORIA,

J. M. N. (Org.). **La monarquia como conflito em la corona castellano-leonesa [e.1230-1504]**. España: Elece, 2006.

PIERONI, G. **Os excluídos do reino**: a inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil colônia. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

RODRIGUES, T. F. As estruturas populacionais. In: MATTOSO, J. (org.). **História de Portugal**: No alvorecer da modernidade. v. 3. Lisboa: Printer Portuguesa, 1997.

SANCOVSKY, R. R. **Inimigos da fé**: judeus, conversos e judaizantes na Península Ibérica, Séc. VII. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2010.

SOUSA, C. T. de, **Entre o desterro dos judeus e o fechamento dos portos portugueses no reinado de D. Manuel I (1495 - 1521)**: os caminhos trilhados pelos cristãos-novos após o édito / Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2018.

TAVARES, M. J. P. F. Linhas de força da história dos judeus em Portugal das origens a actualidade. **Revista Espacio, Tiempo y Forma**, Espanha, série III, t. 6, p. 447-474, 1993. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/379506039/linhasdeforca-historia-judeus-TAVARES-pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

VIEIRA, R.F.A. de, **Cem dias de absolvição no mundo que há-de-vir**: Convivência e tensão entre cristãos-velhos e cristãos-novos nas crônicas quinhentistas do “Massacre de Lisboa de 1506”/ Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

QUEM QUER PARÓQUIA, QUER
TEMPLO:
A IGREJA MATRIZ DA PARÓQUIA
DE NOSSA SENHORA DA
CONCEIÇÃO DA VILA DO
PRÍNCIPE E SUAS IRMANDADES
LEIGAS, COMARCA DO SERRO DO
FRIO, MINAS GERAIS, 1713-1821

DANILO ARNALDO BRISKIEVICZ
Instituto Federal de Minas Gerais
doserro@hotmail.com

RESUMO

Em torno do conceito de gesto pedagógico colonial – como são criadas e de que forma funcionam as complexas redes de sociabilidade com suas relações de poder e de autoridade – investigamos como a arquitetura da matriz serrana e suas irmandades leigas revelam o jeito barroco serrano de ser, ou seja, como a constituição ontológica serrana se mostra em sua arquitetura religiosa no período colonial. Revisamos alguns estudos e datações estabelecidas desde o século XX sobre a matriz da Senhora da Conceição. Centramos nossa análise na metodologia de pesquisa bibliográfica e documental. O resultado é uma narrativa ampliada sobre a sociedade serrana colonial e suas devoções, festas e templos, baseada numa cosmovisão centrada na noção de salvação da alma pela intermediação da Igreja católica em processo de reforma e contrarreforma pós-tridentina.

Palavras-chave: Brasil colônia. Comarca do Serro do Frio. Vila do Príncipe. Irmandades leigas. História cultural.

Recebido em 15 de março de 2021.

Aprovado em 20 de abril de 2021.

WHO WANTS PARISH, WANTS TEMPLE:
THE MATRIX CHURCH OF THE PARISH
OF NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
OF THE VILA DO PRÍNCIPE AND ITS LAY
BROTHERHOODS, COMARCA DO SERRO
DO FRIO, MINAS GERAIS, 1713-1821

DANILO ARNALDO BRISKIEVICZ
Instituto Federal de Minas Gerais
doserro@hotmail.com

ABSTRACT

Around the concept of colonial pedagogical gesture – how complex sociability networks are created and how their power and authority relationships work – we investigate how the architecture of the mountain matrix and its lay brotherhoods reveal the mountain baroque way of being, that is, how the mountain ontological constitution is shown in its religious architecture in the colonial period. We reviewed some studies and dates established since the 20th century on the matrix of Senhora da Conceição. We focus our analysis on bibliographic and documentary research methodology. The result is an expanded narrative about colonial mountain society and its devotions, festivals and temples, based on a worldview centered on the notion of soul salvation through the intermediation of the Catholic Church in the process of reform and post-Tridentine counter-reform.

Keyword: Colonial Brazil. Serro do Frio County. Vila do Príncipe. Lay Brotherhoods. Cultural History.

O fim da própria arquitetura: a produção de um espaço vivido, apropriado, familiar, dotado de uma ordem e de um sentido em que somos capazes de nos reconhecer, desenvolver nossas potencialidades e “estar bem” conosco, com nossos semelhantes e com o mundo que nos cerca. Um edifício e uma cidade não são maravilhosos e nem cumprem suas tarefas em si mesmos. Mistos de arte e técnica, eles são erigidos a partir da necessidade de construir para abrigar as atividades humanas. Não há arquitetura e cidade propriamente ditas sem aquele que habita, mas também não há habitante sem habitat.

Carlos Antônio Leite Brandão

INTRODUÇÃO: QUEM QUER PARÓQUIA, QUER TEMPLO

A construção de um templo, para os ofícios divinos e sagrados era para os católicos do período colonial o fundamento de sua expressão de fé e de vida comunitária. Os ranchos, pousadas ou núcleos primitivos iniciavam-se em torno de uma lavra de ouro com uma ermida provisória. Em torno dessa ermida, formaram-se os arraiais e cresciam as vilas. As minas do Serro do Frio começaram em torno da devoção a Santo Antônio em 1702, mas em pouco tempo a figura maternal de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal, se confirmou, o que ficou claro com a criação da paróquia que levou o seu nome.

O objetivo desse estudo centrado na construção da matriz (derivado à história das capelas filiais e ermidas das minas do Serro do Frio e da Vila do Príncipe), é esclarecer como o gesto pedagógico colonial criou seus símbolos e representações e em torno deles fez prosperar suas devoções e costumes, suas crenças e civilidade. Como assinalado em outros estudos (BRISKIEVICZ, 2020; 2021), o padre é um ícone fundamental para a constituição do gesto pedagógico colonial serrano. Ele ocupava um espaço reservado para sua atuação, território sagrado de sua autoridade, em que somente ele desempenhava suas funções, em torno de seu sacerdócio, com suas autorizações próprias. Todo padre – fosse ele religioso ou secular – precisava de um templo para sua atuação.

A comunidade que podia contar com um padre para seus serviços erguia sua ermida, capela ou matriz assim como quem se casava constituía seu novo domicílio. De fato, nossa convicção é de que a constituição ontológica do sujeito se expressa na sua forma de construção, no uso que pretende dar para sua casa ou para seus templos. Evidente é que há nessas relações entre pensamento e obra, sujeito e objeto – seja ele uma casa, um templo ou uma cidade – tensões e conflitos, indefinições e documentos norteadores. As igrejas serranas são obras coletivas, não a decisão de um padre, um vigário, um bispo ou do papa. Por isso, muitas técnicas foram utilizadas para dar conta da construção adequada aos costumes, à vida e aos materiais disponíveis no território serrano a fim de ter sucesso das edificações religiosas, surgidas como expressão da diversidade cultural desse povo buscando sua melhor forma de habitabilidade.

Um templo, quando erguido, era a exteriorização da alma desse povo, dividida profundamente entre o medo e a coragem, a fé e a razão, o mundano e o sagrado, o céu e o inferno, o masculino e o feminino, entre as luzes e as trevas. Contudo, onde queremos encontrar linearidade explicativa com uma simplificação da relação causa e efeito (ser e habitar, nesse caso), verificamos que o que restou dos templos atuais, é uma mistura de várias temporalidades, ou dito de outra forma, de várias formas de expressão do gesto pedagógico colonial.

Para compreender o conceito de gesto pedagógico colonial, é necessário defini-lo. Etimologicamente, o substantivo masculino *gesto* procede do latim *gestus*, participio passado de *gerere*, que descreve aceno, movimento, sinal, manifestação, expressão, ação, prática e atitude, aquilo que dá origem a alguma coisa, o que ou quem traz consigo a capacidade de criação de algo novo. De modo geral, o gesto é a externalização do que alguém ou alguma coisa traz dentro de si, aquilo que a anima (Fonseca; Roquete, 1848:554). Por isso, o antônimo de gesto é inexpressão, aquilo que não é manifestado de dentro para fora.

O gesto é fenômeno: ele pode se apresentar como individual ou social, cultural, político, econômico, religioso e também pedagógico. Assim, o gesto pedagógico é um fenômeno heterogêneo e polissêmico por natureza. O termo pedagógico tem sua etimologia ligada ao substantivo feminino *pedagogia* derivado do grego *paidagōgós*, em que *paidos* refere-se a criança e *agoge* significa condução, ato de conduzir. O sentido mais antigo dos gregos está ligado à condução de crianças pela mão à escola por escravos de famílias ricas. Atualmente, o sentido é o de conduzir a criança, a ensinando e auxiliando em seu crescimento.

Assim, o gesto pedagógico é a ação de ensinar; é um ato social externalizado por seu agente; é executado pelo indivíduo que transmite aos seus pares ou opositores seu estado de espírito, ou seja, aquilo que o anima, que o faz estar no meio dos outros, relacionando-se com eles em reconhecimento ou irreconhecimento, aceitação ou rejeição; é uma forma de mostrar-se ao olhar dos outros para ser reconhecido como igual ou desigual; por ele transmitem-se valores, a noção de civilidade, a devoção religiosa e a revelação de comportamento de um determinado grupo social. Em sociedade, os indivíduos praticam gestos pedagógicos, educam-se e politizam-se, aprendem e convivem. O gesto pedagógico é um ato político em que o corpo se apresenta como recurso didático do indivíduo e de seu grupo, a classe social e seus diversos estratos. É o corpo animado ou infestado de valores e desvalores, conhecimentos e não saberes, crenças e descrenças, ou seja, as formas sociais de simbolização de seu estar no mundo, que traduz e expressa o que se encontra diante dos olhares dos outros. A presença do corpo individual é potencializada pelas instituições sociais¹.

Destacamos que o gesto pedagógico colonial de construção dos templos sagrados necessitou de oficiais mecânicos que ofertavam seus serviços e eram remunerados basicamente pelas irmandades leigas com certa autonomia, para exercitarem sua arte. Assim, o risco ou a arquitetura das edificações religiosas sofreu mudanças com o passar do tempo. Talvez

1 Segundo Briskievicz (2021, p. 2-3), “o gesto pedagógico colonial – quem ensina e como ensina, quem aprende e como aprende – trata-se de um instrumento de análise das relações políticas e educacionais, individuais e coletivas; é uma forma de se contar a história colonial brasileira, a mineira e a serrana, tendo-se como pressuposto teórico o dinamismo das relações de ensino e aprendizagem. Quem ensinava e desejava fazê-lo utilizava-se de mecanismos ou dispositivos de poder que autorizavam ou desautorizavam seu discurso e sua prática. No caso da Coroa portuguesa, em processo de colonização do território brasileiro conquistado em 1500, a cada dia ensinava alguma nova lição, fato repetido cotidianamente até a independência nacional em 1822. Ordenar o espaço público pela vasta legislação escrita e experimentada coletivamente em seu cotidiano – as ordenações afonsinas, manuelinas, filipinas; validar a administração metropolitana por seus agentes na colônia por meio dos regimentos; ocupar o território formando corpos políticos assemelhados e sujeitos ao tipo português pelo espelhamento da sua malha urbana (FONSECA, 2011) era um requintado sistema de paróquias e conselhos, freguesias e câmaras, em um intrincado sistema do padroado real e das mercês. Contudo, quem aprendeu ou foi obrigado a aprender podia aceitar os modelos apresentados como formas definitivas ou, por outro lado, podia resistir ao processo, criando entraves para sua naturalização, a partir do estranhamento de seus princípios. Isso também foi corriqueiro no Brasil colonial, e as minas serranas não ficaram de fora dessa realidade de contestação da autoridade portuguesa”. (Ver: Briskievicz, 2020).

encontremos um ou outro legado mais próximo dos primeiros habitantes das minas do Serro do Frio, especialmente as imagens em madeira policromada; uma pia batismal que serviu para este ritual desde os primeiros anos no templo; uma ou outra pintura que nos remeta às formas de ver o mundo dos primeiros serranos. Isso é raro. O que prevaleceu do gesto pedagógico colonial foi a mudança constante na arquitetura por ruína das construções ou parte delas, pela acelerada decomposição da madeira exigindo sua troca nos retábulos, altares e campas, nos ornamentos recriados, na pintura renovada por outras mãos, no douramento descascado, nas devoções antigas e novas, nos rituais, nos objetos.

O documento nossa discussão sobre a edificação das matrizes serranas e suas capelas filiais é o que determina as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, livro fundamental para a compreensão do universo católico serrano, adotado tanto pela Diocese do Rio de Janeiro que pertenceu administrativamente a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de 1702 até 1745 e a Diocese de Mariana a partir de 1745. Por isso, diferentemente do que normalmente fizeram os memorialistas, historiadores e pesquisadores da arte sobre os templos religiosos serranos, acreditamos que nosso estudo deve começar pela análise das *Constituições*.

Para que a paróquia serrana se estabelecesse, era necessário cumprir as regras regimentais em relação à posição e edificação dos templos, bem como de seus cemitérios, altares e irmandades. Trata-se de reconhecer a normatização presente nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707, em especial no seu Título XVIII, Da edificação e reparação das igrejas paroquiais, nos seus números 687, 688 e 689, válido para o erguimento dos edifícios religiosos – sejam norteados por ele, seja em negociação para que fosse flexibilizado. O número 687 estabelece que:

Conforme o direito canônico, as igrejas devem fundar e edificar em lugares decentes e acomodados, pelo que mandamos que, havendo-se de edificar de novo alguma igreja paroquial em nosso arcebispado, se edifique em sítio alto e lugar decente, livre da umidade e desviado, quanto for possível, de lugares imundos e sórdidos, e de casas de particulares e de outras paredes, em distância que possam andar as procissões ao redor delas, e que se faça em tal proporção que não somente seja capaz dos fregueses todos, mas ainda de mais gente de fora, quando concorrer às festas, e se edifique em lugar povoado onde estiver o maior número de fregueses. E quando se houver de fazer, será com licença nossa. E feita vistoria, iremos primeiro, ou outra pessoa de nosso mandado, levantar uma cruz no lugar aonde houver de estar a capela maior, e se demarcará o âmbito da igreja e adro dela (VIDE, 2010, p. 393-394).

As normas do número 687 são muito importantes, pois orientam sobre a salubridade dos templos, ordenando que a matriz seja no alto dos povoados, arraiais e vilas. Isso diz respeito à ventilação e à insolação, criando um ambiente agradável para os fiéis, longe da umidade e o mais possível isolado de outros edifícios oficiais ou casas particulares, sendo construída o mais perto possível de onde houvesse o maior número de fregueses ou paroquianos, para facilitar o ajuntamento popular, fizesse sol ou chuva. A orientação prossegue no número 688:

As igrejas paroquiais terão capela maior e cruzeiro, e se procurará que a capela maior se funde de maneira que, posto o sacerdote no altar, fique com o rosto no oriente, e não ser, fique para o meio dia, mas nunca para o norte, nem para o ocidente. Terão pias batismais de pedra e bem vedadas de todas as partes, armários para os santos óleos, pias de água benta, um púlpito, confessionários, sinos e casa de sacristia. E haverá no âmbito e circunferências dela adros e cemitérios capazes para neles se enterrarem os defuntos, os quais adros serão demarcados

por nosso provisor e vigário-geral, como acima fica dito, e os autos dessa demarcação se guardarão no nosso cartório, e o traslado no cartório de cada uma das igrejas (VIDE, 2010, p. 394).

A arquitetura dos templos sagrados era determinada por sua capela-mor e cruzeiro, ou seja, o altar principal da igreja ou capela onde se colocava ou entronizava a imagem do padroeiro ou da padroeira e para o qual ficava virado antigamente o sacerdote no momento de dizer a missa – o conhecido antigamente como “o padre ficava de costas” para o povo ou assembleia, ao contrário dos dias atuais – devendo seguir uma regra básica que era jamais estar virado para o norte geográfico.

Portanto, o regulamento das *Constituições* joga por terra a ideia de que as povoações mineiras dos séculos XVII e XVIII eram totalmente improvisadas em seu crescimento urbano, construindo suas casas e edifícios religiosos de maneira desordenada, ao seu bel prazer. Havia normas para a edificação dos edifícios religiosos e o que podia ou não ter no seu entorno, qual o lugar preferível a outros. Assim se explica, por exemplo, o fato de que as igrejas serranas, na sua maioria, estão ao norte da antiga Vila do Príncipe, assim como o próprio povoamento, por questões de salubridade, insolação e higiene, recebendo a luz natural durante grande parte do dia, o que diminuía o gasto com iluminação artificial, as temidas velas, que provocaram o grande incêndio de 08 de setembro de 1723, na casa do vigário da vara padre José de Castro Couto. O gasto com velas era sempre evitado, e quando eram convocados ajuntamentos populares noturnos, para festejar nascimento de príncipes ou princesas ou datas importantes da Coroa portuguesa, normalmente a iluminação da vila ficava por conta do Senado da Câmara, que distribuía gratuitamente as ceras para serem queimadas, recebendo o nome de propinas, ou seja, era a oferta de um objeto comprado com dinheiro público para agradar a particulares.

IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 1713.

A igreja-mãe de todas as capelas serranas é a matriz de Nossa Senhora da Conceição. Contudo, quando os primeiros bandeirantes se instalaram nas proximidades do rio do Lucas e Quatro Vinténs, dedicaram o primado de sua descoberta a Santo Antônio. Quem nomeou as minas serranas por “minas de Santo Antônio do Bom Retiro do Serro do Frio” (PINTO, 1902, p. 939) foi o escrivão da Receita Real, Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo. A devoção do escrivão não foi pra frente, antes, parece ter ficado apenas nas primeiras linhas do documento oficial de conquista do território serrano ou ibitirruense.

Em 1713, a paróquia de Nossa Senhora da Conceição foi criada com o grau de encomendada, recebendo a provisão de seu primeiro vigário, o padre Antônio de Mendanha Souto Maior. Para que houvesse paróquia, era fundamental que estivesse construída uma igreja para os primeiros fregueses do arraial, e que fosse próxima do maior número deles. E assim foi feito.

Por isso, a construção da primeira capela que se tornaria depois a primeira matriz, foi confirmada pelo dr. Dario. Ele investigou os livros do cartório judicial e descobriu a afirmação categórica de José Alves Maciel em seu testamento de 1754, narrando sua naturalidade da Costa da Mina e dizendo que havia sido batizado na igreja de palha que antigamente tinha

sido erguida na Vila do Príncipe (SILVA, 1928, p. 38). Esse escravo alforriado, tornou-se opulento na Vila do Príncipe, provavelmente alforriado por Domingos Alves Maciel que, em 1718, 1719 e 1720, assumiu cargos eletivos no Senado da Câmara, sendo um “homem bom”. O testamento de José, preto, mina, liberto, registrou seu batismo numa capela coberta de palha que parecia ter saído apenas de sua imaginação. Mas não foi bem assim: a primeira capela que se tornou matriz não só era coberta de palha, mas segundo Silva (1928, p. 47), “não se sabe onde era edificada nem quando ou como acabou”.

Diferentemente do dr. Dario, acreditamos que a primeira matriz coberta de palha – como o era a maioria as casas serranas nos primeiros anos das minas do Serro do Frio – foi construída e manteve-se sempre no mesmo lugar, de frente para os córregos do Lucas e Quatro Vinténs. Os antigos precisavam enterrar seus mortos e o fizeram dentro desta capela coberta de palha ou no seu adro, como era de costume. É preciso voltar às Constituições Primeiras do Arcebispado do Bahia para entender que uma paróquia só seria autorizada se houvesse igreja edificada com decência no alto do lugar, bem como se ela permitisse o atendimento da maioria dos seus fregueses ou paroquianos. Sabemos que o adensamento populacional serrano aconteceu entre o arraial de baixo e o arraial de cima, ou seja, entre a Matriz de Nossa Senhora da Conceição em direção à saída para o Rio do Peixe ou Itambé, seguindo o córrego Lucas no primeiro caso e passando à sua esquerda, no segundo.

A primeira capela que serviu de matriz em 1713, ao que nos parece, foi edificada no mesmo lugar da atual, de volumetria muito menor se comparada com a do edifício atual. Originalmente, ela teria tido como patrono Santo Antônio e depois da elevação a paróquia em 1713, mudado seu altar-mor para Nossa Senhora da Conceição. Não temos documentos que resolvam essa questão.

Ao que nos parece, a primeira capela no alto do arraial já era dedicada a Nossa Senhora da Conceição desde sua edificação, sendo que Santo Antônio não teria recebido capela, mas apenas a dedicatória no Livro Primeiro da Fazenda Real, de 1702. Outro argumento a favor da edificação da primeira capela de Nossa Senhora da Conceição no alto do povoado no mesmo lugar onde se encontra a atual matriz é que em 1714, quando foi determinada a instalação do Senado da Câmara na recém-criada Vila do Príncipe, erigiu-se o pelourinho que:

Foi colocado no alto da ladeira da Matriz acima do atual chafariz; daí a ladeira ser denominada até 1821 – rua do Pelourinho. Em 17 de setembro de 1821, acordou o Senado “transferir o pelourinho desta Vila para a frente da cadeia, visto ser aí lugar mais próprio e ser justa a mudança por se achar o mesmo próximo e quase defronte da Matriz desta Vila” (SILVA, 1928, p. 39, grifos do autor).

Assim, de 1702 até 1723, houve uma capela coberta de palha que serviu de primeira matriz serrana a partir de 1713.

A segunda matriz de Nossa Senhora da Conceição era um pouco maior, possivelmente já coberta de telhas e bem mais parecida com o edifício atual, pelo menos na sua implantação no terreno, o que é confirmado por Silva (1928, p. 47), quando explica que “com relação à segunda não consegui saber quando foi edificada; mas sabe-se que era no lugar onde se acha a atual, a terceira, e que tinha um adro, na frente ou de um lado”.

A explicação anterior, do dr. Dario, se justifica por conta do volume do atual edifício que permanece de pé até os dias atuais, próprio da mentalidade serrana do final do século

XVIII e primeiros anos do século XIX, em que a volumetria das igrejas foi supervalorizada, com a opção por enormes e altas torres e grandes naves, o que não se justificava nas primeiras décadas do século XVIII, por falta de materiais e de técnicas de edificação para este formato de edifício e mesmo interesse das irmandades em se afirmarem socialmente pela opulência – leia-se grande volume construído – dos seus templos (nesse caso, a referência da segunda matriz seria o volume total da capela de Santa Rita, da Purificação e até mesmo da Senhora do Rosário, não a da Senhora do Carmo ou do Senhor do Matozinhos).

Por isso, seguindo o rigor das Constituições de 1707, devemos considerar relevante o fato de que para se erigir uma paróquia com novo grau de colada, com direito a vigário proprietário de seu território, era necessário um templo maior, melhorado, ampliado, com mais serviços às irmandades e mais rica em ornamentos. Dessa forma, seguindo as exigências dos ordenamentos eclesiásticos antigos, acreditamos que em 1724 essa segunda capela já estivesse de pé – o que não quer dizer que estava totalmente pronta –, justificando sua elevação ao grau colado (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1995, p. 165). Segundo dr. Dario (1928, p. 47, grifos do autor), a primeira referência da segunda matriz foi feita somente numa vereação do Senado da Câmara que registrou: “quando começou o calçamento das ruas, em 1737, o Senado da Câmara mandou fazer a calçada na rua do Pelourinho ‘da porta de Antônio da Costa Ribeiro, pelourinho acima até o adro da Matriz’”. Em 06 de março de 1843, trabalhava na matriz o pedreiro Severo Sebastião de Gouvea, na execução de conserto das torres e frontispício, sob o risco e plano do arquiteto João George Mayer, no valor de 5:480\$000 réis (ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA, Livro de Termos e Concordatas da Arquiconfraria de São Francisco, 1843, fl. 98v.-100v.). Tratava-se de uma grande obra, visto o valor total em contos de réis, levando-se em conta os materiais e a mão de obra.

A terceira matriz de Nossa Senhora da Conceição é aquela que mais se distancia do documento ordenador das construções eclesiásticas, as Constituições, em sua época de construção. Parece mesmo não seguir as recomendações da colocação do altar, em que o padre não deveria jamais ficar de rosto virado para o norte, conforme manda o número 688. Isso não foi relevante para os construtores, uma vez que a paróquia já estava no seu grau máximo de colada e não perderia seu título (o próximo título seria a passagem de matriz para catedral – onde o bispo tem sua cadeira ou cátedra –, que somente a cidade de Mariana passou a ostentar em 1745, com a criação de sua diocese própria).

O contexto de construção do terceiro edifício matricial era outro, bem diferente da necessidade de ampliação da malha paroquial dos primeiros anos das minas do Serro do Frio e Vila do Príncipe, a fim de acompanhar os privilégios dados aos “homens bons” do Senado da Câmara. Manter uma paróquia encomendada numa vila que também era a capital da Comarca do Serro do Frio não parecia justificável para uma sociedade de vida exterior e teatralizada, e também não seguia o modelo português de paróquia colada com sua vigararia da vara, Senado da Câmara com seus juízes, bem como a Ouvidoria com ouvidor e seus funcionários. A paróquia não podia manter seu grau inferior em meio a tantos privilégios reais distribuídos aos “homens bons”, no interior do sistema do padroado e no complexo sistema das mercês.

Apesar de todo progresso tecnológico ampliado ao final do século XVIII, as igrejas serranas sem exceção, continuavam levando anos para ficar prontas. Este termo – prontidão

– parece não explicar o que justificava para os bispos, padres e as irmandades leigas antigas o funcionamento de um templo católico. A prontidão praticamente nunca chegaria, se por isso entendermos uma obra totalmente acabada (muitos fatores podem ter influenciado para essa realidade serrana, e um deles, efetivamente foi a ausência de venenos para formigas, cupins e fungos para o tratamento da madeira e do pau-a-pique).

A terceira matriz de Nossa Senhora da Conceição chama a atenção pela altura das suas torres, pelo projeto arquitetônico com soluções refinadas de urbanismo, como o desaterro e movimentação do terreno ao fundo, onde foi construído o paredão ou muro de contenção. Talvez esse não existisse nas primeiras duas construções. O que mudou na mentalidade serrana em seu gesto pedagógico colonial, que fez com que fosse naturalizado e normalizada a edificação de um templo suntuoso, de proporções nunca antes vista? O que os antigos queriam ensinar uns aos outros?

Não há dúvida de que a terceira matriz exigiu uma nova mentalidade. Ela se formou com a ruptura com o ideário do Antigo Regime, especialmente quando dom João I assumiu o trono da Coroa portuguesa. A obra das mãos humanas revelada em grandes edificações era a comprovação de que a ciência poderia solucionar os antigos problemas humanos. Época de contraste profundo entre fé e razão, não mais no sentido medieval, mas a partir do ideário científico renascentista e iluminista secularizado, com o ressurgimento da matemática, a reinvenção da física, da biologia, de uma renovada filosofia política e com os impactos diretos e indiretos na engenharia e na arquitetura; novas e importantes invenções aguçaram a imaginação popular em torno da revolução industrial com os primeiros ares da sociedade de massas inglesa chegando à Vila do Príncipe; da confirmação de que a engenharia poderia criar novas cidades, o que ficou evidenciado com a reconstrução de Lisboa depois do terremoto de 1755, em que, apesar de toda destruição, o espírito humano progressista parecia vencer a natureza com sua criatividade.

A terceira matriz parece, então, se encaixar assim como a capela da Senhora do Carmo da qual é praticamente contemporânea em projeto arquitetônico e obras, na mentalidade iluminista, que na história da arte normalmente se intitula de rococó em oposição ao barroco. O gesto pedagógico colonial de construção da terceira igreja matriz ensinou muita coisa: primeiro, que é possível desrespeitar o regimento eclesiástico que ordenava uma posição do altar para outro ponto cardinal em prol do resultado final, evidenciando uma certa incipiente razão instrumental, em que os fins seriam mais importantes que os meios; segundo, que era necessário não ter medo da natureza, antes, devia-se regulá-la pela razão matemática, do cálculo, da engenhosidade; terceiro, que a fábrica ou patrimônio das igrejas devia ser bem administrada para possibilitar o uso racional dos recursos para o pagamento das obras, com o devido planejamento das suas etapas o que não se distanciava em momento algum da possibilidade de articulação política em torno dos recursos governamentais, garantidos pelo fundo das obras pias do Erário Régio.

As relações das irmandades leigas, o vigário da paróquia e o Senado da Câmara eram muito próximas, praticamente a necessidade de obras de uma igreja era um tema comunitário, ou seja, envolvia a todos os moradores da Vila do Príncipe, em especial, aqueles que detinham o poder de destinar rubricas de seus orçamentos para suas execuções. Todo repasse de recurso financeiro do Erário Régio da Coroa portuguesa passava, obrigatoriamente, pelo Senado da

Câmara, obrigado a fazer seu orçamento anual e registrar despesas e receitas em seus livros contábeis.

Na segunda metade do século XVIII, a complexidade do Senado da Câmara da Vila do Príncipe foi muito ampliada, tornando-se responsável por: recolher impostos no seu termo com povoações e arraiais vinculados, exigindo uma malha tributária com fiscais e meirinhos; zelar pela saúde de sua população, fosse pagando famílias para cuidar das crianças abandonadas ou “expostas”, fosse cuidando das epidemias ou andaços que rapidamente se espalhavam entre a população; abastecer a população de carne cuidando do seu corte ou matadouro próprio, fiscalizando os preços e a oferta de produtos alimentícios, de vestuário e serviços dos oficiais mecânicos como sapateiros, seleiros, ferreiros, alfaiates; e realizar obras públicas, incluindo o calçamento das ruas, becos e ladeiras, além de cuidar das igrejas. Assim, o zelo pelas obras pias fazia parte das obrigações do Senado da Câmara, uma vez que fazia parte dos serviços necessários ao sossego da república.

O repasse dos recursos financeiros para as obras pias ou das igrejas, nesse caso da igreja matriz, pode ser encontrado de maneira velada, em livros de Receita e Despesas do Senado da Câmara (SILVA, 1928, p. 133; 136). Não foi encontrado nenhum repasse do Erário Régio feito diretamente para as obras pias serranas, apesar de sua previsão legal. Em 1788, houve um repasse de 29\$400 para a Irmandade do Santíssimo Sacramento; outra em 1798, ao procurador da mesma irmandade, no valor de 65 oitavas de ouro, ou seja, 162\$500. Em dez anos, a necessidade do repasse aumentou em mais de 500%, o que demonstra, sem dúvida, que a igreja matriz estava demandando recursos públicos para sua edificação. Os recursos de 1798, destinados à obra da nova matriz, foram registrados na “relação que se deram para a obra da nova matriz” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1995, p. 157) no livro da receita da Irmandade.

Nesse contexto histórico, cultural e econômico das últimas décadas do séc. XVIII, a terceira matriz serrana começou a sua construção, ao que parece, em data bastante posterior aos anos de 1773/1774, por conta de anotações em livro oficial (ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA, Livro de Despesas da Confraria do Santíssimo Sacramento – Serro, 1767 a 1820) indicando pagamentos aos pedreiros João Simões e Inácio, pela caiação e trabalhos de revestimento da torre e retelhamento do consistório, “o que leva a supor que, antes da mencionada doação [do testamento do padre Simão Pacheco em 1776], cuidava-se simplesmente da restauração do segundo edifício da matriz” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1995, p. 157).

O dia 07 de janeiro de 1776 marcou para sempre a história da igreja matriz. Nesse dia faleceu o padre Simão Pacheco, o primeiro padre colado da paróquia serrana e que deixou em testamento as cômputas que lhe eram devidas para que se fizesse outra matriz nova e se formasse a capela-mor (ARQUIVO JUDICIAL DO SERRO, Livro 19 de Testamentos, 1776, fl. 2v.). É difícil, a partir dos documentos de arquivos públicos, precisar se houve uma demolição total da segunda matriz ou se foram mantidas partes do antigo templo. Em 08 de junho 1782, a segunda matriz ainda funcionava, o que se conclui pelo assento do Senado da Câmara, ordenando o almotacé José Antônio avisasse aos moradores que tivessem:

As suas testadas varridas e limpas de madeiras e buracos tapados para por ela passar a procissão do Corpo de Deus no dito dia pelas 4 horas da tarde que há de sair da Igreja Matriz

pela Rua Direita, seguindo a rua do defunto Manuel José Lisboa e volta pela cavalhada velha vindo pela rua de cima e recolher-se pelos becos dos reverendos padres Almeida. Também os porcos devem ser tirados das ruas sob pena de castigo (ARQUIVO IPHANSEIRO, Registro Geral, 1781-1783, Doc. 01, Cx. 53, fl. 89v.).

Em 14 de julho de 1796, na reunião dos irmãos do Santíssimo eles expressavam-se no sentido de reedificação da capela-mor, em estado de ruína, o que ocorria ao mesmo tempo com a nave. Não se tem registro de um risco da nova matriz – e de nenhuma outra igreja serrana colonial, em que se possa confirmar um novo projeto arquitetônico, uma nova volumetria, uma outra posição do templo no terreno. A fábrica ou patrimônio da matriz movimentou recursos pra pagamentos de despesas da obra da nova matriz entre 1796 e 1797, adquirindo materiais e apontando a conclusão dos esteios e tabuados. Os especialistas indicam que se tratava de uma construção nova (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1995, p. 158).

Enquanto edificavam-se as estruturas do novo templo, acertava-se a decoração interna em 16 de dezembro de 1792 com o artífice Bartolomeu Pereira Diniz, para confecção do retábulo da capela-mor e mais reparos da mesma, a partir de seu risco, ainda em fase de conclusão no dia 27 de dezembro de 1795, serviços contratados por 370 oitavas de ouro. Segundo Silva (1928, p. 47, grifos do autor):

De fato, somente em 1796, no livro da Receita começou a nova rubrica: “ofertas que se deram para a obra da nova Matriz.” Aí se diz: Recebido do reverendo Ignácio Bello de Freitas a condução de pedra em vez de carro que se lhe pediu uma oitava e ½. Em 1799, acabou a rubrica, continuando somente as duas anteriores – bacia e fábrica.

A obra da matriz serrana envolvia o poder público, ou seja, o Senado da Câmara. Assim, no dia 21 de março de 1795, com a obra da terceira matriz já bastante adiantada, houve a destruição do beco que por detrás da igreja fazia chegar os fiéis devotos ao adro. Alguns detalhes da ordem ao juiz almotacé são muito importantes para nosso estudo: o primeiro diz respeito às pedras amontoadas em frente à matriz pertencente ao Senado, ou seja, a obra era parte do cotidiano dos oficiais camaristas e de seus cofres; o segundo, refere-se à necessidade de o conserto ser finalizado até a Semana Santa, o que indica que as procissões passavam pelo dito beco; e terceiro, a empreitada seria paga pelo Senado aos senhores de escravos que os emprestassem, recebendo o pedreiro – um oficial mecânico – pelo serviço, ou seja, quem recebia os recursos eram os donos dos escravos e o pedreiro, único homem livre neste serviço.

Carta ao juiz almotacé Cláudio de Brito Teixeira para efeito de mandar consertar o beco que desce por detrás da igreja matriz desta vila e buracos imediatos a mesma matriz nas suas calçadas. Senhor guarda-mor juiz almotacé Cláudio de Brito Teixeira. Os senhores ordenam a vir a vossa mercê para que haja de pelo seu respeito e por bem do honorífico cargo que está exercendo fazer com que os moradores das ruas de cima que mais se utilizam do beco que desce por detrás da igreja matriz desta vila cada um conforme a sua possibilidade deem escravos para se aterrar os socavões e buracos que aas muitas águas tem feito no referido beco e que depois de aterrado o faça vossa mercê calçar com pedra que do mesmo tem saído e se acha espalhada e quando esta não chegue mandará buscar e conduzir a que faltar pelos sobreditos escravos da que se acha amontoada no adro da mesma matriz pertencente ao Senado e depois de feita a referida obra do beco entupido e tapado e calçado os mais buracos que se acham nas mais calçadas imediatas a sobredita igreja dará vossa mercê parte ao mesmo Senado com

a conta que se deve ao pedreiro que fizer de calçadas para a mandarem pagar pelas rendas do Conselho advertindo vossa mercê que fique feita esta obra breve para os ditos moradores e mais povo se sirva dela na próxima Semana Santa. Assim, esperam vossa mercê haja de fazer executar com a prontidão e zelo que sempre costuma. Deus guarde vossa mercê muitos anos. Vila do Príncipe 21 dias do mês de março de 1795. O escrivão Marcelino. (ARQUIVO IPHANSEIRO, Registro Geral 1793-1795, Doc. 01, Cx. 56, fl. 206).

No Livro de Despesas da Irmandade do Santíssimo registraram-se nos anos de 1799 e 1800 pagamentos ao mestre torneiro Joaquim Gonçalves de Aguiar, “por tornear as colunas do retábulo novo da igreja matriz (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1995, p. 158), aos entalhadores Bento André Pires e Bartolomeu Pereira Diniz, além do pintor e dourador Manuel Fernandes Leão, responsável também pela pintura do cofre de exposição do Senhor Morto (instalado no altar-mor) e do Sudário e Verônica, além de ter desenhado o risco para as portas da igreja. A imagem do Cristo para este altar foi confeccionada por Manuel Ribeiro Peixoto, por 15 oitavas, pagas em 1791 (ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA, Livro de Despesa da Confraria do Santíssimo Sacramento – Serro, 1767 a 1820, fl. 23). Em 1796, houve pagamentos para os carpinteiros Luiz Miz. Adorno, Francisco Pereira Araújo, Francisco Moura Chaves, João Nunes Nascimento, Francisco Rodrigues de Souza, o carapina Manuel José Costa, Calixto Alves Fonseca, o trabalhador André Ferreira, os sineiros Silvano José de Almeida e João Gonçalves Pereira, que por conta do sino grande recebeu 14 oitavas e $\frac{1}{4}$ de ouro, o pintor Lourenço Brito e o entalhador Manoel Fernandes Castro (ARQUIVO ECLESIASTICO DA ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA, Livro de Despesas da Confraria do Santíssimo Sacramento – Serro, 1767 a 1820, fl. 50v.; MARTINS, 1974).

Seguiu-se em 1801 a fatura do campamento, ou seja, o piso de tábuas de cedro para os sepultamentos de padres, irmãos e irmãs do Santíssimo, confeccionado por José Luiz da Mata e Antônio José Dias. Somente na festa da padroeira de 08 de dezembro de 1802, a prontidão do templo foi confirmada, trasladando o Santíssimo Sacramento da capela da Purificação para a nova matriz, conforme nos conta Silva (1928, p. 47), uma vez que “isto consta de vereação e foi dito em seu manuscrito pelo cronista local Joaquim Gonçalves de Aguiar”.

Contudo, a terceira matriz recebeu a seguinte observação no provimento do bispo da Diocese de Mariana, dom Frei José da Santíssima Trindade, em sua visita pastoral, ainda em 1821 (as notas foram escritas em 1825):

Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Príncipe, capital da Comarca do Serro Frio, a 42 léguas de Mariana e 124 da corte do Rio de Janeiro, com 16 a 18 mil almas e de rendimento cobrável com a cônica de 1:600\$000. A igreja desta matriz, sendo grande e com 5 altares, pode-se dizer que está desprovida de tudo. No ano de 1821 em que foi visitada, apenas tinha de ornato a boa imagem de Nossa Senhora da Conceição, sua padroeira colocada no princípio do trono, o qual, com o retábulo de talha pouco agradável, ainda estava em madeira. No corpo da igreja, desde o arco da capela-mor, corriam 3 altares todos por acabar e, do outro lado, um ou dois, cujas imagens do seu orago eram pintadas em tábuas lisas. Hoje, no ano de 1825, consta que a muitas reclamações de Sua Excelência trabalham nos retábulos destes altares, estando ainda todo o corpo da igreja por ferrar e o campamento muito mal seguro e bastante destruído. A sacristia muito falta de ornamentos tanto para o

comum como para os dias festivos. Não tinha adro nem cemitério, sepultando-se os corpos na passagem pública e, apesar das grandes instâncias e recomendações que fez Sua Excelência Reverendíssima para se fazer cemitério separado e profanar-se a antiga sepultura dos pobres, sabe-se que ainda nada se providenciou até este tempo. Em diversos lugares desta vila, acham-se as capelas do Senhor de Matozinhos, da Ordem Terceira do Carmo, da Ordem Terceira de São Francisco, na qual também está anexada a Arquiconfraria do Cordão, a capela de Nossa Senhora do Rosário e a capela de Santa Rita, todas estas capelas com mais decência que a igreja matriz (TRINDADE, 1998, p. 95-96).

A pouca decência da terceira matriz era inegável, segundo o bispo de Mariana, quando comparada com as outras capelas filiais na mesma Vila do Príncipe, em 1821. Contudo, a má impressão do bispo pode ter sido por outro motivo ligado à escravidão e ao contexto de agitações para a independência brasileira: a presença de um dos maiores símbolos da colonização portuguesa, o pelourinho. Esse ficava bem de frente da matriz, no largo que levou seu nome. Depois da visita pastoral de dom Frei José da Santíssima Trindade, o pelourinho mudou de lugar: “em 17 de setembro de 1821, acordou o Senado ‘transferir o pelourinho desta Vila para a frente da cadeia, visto ser aí lugar mais próprio e ser justa a mudança por se achar o mesmo próximo e quase defronte da Matriz desta Vila’” (SILVA, 1928, p. 39). A verificação do dia 18 de setembro de 1821 registrada no livro, fl. 33v., confirmou o pedido do bispo de Mariana:

Aos 18 de setembro presentes o juiz de fora servindo de ouvidor feral e corregedor desta Comarca do Serro Frio Antônio José Vicente da Fonseca, vereador mais velho servindo de juiz presidente pela lei, Antônio de Brito Teixeira e os vereadores Antônio José Gonçalves, Manuel da Silva Pereira e o procurador José de Faria Machado e cidadãos abaixo assinados convidados para em Câmara Geral se acordar transferir o pelourinho desta vila para outro lugar onde não esteja indecentemente como este muito próximo e defronte a porta da igreja matriz desta vila. E para constar, etc. E juntos todos em Câmara Geral foi proposto pelo atual procurador que se devia transferir o pelourinho desta vila do lugar onde se achava para outro por ser pedido pelo Exmo. Sr. bispo dom frei José da Santíssima Trindade por estar em lugar em de frente muito próximo e defronte da porta da matriz desta vila e ele procurador requeria fosse mudado, que se deliberava um lugar em que se pusesse o dito pelourinho, sendo ouvido o presente requerimento acordarem irmanamente que se mudasse o mesmo pelourinho para defronte da cadeia pública desta vila por ser o lugar mais próprio para o mesmo ser justo esta mudança porque indecentemente existiu este pelourinho onde presentemente se acha. Determinando ao mesmo procurador que desde já o mandasse que por menos o faça e que a sua despesa seja indenizada à custa dos rendimentos deste Concelho. E por esta forma deram por finda etc. Assinaturas: Sancho Bernardo de Herédia, Manuel Tinoco [...], João da Silva Pereira, Francisco da Silva Pereira, Bernardino Pereira de Queiroga, Manuel Caetano da Silva, João de Souza [...], Domingos Roiz Valença, Francisco de Paula Coelho Magalhães, João Carlos de Abreu (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 67, n.p.).

Apenas depois do início das grandes obras feitas entre 1872 e 1877, a matriz serrana foi considerada decente, pronta, depois da longa obra de revitalização do Largo do Pelourinho, com o rebaixamento da rua das Flores e adro frontal da igreja, o que exigiu a colocação da escadaria de pedra sabão para acesso dos fiéis devotos; a colocação dos muros de pedra sabão no seu entorno, formando o agradável conjunto com os becos laterais e a casa do General Gomes Carneiro; e a arborização do antigo largo do pelourinho, na tentativa de fazer-se

uma praça mais confortável em tempos de sol escaldante, em especial em tempos de missões populares.

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO E IRMANDADE DAS ALMAS

Durante nosso estudo sobre as três matrizes serranas da paróquia encomendada e colativa de Nossa Senhora da Conceição no período colonial, conferimos à Irmandade do Santíssimo Sacramento o poder e a autoridade de gerenciamento da fábrica ou patrimônio desse templo desde os seus primeiros anos de funcionamento. É necessário entender o motivo para que a matriz fosse administrada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, qual documento prevê seu necessário funcionamento nas paróquias, bem como entender por que ela se tornou a mais elitista confraria serrana colonial.

O documento oficial da Igreja brasileira colonial que regulou a criação e o funcionamento das irmandades, confrarias e associações leigas em sua paróquia nas minas do Serro do Frio e sua Vila do Príncipe foi as Constituições do Arcebispado da Bahia. No Título LX, Das confrarias, capelas e hospitais, e da forma que devem ter os compromissos das confrarias sujeitas à nossa jurisdição eclesiástica, há três números que ordenaram no mundo colonial a relação entre a Igreja e os leigos das irmandades.

No número 867, esclarece-se o motivo de criação de uma Irmandade de leigos numa matriz de paróquia ou capela filial, e esse não poderia ser outro que o “serviço de Deus Nosso Senhor, honra e veneração dos santos” (VIDE, 2010, p. 451); imediatamente, a partir da prática dos padres e bispo da Bahia, pede-se “evitar nelas alguns abusos e juramentos indiscretos que os confrades e irmãos põem em seus estatutos ou compromissos, obrigando com eles a pensões onerosas e talvez indecentes, de que Deus Nosso Senhor e os santos não são servidos” (VIDE, 2010, p. 451). As irmandades passam a ser obrigadas a enviarem seus compromissos às autoridades da sua diocese, a fim de que lhes sejam concedidas as licenças *in scriptis* (por escrito) para poderem aplicar as regras neles previstas. Observa-se que não há, como alguns autores apontam, necessidade de que o compromisso estivesse escrito, aprovado e em mãos das irmandades para poderem construir seus templos. O templo das irmandades é uma coisa, a aprovação dos compromissos e estatutos é outra coisa. Nada impedia uma Irmandade de construir seu templo e só depois solicitar aprovação eclesiástica de seu compromisso.

O número 868 mostra a liberalidade das Constituições com as irmandades. Ficou decidido que, caso houvesse alguma Irmandade leiga sem a autorização superior do bispo ou seus prepostos, que o padre visitador fizesse a correição para saber se os compromissos não eram abusivos e indecentes, inconvenientes “ao serviço de Deus e dos santos, as façam emendar (dando-nos disso conta, sendo necessário), ficando sempre as ditas confrarias seculares como dantes eram, sem que pela dita diligência possam os ditos visitantes e seus oficiais levar salário algum” (VIDE, 2010, p. 452). Isso queria dizer naquele contexto do século XVIII que as irmandades leigas tinham plena liberdade para sua organização e que para serem desaprovadas oficialmente devia-se seguir a prudência localmente, ao invés de criar empecilhos para os bispados. De fato, não há relatos de que as irmandades tenham com seus compromissos oficiais, ferido os documentos da Igreja, muito pelo contrário, a formalidade de sua escrita mostra que eram escritos com muita ciência do direito canônico.

No número 869, há um incentivo formal dos bispos em criarem irmandades para “ampliação da devoção e piedade de nossos súditos” (VIDE, 2010, p. 452). Aparece, então, o incentivo a alguns tipos de irmandades leigas, que por experiência dos bispos, auxiliariam bastante o pároco na sua função de salvação das almas e sossego do seu rebanho de fiéis devotos: “nós, contudo, para mais os animar, lhes rogamos e encomendamos muito que tratem desta devoção as confrarias e de servirem e venerarem nelas aos santos, principalmente a do Santíssimo Sacramento” (VIDE, 2010, p. 452), seguida “do nome de Jesus, à de Nossa Senhora e das almas do purgatório, quanto for possível e a capacidade dos fregueses o permitir, porque estas confrarias é bem as haja em todas as igrejas” (VIDE, 2010, p. 452).

O fundamento para esta admoestação da centralidade do Santíssimo Sacramento nas paróquias através da criação de sua Irmandade é a prerrogativa do Concílio de Trento em incentivar a adesão consciente da massa de fiéis ao sacramento da eucaristia, ponto central da autoridade dos padres, bispos e do papa, únicos sacerdotes ordenados a consagrar hóstias no Corpo de Cristo, ou Corpo de Deus, o Corpus Christi. Com isso, as Constituições determinavam que a orientação tridentina de centralidade no sacramento da eucaristia se tornasse realidade nas paróquias e suas capelas filiais. Por isso, a Irmandade do Santíssimo Sacramento serrana institui-se por causa da sombra tridentina preocupada em pautar diariamente nos seus templos os princípios norteadores da reforma católica e a contrarreforma. O investimento na criação da Irmandade do Santíssimo Sacramento fez parte de um projeto católico para o Brasil, as minas gerais e afetou o cotidiano serrano. Dessa forma, esta Irmandade tornou-se na paróquia serrana a mais poderosa em sua atuação, a mais rica por administrar o patrimônio ou fábrica da matriz e a mais reconhecida popularmente, pois somente ela estava autorizada a realizar a maior celebração católica paroquial, a Semana Santa (CAMPOS, 2004, p. 2), cujo ponto central era a celebração da páscoa, com a desobriga ou confissão e comunhão obrigatórias de todos os fiéis, fregueses ou paroquianos. Segundo Campos (2007, p. 104):

Entre o XVII e meados do XIX, houve crescente inflação dos componentes do cortejo ritual (andores, quadros vivos e devotos), atestada pelo aumento das associações de leigos que veneravam a Paixão de Cristo e que deixavam testemunho público através de obras culturais e procissões solenes. Para a religiosidade barroca era indispensável recorrer às artes plásticas, armações de cenário e teatro litúrgico, visando dar figuração precisa às passagens bíblicas e ao relato da vida dos santos penitentes. O imaginário barroco levou ao máximo a tendência a representar com muito naturalismo o sofrimento. No redimensionamento das práticas religiosas promovido pelo Concílio de Trento, os padres tiveram que considerar a forte tradição popular de cultivar o drama da Paixão. Nesse sentido, em vez de se restringir o abundante número de imagens alusivas ao sofrimento de Jesus, a tendência geral na Época Moderna foi desdobrá-las. Tais obras, dotadas da capacidade de predispor sentimentos, atingiram grande difusão no Barroco luso-brasileiro, apoiada na tradição devocional dos colonizadores e na própria legislação tridentina.

De fato, onde houvesse paróquia colonial haveria uma Irmandade Leiga do Santíssimo Sacramento. Segundo Salles (2007, p. 61), “todas as matrizes pertenceram, em Minas dos primeiros anos, às irmandades de Santíssimo Sacramento”. Considerando a Semana Santa como ponto central da atuação e exposição social dessa irmandade, Campos (2004, p. 10) registra que:

A Irmandade do Santíssimo da Vila do Príncipe do Serro do Frio fazia despesas anuais com a música (feita por sacerdotes e principalmente por leigos) e sermão nas funções de Quarta-feira de Cinzas, dos Domingos da Quaresma, com destaque para o de Ramos, Quinta e Sexta-feira Santas. Nesta, fazia a Procissão do Enterro, visto que no Serro não havia a Irmandade do Senhor dos Passos. Os lançamentos especificavam os gastos com a assistência, regência e instrumentistas, distinguindo inclusive os Altos e o canto da Verônica que era feito por homem (contralto) naqueles tempos. Em sua História da música na Capitania, Lange contemplou a documentação desta Irmandade entre 1768 e 1819, observando que os gastos anuais com a música quaresmal foram muito altos e frequentes até fins do XVIII, quando então tornou-se mais comum não encomendar música em razão das despesas feitas com a reconstrução da matriz. Essa obra de Lange contemplou também a Irmandade do Santíssimo do Arraial do Tejuco, atual Diamantina, no período de 1760-1838, que também mostrou decréscimo progressivo dos gastos e até mesmo a eliminação de ritos. Nesta ele afirma: “A assistência aos Ofícios pelos sacerdotes locais nunca foi menor que 25 oficiantes, incluindo os Bradados. Em determinado instante se chegou a 31 padres, cifra extraordinária, se tivermos em conta a população do Arraial”. O calendário festivo de fato se inflacionava com as solenidades quaresmais que iam da Quarta-feira de Cinzas, Domingos e Semana Santa, com destaque na pompa de Quinta-feira Santa. Os gastos eram expressivos: 218 oitavas, envolvendo inclusive um sermão (1775/6); 190 oitavas pela música de todas as Domingas e Semana Santa (1776/7), 150 oitavas com toda a Quaresma e Semana Santa (1777/8) etc. quantias semelhantes àquelas observadas no Serro (LANGE, 1983, p. 217-219). A Irmandade do Santíssimo do Tejuco fez do XVIII até primeira metade do XIX, a procissão do Senhor dos Passos, mais adequada à Irmandade dessa invocação, associação, entretanto que também não se desenvolveu naquele lugar.

Se, por um lado, a efervescência da vida paroquial orbitava em torno das festividades promovidas pela Irmandade do Santíssimo Sacramento como a Semana Santa e o cortejo cívico-religioso do Corpo de Deus, outra irmandade parece ter sido fundamental para o cotidiano da massa de fiéis serranos. Trata-se da Irmandade das Almas, mencionada no testamento de Jacinta de Siqueira, de 1751. Nele, ela cita expressamente que havia deixado o pagamento para as missas por sua alma, “o mais breve que puder ser vinte missas a Senhora Santa Ana, outras vinte ao Senhor Santo Antônio outras vinte pelas almas do purgatório de esmola cada uma de meia oitava de ouro e ditos nesta vila” (ARQUIVO JUDICIAL DO SERRO, Livro de Registros de Testamentos, 1751, fl. 34); outras dez missas para serem ditas “no altar privilegiado das almas da Igreja Matriz desta vila” (ARQUIVO JUDICIAL DO SERRO, Livro de Registros de Testamentos, 1751, fl. 34); e ordenava os padres a seguirem seu desejo de falecida, ordenando que rezassem missa “de corpo presente pela minha alma e se lhe dará cera costumada e peço a Irmandade das Almas, de Nossa Senhora do Rosário e do Terço que de todas sou irmã me acompanhem a sepultura” (ARQUIVO JUDICIAL DO SERRO, Livro de Registros de Testamentos, 1751, fl. 34).

A Irmandade das Almas estava prevista como fundamental para o bom funcionamento de uma paróquia ou capela, segundo as orientações das Constituições, de 1707. Qual seria o motivo real dessa preocupação dos bispos com essa irmandade?

Em primeiro lugar, por conta da concepção teológica católica perpetuada pelo Concílio

de Trento do corpo místico do Cristo, composto pela Igreja Triunfante com sua corte celestial, pela Igreja Padecente composta pelas almas suplicantes do purgatório e a Igreja Peregrina ou Militante composta pelos vivos amparados pelo Espírito Santo, o seu Consolador. O corpo místico do Cristo era, então, um sistema orgânico de igrejas interdependentes, e pelo visto, os fiéis devotos acreditavam que depois de sua morte física, permaneceriam algum tempo purgando suas dívidas para depois poderem ascender aos céus (CAMPOS, 2013). A passagem pelo purgatório tornava os falecidos em almas santas, pelo fato de que dali podiam interceder às almas dos céus da Igreja Triunfante pelos vivos no corpo com certo privilégio, por conta de sua transição em curso.

Em segundo lugar, a missa seria o ponto central dessa relação no sistema orgânico do corpo mítico do Cristo, pois era a mais eficiente forma de fazer chegar os pedidos de ajuda ou interseção às almas santas e assim às almas triunfantes e redimidas. É o que afirma o número 875 do Título LXII, da eleição dos oficiais de cada confraria, e que cada ano deem conta com entrega, e das missas que se devem dizer nas ditas confrarias:

Como, para se alcançarem os bens espirituais que se pretendem pelas instituições das confrarias, o principal meio seja o santo sacrifício da missa, ordenamos e mandados a nossos visitantes que, nas confrarias em que se não achar obrigação alguma de missas para se dizerem pelos confrades vivos e defunto, a ponham e taxem em certo número, com declaração dos dias segundo a comodidade das igrejas e possibilidade das confrarias, com a escola competente; e todas se dirão com muita pontualidade por bem das almas dos vivos e defuntos. E todas as missas das confrarias dirá o pároco da igreja (se não tiverem capelão particular), e não podendo, por ter outras ocupações da igreja ou outras missas, os oficiais das confrarias poderão mandar dizer por outros sacerdotes, guardando, porém o costume que nesta matéria houver legitimamente prescrito (VIDE, 2010, p. 454).

À missa de corpo presente seguia-se o sepultamento no adro da igreja matriz ou no campanário (o mesmo vale grosso modo para as capelas de irmandades), o que se tratava de um privilégio para os falecidos, pois seus restos mortais poderiam ficar próximos ao altar das almas ou do santo de sua devoção, o que para os antigos significava proteção, amparo e possibilidade de auxílio. O sepultamento no adro era mais barato que na campa. Ser sepultado no interior da matriz ou capela era motivo de orgulho para os parentes e para os mortos era sinal de opulência. Segue essa lógica a procissão semanal da segunda-feira pelos defuntos. Esta seria uma das funções da Irmandade das Almas, prevista indiretamente no Título LIX, números 864-866, das Constituições (VIDE, 2010, p. 450-451). A Irmandade das Almas era fundamental nessa administração paroquial do corpo místico do Cristo e suas relações entre os vivos e os mortos, as almas santas do purgatório.

Por fim, a Irmandade das Almas, assim como a do Santíssimo Sacramento, gerenciava funções praticamente litúrgicas de apoio aos ofícios sacerdotais; teológicas pela perpetuação da teologia ou doutrina do corpo místico do Cristo; e administrativas, uma vez que coordenavam festas e procissões, missas e sepultamentos, distribuindo assim privilégios sociais e religiosos. Contudo, quando era necessário discutir com o Senado da Câmara alguma situação de qualquer obra da matriz ou de seu cemitério, bem como realização das principais festas, a Irmandade do Santíssimo se apresentava com o seu procurador, o que a fez se tornar a mais importante Irmandade serrana no período colonial. De fato, como confirma Salles (2007, p. 73):

Fundada a Irmandade do Santíssimo, que, naturalmente, ocupava o altar-mor, simbolizando a autoridade suprema da corte celestes, surgiam, logo depois, as irmandades dos negros, a S. S. do rosário, Santa Efigênia, ou São Benedito, que ocupavam os altares laterais. O tempo continuava sua marcha, novas corporações surgiam, agora de mulatos e, também, novos altares laterais [...]. A disparidade de estilos entre vários altares da mesma igreja [...] não é simples e mecanicamente econômica, porém, a rigor, muito antes, social. Com o aparecimento de novos grupos sociais, como o dos mulatos e também dos comerciantes abastados (brancos), polarizados na Irmandade do Carmo, construíram-se novos altares que correspondiam ao espírito estético da época em que surgiam.

CONCLUSÃO

O gesto pedagógico colonial de construir ermidas, capelas e matrizes é uma forma de demonstração da devoção popular e comunitária da massa de fiéis das freguesias mineiras. No caso serrano, a construção da primeira, segunda e terceira matrizes diz respeito ao movimento de criação de espaços de sociabilidades devocionais católicas cada vez maiores, com crescente número de moradores praticantes, com ampliação do número de devotos de compromisso das irmandades leigas, com uma intensificação das festas do calendário litúrgico da Igreja. Contudo, há algo que não podemos de marcar como fundamento dessa devoção, sociabilidade e festas: o intenso e radical controle das populações pelo crescente uso das tecnologias e dispositivos sociais de medo e punição – o medo do inferno é apenas um desses mecanismos – aprimorados pela Igreja Católica na modernidade política colonial do século XVIII, em que a biopolítica da Coroa portuguesa se amalgamou aos fundamentos morais do catolicismo reformista e contrarreformista tridentino. Onde abundava a noção de pecado, abundava também a necessidade de sua purgação.

Nesse sentido, parece reducionista a noção de que os devotos eram apenas manipulados pelas instituições. Essa noção não coaduna com as modernas relações de poder e de autoridade em que a resistência fazia parte do cotidiano das sociabilidades, fosse como sedição, desobediência civil ou mesmo fuga para os quilombos, no caso dos escravizados. Qual a troca que se faz então, entre devotos e a Igreja? Para compreender essa dinâmica é necessário insistir na noção de cosmovisão totalizadora da Igreja Católica, criada e em pleno funcionamento no imaginário popular desde o primeiro século da Era Cristã. A história da salvação eclesiástica era ensinada desde tempos imemoriais e por conta disso os devotos mimetizavam pelo gesto pedagógico colonial dos padres, bispos e do papa e no cotidiano das irmandades leigas dos procedimentos necessários para se chegar à Igreja Triunfante. Passar pela Igreja Militante ou Peregrina através do nascimento da melhor forma possível para galgar a graça de passar pela Igreja Penitente (representada pelas almas santas do purgatório) e chegar ao triunfo final na contemplação da Santíssima Trindade. Era um caminho imaginado para a felicidade plena após a morte. Quem não gostaria de continuar vivo e plenamente salvo das dores infernais. Uma troca justa, por mais estranha que nos pareça hoje, na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA. **Livro de Despesas da Confraria do Santíssimo Sacramento** – Serro, 1767 a 1820.

ARQUIVO ECLESIAÍSTICO DA ARQUIDIOCESE DE DIAMANTINA. **Livro de Termos e Concordatas da Arquiconfraria de São Francisco**, 1843, fl. 98v.-100v.

ARQUIVO IPHAN SERRO. **Registro Geral 1793-1795**, Doc. 01, Cx. 56; 1781-1783, Doc. 01, Cx. 53.

ARQUIVO JUDICIAL DO SERRO. **Livro 19 de Testamentos**, 1776; Livro de Registros de Testamentos, 1751.

ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. **Cadernos**. Caderno [67] 08-06-1979 Losango Verde Tilibra, n.p.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. **Comarca do Serro do Frio**. História da educação entre os séculos XVIII e XX. Curitiba: Appris, 2020.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. Fundamentação da história da educação brasileira: o gesto pedagógico colonial, os processos para consulta e os regimentos, séculos XVII-XVIII. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, p. 1-23. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e162>.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. **Os ícones do poder disciplinar e a educação colonial brasileira a partir do Serro/MG, de 1759 a 1807**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 19, p. e019009, 2019. DOI: 10.20396/rho.v19i0.8652544.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **As Irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: culto e iconografia no Setecentos mineiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Aspectos da Semana Santa através do estudo das Irmandades do Santíssimo Sacramento: cultura artística e solenidades (Minas Gerais séculos XVIII ao XX)**. In: Anais do COLÓQUIO CBHA, 24, 2004, Belo Horizonte, p. 1-14. Disponível em: <<http://www.cbha.art.br/coloquios/2004/anais/anais2004.html>>. Acesso em: 07dez. 2020.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Mecenato leigo e diocesano nas Minas Setecentistas**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). História de Minas Gerais. As minas setecentistas 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 77-107.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei**. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LANGE, Francisco Curt. **História da música na Capitania Geral das Minas Gerais**. Vila do Príncipe do Serro do Frio e Arraial do Tejuco. V. VIII. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1983.

MARTINS, Judith. **Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos Culturais, Ministério da Educação e Cultura, 1974. 2 vols.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações Religiosas no Ciclo do Ouro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

TRINDADE, Dom Frei José da Santíssima. **Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Edusp, 2010 [1707].

HISTÓRIA ORAL COMO
METODOLOGIA NO ESTUDO DE
CULTURAS DE ORIGEM AFRICANAS:
A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
SANTO ANTÔNIO DE PINHEIROS
ALTOS, PIRANGA MG

DANIELLY MEIRELES DIAS
Universidade Federal de Viçosa
danymdias96@gmail.com

RESUMO

O advento das novas tecnologias popularizou o uso das entrevistas que impulsionou o desenvolvimento da metodologia de pesquisa por meio da história oral. O uso de tal meio como metodologia de pesquisa trouxe novas dimensões para o debate historiográfico e foi possível ao historiador trazer novos pontos de vista sobre o objeto de pesquisa e 'dar voz' a outros povos, antes silenciados, pela até então dita história oficial. O objetivo deste artigo é mostrar as contribuições do uso da história oral como metodologia de pesquisa no estudo de culturas africanas. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma revisão bibliográfica sobre os conceitos que envolvem a temática, demonstrando o papel que a oralidade desempenha nas culturas africanas e como contribui para o estudo dessas. Para exemplificar esta proposta, foram analisadas pesquisas realizadas sobre a Comunidade Quilombola de Santo Antonio de Pinheiros Altos em Piranga, MG.

Palavras-chave: História cultural. História oral. Culturas africanas. Metodologia.

Recebido em 13 de fevereiro de 2021.

Aprovado em 5 de abril de 2021.

ORAL HISTORY AS A
METHODOLOGY IN THE STUDY OF
CULTURES OF AFRICAN ORIGIN:
THE QUILOMBOLA COMMUNITY
OF SANTO ANTÔNIO DE
PINHEIROS ALTOS, PIRANGA MG

DANIELLY MEIRELES DIAS
Universidade Federal de Viçosa
danymdias96@gmail.com

ABSTRACT

With the advent of new technologies, the use of interviews became popular, which boosted the development of the research methodology through oral history. The use of oral history as a research methodology brought new dimensions to the historiographic debate, it was possible for the historian to bring new points of view on the object of research and to 'give voice' to other peoples previously silenced by the so-called official history. The purpose of this article is to show the contributions of using Oral History as a research methodology in the study of African cultures. From a methodological point of view, it is a bibliographic review on the concepts that involve the theme, demonstrating the role that orality plays in African cultures and how it contributes to their study. To exemplify this proposal, research on the Quilombola Community of Santo Antonio de Pinheiros Altos in Piranga MG was analyzed.

Keywords: Cultural history. Oral history. African cultures. Methodology.

INTRODUÇÃO

A história não é algo estático, que é sempre feita do mesmo modo. Ela passa a todo o momento por mudanças e aperfeiçoamentos nos modos de fazer. A historiografia já passou por diversas escolas historiográficas, dentre elas as correntes do positivismo, marxismo, Escolas dos Annales, história cultural, pós-modernista, entre outras, mas nunca deixou de ser a relação entre o homem e sua ação no tempo e no espaço.

No século XX, a história deixou de ser algo ligado apenas a um passado muito distante, para ser também a história do tempo presente que pode interessar qualquer um, visto que todos são agentes históricos e produzem história pelo simples fato de existirem. A história cultural passou a se interessar pelas minorias, pela diversidade e por aquilo que até então era desconhecido da história oficial. Por meio da história oral, tornou-se possível fazer essa história do tempo presente com agentes que vivenciaram os eventos e que são capazes de narrar suas experiências.

Ainda que seus termos não estejam totalmente estabelecidos, a história oral tem sido discutida frequentemente, sendo necessário que os historiadores oralistas especifiquem os conceitos. Por esse motivo, questões teóricas e metodológicas têm surgido a todo o momento evocando conceitos como o de cultura, identidade, memória, imaginário e etc. Levando em consideração o exposto acima, este artigo pretende realizar uma breve análise do que é essa história oral, destacando sua origem e definições, analisando-a como uma metodologia de pesquisa.

O intuito não é apenas realizar uma revisão sobre a história oral, mas demonstrar como ela pode ser utilizada como uma metodologia eficaz no estudo de culturas africanas, visto que durante anos elas foram marginalizadas pela história dita oficial. Para isso foi necessário o estudo da oralidade e do papel que ela exerce para os povos de culturas africanas. Além disso, para exemplificar como pode ser feito o uso dessa metodologia e os resultados que podem ser alcançados, foi utilizado o exemplo da comunidade quilombola do Santo Antônio de Pinheiros Altos¹, analisando como a oralidade desempenha um papel importante na propagação da cultura e da história dessas pessoas.

HISTÓRIA ORAL: ORIGEM, DEFINIÇÃO E SUA UTILIZAÇÃO COMO METODOLOGIA DE PESQUISA

Na primeira metade do século XIX, a historiografia preocupava-se com as histórias nacionais, com os heróis e com seus grandes feitos. Sabe-se que durante a formação dos Estados nacionais era necessário criar e estimular o surgimento da identidade nacional para legitimar e reforçar esses estados. Porém, com o avanço da historiografia e dos modos de “fazer história”, outros historiadores vão surgindo com uma nova postura de trabalhar a história, pensando não apenas em temas referentes à nação, mas sim como aborda Pesavento (2005), pensando em temas e problemas pertinentes ao imaginário, como forma de construção da realidade histórica.

Durante o século XX, a história passou por uma abertura para outras ciências como

¹ Localizada em Piranga MG, com data do processo iniciada em 03/06/2008 e atualmente certificada pela Fundação Palmares. Informação disponível em <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>

a antropologia, a arqueologia, a sociologia, entre outras, o que possibilitou um caráter interdisciplinar, acarretando mudanças significativas do historiador em relação ao passado. Deste modo, os historiadores viram-se forçados a reconsiderar novos conceitos e novas fontes, além das predominantemente documentais. A história cultural passou a ganhar força no meio científico sendo vista, atualmente, como objeto de investigação. O advento das novas tecnologias popularizou o uso das entrevistas, o que impulsionou o desenvolvimento da metodologia de pesquisa por meio da história oral e trouxe discussões acerca da subjetividade. O uso de tal meio como metodologia de pesquisa trouxe novas dimensões para o debate historiográfico e foi possível ao historiador trazer novos pontos de vista sobre o objeto e de certa forma dar voz a outros povos antes marginalizados pela história oficial.

Segundo Philippe Joutard (1996, p. 43-62), a história cultural pode ser classificada em gerações, mais precisamente em quatro gerações: a primeira originária nos anos de 1950, a qual teria como função recolher materiais para que os historiadores pudessem utilizar no futuro; a segunda, datada em 1960, entende a oralidade como aquela que é capaz de dar voz aos excluídos, ou seja, demonstrar aquilo que os documentos da história tradicional não se preocuparam em registrar, a história oral como disciplina; a terceira, dos anos 1970, viu-se na história oral um meio de estudar as classes populares, como uma metodologia de pesquisa. Já a quarta geração, dos anos de 1990, foi influenciada pelos movimentos pós-modernistas, valorizando-se a subjetividade.

Mas não basta apenas traçar a trajetória deste modelo de história sem definir o que é história oral. É importante salientar que é uma história do tempo presente, a qual se dá pela percepção do passado como algo que tem certa continuidade no tempo presente, ou seja, que o processo histórico não está acabado. Isso faz com que os leitores possam entender e sentir-se parte do contexto vivente. Diferente da história oficial, ela não é feita apenas de documentação escrita, mas também pela captação de experiências de pessoas do mais variados públicos. Independente das classes sociais são pessoas que estão dispostas a falar sobre aspectos pessoais de suas vidas particulares, mantendo um compromisso com o contexto social.

Portanto, a base da história oral é a oralidade, o depoimento gravado, a relação entre entrevistador e entrevistado. Paul Thompson, em seu livro *A voz do passado*, afirma que “A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas.” (THOMPSON, 1998, p. 337). Porém, o autor alerta que nenhuma fonte está livre da subjetividade de sua origem. Apesar disso ele afirma que “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história, [...] transformando os objetos de estudo em sujeitos” (THOMPSON, 1998, p. 136).

Outra discussão existente acerca da história oral são as maneiras distintas na qual ela é concebida. Alguns estudiosos a considera como uma técnica que tem como objetivo principal a conservação das experiências por meio das gravações e por este motivo, não a consideram como uma disciplina. Entretanto, há pesquisadores que consideram sim a história oral como uma disciplina. A discussão está em torno do fato de que as “técnicas específicas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto próprio de conceitos surgiram por meio da história oral”, como afirma Amado e Ferreira (2006, p.13).

É problemático defini-la apenas como uma disciplina, visto que ela possui um caráter

muito mais abrangente do que disciplinar e, por este motivo, ela deveria ser compreendida também como uma metodologia, levando em consideração que:

A história oral, como todas as metodologias [...] estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho –, funcionando como ponte entre teoria e prática. (AMADO e FERREIRA, 2006, p. 16).

Deste modo, fica evidente a abrangência da história oral, visto que além de se configurar como uma técnica, ela também pode ser entendida como metodologia e disciplina. Esse seu caráter abrangente e interdisciplinar deixa explícito a sua importância para as ciências humanas e sociais. Como procedimento metodológico, a história oral pode ser entendida como:

(...) um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p. 52).

A história oral não deve ser confundida com oralidade, tradição oral, por mais que possua uma relação estreita.. É importante pensar em uma considerando a outra e se faz necessário considerar os pressupostos de ambas para haver uma melhor compreensão. A tradição oral está presente na vida de todos e, em algumas culturas, possui um significado muito importante. Um exemplo seriam os países africanos, nos quais a tradição oral é muito marcante na preservação de conhecimentos, nos mitos, tradições, culturas e etc, como veremos adiante.

A TRADIÇÃO ORAL NAS CULTURAS AFRICANAS: COMO A HISTÓRIA ORAL CONTRIBUI PARA O ESTUDO DESTAS CULTURAS

Durante o século XIX, com as correntes do positivismo, sagrou-se este modelo científico como o único confiável de se fazer ciência. Deste modo, houve um exagero extremo na busca por verdades: os intelectuais vislumbravam o fazer história somente a partir de documentos escritos oficiais, considerando que apenas esses guardariam a verdade absoluta. Por este motivo, muitos estudiosos declararam que a África não possuía história. Por ter pouca documentação escrita afirmavam que havia “apenas evoluções sem sentido de tribos bárbaras”, mas em oposição a essa afirmativa alguns pesquisadores declaravam que mesmo com a ausência de documentos escritos as tradições orais eram capazes de contribuir para a construção desta história (PRINS, 1992, p. 165).

Já no século XX, com a Nova História, que se via livre dessa rigidez, tornou-se foco de investigação a história do tempo presente, a vida cotidiana e a experiência individual ou de grupos invisibilizados. Os temas acerca da memória e da cultura tornaram-se um desafio e um combustível para novas pesquisas, considerando a oralidade como algo também de relevância a ser estudada. Assim, novos grupos sociais se transformaram em objetos de pesquisa. Dentre eles, pode-se destacar os povos de origem africana que possuem uma forte relação com a

oralidade.

É importante salientar que “a oralidade é uma atitude diante a realidade e não uma ausência de uma habilidade” (VANSINA, 1982, p. 140). Seria errôneo pensar que esses povos são ricos em oralidade por não serem capazes de escrever, ou por não possuir esse tipo de habilidade.

Para os povos africanos, a fala é algo muito importante, pois vai além do simples fato de poder se comunicar. Representa também um dom divino, a materialização das forças representativas de tudo que existe no universo (HAMPATÉ BÂ, 1982). Devido a essa importância dada à oralidade e à tradição oral, os tradicionalistas eram responsáveis por serem os guardiões dos segredos e por terem uma excelente memória. Essas pessoas eram detentoras dos conhecimentos e saberes, na tentativa de não deixar que a história se perdesse ou fosse esquecida, passando esses conhecimentos de geração em geração. Hampaté Bâ afirma que:

Se não nos apressarmos em reunir seus testemunhos e ensinamentos, todo o patrimônio cultural e espiritual de um povo cairá no esquecimento juntamente com eles, e uma geração jovem sem raízes abandonada à própria sorte. (HAMPATÉ BÂ, 1982, p. 189).

Como fica evidente, a tradição oral faz parte da cultura africana, visto que ela é responsável por transmitir ensinamentos e por manter viva a ligação desses povos com o passado e com seus antepassados. Como afirma Vansina, “A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra.” (VANSINA, 1982, p.140.). Deste modo, a tradição oral apresenta grandes potencialidades que podem contribuir para a pesquisa acerca desses povos. Mas é pertinente salientar que a África é um continente de grandes riquezas e tal fato pode acabar gerando equívocos a muitos pesquisadores caso não se atentem a esta imensidão e caírem no erro de generalizar.

Apesar de todo o avanço da ciência, a história do continente ainda é pouco conhecida, devido ao lugar secundário que foi dedicado à história africana dentro da história da humanidade. A África foi retratada por uma visão generalizada como uma região onde se reproduz dor e sofrimento, causados pela escravidão, pela pobreza, com uma população carente e vulgar, que possui poucos conhecimentos e pobre em cultura. Como salienta Achille Mbembe (2014), não devemos propagar essa visão de mundo de que a colonização contribuiu para a modernização das sociedades primitivas. É claro que esta é uma visão extremamente ocidentalizada, onde os padrões ideais de avanço são os europeus.

Todavia a ausência de fontes escritas não pode justificar a afirmativa que a África não tem história, a oralidade refuta está afirmativa. Estudá-la a partir das narrativas orais torna possível realizar pesquisas mais profundas que consigam visualizar as diversidades e o legado cultural deste continente, e assim viabilizar um conhecimento mais acentuado acerca da África para o restante do mundo, o fato é que:

Aceitar os registros orais certamente facilita e viabiliza a pesquisa, até porque os africanos se valem da memória para transmitir o seu histórico e é justamente a memória que revela suas trajetórias. (FILHO; ALVES, 2017, p.53).

A descrença na oralidade é um dos principais empecilhos para a compreensão da história da África e de povos de origem africana. A supervalorização da escrita motivou

durante anos o não reconhecimento dos registros orais, os quais o continente africano fez seu legado. Atualmente, isso vem mudando e a história não precisa mais ser feita apenas pela escrita, podendo ser feita também de fotografias, objetos, músicas, e por tudo aquilo que ajude a contar uma história, como a oralidade. Assim, optar pela metodologia da história oral possibilita reconstruir, através dos depoentes da memória, aspectos culturais e experiências de vida que até então eram marginalizadas. Mais do que fontes informativas sobre a história dos povos africanos, a oralidade revela muito da relação existente entre seus autores e o conhecimento histórico (Bà, 1973).

Fato é que não só para os países africanos, onde a fala é compreendida como a memória viva, mas também no Brasil, a oralidade se tornou muito importante no processo de estudo e aprendizado acerca das culturas afro brasileiras. A fonte oral, por mais que não traga dados precisos, pode contribuir com dados que não estão escritos nos documentos e se torna primordial no estudo do tempo presente, cabendo ao historiador submetê-la a uma reflexão crítica e metodológica. Por mais que haja críticas acerca da confiabilidade dessas fontes, é preciso salientar que nem mesmo as fontes escritas estão livres da subjetividade. Como afirma Thompson, “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história, [...] transformando os objetos de estudo em sujeitos” (THOMPSON, 1992, p. 136).

Como já exposto, a oralidade pode contribuir para as pesquisas nas áreas de ciências humanas e sociais, devido a sua capacidade de “ouvir” a todos. O importante é que o pesquisador saiba interpretar de forma crítica o que lhe é dito e, ao decorrer da pesquisa, realize um diálogo paralelo entre a fonte oral e a documentação já escrita existente. Como exemplo do que foi discutido até aqui, analisei produções acadêmicas existentes acerca das comunidades quilombolas de Piranga, mais precisamente sobre a Comunidade Quilombola de Santo Antônio de Pinheiros Altos. Dentre elas destaca-se o pesquisador Ícaro Trindade Carvalho², com sua dissertação³ intitulada O quilombo de Santo Antônio de Pinheiros Altos: Entre o processo de reconhecimento e a construção cultural, e a dissertação de mestrado intitulada Entre a colher e a enxada: Interfaces entre a alimentação e a cultura dos quilombolas de Piranga⁴, da pesquisadora Alexandra dos Santos⁵, as quais foram abordadas adiante no artigo.

O EXEMPLO: O USO DA METODOLOGIA DE HISTÓRIA ORAL NAS PESQUISAS SOBRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTO ANTÔNIO DO PINHEIROS ALTOS EM PIRANGA MG

Piranga é uma cidade localizada no interior de Minas Gerais e possui traços típicos das pequenas cidades mineiras, com suas construções, tradições e sua população que compõe o rico Patrimônio cultural da cidade. Seu nome de origem Tupi, possui o significado de barro

2 Graduado em História pela Universidade Federal de Viçosa (2005) e mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2009).

3 Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*. 2009.

4 Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*. 2009.

5 Doutora em Ciências Sociais, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2016), possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Ouro Preto (1998) e mestrado em Extensão Rural, pela Universidade Federal de Viçosa (2009)

vermelho, característica marcante das estradas de todo o município. Segundo os dados do IBGE, inicialmente a região era povoada por índios pertencentes a tribos que ainda hoje não foram totalmente identificadas devido à falta de achados arqueológicos ou documentais que comprovem a etnia. Acredita-se que sejam os carijós⁶. O que se sabe com precisão é sobre a presença de negros escravizados na região, visto que a Zona da Mata Mineira teve um papel expressivo para o tráfico de escravos no período colonial em detrimento da mineração e da agricultura.

Atualmente, a cidade possui uma quantidade indeterminada, porém considerável de comunidades negras, em sua maioria na zona rural. Por se tratar de um município consideravelmente extenso, territorialmente⁷, essas comunidades se encontram distribuídas por todo o território. Dentre essas comunidades, três foram identificadas como comunidades remanescentes quilombolas pelos órgãos governamentais responsáveis. São elas as comunidades de Bacalhau, Guiné e Santo Antônio de Pinheiros Altos. Porém apenas duas possuem certidão de autorreconhecimento proferida pela Fundação Cultural Palmares⁸ e recebem o nome de Comunidade quilombola de Santo Antônio de Pinheiros Altos (2008) e Comunidade Quilombola de Santo Antônio do Guiné (2009).

Fica evidente no excerto acima que as comunidades quilombolas da cidade foram certificadas em uma data consideravelmente recente. Muitos moradores da cidade sequer sabem da existência dessa certificação ou o que ela significa. Para a maioria dos piranguenses, as comunidades são apenas mais uma entre tantas comunidades rurais da região. As informações não são apresentadas para a população e também não são difundidas nas escolas. Conseqüentemente, as pessoas crescem, muitas vezes, sem conhecerem sua própria história, ou sem saberem a importância da mesma. Porém, os moradores dessas comunidades, por meio da tradição oral, aprendem histórias sobre seus antepassados que são contadas pelos seus familiares mais velhos.

Uma realidade no Brasil é a de que a cultura não é vista como uma prioridade para os gestores políticos. Tal fato reflete nessas comunidades, que na grande maioria, é composta por uma população mais humilde, que não faz parte da elite branca brasileira. José Carlos Durand afirma que “Ainda não se tem com exatidão o número de prefeituras que possuem secretarias de cultura e em quantas os assuntos culturais são tratados por secretarias de educação, esportes e turismo, etc.” (DURAND, 2001, p. 67)

Apesar de ter uma secretaria de cultura, a citação acima é uma realidade no município de Piranga, como também em vários outros do país, pois se percebe que o setor público, em sua grande maioria, não dispõe de mão de obra capacitada para gerir essas questões culturais, o que ocasiona na contratação de funcionários não especializados na área ou na contratação do serviço do setor privado. Apesar de possuir uma secretaria de cultura, o município ainda deixa muito a desejar nesse setor.

Atualmente, há poucas pesquisas realizadas acerca do município, principalmente na área de história e cultura. O material existente está pautado em monografias e dissertações de mestrado e doutorado realizadas por moradores ou por pessoas que possuem algum elo com

6 Informação disponível em: www.ibge.org.br. Acesso 10 de fevereiro de 2021.

7 Área da unidade territorial de 658,812 Km². Informação disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/piranga/panorama>. Acesso 10 de fevereiro de 2021.

8 Informação disponível em: www.palmares.gov.br. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

a cidade. Sabe-se que as esferas políticas não incentivam e nem dão o suporte necessário para que essa realidade mude, mas apesar de tudo, caminhamos a passos lentos para tentar mudar essa realidade.

Por se tratar de uma cidade pequena do interior e que não é conhecida pela história geral, sua história acaba se perdendo no meio de tantas outras e vista apenas pelo viés da mineração e da agricultura. Piranga é considerada uma das cidades mais antigas do estado. De acordo com o código Matoso⁹, a região começou a ser explorada em 1691. Foi durante muitos anos pertencendo à cidade de Mariana que a região foi elevada à categoria de cidade apenas em 1870, mas mesmo assim não perdeu seu vínculo com Mariana e Ouro Preto.

Por pertencer a Mariana durante tantos anos, grande parte da documentação referente a Piranga encontra-se ainda hoje ali. A pouca documentação de que se tem conhecimento está na sua maioria nos arquivos da arquidiocese da cidade. Por haver pouco material escrito, a realização de pesquisas sobre o município é dificultada, visto que sem um ponto de partida torna ainda mais desafiador o trabalho do pesquisador. Porém, apesar dos desafios, a história oral possibilita que essas pesquisas sejam realizadas, por meio da metodologia que trabalha as fontes escritas em contato com as fontes orais. Com o auxílio de ambas, é possível adquirir um amplo material para embasar tais estudos.

Segundo os relatos dos moradores da Comunidade Quilombola de Santo Antônio de Pinheiros Altos, a comunidade teria tido seu início com uma senhora chamada Dona Tataia, que teria comprado muitas terras na região e permitido que escravos fugidos trabalhassem em suas terras. Segundo a história oral local, ela mudou-se daquela região deixando todas suas terras para os seus escravos, que se tornaram ex-escravos e os primeiros fundadores da comunidade em questão¹⁰. Essa história da origem é a que se perpetua de geração em geração desde o século XIX.

Tanto o pesquisador Ícaro Carvalho (op.cit.) quanto Alexandra Santos (op.cit.) utilizaram-se das entrevistas e do trabalho de campo para recolher informações acerca dos seus objetos de pesquisa. Os pesquisadores utilizaram não apenas a documentação escrita “oficial”, como também da metodologia de história oral, entrevistando os moradores da comunidade quilombola, articulando suas falas com as informações escritas em documentos da época, dando voz a um povo que antes não tinha esse espaço de fala. Assim, demonstraram a eles que suas histórias também importam e que o passado doloroso referente à escravidão ao qual estão ligados pela sua ancestralidade não é a única marca de seu passado. A história oral local possibilita não apenas a pesquisa, mas também um sentimento de pertencimento dos moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como aborda Nila Barbosa (2018), durante muitos anos o negro foi tratado como inferior. Os setores responsáveis por perpetuar a história e a cultura atuavam no sentido de infundir nas mentalidades coletivas a imagem do negro como o outro e deste modo, foram

9 MATOSO, Caetano da; FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; CAMPOS, Maria Veronica. **Código Costa Matoso**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

10 Estas informações foram retiradas do que consta no processo de reconhecimento feito pela EMATER. E podem ser encontradas também na dissertação do Ícaro Carvalho, 2009.

marginalizados pela história oficial. Por não poder negar a existência desses povos e de suas manifestações culturais, eles foram incorporados às culturas nacionais brasileiras pelo viés do fetiche, do exótico e folclórico.

Apesar de ter se passado muitos anos, ainda hoje é possível visualizar tais pensamentos. Como foi mencionado anteriormente, setores culturais são priorizados em detrimento de outros. Em Piranga não é diferente: a cidade ainda deixa muito a desejar no setor cultural, carece de dar espaço a outras manifestações culturais além das católicas ou de origem europeia branca. É preciso não se apegar apenas à história da mineração, dos grandes coronéis donos de vastas terras e da batalha da Guerra dos emboabas, mas também valorizar e dar visibilidade aos povos que trabalharam e que tiveram suas forças exploradas em detrimentos desta terra.

Ficou evidente que, apesar de não se ter conhecimento de muitas fontes documentais acerca da cidade e de todo seu processo histórico, não é impossível o trabalho do historiador acerca desse tema. Com metodologias adequadas, disposição e muita pesquisa, há grandes chances de se conseguir informações preciosas, além de contribuir dando espaço para que essas pessoas possam falar, relatando suas experiências, sua história de vida e de sua gente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- BÂ, Amadou Hampâté. **A palavra, memória viva na África**. Correio da UNESCO: África e sua História, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1973
- BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museus e Etnicidade: o negro no pensamento museal brasileiro**. Curitiba: Appris Editora, 2018.
- DURAND, José Carlos. **Cultura como objeto de políticas públicas**. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 15(2): 66-72, abril / junho de 2001.
- SANTOS FILHO, Eudaldo Francisco dos; ALVES, Janaína Bastos. **A tradição oral para povos africanos e afrobrasileiros: relevância da palavra**. Revista da ABPN. v. 9, Ed. Especial - Caderno Temático: Saberes Tradicionais. Dezembro de 2017, p.50-76
- HAMPATÉ BÂ, Amadou. **A tradição viva**. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167- 212.
- JOUTARD, Philippe. **História Oral: BalaNço da Metodologia e da produção nos últimos 25 anos**. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (org.). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 43-62.
- MBEMBE, Achille. **A sociedade francesa: proximidade sem reciprocidade**. In. Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada. Petrópolis: Vozes, 2019.
- PESAVENTO, Sandra Jatapy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PRINS, Gwyn. **História oral**. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. 354 p.
- THOMPSON, P. **A voz do passado – História Oral**. 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- THOMSON, Alistair. **Histórias (co)movedoras: História oral e estudos de migração**. Brasil e História. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002.
- VANSINA, J. **A tradição oral e sua metodologia**. In KI-ZERBO, J (org.). História Geral da África: Metodologia e pré-história da África. Tomo I, São Paulo, UNESCO, 1982.

TRABALHISMO NA PRIMEIRA
REPÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO
DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE
TIPOGRÁFICA DE BELO
HORIZONTE

DANIELA OLIVEIRA RAMOS DOS PASSOS
Universidade do Estado de Minas Gerais
ddanipassos@gmail.com

RENATA GARCIA CAMPOS DUARTE
Universidade do Estado de Minas Gerais
renatagcd@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo visa explicitar como predominou, entre os trabalhadores da cidade de Belo Horizonte, no início do século XX, a associação e militância em busca de melhores condições de trabalho e vida pela via reformista. Para tanto, focalizamos uma associação em específico, a Associação Beneficente Tipográfica (ABT), que possuía características de uma sociedade mutual. Porém, a referida associação ia além do assistencialismo. Era uma entidade onde os trabalhadores encontravam um meio para exercer a “solidariedade” entre seus membros e conseguiram, frequentemente, representar e defender seus interesses, ao mesmo tempo. Metodologicamente, foram analisados alguns estudos clássicos, no âmbito da História Social do Trabalho, em especial Eric Hobsbawm e E. P. Thompson, a fim de entendermos os fundamentos e teorias relacionados aos termos classe social e associação. Além disso, houve uma análise qualitativa de fontes primárias, sendo elas os periódicos produzidos na cidade de Belo Horizonte no alvorecer do século XX.

Palavras-chave: Trabalhadores; Belo Horizonte; Associação Beneficente Tipográfica.

Recebido em 26 de novembro de 2020.

Aprovado em 4 de março de 2021.

LABOR IN THE FIRST REPUBLIC: A
CASE STUDY OF THE ASSOCIAÇÃO
BENEFICENTE TIPOGRÁFICA DE
BELO HORIZONTE

DANIELA OLIVEIRA RAMOS DOS PASSOS
Universidade do Estado de Minas Gerais
ddanipassos@gmail.com

RENATA GARCIA CAMPOS DUARTE
Universidade do Estado de Minas Gerais
renataged@yahoo.com.br

ABSTRACT

This article aims to explain how the association and militancy in search of better working conditions and life through the reformist way prevailed among workers in the city of Belo Horizonte, in the beginning of the 20th century. For this purpose, we will focus on a specific association, the Associação Beneficente Tipográfica (ABT), which had the characteristics of a mutual society. However, the association went beyond assistencialism. It was an entity where workers found a way to exercise “solidarity” among its members and were often able to represent and defend their interests at the same time. For that, some classic studies were analyzed, within the scope of the Social History of Work, especially Eric Hobsbawm and E. P. Thompson, to understand the foundations and theories related to the terms social class and association. In addition, there was a qualitative analysis of primary sources, being the periodicals produced in the city of Belo Horizonte at the dawn of the 20th century.

Keywords: Workers; Belo Horizonte; Associação Beneficente Tipográfica.

INTRODUÇÃO

A mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, cidade nova e planejada, foi decidida pelo Congresso Mineiro em 1893. Sem demora, no ano seguinte, a Comissão Construtora da Nova Capital deu início às obras da futura sede estadual.¹ Em dezembro de 1897, durante o governo de Bias Fortes, a capital estabeleceu-se na então chamada Cidade de Minas (antigo Curral Del-Rei), embora ainda houvesse obras por fazer. Somente com a Lei nº 302, de 01 de julho de 1901, a capital foi oficializada com o nome de Belo Horizonte. O movimento operário na capital mineira surgiu quase ao mesmo tempo em que a cidade era construída, por serem os operários os responsáveis pelas obras de sua construção, quando foi preciso contratar trabalhadores especializados e artífices que se empenharam nas construções da nova cidade que se erguia. Posteriormente, no início do século XX, com a redução das obras de construção, os trabalhadores passaram a exercer atividades em diferentes ramos da economia que se desenvolvia na cidade, como indústria têxtil, metalúrgica, madeireira, cerâmica, alimentos e serviços. (DUARTE; PASSOS, 2017).

Nesse contexto, este artigo visa explicitar como os trabalhadores da cidade de Belo Horizonte, no início do século XX, associavam-se e militavam em busca de melhores condições de vida e trabalho. Para tanto, focalizamos uma associação em específico, a Associação Beneficente Tipográfica (ABT), que possuía características de uma sociedade mutual, atuando na cidade durante as primeiras décadas do século XX.

Tomando como ponto de partida os pressupostos da História Social do Trabalho, propomos apresentar uma crítica fundamentada na leitura e análise acerca da atuação da Associação Beneficente Tipográfica (ABT), no início do século XX, na cidade de Belo Horizonte. Sendo assim, primeiramente, cabe uma breve discussão sobre conceitos como classe e associação. Na sequência, seguiremos apresentando a ABT e sua forma (reformista) no contexto associativo, apontando para algumas especificidades do movimento operário da capital mineira.

CLASSE E ASSOCIAÇÃO: UMA BREVE REFERÊNCIA TEÓRICA

As experiências de ação coletiva inscritas na história do movimento dos trabalhadores não podem ser tomadas (*a priori*) como experiências de classe, num sentido *lato* do termo. Alguns autores (Hobsbawm, Thompson, Tilly, Skocpol) chamam a atenção justamente para a importância das múltiplas e complexas articulações entre a luta de classes e outros fatores de natureza sociocultural ou institucional, tais como as identidades comunitárias e/ou associativas.

As ações de classe dependem de múltiplos fatores socioculturais e não tanto de interesses essencialistas ou dos determinismos estruturais como pretendeu o marxismo ortodoxo. Por isso, a análise contextualizada das ‘capacidades de classe’ é preferível à visão determinista acerca da ‘consciência de classe’. E o que isto quer dizer? Que as ‘capacidades de classe’ não estão sempre estritamente enraizadas na produção, antes são em geral modeladas por outros fatores, incluindo a persistência das comunidades tradicionais e das identidades culturais pré-

1 A Comissão Construtora da Nova Capital foi extinta em 1898, no ano seguinte à inauguração da nova capital. As obras inacabadas da cidade foram assumidas pela Secretaria da Agricultura.

existentes, não se reduzindo, pois, ao desenvolvimento das forças produtivas. (ESTANQUE, 1999).

Neste sentido, é importante também pensarmos o termo associação (que pode ter inúmeros significados) juntamente com o conceito de classe social, para analisarmos o movimento dos trabalhadores. Associação e/ou comunidade pode ser designada como a união de indivíduos que têm algo em comum; ou mesmo um senso de ligação com outras pessoas, de integração e de identificação. A ideia de associação inclui um sentimento muito forte de pertencimento e compromissos mútuos baseados em uma experiência comum e acentuada interdependência. A associação pode, assim, ser caracterizada pela afetividade, ou mesmo pelas relações de solidariedade entre os indivíduos. A interação social é marcante e é mantida através de alguma forma de organização, no sentido de realizar ações conjuntas de interesse comum de todos os seus membros. As associações possuem normas, hábitos e um forte sentimento de solidariedade, onde as maneiras de pensar, sentir e agir são próprias do grupo. Existe um sentimento mais ou menos forte de compartilhamento de uma série de ideias, valores e modo de agir. (PASSOS, 2016)

O estudo do historiador inglês E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa* (1987), é um bom exemplo do uso do conceito “associação” para a formação de uma classe social. Mesmo derivando, em larga medida, dos antagonismos estruturados pelas relações produtivas, a classe trabalhadora (analisada por Thompson) apoiou-se fortemente em dinâmicas e formas de ação sediadas noutras esferas da identidade coletiva. Os estudos de Thompson (1987) mostram a enorme diversidade ocupacional e cultural entre os trabalhadores ingleses da época, onde é possível identificar uma gama de conflitos de interesses e estilos de vida os mais distintos entre os diversos grupos de labutadores. Enfatizam, ainda, as distinções, especificidades e diferenças de modo de vida que compunham o quadro contextual dos trabalhadores da época, por exemplo, o que leva Thompson a afirmar que “o termo ‘artesão’ ocultava as grandes diferenças entre as categorias, desde o próspero mestre de ofício, que contratava empregados por sua própria conta independente de outros mestres até trabalhadores obrigados a viverem nos sótãos.” (THOMPSON, 1987, v. II, p. 71).

Ou mesmo ao retratar a imagem londrina da época, em que Thompson toma como referência os estudos de Mayhew em *London Labour and London Poor* (1962):

ao passarmos dos bairros dos trabalhadores qualificados, no extremo oeste, para os bairros dos operários não-qualificados na região leste, de Londres, a mudança em termos morais e intelectuais é tão grande que temos a impressão de estarmos em outro país, entre outra raça. (THOMPSON, 1987, v. II, p. 80).

Mesmo que Thompson, em nenhum momento da sua obra, considere estar tratando empiricamente de sistemas de solidariedade de tipo associativo, acreditamos que o rico material por ele analisado traz à tona este conceito. Mesmo porque, se a mobilização coletiva é necessariamente a expressão de dimensões identitárias, torna-se importante dar atenção ao significado simbólico das práticas sociais para, desta forma, entendermos os interesses culturais, políticos e de identidade que guiam tal ação. Neste sentido, os interesses se manifestarão quase sempre no quadro das identidades sociais. (PASSOS, 2016).

O conceito-chave na obra de Thompson (1981) é o termo “experiência”, em que ele

afirma:

O que descobrimos (...) está num termo que falta: “experiência humana”. (...) homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Para Thompson, as experiências não são vistas apenas como meras “ideias”, mas “como sentimentos e [os sujeitos] lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (...) na arte ou nas convicções religiosas” (THOMPSON, 1981, p. 189). Valores que, por seu turno, são vividos e “tanto quanto as necessidades materiais, serão sempre um terreno de *contradição*, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos” (*Idem*, p. 194, grifo do autor).

A partir do conceito de experiência, Thompson (2004) desenvolve o conceito de classe trabalhadora, a qual não pode ser tomada como categoria ou estrutura, mas como um fenômeno histórico constituído no âmbito das relações humanas. Desse modo, o entendimento sobre a formação da consciência de classe também não deve ser considerado como definido *a priori*, pois se faz de modos distintos, em diferentes tempos e lugares. Além disso, E. P. Thompson faz críticas às definições de classe interpretadas como categorias prontas e estáticas, por vezes reduzidas a números, em que a teoria precede a evidência histórica sobre a qual deveria teorizar, ou seja, como conceito acabado exclui a observação histórica por meio dos tempos e ignora que, enquanto categoria histórica, a classe se constitui no seu fazer-se. (THOMPSON, 1984).

Nesse ponto, o referido autor analisa a incorporação dessa concepção estática de classe por correntes marxistas, em particular em sua forma leninista, que se fundamenta na vanguarda que “sabe melhor do que a própria classe quais devem ser os verdadeiros interesses (e consciência) desta”² (THOMPSON, 1984, p. 35, tradução nossa). A principal questão aqui, para Thompson (2004), é que a consciência de classe não surge como ela de fato é, mas como uma projeção do que ela deveria ser:

“Ela”, a classe operária, é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente – uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção. Uma vez isso assumido, torna-se possível deduzir a consciência de classe que “ela” deveria ter (mas raramente tem), se estivesse adequadamente consciente de sua própria posição e interesses reais. Há uma superestrutura cultural, por onde esse reconhecimento desponta sob formas ineficazes. Essas “defasagens” e distorções culturais constituem um incômodo, de modo que é mais fácil passar para alguma teoria substitutiva: o partido, a seita ou o teórico que desvende a consciência de classe, não como ela é, mas como deveria ser. (THOMPSON, 2004, v. I, p. 10)

De outro modo, Thompson enfrenta a inércia conceitual ao tratar classe como um fenômeno histórico que ocorre nas relações humanas e deve ser formulado enquanto conceito a partir da observação do processo, ao longo do tempo histórico, em que certos padrões e

² “(...) sabe mejor que la clase misma cuáles deben ser los verdaderos intereses (y conciencia) de ésta.” (THOMPSON, 1984, p. 35).

regularidades nas ideias, relações e instituições dos homens são encontrados (THOMPSON, 1984):

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 2004, v. I, p. 10).

Classe e consciência de classe só são possíveis a partir da luta de classes. Logo, ambas correspondem a estágios posteriores do processo histórico, reforçando que o conceito estático de classe não se sustenta e é derivado do equívoco que “as classes existem, independentemente das relações e lutas históricas, e lutam *porque* existem, ao invés de emergir sua existência da luta³” (THOMPSON, 1984, p. 38, grifo do autor, tradução nossa). Ademais, Thompson (2004) afirma que a consciência de classe sempre se manifesta por meio dos tempos e lugares, porém nunca da mesma forma, visto que não é determinada pelas relações de produção.

Outro importante historiador britânico, Eric Hobsbawm, trouxe significativas contribuições para se pensar a História Social do Trabalho, colocando em discussão dentro do pensamento marxista a construção das ideologias e tradições nacionais. Hobsbawm buscou “lançar luzes” às dinâmicas e mediações socioculturais envolvidas nas análises da História Social. Através de seus estudos, o método marxista abriu-se para a incorporação da “subjetividade coletiva”, dando aos seus trabalhos a riqueza e complexidade de crenças e sentimentos populares. A cultura passou a ser um tema importante dentro das suas obras. Ele valoriza a compreensão das mudanças que afetam o cotidiano dos trabalhadores, as formas de sociabilidade e práticas culturais nas fábricas, bairros e cidades operárias.

Podemos dizer que Hobsbawm possuía uma teoria e um método, mas não se tornou escravo deles. Em suas palavras, “a análise de Marx [...] é um guia para a compreensão do mundo, embora a própria teoria marxista, como qualquer teoria, precisa abrir-se ao escrutínio crítico” (HOBSBAWM, 1991 *apud* MARTINS, 2010, p. 66).

No que tange à História Social envolvendo o *Mundos do trabalho* (1987), Hobsbawm define seu objeto de investigação como sendo:

A emergência da classe operária de ‘*Andy Capp*’ [Zé do Boné] é o tema deste estudo: o proletariado britânico tornou-se identificável não só pelo que usava na cabeça [...], mas também pelo ambiente físico no qual vivia, por um estilo de vida e de lazer, por uma certa consciência de classe cada vez mais expressa numa tendência secular a afiliar-se a sindicatos e a identificar-se com um partido de classe, o Trabalhista. Esta é a classe operária das decisões de campeonato [de futebol], das lanchonetes de peixe e fritas, dos ‘*palais de danse*’ e do Trabalho com T maiúsculo. (HOBSBAWM, 1987, p. 273)

3 “(...) las clases existen, independientemente de relaciones y luchas históricas, y que luchan *porque* existen, en lugar de surgir su existencia de la lucha.” (THOMPSON, 1984, p. 38, grifo do autor).

Assim, os trabalhos de Thompson e Hobsbawm possibilitaram analisar a presença da classe trabalhadora enquanto agente transformadora das sociedades em que surgiu, e nesses casos, certamente, a cultura própria dos trabalhadores tem algo a dizer sobre seu tempo e sua história, sobre a sociedade em que se encontra e sobre si mesma. E isso constituiu um dado extremamente importante que não deve ser desconsiderado.

Por fim, levando-se em consideração essas reflexões, pretende-se estudar os trabalhadores da capital mineira, os quais, a partir das experiências vivenciadas, constituíram-se em associações e buscaram melhores condições de vida e trabalho. A ação desses trabalhadores não se deu sem tensões; contudo, em geral, fez-se mediante diálogos com o governo mineiro. Logo, destaca-se a especificidade da organização classista em Belo Horizonte no seu fazer-se, a qual, diferentemente de outras cidades brasileiras, apresentava características reformistas.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TIPOGRÁFICA: MUTUALISMO E RESISTÊNCIA

As primeiras associações classistas surgidas no país possuíam características de sociedades mutualistas. O mutualismo se caracterizou pela solidariedade exercida entre os membros das associações fundadas para este fim, através de auxílios para os sócios em caso de doenças, incapacitação para o trabalho, desemprego, funeral etc. assim como para zelar pelos interesses da classe. (BATALHA, 2000).

As mutualistas eram associações muito complexas e que sofreram variações conforme o tempo e o lugar, ficando, assim, muito difícil enquadrá-las em categorias “estanques”, ou mesmo fazer avaliações definitivas em sua essência. Em linhas gerais, podemos dizer que um dos objetivos das sociedades mutualistas era propor a arrecadação mensal financeira. A ausência de intervenção na implementação de políticas sociais (inexistência principalmente de uma legislação trabalhista) fez com que muitos trabalhadores (principalmente os de baixa renda) se organizassem em instituições que lhes conferissem alguns socorros mais emergenciais, como doenças, desemprego ou morte. (VISCARDI, 2014, p. 194).

Contudo, o principal significado do mutualismo não era seu fim assistencialista. Ele constituiu um foco importante de solidariedade. Seus sócios eram também atraídos por se identificarem por valores e práticas desenvolvidas naquele espaço. Nas sociedades de socorro mútuo, os trabalhadores encontravam um meio para exercer a “solidariedade” entre seus membros e conseguiram, frequentemente, representar e defender seus interesses, ao mesmo tempo (e sendo a base do mutualismo) em que também se constituíam em espaço de formação e construção de identidades (BATALHA, 2000, p. 15). Portanto, o universo mutualista conseguiu propiciar a junção entre a função mobilizadora, política e sindical e o exercício de proteção social com a estruturação dos “elos de solidariedades”.

Assim, podemos perceber que, além da ajuda mútua entre os seus sócios, as sociedades de socorro mútuo também cumpriam funções sindicais, ao reivindicar melhores condições de trabalho e salários mais dignos. Conviviam em um mesmo contexto sociedades ditas sindicalistas e mutualistas, sendo “fenômenos contemporâneos e não excludentes, ainda que nem sempre seja possível demarcar fronteiras claras entre elas” (BATALHA, 2010, p. 16-17). Na nossa perspectiva teórica, essas associações constituíram-se em organizações em processo de institucionalização, articulando estratégias e táticas expressivas e servindo como

instrumento de facilitação da ação coletiva.

As sociedades mutualistas se configuraram em um cenário urbano marcado por grandes transformações e estavam inseridas em um contexto de mudanças e incertezas, pois a segunda metade do século XIX no país foi caracterizada por um processo contínuo de diversificação da mão de obra, do comércio, das atividades artesanais, manufatureiras e fabris, no ainda contexto da economia agrária e escravista brasileira.

As últimas décadas do século XIX caracterizaram-se especialmente pelas intensas variações dos salários e dos preços dos alimentos, que provocaram instabilidade e crise nas condições de vida e na capacidade de mobilização, não somente dos trabalhadores urbanos, como também dos mais variados segmentos sociais existentes no Império. As modificações ocorridas no mundo do trabalho afetavam escravos, libertos e trabalhadores livres, nacionais e imigrantes, situados em posições distintas na escala de dependência típica do paternalismo escravista, disputando espaços e sendo atingidos em maior ou menor grau pelos efeitos das transformações. (JESUS, 2014, p. 111-112)

O fenômeno mutualista serviu de base para que o “incipiente” movimento dos trabalhadores urbanos enfrentasse as incertezas geradas pelo contexto que caracterizou o fim do período monárquico e o início da República no Brasil.

Utilizando a perspectiva teórica de Charles Tilly (1998, p. 491), o movimento trabalhista ainda não dispunha, naquele momento, de um repertório organizacional da ação coletiva, diferente do mutualismo. Portanto, essa experiência associativa possibilitou a aproximação entre diferentes tipos de movimentos coletivos, ações beneficentes e mobilizações, de caráter organizacional mais moderno, que tinham por meta defender os interesses profissionais e/ou de classe, sem perder o foco das identidades sociais. Dessa forma, os trabalhadores, em espaços e formações históricas específicas, escolheram suas opções, por meio das quais foram construindo leituras, ideias, tradições e valores, que compunham a diversidade política e ideológica dos trabalhadores organizados em fins do século XIX e início do século XX.

Obviamente, o aspecto mais evidente do fenômeno associativo de caráter mutualista era a necessidade de práticas beneficentes contra os riscos sociais que comprometiam as condições dos trabalhadores de baixa renda. No entanto, não podemos deixar de lado ou negligenciar os indícios de que existiam demandas que iam além das ajudas pecuniárias. Havia também o objetivo de defender e conquistar os direitos e interesses dos trabalhadores através dos meios legais de luta, almejando espaços de participação institucional e lutando por melhores condições de trabalho e vida.

Em Belo Horizonte, uma das mais importantes associações classistas surgidas na cidade no início do século XX e que possuía características de uma sociedade mutualista foi a Associação Beneficente Tipográfica (ABT), fundada em 29 de abril de 1900. A entidade era formada exclusivamente por tipógrafos e empregados da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, e tinha como principal característica o mútuo socorro, ou seja, zelava pela ajuda mútua, além da instrução, recreação e educação moral de seus sócios; alegava não ter partido político, religião e filosofia específicos.

Os operários que trabalhavam nas oficinas tipográficas de Belo Horizonte, no início dos anos de 1900, eram, em sua maioria (neste período não passavam de 100 homens), paupérrimos, mal remunerados e mal instalados em pequenas casas situadas na zona suburbana da cidade.

Quando alguns deles adoeciam ou chegavam a óbito, era com a ajuda de colegas (quando este tipo de auxílio era possível) que conseguiam pagar as despesas de tratamento médico ou funeral, por isso a necessidade de fundar uma associação que zelasse pelo bem da classe.

José Maria de Azevedo Júnior, cronista do *Jornal do Povo*⁴ em um de seus textos relatou a precária situação dos trabalhadores, na coluna intitulada *Bohemios*:

Dolorosíssimo era aquele quadro que, por muitas vezes repetido, inspirou a fulgurante pena benemérita de Azevedo Junior uma crônica feliz no seu *Jornal do Povo*, concitando os tipógrafos de Belo Horizonte a se congregarem para a formação de uma sociedade beneficente que os socorresse nos momentos adversos.⁵

O noticiário foi de fundamental importância, “denunciando” a real situação de precariedade da classe. Através desse texto jornalístico, as lideranças da classe passaram a se questionar sobre quais eram as tensões e disputas que faziam parte do labor dos tipógrafos naquele momento. Mais do que isso: perguntaram-se quais eram as possíveis aspirações, resistências e lutas que poderiam ser de fundamental importância para pensar a criação de uma associação trabalhista. Assim, a partir da reportagem, alguns líderes se movimentaram, e em abril de 1900, tendo à frente personagens como Alcides Baptista Ferreira, José Alves Pereira, Antônio Augusto das Dores, Francisco Coelho Neto, Francisco Alves Pereira, Francisco Tertuliano, Pedro Alonso Verçosa, Eugenio Velasco e João Ferreira de Andrade, resolveram fundar a Associação Beneficente Tipográfica.

Outro grande nome que também ajudou na fundação da ABT foi o de Abílio Barreto. Barreto trabalhou, quando jovem, como tipógrafo; posteriormente, foi um grande contribuidor das publicações e de outras atividades da ABT. Também escreveu alguns livros sobre a história de Belo Horizonte. Quando era diretor do Arquivo Público Mineiro, em 1935, foi convidado a organizar o Arquivo Geral da Prefeitura de Belo Horizonte, que originou, no ano de 1943, o Museu Histórico de Belo Horizonte. Em 1967, dez anos após a morte de Barreto, o Museu recebeu nova denominação, Museu Histórico Abílio Barreto, em homenagem ao primeiro diretor e idealizador da instituição. (DUARTE, 2009).

Tendo como lema *Faze e confia. Trabalhemos por nós. (Fac et spera. Pro nobis laboremus.)*, em maio de 1900 (mesmo ano da fundação), com a devida autorização do chefe de polícia da época, os tipógrafos conseguiram aprovar o estatuto da Associação. É importante destacar que, desde meados do século XIX, todo grupo de indivíduos que desejasse fundar uma associação para defender seus interesses era obrigado a pedir autorização na delegacia mais próxima do local em que pretendesse instalar sua sede. O chefe de polícia, delegado ou subdelegado responsáveis pela questão tomariam as providências para que o encontro ocorresse dentro da ordem estabelecida. Somente depois de autorizados os estatutos das associações é que as entidades poderiam ser criadas. Quando aprovado, o documento era impresso em uma tipografia no formato de um livreto. Algumas entidades também pagavam para que o estatuto fosse publicado nos principais jornais da cidade, como forma de obter a adesão de novos sócios. (JESUS, 2009, p. 93)

4 Na época, a folha fazia parte dos três grandes jornais que circulavam na cidade, junto com o *Minas Gerais* – órgão do governo – e o *Diário de Minas*.

5 MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto], Revista Comemorativa do Vigésimo Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1920) – Inventário Geral do Arquivo Privado Abílio Barreto.

No caso de Belo Horizonte, os estatutos foram publicados no jornal *Minas Gerais*. Conforme os estatutos, a ABT tinha como principais finalidades:

1º auxiliar pecuniariamente ao sócio que se enfermar gravemente e ficar impossibilitado de trabalhar; 2º concorrer com auxílios para o enterramento de qualquer sócio efetivo que falecer; 3º trabalhar pelo reerguimento e nivelamento social da classe, pela solidariedade entre seus membros e também pelos seus interesses.⁶

A partir deste trecho dos estatutos, percebemos que o intuito principal da Associação Beneficente Tipográfica era oferecer aos seus membros pensão mensal ao sócio enfermo e auxílio-funeral, além de empréstimos em dinheiro ao associado que tivesse algum membro familiar doente. O objetivo principal da ABT, assim como da maioria das mutuais do país, era o de dar proteção aos seus sócios, já que no período em questão havia uma ausência deste tipo de auxílio.

O Ministério do Trabalho, criado em 1930, foi a instituição responsável por unificar nacionalmente a legislação trabalhista, dando origem, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Anteriormente, algumas leis foram conquistadas por trabalhadores, todavia isso ocorreu de modo temporalmente disperso e localizado. Para Dutra (1988), “diante da quase ausência de leis trabalhistas e da prática comum de burlar as poucas leis existentes era comum que isso acontecesse com frequência”. (DUTRA, 1988, p. 69)

Contudo, fica claro também que, para além do amparo social / material aos sócios, a ABT pretendia “nivelar” a classe dos tipógrafos, no intuito de conquistar seus “interesses” enquanto classe. Assim, podemos identificar um universo mais amplo nas ações da ABT. Um duplo sentido (ou condicionante) que levava os trabalhadores a se associarem. A busca por melhores condições de labor e vida (como descanso dominical, diminuição da jornada de trabalho, acidentes de trabalhos, entre outras) fazia parte da pauta da ABT. Assim, suas atividades eram bem mais complexas, não ficando puramente restritas ao auxílio mútuo.

Abílio Barreto (1911) mencionou a importância da Associação não somente como fundamental no âmbito da demanda social e o auxílio às moléstias (doença, invalidez, morte), mas como uma instituição também responsável pela identidade, luta e resistência da classe:

Não se diga que a Associação Beneficente Tipográfica veio somente erguer a classe do meio dos infortúnios físicos que a torturavam! Afirmá-lo, seria negar a importância inquestionável que ela exerceu no organismo depauperado da classe, vitalizando-o física e moralmente.⁷

No ano de 1906, o número de associados variava entre 120 e 156 membros. O perfil dos associados exigia que os participantes fossem maiores de 15 anos, que trabalhassem como tipógrafos ou na “arte da tipografia”, não sofressem de doença incurável, além de terem comprovado o bom comportamento social, sendo indicados por sócios e aceitos em assembleia. Nos estatutos não há menção à participação de associados do sexo feminino. As condições para o usufruto dos benefícios era o pagamento em dia da mensalidade, ser membro há mais de seis meses e, em caso de enfermidade, apresentar atestado e laudo da doença. O

6 MINAS GERAIS. Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

7 MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto], Revista da Associação Beneficente Tipográfica (1911) – Inventário Geral do Arquivo Privado Abílio Barreto.

montante da contribuição variava de acordo com a classificação dos sócios (efetivos, remidos, honorários, beneméritos). No caso dos sócios efetivos, o valor pago poderia ser uma única parcela de 20\$000 (vinte mil réis) para um prazo de quatro meses, ou parcelas de 5\$000 (cinco mil réis) mensais.⁸ Há de se destacar que as categorias de sócios honorários e beneméritos valiam pela dignidade, por isso não usufruíam dos benefícios nem se sujeitavam aos mesmos deveres impostos aos sócios efetivos e remidos.

Alguns dos presidentes da Associação, José Alves Pereira, Alcides Baptista Ferreira, Abílio Barreto, Pedro Alonso Verçosa, Joaquim Alves Pereira, entre outros, iniciaram suas carreiras como gráficos, e posteriormente se especializaram em outros ramos, como jornalismo, direito ou mesmo administração. Ser diretor de uma associação de socorro mútuo, nesse período, era um sinal de prestígio social; e à medida que se especializava profissionalmente, o contato dos líderes classistas com o poder público se tornava mais próximo, possivelmente edificando canais institucionais, garantindo, muitas vezes, a obtenção de benesses por parte do Estado. Isso fica claro quando analisamos as representações e práticas direcionadas ao governo do Estado, onde a Associação Beneficente Tipográfica, quando requeria subvenções, quase sempre as conseguia. Entre os pedidos solicitados e concedidos por parte do poder público estava um terreno para a construção de sua sede (20/10/1909, Lei do Congresso nº 39, art. 2º, letra L; e 26/01/1910, doação efetiva dos lotes nº 15, 17 e 18 do quarteirão 17 da 4ª secção urbana) e isenção do pagamento do imposto predial e taxas de água, lixo, esgoto e luz elétrica, referente às repartições públicas (30/09/1911, Lei do Conselho nº 53, art. 8º, parágrafo único)⁹.

Cabe ressaltar que a categoria que a ABT representava era a dos trabalhadores tipógrafos, e esses, pensando no contexto do operariado urbano de início do século XX, eram tidos como uma “elite letrada”, por terem acesso à escrita e à leitura (uma das exigências profissionais). Talvez por isso a associação tenha sido um dos modelos para as demais categorias e sindicatos que estavam também se formando na capital. Vários artistas e pessoas ligados à intelectualidade mineira faziam parte da associação, enquanto sócios-honorários ou beneméritos, logo, muitos não eram tipógrafos (ou iniciaram as suas carreiras na arte da tipografia). Mas isso pode também nos revelar a amplitude que tinha a associação, principalmente tendo ao seu lado artistas e intelectuais renomados. Nesse sentido, a ABT poderia ser tida também como um espaço de sociabilidade dos intelectuais da cidade, onde fundiam e se confundiam com tipógrafos em um espaço alternativo à cultura letrada e, possivelmente, se identificavam com as disputas e tensões da classe na direção de suas conquistas e embates cotidianos por melhores condições de vida, salários, etc. (DUARTE, 2009, p. 04):

[O estado atual da Associação Tipográfica] É o mais animador possível! Já transpôs crises terríveis; instantes procelosos, teve-os na sua existência; mas veio, do passado pequenino e obscuro, crescendo, fecunda em espalhar o Bem, abalando-se umas vezes, vegetando outras, como que se retemperando, quase desaparecendo, mas é, hoje, esta Instituição magnífica, altaneira, irradiando, na Capital mineira, a luz solar da sua influência e do seu prestígio. Conta em seu seio individualidades eminentes no mundo da política, da medicina, advocacia, literatura, ciências e artes, como Wenceslau Braz, Mello Vianna, Abílio Machado, Léon Roussolières, Mario de Lima, Gudesteu Pires, Nelson de Senna, Juscelino Barbosa, Lauro

8 MINAS GERAIS. Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

9 MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto]. Associações: 1898-1946. Inventário Geral do Arquivo Privado Abílio Barreto.

Jacques, Abílio Barreto, Eduardo Frieiro, Carvalhaes de Paiva e muitos outros; comerciantes, industriais, etc. Contudo, o que sobremaneira a engrandece, é a operosidade, o caráter honesto, o pendor ao trabalho da sua maioria, qualidades estas que a nobilitam, tornando-a um padrão e um exemplo de união e esforço, na fraternidade mineira.¹⁰

Quanto ao material produzido pela ABT para a devida publicação de seus atos, além de noticiários na imprensa local, a associação também confeccionou algumas obras que registravam um pouco da história da entidade, sendo elas: a *coleção das revistas comemorativas dos aniversários da Associação Beneficente Tipográfica* e o jornal *O Graphico Mineiro*. Ambos (revista e o jornal) trazem em seus exemplares poemas e poesias, crônicas, textos de caráter técnico e científico sobre a arte de imprimir, e variados artigos sobre a Associação (acerca da fundação, sócios, diretorias, balancetes), o movimento dos trabalhadores – tratando da questão de salários, acidentes e diminuição da jornada de trabalho –, as ideologias como socialismo, comunismo, cooperativismo, solidariedade, além de textos abordando a respeito de outras associações fundadas na capital. Ademais, nesse material também podemos encontrar demonstrações de repúdio ou respeito a personalidades da política mineira – muitos dos quais descritos como “amigos” da Associação. Essas aproximações podem ser consideradas estratégias de luta para conquista de algumas garantias ou benefícios, assim como os pedidos concedidos pelo poder público sobre terreno e isenção fiscal acima descritos.

De autoria de um dos fundadores e presidente da associação, Alcides B. Ferreira, o texto *Aos Operários*, mostra um pouco a importância que tinha para a ABT a produção de todo este material de fonte impressa que dizia um pouco da história e da luta da associação em prol dos trabalhadores tipógrafos:

Está cumprida a promessa da Associação Beneficente Tipográfica, de comemorar seu sexto aniversário, publicando uma Revista que preenchesse ao duplo fim – trazer a público o desenvolvimento progressivo da Associação, e ser o início da campanha que, fora do círculo de defesa pessoal e proteção material de seus sócios, tem ela de travar [...]. Que os ensinamentos contidos nas páginas que se seguem, nos aproveitem, e que nos aprestemos para a luta, não nos acovardando diante dos empecilhos que a toda hora nos atalharão, nem nos envaidecendo com as conquistas que formos fazendo dos nossos direitos, até hoje usurpados.¹¹

Assim, podemos perceber o quão importante era o papel informativo da ABT para evidenciar as disputas, conflitos, pressões e alianças experimentados pela associação e demonstrar como se deram as relações entre os tipógrafos e a cidade em construção.

A Associação Beneficente Tipográfica foi, portanto, uma entidade que se constituiu em torno de uma categoria profissional que possuía certo nível de coesão e de interesses materiais próprios. Tinha como característica principal o mutualismo, mas atuava, também, por vezes, como uma sociedade que admitia práticas políticas sindicais. Procurava agregar e compartilhar identidades e interesses, reforçando “laços de solidariedade” entre seus membros, além de construir espaços de sociabilidade e lazer para seus integrantes e, acima de tudo, buscava construir uma identidade coletiva baseada na valorização do ofício.

Podemos dizer que, dentro da ABT, havia mais do que uma dimensão mutualista / previdenciária. Para além dos interesses materiais da organização, havia valores culturais

10 MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto]. Gráfico Mineiro: Edição Comemorativa do Trigésimo Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1930) – Inventário Geral do Arquivo Privado Abílio Barreto. p. 33-35.

11 MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto]. Revista Comemorativa do 6º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1906). p. 09-10.

que moldavam a formação de identidades sociais, bem como formas de organização dos trabalhadores cujos aspectos transcendem o mutualismo e que estão presentes nas ações sociais e políticas da associação. Além de fugir das mazelas sociais advindas do excessivo ritmo de trabalho, buscando proteções assistenciais até então inexistentes, os membros da ABT também se reuniam no intuito de zelar por salários e condições de trabalho mais dignas, além de empreender ações para alcançar suas reivindicações, lembrando o trabalho de Thompson (1987).

Dito isso, podemos afirmar que, ao compartilhar normas e padrões de comportamentos, a ABT desenvolveu formas de capital social¹² com o qual pôde ser pensada a construção de arranjos institucionais para a resolução de problemas relacionados aos interesses comuns; neste caso, a busca por melhores condições de trabalho e vida para os trabalhadores tipógrafos. À medida que a ABT criou expectativas de confiança mútua, geradas a partir da capacidade de criar suas próprias regras e estabelecer o modo de vigilância e sanção das regras, acabou por constituir um fator chave de ajuda aos indivíduos (nesse caso, os trabalhadores) a resolver o problema da ação coletiva.

O modelo institucional característico da ABT nos possibilita pensar o campo dos comportamentos possíveis, ou mesmo prováveis, entre os agentes. Ao dotá-los de regras, de normas e de um repertório de “fórmulas compartilhadas”, com direitos e deveres, a ABT forneceria os meios necessários para projetar as decisões individuais, e assim ajuizar os resultados alcançados.

De acordo com Douglass North (1990), um sistema de crenças teria o papel de reduzir as divergências entre os indivíduos, onde as crenças seriam fundamentais para compreender a formação das instituições. A cultura seria um elemento aglutinador de compartilhar crenças dos indivíduos em um dado contexto histórico. A ABT ilustra claramente esta proposição – e tal fato possibilitou que se utilizasse seu arranjo institucional para gerar recursos estratégicos em prol da melhoria das condições sociais e trabalhistas dos seus associados.

Para Antônio Augusto P. Prates (1986), um sentimento de pertencimento a uma comunidade, partilhado por trabalhadores, definido como identidade própria, existe juntamente à orientação instrumental que conduz as atividades sociais e políticas no ambiente de trabalho e fora dele. Para o autor, “Este ‘coletivismo instrumental’ não decorre primeiramente de mudanças ocorridas na estrutura ocupacional, mas de dimensões sociais e culturais mais amplas da história de vida do trabalhador, definindo o seu mapa interpretativo”. (PRATES, 1986, p. 04).

Tal fato reforça o compromisso com organizações sindicais e mutuais, vistas como instrumentos de realização de interesses imediatos de nível individual ou de classe. Vale também ressaltar que a estrutura ocupacional pode ser tida como elemento-chave da formação de uma “consciência de classe” (neste caso a tipografia), onde o sindicato e as sociedades mutuais constituíam, pela sua posição estratégica, o canal “natural” de sua expressão.

Isso nos leva a crer que um dos pontos que unifica os trabalhadores, e lhe dá identidade de interesses e de classe, é sem dúvida a associação em sindicatos e/ou mutuais. Com base em objetivos comuns as categorias podem se unir em assembleias, dirigidas pelos sindicatos, e elaborarem pautas de reivindicações unificadas. E infelizmente, são esses interesses comuns, unidos em organizações, que estão em xeque com a chamada “reforma trabalhista” atual.

Por isso, o retorno ao passado se faz necessário, para que possamos entender a história de luta da classe trabalhadora, a fim de criar associações que zelassem pelos direitos dos proletários. O que nos une é a possibilidade de construção de uma sociedade mais digna e solidária. E isso não pode acabar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste artigo foi, a partir da análise do caso da ABT, associação criada em Belo Horizonte no ano de 1900, compreender algumas das lutas que eram realizadas por associações trabalhistas, muitas das quais apresentavam estratégias de luta peculiares e diferenciadas. É importante salientar que desde a década de 1990, a historiografia sobre a temática dos mundos *do trabalho* redirecionou significativamente a visão sobre organizações e associações operárias de caráter instrumental, vistos na perspectiva marxista convencional como obstáculos à organização de classe. Agora, no novo cenário teórico, essas organizações passam a ser vistas como estratégias diferenciadas de ação coletiva.

As sociedades de auxílio mútuo funcionavam, sobretudo, como caixas de previdências para as quais os associados contribuía mensalmente com uma quantia previamente estabelecida em seus estatutos. Grande número delas exigia também uma taxa de adesão, de valor mais elevado, comumente chamada de joia. Os serviços prestados pelas sociedades mutualistas podiam ser bem amplos: desde uma remuneração para os dias parados nos momentos de doença, assistência médica, farmacêutica e jurídica, passando pela pensão por invalidez ao associado ou para seus dependentes em caso de morte, além do auxílio-funeral, herança das antigas irmandades religiosas. (CASTELLUCCI, 2014. p. 48-49).

Analisando a ABT, podemos identificar práticas comuns compartilhadas pelos membros da entidade. As manifestações plurais desempenhadas por este centro na cidade belorizontina, foram resultados de interações de experiências idênticas o que possibilitou na reflexão de pertencimento, por parte dos trabalhadores, a um mesmo grupo que almejava por melhores condições de trabalho e vivências.

Igualmente, os membros da ABT procuravam se associar a ela, visto que mantinha algumas características mutuais – cujos objetivos eram a arrecadação mensal financeira a fim de custear auxílios para sócios em caso de doença, invalidez, desemprego, funeral etc. e para zelar pelos interesses classistas –, a fim de fugir das mazelas que a velhice poderia vir a proporcionar e da pobreza, buscando nesta associação proteções assistenciais, até então inexistentes.

Desse modo, é importante ressaltar que os sócios da ABT (lideranças principalmente) dirigiam-se ao poder público da capital mineira com o intuito de concretizarem alguns objetivos, principalmente no que se refere à implementação de leis trabalhistas, além da possível inserção social e política ligados ao Estado. Este, na medida do possível, subvencionou o quanto pode essa associação, auxiliando-a com algumas concessões e procurou manter relações amistosas e de reciprocidade com essa entidade, no objetivo de manter a ordem e a harmonia tão preconizadas para a cidade capital.

Por fim, é importante afirmar que a “necessidade de acolhida”, a fim de terem resguardados alguns serviços de caráter “previdenciário”, não era o único intuito da associação. Havia um

duplo condicionante no movimento que levava os trabalhadores a se associarem. Em muitos casos, havia um misto de fatores relacionados às condições de vida, trabalho e luta, que se combinavam principalmente com a relação de construção de identidades. Nesse caso, como bem sinaliza Claudio Batalha (1991-1992), não há como separar o surgimento das primeiras associações mutualistas do processo de valorização e da visão positiva do trabalho, sendo que essas associações foram determinantes na definição de uma identidade da classe trabalhadora, ligada ao trabalho regular e à organização. Assim, podemos entender as sociedades mutualistas como espaços nos quais a classe trabalhadora também construiu e legitimou suas identidades socioculturais na mais longa duração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA, Cláudio. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BATALHA, Cláudio. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 02, n. 04, p. 12-22, ago./dez. 2010.

BATALHA, Cláudio. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 111-124, set. 1991/ago. 1992.

CASTELLUCCI, Aldrin. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In: BATALHA, Cláudio; CORD, Marcelo Mac (Org.). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos 19 e 20)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 47-82.

DUARTE, Renata Garcia Campos. *Fac et spera. pro nobis laboremus*: a ação da Associação Beneficente Tipográfica no movimento operário de Belo Horizonte (1900-1930). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 25, 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2009.

DUARTE, Renata Garcia Campos; PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. O jornal O Operário da Confederação Católica do Trabalho e as orientações para a educação dos trabalhadores de Belo Horizonte (1920-1930). **Revista Escrita da História**, v. 04, n. 08, p. 240-260, jul./dez. 2017.

DUTRA, Eliana de Freitas. **Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988.

ESTANQUE, Elísio. Ação coletiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 55, p. 85-111, nov. 1999.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JESUS, Ronaldo Pereira. Associativismo entre imigrantes portugueses no Rio de Janeiro imperial. In: BATALHA, Cláudio; CORD, Marcelo Mac (Org.). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos 19 e 20)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

JESUS, Ronaldo Pereira. **Visões da Monarquia: escravos, operários e abolicionismo na Corte**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto], Revista Comemorativa do Vigésimo Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1920) – Inventário Geral do Arquivo Privado Abílio Barreto.

MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto], Revista da Associação Beneficente Tipográfica (1911) – Inventário Geral do Arquivo Privado Abílio Barreto.

MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto]. Associações: 1898-1946. Inventário Geral do Arquivo Privado Abílio Barreto.

MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto]. Gráfico Mineiro: Edição Comemorativa do Trigésimo Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1930) – Inventário Geral do Arquivo Privado Abílio Barreto.

MHAB [Museu Histórico Abílio Barreto]. Revista Comemorativa do 6º Aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1906).

MARTINS, Marcos Lobato. Eric Hobsbawm. In: LOPES, Marcos Antônio; MUNHOZ, Sidnei J. (Orgs.) **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 55-75.

MINAS GERAIS. Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

NORTH, Douglass. C. **Institutions, Institutional Change and Economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor; AHN, T. K. Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales y acción colectiva. **Revista Mexicana de Sociología**, Cidade do México, v. 65, n. 01, p. 155-233, 2003.

PRATES, Antônio Augusto. Sindicato: organização e interesses na sociedade capitalista avançada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 01, n. 02, p. 01-17, 1986.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. **Instituições sociais e a resolução do problema da ação coletiva: um estudo das associações trabalhistas de Belo Horizonte no início do século XX**. 2016. 157 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Belo Horizonte, 2016.

TILLY, Charles. Contentious conversation. **Social Research**, Baltimore, v. 65, n. 03, p. 491-510, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. I, II, III.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. v. I.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tradicion, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad pre industrial**. Barcelona: Critica, 1984.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O ethos mutualista: valores, costumes, festividades. In: BATALHA, Cláudio; CORD, Marcelo Mac (Org.). **Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos 19 e 20)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

O INDÍGENA PELO OLHAR
DE GONÇALVES DIAS: UMA
REPRESENTAÇÃO MULTIFACETADA
NAS OBRAS “PRIMEIROS CANTOS”
E “SEGUNDOS CANTOS”

EDUARDO OLIVEIRA MELO
Universidade E. da Região Tocantina do Maranhão
oliveiramello839@outlook.com

RAIMUNDO LIMA DOS SANTOS
Universidade E. da Região Tocantina do Maranhão
raimundosantos81@gmail.com

RESUMO

O presente artigo visa realizar uma análise histórica das obras “Primeiros Cantos” e “Segundos Cantos” do poeta maranhense Gonçalves Dias, estabelecendo um diálogo entre história e literatura, de modo a compreender seu olhar sobre o indígena, figura capital em sua poética. A análise dos poemas adota a teoria das representações de Roger Chartier, buscando apreender a complexa trama entre condições socioculturais de produção, a vida do poeta, a emergência do romantismo e as políticas indigenistas do século XIX. Nesse sentido, foi possível desvelar o retrato do indígena como um símbolo de força do império brasileiro, recém-independente, bem como instrumento de crítica do projeto estatal de assimilação das populações indígenas enquanto cidadãos, o que permitiu oferecer um contraponto a certas interpretações da crítica literária que descartam a historicidade dos textos. Demonstra-se, além disso, os interesses do literato na sua busca por reconhecimento no campo da literatura nacional, o que o impeliu certas decisões durante a construção poética. Por último, perscruta-se, brevemente, a literatura contemporânea e posterior ao escritor, expondo a perenidade da sua concepção do indígena.

Palavras-chave: Gonçalves Dias; Indígena; Representação; História; Literatura.

Recebido em 20 de outubro de 2020.

Aprovado em 19 de janeiro de 2021.

THE INDIGENOUS THROUGH THE
EYES OF GONÇALVES DIAS: A
MULTIFACETED REPRESENTATION IN
THE WORKS "PRIMEIROS CANTOS"
AND "SEGUNDOS CANTOS"

EDUARDO OLIVEIRA MELO

Universidade E. da Região Tocantina do Maranhão
oliveiramello839@outlook.com

RAIMUNDO LIMA DOS SANTOS

Universidade E. da Região Tocantina do Maranhão
raimundosantos81@gmail.com

ABSTRACT

This article aims to make a historical analysis of the works "Primeiros Cantos" and "Segundos Cantos" by the Maranhão's poet Gonçalves Dias, establishing a dialogue between history and literature, in order to understand his view of the indigenous, a capital figure in his poetics. The analysis of the poems adopts the theory of representations by Roger Chartier, seeking to apprehend the complex relation among socio-cultural conditions of production, the poet's life, the emergence of romanticism and the indigenous policies of the 19th century. In this sense, it was possible to unveil the portrait of the indigenous as a symbol of strength of the Brazilian empire, newly independent, as well as an instrument of criticism of the state project of assimilation of indigenous populations as citizens, which allowed to offer a counterpoint to certain interpretations of literary criticism that disregard the historicity of texts. Furthermore, it demonstrates the interests of the literary in his search for recognition in the circuit of national literature, which impelled him to certain decisions during the poetic construction. Finally, it examines, briefly, the contemporary and subsequent literature to the author, showing the continuity of his conception of the indigenous.

Keywords: Gonçalves Dias; Indigenous, Representation, History, Literature.

INTRODUÇÃO

O romantismo é um fenômeno que resiste às definições concretas. A extensão de suas manifestações, bem como sua heterogeneidade interior, leva, como advertiu Alfredo Bosi (2017, p. 95), à instrumentalização de seus motivos e temas como forma de mascarar a impossibilidade de uma sólida conceituação. No entanto, historicamente, é lícito situá-lo, na perspectiva de Nachman Falbel (2013, p. 24), enquanto movimento artístico e literário iniciado na Europa, que ganha força em fins do século XVIII, marcado pelo contexto transformador da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, e perdura até meados do século XIX. Suas raízes se estenderam para além-mar, encontrando em um Brasil recém-independente, o terreno fértil para o seu nacionalismo impetuoso. Entre os seus principais representantes, figura o poeta maranhense Antônio Gonçalves Dias.

Nascido em 1823, na cidade de Caxias, Gonçalves Dias é celebrado, segundo Antonio Candido (2000, Vol. 2, p. 72-73), como um grande literato consolidador da poesia nacional, estimável influência para os românticos posteriores, não apenas pelo seu indianismo, do qual foi, e ainda é símbolo máximo, mas, igualmente, devido sua concepção da natureza e seu gênio cambiante, rígido, mas melancólico, além de sua perícia em traduzir na métrica seus sentimentos e emoções. Dentre as diversas temáticas de sua lira destacam-se o amor, a natureza, a nação e o indígena. Esse último, emergindo enquanto pedra angular de suas “Poesias americanas”, principiadas na primeira parte do livro “Primeiros Cantos” de 1847, retornando em “Segundos Cantos” de 1848, no poema “Tabira”.

O indígena, imagem capital da poesia gonçalvina, pode ser interpretado como uma representação, conceito que o historiador Roger Chartier (2002, p. 19-20) definiu duplamente enquanto forma de exibição de algo ausente e demonstração de uma presença. Toma-se, portanto, a representação como ferramenta para tradução das posições e interesses dos indivíduos perante a sociedade, a qual é redesenhada aos moldes de suas concepções internalizadas ou como seus desejos os impelem. É uma vez que “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros” (CHARTIER, 2002, p. 17), a representação do indígena arquitetada por Gonçalves Dias certamente traz em seu cerne classificações, parcialidades, objetivos pessoais, intenções políticas, entre tantas outras categorias de influência possíveis.

Ao se considerar o estudo de uma representação presente em uma obra poética, é indispensável a reflexão, sob a ótica de Luís Felipe Ribeiro (1996, p. 27-28), quanto ao surgimento de um fetichismo textual nas pesquisas do campo literário, que relegam o elemento humano do texto, isto é, o criador da literatura, consequência direta dos privilégios concedidos à obra como único artefato para o conhecimento, enquanto os elementos históricos e sociais que, seguramente, marcam o processo criativo são perdidos. Dessa forma, o que se propõe nesse artigo é estabelecer um diálogo entre a história e a literatura que concilie o texto, o cenário sociocultural de sua concepção, além da personalidade daquele que concebe a obra.

Para tal empreitada, faz-se necessário o cruzamento da efígie indígena presente nos poemas dos livros “Primeiros Cantos” e “Segundos Cantos” com um amplo corpus de documentos portadores das ideias sobre o estatuto das populações nativas. Essa vasta documentação circulava em diversos âmbitos da vida intelectual brasileira, a saber, na arte, ciência e política, originando publicações de crítica literária nas revistas, estudos científicos,

cartas e legislações. Partindo dessas fontes, através das lentes da história, é possível trazer à tona aspectos da representação do indígena que uma análise puramente literária não poderia.

Por fim, uma breve consulta ao panorama literário brasileiro contemporâneo e póstumo à obra de Gonçalves Dias, revela a força de sua representação do indígena que, apesar de não ser a primeira das letras nacionais, acabou por se consolidar, determinando, crucialmente, a trajetória que outros poetas e escritores tomariam no decorrer do desenvolvimento das temáticas e motivos capazes de transpor o Brasil em criação poética.

O INDÍGENA: ENTRE O NACIONALISMO E A RUÍNA

No Brasil oitocentista, as populações indígenas estavam circunscritas em um complexo cenário de medidas estatais diversas – em 1808, por meio de Carta Régia, Dom João declara guerra aos chamados “botocudos” e a qualquer nação indígena na capitania de Minas Gerais, permitindo também a escravização dos prisioneiros. Em outras regiões, como explicitou Patrícia Melo Sampaio (2011, p. 183), possivelmente, ainda vigoravam as políticas de aldeamento tanto do “Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, enquanto sua majestade não mandar o contrário” de 1758, como medidas derivadas e reformuladas deste. O estado imperial legislaria sobre a questão indígena somente em 1845, com o “Regulamento das missões de catequeses e civilização dos índios”.

De modo paralelo, o indígena adquiria espaço nas reflexões para a consolidação da literatura nacional. No contexto de pós-independência, os intelectuais intuía a necessidade de se buscar uma literatura autenticamente brasileira, que fizesse jus às riquezas naturais do novo mundo e ao jovem império. O historiador francês Ferdinand Denis, em seu “Résumé de l’histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l’histoire littéraire du Brésil” de 1826, já notava a possibilidade de uma literatura brasileira independente da portuguesa:

Mas para que essa se constituísse realmente, julgava necessário desenvolver os aspectos nacionais. Neste sentido, propõe a rejeição da mitologia greco-latina que, fundando-se na simbolização da natureza, não pode corresponder à do Novo Mundo; sugere a descrição desta e o aproveitamento, como tema, tanto do índio quanto dos primeiros colonos. (DENIS apud CANDIDO, 2000, Vol. 1, p. 282).

Mais tarde, em seu artigo “Sobre a historia da litteratura (sic)” de 1836, na revista “Nitheroy” – importante meio de difusão internacional da intelectualidade brasileira –, Gonçalves de Magalhães preconiza o nacionalismo como alicerce para a formação da literatura brasileira. Nesse intento, propõe como possibilidade o nativo: “Pode o Brasil inspirar a imaginação dos Poetas? E os seus indígenas cultivaram por ventura a Poesia?”. (NITHEROY, 1836, p. 153)

No ramo dos estudos historiográficos, Karl Friedrich Philip von Martius em seu “Como se deve escrever a história do Brasil” de 1845, vencedor do concurso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, argumentará a favor de uma história que leve em consideração as três “raças” que fundaram a população brasileira. Além de explicitar a necessidade de se aprofundarem as pesquisas sobre os aspectos físicos, linguísticos, sociais e cosmológicos dos autóctones, uma vez que partilham da influência sobre a síntese que é o povo brasileiro.

Logo depois, em 1847, Gonçalves Dias emerge na cena literária nacional com os seus

“Primeiros Cantos”, em que será o indígena, um dos elementos mais marcantes. Apesar de não ser o primeiro na literatura brasileira a tomar o autóctone como inspiração poética, vide Basílio da Gama, em “Uruguai”, ou Santa Rita Durão, em “Caramuru”, o poeta maranhense investiu em sua representação o simbolismo da nacionalidade e da independência.

Ao olhar para as populações nativas, Gonçalves Dias enxergava o início de toda história e identidade brasileira. Em seu artigo crítico “Reflexões sobre os Annaes Historicos do Maranhão por Bernardo Pereira de Berredo (sic)”, escreve:

O primeiro topico de que havemos de tratar na historia do Brasil é o dos Índios. [...] Elles são instrumento do quanto aqui se praticou de util ou de glorioso; são o principio de todas as nossas cousas; são os que derão a base para o nosso carater nacional; ainda mal desenvolvido, e será a corôa da nossa prosperidade o dia da sua inteira reabilitação (sic). (GUANABARA, 1850, p. 28-29).

Vislumbrando no indígena elevado símbolo da singularidade brasileira, Gonçalves Dias tomou por incumbência arquitetar uma representação vigorosa e concreta, com o intuito de inspirar um sentimento nativista de pertencimento. Por esse prisma, compreende-se seu nativo frequentemente relacionado à guerra, sempre lutando ou em demonstrações de força. Logo em sua primeira aparição nas “Poesias americanas”¹ dos “Primeiros Cantos”, o indígena expõe seu teor belicoso em “O canto do guerreiro”.

Nesse poema, o poeta outorga voz ao indígena, pois o eu-lírico é o próprio guerreiro, que nos primeiros versos adverte – “Façanhas de bravos / Não geram escravos, / Que estimem a vida / Sem guerra e lidar” (DIAS, 2000, p. 6-7) – alude-se ao conflito colonial, no qual os estrangeiros tentavam escravizar as populações nativas; mas, sobretudo, à capacidade de resistência desses povos, que não se deixam ser subjugados sem combate.

Adiante, nas estrofes II e III, apresentam-se as armas do guerreiro. Na primeira, o tacape: “Valente na guerra / Quem há, como eu sou? / Quem vibra o tacape / Com mais valentia? / Quem golpes daria / Fatais, como eu dou?” (DIAS, 2000, p. 7); na segunda, a flecha: “Quem guia nos ares / A frecha implumada, / Ferindo uma presa, / Com tanta certeza, / Na altura arrojada”. (DIAS, 2000, p. 7). Compreendendo ambos os artefatos como de natureza fálica, podem simbolizar a força masculina de coerção e ordem, perfeitamente consoante ao objetivo almejado pelo o poeta.

Tal força se enfatiza pelo teor épico que se impõe nos versos, efeito adquirido pelo ambiente em que o guerreiro se insere. As florestas tropicais aparecem enquanto elemento integrante da representação do indígena, criando uma atmosfera mítica. Na estrofe VII, o guerreiro canta: “Lá vão pelas matas; / Não fazem ruído: / O vento gemendo / E as matas tremendo [...] São eles – guerreiros, / Que faço avançar.” (DIAS, 2000, p. 9). Já na estrofe V, a fauna emerge como um meio para que o eu-lírico afirme sua coragem: “Quem há que me afronte!? / A onça raivosa / Meus passos conhece, / E a ave medrosa / Se esconde no céu / – Quem há mais valente, / – Mais destro do que eu?” (DIAS, 2000, p. 8).

Já nos “Segundos Cantos”, de 1848, o nativo ressurge em “Tabira”. Não obstante ser a única poesia americana no livro, o literato entrega este longo poema de natureza épica, composto de vinte e cinco estrofes. Nele é narrada a história do líder-guerreiro da nação

¹ Trata-se de uma seção do livro de poemas “Primeiros Cantos”, que compreende os poemas “Canção do exílio”, “O canto do guerreiro”, “O canto do piaga”, “O canto do índio”, “Caxias” e “Deprecação”.

Tabajara, Tabira, que, ao desacreditar o deus Tupã e firmar acordo com os portugueses, desencadeia a ira da nação Potiguar, o que o conduz à guerra.

É nesse contexto que o literato constrói passagens sangrentas como a do avanço de Tabira no campo de batalha – “Muitas setas cravejam Tabira: / Belo quadro! – mas vê-lo era horrível! / Porco-espim que sangrado e terrível” (DIAS, 2000, p. 238). Na estrofe seguinte, XXII, a imagem se torna mais apelativa no intento de ressaltar a índole resistente do guerreiro: “Tem um olho dum tiro frechado! / Quebra as setas que os passos lh’impedem / E do rosto, em seu sangue lavado, / Flecha e olho arrebatada sem dó!” (DIAS, 2000, p. 239).

Ponderando sobre a literatura enquanto produto de seu tempo, é possível, diante de uma contextualização histórica, contrapor a crítica literária de Antonio Candido (2000, Vol. 2, p. 73), que considera o indianismo gonçalvino como um filamento da tendência europeia saudosista ao mundo feudal dos nobres cavaleiros. Além da conceituação do indígena das poesias americanas como personagem genérico e desprovido de particularidades. Certamente, há uma influência medievalista, principalmente portuguesa, na poesia do maranhense, determinando até mesmo sua métrica, entretanto, a representação aguerrida do indígena soa mais como uma retratação fidedigna da história nacional do que mera tentativa de acompanhar modismos românticos.

Para que se deduza tal assertiva, é necessário resgatar o quadro de constante conflito em que as nações indígenas brasileiras estavam inseridas. Fossem tais combates de cunho interno, ou contra os colonizadores, eles de fato nunca tiveram fim. Uma sucinta circunspeção pela história do Maranhão revela a continuidade das guerras. Segundo Socorro Cabral (2008, p. 53), durante o processo de conquista e ocupação do estado, nações como os Guaranés e os Barbados eram conhecidas como terror do território, oferecendo forte resistência à ocupação das margens do rio Itapecuru. Mesmo durante o período imperial, os confrontos entre a administração estatal e nações indígenas resistentes ao projeto civilizatório permaneciam – ofícios do presidente da província maranhense, de 1837, indicam autorização e pagamento para organização de “entradas” e “expedições” contra populações indígenas não colonizadas, como os Guajajaras (MARANHÃO, 1997. p. 215, 216, 229).

A partir do exposto, observa-se que a representação do autóctone concebida pelo poeta não era alheia à realidade daqueles que viviam no Maranhão e em outras províncias. Quanto à problemática da generalização do indígena, não se deve omitir que os combates faziam parte do cotidiano de qualquer nação que não se dispusesse ao jugo do colonizador português, ou do estado imperial. Desse modo, o que o crítico avaliou como genérico, nada mais era do que os acontecimentos fatídicos a qualquer indígena, antes e durante os oitocentos.

Os estudos de cunho antropológico igualmente alimentaram a imaginação do literato, impelindo-o a determinadas reflexões sobre o caráter guerreiro dos autóctones. Evidência cabal desta assertiva se encontra na monografia “O Brasil e a Oceania”, escrita para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual Dias era membro entre os anos de 1850 e 1853. Ao ponderar sobre os Tupi, o erudito expõe sua crença acerca da importância das guerras para essa nação:

A renhida luta que em todas as partes os Tupys sustentavam contra as tribus do interior, poderia provir da sua índole belicosa, — das suas instituições que consideravam o mais guerreiro como o mais digno de louvor e de estima, — reservando todos os prêmios da vida futura para aqueles que sabião affrontar a morte, as privações e os trabalhos com indomável coragem (sic). (DIAS, 1869, Vol. VI, p. 12).

Nas disposições analisadas, é válido pensar a representação belicosa do indígena a partir do conceito de “herói” de José Murilo de Carvalho (1990, p. 53), para o qual os heróis são instrumentos de legitimação política, moldados conforme as aspirações de um regime, mas, para além, consoantes aos valores e ideias que atraem a população, que pode acolhê-lo ou rejeitá-lo, dependendo do nível de identificação com este. Por esse ângulo, a representação traz em si o projeto político da criação de uma identidade nacional, capaz de unificar a nação sob a administração do império, problemática decisiva nos oitocentos. O indígena de Gonçalves Dias, portanto, compreendeu perfeitamente os anseios de uma jovem nação, recém-independente, carente de uma origem desvinculada do velho mundo, e que ainda tentava fazer seu nome no cenário das grandes potências.

Para além dos estudos antropológicos, Gonçalves Dias conheceria o indígena pelo próprio sangue, porquanto era filho de um português com uma “mestiça”, nas palavras de seu amigo e biógrafo, Antônio Henriques Leal: “Corria pois nas veias do poeta o sangue misturado das três raças – europeia, india e africana - que habitam o Brazil [...] (sic)” (LEAL apud DIAS, 1868, Vol. I, p. XXV). Outro fator que contribuiu amplamente para sua representação foi o convívio com os autóctones, desde sua tenra infância em Caxias, até na fase adulta em viagens pela Amazônia, conseqüentemente, o indígena “estava-lhe no corpo, alimentava-lhe a personalidade”. (RICARDO, 2004, p. 77).

Logo, é válido afirmar que a representação imaginada pelo maranhense não se limitaria aos desígnios da unificação nacional. Expressaria, portanto, muito mais do poeta do que é possível apreender desprendido do seu contexto. Assim como a visão romântica que vai do “entusiasmo à melancolia, da nostalgia ao fervor, da exaltação confiante ao desespero” (NUNES, 2013, p. 52), a efígie do indígena transita entre extremos. O mesmo herói das matas tropicais que confrontou, com um mar de flechas e tacapes, os colonizadores, também lamentou melancolicamente o fim de suas antigas glórias e a perda do seu modo de vida.

Em “O canto do piaga”, vislumbra-se o oposto da força dos guerreiros, o protagonista é agora o Piaga (Pajé), pelo qual “Falam os Deuses nos cantos [...]” (DIAS, 2000, p. 10). O poema introduz uma atmosfera sombria, que aumenta progressivamente, à medida que o Piaga em sua caverna, durante a noite, não conseguindo dormir, recebe a visita de um ser etéreo: “Era feio, medonho, tremendo,/Ó guerreiros, o espectro que eu vi.” (DIAS, 2000, p. 11).

Adiante, na parte II, o “Espectro” começa a lhe falar, repreendendo-o por não se atentar aos presságios da natureza, e, ao fim, aconselha-o a ouvir o que tem a dizer, uma vez que os agouros preconizam a chegada de um grande monstro vindo do mar, forma como compreende a embarcação do colonizador, e lamenta, “Manitôs já fugiram da Taba! / Ó desgraça! Ó ruína! Ó Tupá!” (DIAS, 2000, p. 12). Curioso notar, a essa altura, como argumentou Paulo Franchetti (2007, p. 57), a apropriação de entidades Manitôs, os quais eram venerados pelos indígenas norte-americanos e cujo desaparecimento indicaria catástrofe eminente, por Gonçalves Dias, que os inclui como crença dos indígenas sul-americanos.

No último verso, o brado ao “Tupá”, derivação da palavra “Tupã”, que na língua tupi designa o deus do trovão e dos raios – erroneamente associado ao deus cristão pelos missionários durante o trabalho de catequização, visto que possuía papel secundário na cosmogonia indígena segundo as hipóteses de Alfred Métraux (1950, p. 112-14) –, é posto enquanto lamento, frente aos presságios. Secundariamente, sugere a influência que a percepção cristã do panteão autóctone exerceu sobre o poeta, que se torna explícita nas notas explicativas, adicionadas aos poemas a fim de elucidar determinados termos de origem indígena, nas quais cita diversos relatos de viajantes e exploradores do território (DIAS, 2000, p. 481-484), entre esses, alguns cristãos como é o caso do Padre Simão de Vasconcelos e José de Anchieta.

Essa influência se esclarece melhor em “Deprecação”, poema que trata da ruína trazida pelos colonizadores pela ótica indígena. O literato demonstra conhecer o teor das entidades, descrevendo o poder de Tupã: “Se os raios de morte, que vibram, são teus?” (DIAS, 2000, p. 17), contudo, associa a vinda dos colonizadores a Anhangá, entidade que os cristãos identificaram com o diabo: “Anhangá impiedoso nos trouxe de longe/Os homens que o raio manejam cruentos, / Que vivem sem pátria, que vagam sem tino / Trás do ouro correndo, voraces, sedentos.” (DIAS, 2000, p. 17). Por conseguinte, o europeu configura a ganância, aquele enviado pela entidade maligna, com o fim de causar a destruição das nações indígenas.

A oposição entre Tupã e Anhangá, inexistente na religião tupi, designa dicotomias úteis ao ideal de patriotismo que os poemas deveriam inspirar, como Indígena / Colonizador, Brasileiro / Português e Bem / Mal. Uma vez que, como pondera Roger Chartier (2002, p. 21-22), a imaginação deve tomar a representação por retrato fidedigno da realidade, adquirindo uma carga de imponência e respeitabilidade, tais dualidades na efígie do indígena legitimam a origem do povo brasileiro como descendente direto das nações autóctones sem qualquer conexão com os colonizadores lusitanos, estes, apresentados somente como um empecilho para a grandeza e a liberdade.

No entanto, o duelo não se limitava aos indígenas e colonizadores presentes na obra poética. Paralelamente, Gonçalves Dias travava uma batalha contra os padrões literários lusitanos, que se faz clara no desprezo à unidade métrica, além da celebração às temáticas nativas em detrimento das greco-latinas, marcantes na poesia lusa. No prólogo dos “Primeiros Cantos”, anuncia: “[...] menosprezo regras de mera convenção; adotei todos os ritmos da metrificação portuguesa, e usei deles como me pareceram enquadrar melhor com o que eu pretendia exprimir.” (DIAS, 2000, p. 3).

As raízes dessa oposição eram mais profundas que o paradigma romântico da expressão acima da forma. Seu projeto pessoal era se tornar a maior figura da literatura brasileira. Em carta a Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, seu melhor amigo e confidente, possivelmente de 1847, expôs:

Todos, sem exceção hão de confessar que Magalhães terá sido grande coisa, mas eu nem lhe sou discípulo, nem inferior. Todo o meu empenho, digo-te muito em segredo e todo cheio de vergonha, é ser o Primeiro Poeta no Brasil, e se houver tempo, o primeiro literato. (DIAS apud PEREIRA, 2018, p. 112).

Seria então imprescindível, para o poeta maranhense, introduzir novas temáticas

à poesia nacional, já prescritas por outros autores, visto que, estar na vanguarda, lhe possibilitaria ascender na esfera literária do império. Para além da celebração das figuras nativas e a promoção de uma unidade nacional, Gonçalves Dias, certamente, buscava obter fama e prestígio, inclusive, superar seus contemporâneos.

A REPRESENTAÇÃO COMO CRÍTICA E AS IMAGENS DO PASSADO

A figura do indígena enquanto representação do nacionalismo e liberdade do império já há muito se estabeleceu como cânone na obra gonçalvina. Analogamente, grande parte da fortuna crítica atribuí ao conflito índio x colonizador, presente nas poesias americanas, somente o caráter de remontagem do passado colonial enquanto instrumento de rejeição lusófoba e de afirmação identitária nacional.

Em relação à nota presente na primeira edição de “Primeiros Cantos”, em que o autor indica a necessidade de se cotejarem as poesias americanas com os relatos dos primeiros viajantes portugueses, alemães e franceses nas terras brasileiras, Paulo Franchetti argumenta:

Quando republicou os *Primeiros Cantos* na edição de sua poesia coligida, em 1857, a convenção indianista já estava estabelecida. A nota, portanto, era desnecessária e foi suprimida, pois a matéria indianista se situava, por si só, num passado quase imemorial, e já não se colocava a possibilidade de que os poemas fossem entendidos como representação de conflitos contemporâneos entre índios e brancos ou outras encarnações da oposição selvagem/civilizado. (FRANCHETTI, 2007, p. 58, grifo do autor).

Indubitavelmente, não se pode relegar o fato de o indianismo ser um gênero constituído pelo imperativo de rememoração de um passado longínquo, em que a identidade nacional se dispõe. Contudo, ao tomar em conta certos aspectos da representação do indígena por Gonçalves Dias e do contexto político em que estava inserida, a possibilidade de uma analogia ao estado das populações indígenas no século XIX parece provável. Afinal, nenhuma representação é unilateral, pelo contrário, é multifacetada, à medida que contém os interesses dos grupos que a constroem.

Examine-se, atentamente, o final do poema “Tabira”. Após a derrota dos Potiguares pela nação Tabajara, liderada por Tabira, “Potiguares lá vão de fugida.” (DIAS, 2000, p. 239), um pouco adiante, na estrofe XXV, surge o narrador, o qual expõe a origem da história:

‘Este conto que índios contavam, / A desoras, na triste senzala; / Outros homens ali descansavam, / Negra pel’; mas escravos também. / Não choravam, somente na fala / Era um quê da tristeza que mora / Dentro d’alma do homem que chora / O passado e o presente que tem!’. (DIAS, 2000, p. 240).

Como se torna perceptível, a última estrofe edifica um elo entre o passado e o presente. O passado dos combates coloniais, os quais ocupam volumosa parte da narrativa do poema, influi em um presente desastroso: os indígenas, juntamente com os africanos, escravizados. Apesar de o fenômeno escravista ter ocorrido igualmente nos períodos de colônia e de império, é indeclinável buscar ler esses versos sob a ótica oitocentista, no intento de evitar anacronismos.

Para o indivíduo que lesse a última estrofe, em meados do século XIX, período de sua publicação, certamente pensaria tratar-se de sua contemporaneidade, uma vez que, os portugueses já não eram mais soberanos das grandes propriedades de terra, a elite escravocrata

era amplamente brasileira. Quanto ao indígena, conforme já exposto, permanecia enquanto problemática séria para o império, não apenas no estado do Maranhão, mas em todo o território.

De fato, mesmo após a independência e consolidação do estado brasileiro, a forma de lidar com os indígenas permaneceu sem grandes alterações. O “Regulamento das missões de catequeses e civilização dos índios”, de 1845, insistia, assim como o “Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto sua majestade não mandar o contrário”, este de 1758, em uma assimilação dos indígenas por meio do imperativo de requerimento da cidadania brasileira através do trabalho. Por meio dos chamados “aldeamentos”, essas legislações buscavam organizar a vida dos autóctones aos moldes civilizacionais europeus. Os aldeões deveriam fixar trabalho na lavoura, fornecer serviços remunerados em localidades adjacentes, alistarem-se no exército e aprenderem profissões. Além disso, preconizou-se, no século XIX, o retorno da instrução jesuítica nos povoamentos aos moldes quinhentistas, sendo competência do diretor geral: “Esmerar-se em que lhes sejam explicadas as maximas da Religião Catholica, e ensinada a doutrina Christã [...] (sic)” (REGULAMENTO..., 1845, Arts. 1º, §§ 20º).

Por esse ângulo, são compreensíveis os versos de “O canto do Piaga”, “Vem trazer-vos cruzeza, impiedade – / Dons cruéis do cruel Anhangá; / Vem quebrar-vos a maça valente, / Profanar Manitôs, Maracá.” (DIAS, 2000, p. 12-13), nos quais o símbolo de poder fálico indígena é destruído, declarando a derrocada dos povos, conjuntamente ao detrimento do caráter sagrado pertencente aos espíritos e aos instrumentos sonoros. A perda destes artefatos é, por conseguinte, a própria perda de identidade dos indígenas brasileiros mediante o intenso processo de aculturação sofrido desde os primórdios do século XV, com os primeiros contatos, e que se estendeu até o XIX, no qual atinge um status de institucionalização pelo estado imperial.

No campo de embate das representações, portanto, o indígena de poemas como “Deprecação”, “O canto do Piaga” e em certos trechos de “Tabira”, que descreve a perda de seus traços definidores, opõe-se àquele representado, em variadas legislações, enquanto um indivíduo desprovido de cultura, necessitado de instrução religiosa e civilidade europeia. Considerando que as representações estão circunscritas pelas aspirações dos grupos que as concebem paralelamente à realidade social, torna-se forçoso compreender a situação social daqueles que as designam (CHARTIER, 2002, p. 17).

Nessa perspectiva, o indígena enquanto crítica velada adquire maior verossimilhança ao se observar a complexa posição do literato frente ao governo imperial. Na condição de funcionário público, nomeado professor de latim e história no colégio D. Pedro II pelo marquês de Olinda, como afirma a biógrafa Lúcia Miguel Pereira (2018, p. 130), e mais tarde, membro do IHGB, instituição coordenada diretamente pelo imperador, criticar negativamente o estado impediria Gonçalves Dias de alcançar seus objetivos enquanto figura pública.

Irremediavelmente, uma crítica mais severa ocorreria com a publicação, na revista “Guanabara”, do poema em prosa “Meditação”, em 1850, ou seja, apenas dois anos depois de “Tabira” vir à tona nos “Segundos Cantos”. Construção literária que mescla visões oníricas com uma linguagem bíblica, o poema realiza rigorosas censuras sobre a escravidão e o atraso do império, ainda muito vinculado com práticas coloniais.

Atribuindo isso, em conjunto a uma reflexão sobre os lamentos, profecias de ruína e o estado iminente de dominação presentes nas poesias americanas, torna-se árduo imaginar que representação arquitetada pelo poeta, esse que tanto apreciava os primeiros habitantes do Brasil, não fosse, através dos conflitos primordiais da colônia, uma analogia à violência sofrida por essas populações diante do processo assimilador do império.

RECEPÇÃO, DISSEMINAÇÃO E INFLUÊNCIA

Um dos grandes méritos da carreira literária de Gonçalves Dias foi sua rápida ascensão à fama e ao reconhecimento como o maior poeta do império, ao contrário de muitos casos na literatura nacional. É unânime que seus “Primeiros Cantos” foram um sucesso, tanto em solo brasileiro como em português, conforme indica a crítica realizada pelo escritor português Alexandre Herculano, em “O futuro literário de Portugal e do Brasil”, publicado em 1847. Em seus comentários, o romântico português declarava, alarmado, o fim da literatura lusa e o florescer da literatura brasileira no novo mundo:

[...] Brazil. E’ um mancebo vigoroso que derriba um velho cachetico, demente e paralítico. O que completa, porém, a prova é o exame não comparativo, mas absoluto de algumas das modernas publicações brasileiras.
Os *Primeiros Cantos* são um bello livro; são inspirações de um grande poeta. A terra de Santa Cruz que ja conta outros no seu seio, pode abençoar mais um illustre filho (sic). (HERCULANO apud DIAS, 1857, p. XVI, grifo do autor).

É bem documentada a impressão de suas obras, tanto em território nacional, quanto internacional. Desse modo, é plausível afirmar que a obra poética do maranhense tenha alcançado certa parcela da população com *background* intelectual necessário para a compreensão profunda de seus versos. Como aponta Gilberto Freyre (2009, p. 60-61), próximo ao fim do século XIX, grande parte da elite brasileira ainda se encontrava nos padrões culturais pertencentes aos fins do XVIII e ao início do XIX. Tomando por base essa conjuntura, a poesia de Dias provavelmente atingiu prontamente os gostos da época, dada a suas características neoclássicas e medievalistas, que ainda deviam algo à literatura portuguesa, aliadas à nova sensibilidade romântica e nativista.

O estudo das representações conduz, para além dos seus traços constitutivos e formadores, a uma reflexão sobre as leituras e apropriações historicamente realizadas pelos leitores da mesma (CHARTIER, 2002, p. 23-24). Nesse sentido, considerando o campo literário, as obras gonçalvinas foram lidas e absorvidas por seus contemporâneos como José de Alencar, Bernardo Guimarães, Machado de Assis, entre muitos outros. Seu estilo único de representar o indígena, ao que parece, alterou profundamente o panorama da literatura nacional, de modo a se tornar, direta ou indiretamente, uma inspiração para qualquer tratamento artístico da singularidade brasileira.

Ao tratar da obra de José de Alencar, “Iracema”, Machado de Assis (2019, p. 1) no “Diário do Rio de Janeiro”, inspirado por autores como Gonçalves Dias, Basílio da Gama e Gonçalves de Magalhães, argumenta que o alicerce da crítica à escola poética indianista seria um quadro de literatos que somente incluiria palavras e motivos indígenas em sua poética sem captar, de modo profundo, a sensibilidade dos verdadeiros indianistas. No entanto, tal fator não diminuiria os méritos dessa escola, que na obra dos três mencionados encontraria

modelos de forte criatividade.

Certamente, Machado de Assis crera nas próprias palavras, e contribuiu para o indianismo clamado por Dias no ano de 1875, em seu “Americanas”, conjunto de poesias de cunho nativista. A influência da lira do maranhense é inegável, a epígrafe do livro apresenta um verso da terceira estrofe do épico “Os Timbiras”, “filha melhor do Eterno, América!”. Ainda nesta coletânea, presta máxima homenagem ao romântico, dedicando-lhe o poema “A Gonçalves Dias” a sua vida e obra: “Como a harpa dos exules profetas, / A heroica tuba. Elle a embocou, vencendo/ Co’a lembrança do ninho seu paterno / Longas saudades e miserias tantas. / Que monta o padecer? Um so momento/As maguas lhe pagou da vida [...] (sic). (ASSIS, 1875, p. 142).

A representação belicosa do indígena aos moldes de “Canto do guerreiro” e “Tabira”, embora não seja matéria principal nessa coletânea, faz-se presente em certos trechos de “Potyra”, nos quais é notável a exaltação da força do indígena em combate: “Heroe lhe chamam / Quantos o hão visto no fervor da guerra / Medo e morte espalhar entre os contrarios / E avantajarse nos certos golpes / Aos mais fortes da tribu; (sic)” (ASSIS, 1875, p. 9).

José de Alencar – reconhecido principalmente devido a suas ficções de cunho indianista como “O Guarani”, “Iracema” e “Ubirajara”, sendo o primeiro desses considerado por José Veríssimo (2019, p. 120) de análogo valor para a ficção em prosa que os “Primeiros Cantos” para a poesia brasileira –, também se aventurou na poesia lírica indianista com forte influência gonçalvina em “Os filhos de Tupã”, experimento para um épico que somente chegou até a terceira parte, a despeito do projeto inicial, que visava a dez. Logo durante a abertura é perceptível a atmosfera grandiosa através da descrição do cenário e das indicações quanto ao som produzido pelos nativos: “Ao deserto, minh’alma! Sôbre os píncaros / Da branca penedia, e enquanto o vento / Nos antros da montanha ulula e brame, / Solte a rude pocema o canto fero / Dos filhos de Tupã. E ruja a inúbia / Troando pela várzea os sons bravios.” (ALENCAR *apud* AMORA, 1965, p. 56).

A representação do indígena de Dias também foi apropriada em forma de paródia por Bernardo Guimarães, em seu “O elixir do Pajé”, o qual retrata a história de um chefe curandeiro que busca recuperar seu vigor sexual. Mesmo havendo uma crítica à tendência indianista criada pelo poeta do exílio, ao tomá-la por modelo, ainda que ironicamente, Bernardo Guimarães ecoa passagens clássicas do romantismo (JOBIM, 2006, p. 205-206): “Mas neste trabalho, / dissei, minha gente; / quem é mais valente, / mais forte quem é / Quem vibra o marzapo / com mais valentia? / Quem conas enfia / com tanta destreza?” (GUIMARÃES, 2020, p. 4). Confessadamente uma referência aos versos da estrofe II de “O canto do Guerreiro” em “Primeiros Cantos”: “Valente na guerra / Quem há, como eu sou? / Quem vibra o tacape / Com mais valentia? / Quem golpes daria / Fatais, como eu dou? /— Guerreiros, ouvi-me; /— Quem há, como eu sou?” (DIAS, 2000, p. 7).

Cassiano Ricardo (2004, p. 133) aponta o poeta maranhense como forte influência para o indianismo moderno, que a partir dos anos 20 buscava no indígena parte da origem da singularidade cultural e ontológica brasileira. Por esse prisma, a figura do indígena reaparecerá em uma faceta diversa, como em “Macunaíma” de Mário de Andrade, enquanto em manifestos como o da “Antropofagia” de Oswald de Andrade e o da “Anta” de Plínio Salgado, Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo o indianismo possui um papel indelével. Ainda nessa perspectiva,

Alfredo Bosi (2017, p. 364) argumenta que parte dos anseios modernistas eram baseados na necessidade de uma renovação estética primitivista das origens nacionais, sobretudo as raízes indígenas e negras, o que em certo sentido, não destoava da busca de Gonçalves Dias, através de seu indígena, por uma identidade nacional.

No que diz respeito ao campo das representações, é eminente a absorção, em certo nível, do indígena de Gonçalves Dias pelas personalidades literárias contemporâneas, mas igualmente, ressoando nas gerações posteriores, o que, de fato, concretiza-o enquanto personagem recorrente na literatura brasileira. Por esse ângulo, vale mencionar o enquadramento da representação feita por Gonçalves Dias na ideia de “percepção criadora” (SANTOS, 2011, p. 213), ou seja, uma imagem ou descrição que perdura ao longo do tempo, sobrevivendo nas criações de outros autores, através do capital simbólico daquele que lhe deu origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que a historicidade de uma construção literária é velada, sua compreensão pode se tornar parcial, ou mesmo anacrônica. Uma aproximação coordenada entre a história e a literatura amplia, consideravelmente, o horizonte interpretativo de uma representação, como demonstrado nessa incursão. Por esse ângulo, reconciliar esses âmbitos, é uma possibilidade para a produção de uma história da literatura integrada, e a representação, dispositivo teórico eficaz.

O cotejo de diversas fontes paralelas aos livros de poesias permite entrever a gama de conflitos que envolviam a percepção do que era o indígena para a literatura, para o estado e para o poeta maranhense de forma mais íntima. Além de como esses diversos espectros se manifestaram de forma explícita ou velada nos versos, que se encontravam carregados de planos, entre os quais o de alcançar o posto de maior poeta da nação. Uma nova dimensão do ofício literário se expõe diante dessa documentação, à medida que a criação poética não é percebida pelo literato somente como um fim em si mesma, mas também, enquanto um meio de ascensão social.

Adentrar na representação do indígena concebida por Gonçalves Dias conduz o trabalho historiográfico, em suma, a uma imersão adentro de sua temporalidade, ambições e estado de espírito. A tendência romântica à ambivalência, parte integrante da personalidade do literato, é transfigurada para o nativo de sua obra, que, inserido simultaneamente em atos de bravura e em lamentos frente à colonização, traduz o conflito interno do poeta. Esse que, por um lado, fez uso dessa efígie característica do novo mundo como símbolo da força nacional, e por outro, instrumentalizou tal figura como uma ferramenta de crítica às políticas indigenistas no século XIX.

Convivendo intimamente com os indígenas, desde a infância e durante a vida adulta, além de carregar tal etnia em seu sangue, o poeta a influenciou em sua própria representação. Assim, como “o conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria *história*.” (CERTEAU, 1982, p. 9, grifo do autor), Gonçalves Dias inscreverá a si mesmo na imagem do indígena brasileiro, aprisionando neste, suas lutas, projetos e emoções.

Por fim, para além da especificidade da representação do indígena arquitetada pelo poeta maranhense, essa se insere em uma vasta constelação, que se desenvolve ao longo da história,

legitimando ações e discursos subordinados a outros interesses e propósitos. Aprender, em maior complexidade, o conjunto dessas representações, além da maneira como estas se relacionam em seus diversos campos de atuação, constantemente em combate por hegemonia, seria um conduto interessante, e ainda pouco explorado, para uma história da intelectualidade brasileira nos oitocentos, mas que conserve em seu escopo vínculos concretos com o social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTAIS:

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL VOL. 84. **Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias**. Divisão de publicações e divulgação: Rio de Janeiro, 1971.

ASSIS, Machado de. **Americanas**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4508>. Acesso em: 16 ago. 2020.

DENIS, Ferdinand. **Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil**. Paris: Leconte et Durey Libraries, 1826. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/25963>. Acesso em: 20 set. 2020.

DIAS, Gonçalves. **Cantos**: Collecção de Poezias. 2. ed. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1857. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4423>. Acesso em: 12 jul. 2020.

DIAS, Gonçalves. **Obras póstumas de A. Gonçalves Dias**: precedidas de uma notícia da sua vida e obras pelo dr. Antonio Henriques Leal. Vol. I. São Luís, Maranhão: Bellarmino de Mattos, 1868. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4112>. Acesso em: 20 nov. 2019.

DIAS, Gonçalves. **Obras póstumas de A. Gonçalves Dias**: precedidas de uma notícia da sua vida e obras pelo dr. Antonio Henriques Leal. Vol. VI. São Luís, Maranhão: Bellarmino de Mattos, 1869. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4445>. Acesso em: 20 nov. 2019.

DIRETÓRIO QUE SE DEVE OBSERVAR NAS POVOAÇÕES DOS ÍNDIOS DO PARÁ, E MARANHÃO, ENQUANTO SUA MAJESTADE NÃO MANDAR O CONTRÁRIO. 1758. Disponível em: http://lemad.fffch.usp.br/sites/lemad.fffch.usp.br/files/201804/Diretorio_dos_indios_de%29_1757.pdf. Acesso em: 8 jan. 2020.

GUANABARA, **Revista Mensal Artística, Científica e Literária**. Dirigida por: Manoel de Araújo Porto-Alegre, Antonio Gonçalves Dias, Joaquim Manoel de Macedo. Tomo I. Rio de Janeiro: Tipografia Guanabarensis de L. A. F. Meneses, 1850. Disponível em: <http://hdl.handle.net/fcrb/244>. Acesso em: 22 ago. 2019.

NITHEROY, **Revista Brasiliense**: Ciências, Letras e Artes. Tomo I. N° 1. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraries, 1836. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6859>. Acesso em: 10 ago. 2020.

REGULAMENTO ACERCA DAS MISSÕES DE CATECHESE, E CIVILIZAÇÃO DOS IUDIOS. Decreto n. 426, 24 de julho de 1845, por José Carlos Pereira de Almeida Torres com rubrica do Imperador Dom Pedro II. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>. Acesso em: 1 fev. 2020.

BIBLIOGRÁFICAS:

- AMORA, Manoel Albano. **José de Alencar, poeta**. Ceará: Academia cearense de Letras, 1965. Disponível em: http://www.academiacearensedelettras.org.br/revista/revistas/1965/ACL_1965_05_Jose_de_Alencar_Poeta_Manoel_Albano_Amora.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.
- ASSIS, Machado de. **José de Alencar**: Iracema. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/itemlist/category/28?order=year&start=12>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 52. ed. São Paulo: Cultrix, 2017.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do Gado**: a conquista e ocupação do sul do Maranhão. 2. ed. São Luís: Edufma, 2008.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. Vol. 1, 2. 6. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Algés: Difel, 2002.
- DIAS, Gonçalves. **Cantos**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FALBEL, Nachman. Os fundamentos históricos do romantismo. In: GUINSBURG, Jacob (Org.). **O Romantismo**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 23-50.
- FRANCHETTI, Paulo. **Estudos de literatura brasileira e portuguesa**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.
- GUIMARÃES, Bernardo. **O elixir do Pajé**. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=16583&co_midia=2. Acesso em: 3 fev. 2020.
- IMPRESA NACIONAL. **Collecção das leis do Brazil**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1891. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao1.html. Acesso em: 12 mar. 2019.
- JOBIM, José Luís. Indianismo literário na cultura do romantismo. **Revista de Letras UNESP**. São Paulo, Vol. 46, n. 1, p. 191-208, jan./jun., 2006. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/letras/article/view/48/42>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- MARANHÃO, Arquivo Público do Estado. **Repertório de Documentos para a História Indígena no Maranhão**. São Luís: SECMA, 1997.
- MARTIUS, Karl Friedrich von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista de História de América**. n. 42, p. 433-458, dez., 1956. Disponível em: https://www.academia.edu/16092043/Como_se_deve_escrever_a_Historia_do_Brasil_Author_s_Karl_Friedrich. Acesso em: 14 abr. 2019.
- MÉTRAUX, Alfred. **A religião dos Tupinambás**: e suas relações com as demais tribos Tupi-guaranis. Tradução por Estevão Pinto. São Paulo: Comp. Editora nacional, 1950.
- NUNES, Benedito. A visão romântica. In: GUINSBURG, Jacob (Org.). **O Romantismo**. 4. ed. São

Paulo: Perspectiva, 2013. p. 51-74.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **A vida de Gonçalves Dias**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2018.

RIBEIRO, Luís Felipe. **Mulheres de papel**: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis. Ed. EDUF: Niterói, 1996.

RICARDO, Cassiano. Gonçalves Dias e o Indianismo. In: COUTINHO, Afrânio. **A literatura no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Global, 2004. p. 70-138.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**. Vol. 1: 1808-18031. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 177-201.

SANTOS, Raimundo Lima dos. O sertão inventado: a percepção dos sertões maranhenses pelo olhar de Francisco de Paula Ribeiro. **Revista de História Regional**. vol. 16, n. 1, p. 209-234, 8 abr. 2011. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2429>. Acesso em: 23 ago. 2020.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=2127&co_midia=2. Acesso em: 25 fev. 2019.

CONJUNTO MARECHAL RONDON:
O ABRIGO DOS EXCLUÍDOS DA
CIDADE DE FORTALEZA (1972-
1979)

ANGERLÂNIA DA COSTA BARROS
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
angel_htaa@hotmail.com

RESUMO

A década de 1970, na cidade de Fortaleza, foi marcada por diversas intervenções habitacionais e urbanísticas que tinham por finalidade a organização e o embelezamento de seu espaço urbano, a partir da remoção de muitas áreas marginalizadas, entre elas, o Arraial Moura Brasil. Nosso intuito foi entender por que o processo de retirada desse lugar foi pacífico, sem confrontos ou resistência por parte de seus moradores, bem como, analisar o processo de construção do Conjunto Marechal Rondon, o qual, além de receber os expulsos do Arraial, passou a abrigar inúmeras pessoas advindas de diferentes comunidades erradicadas pelo Programa Integrado de desfavelamento. Para tanto, utilizamos entrevistas com os antigos moradores do Arraial Moura Brasil, atualmente, habitantes do Conjunto e, também, notícias dos jornais Correio do Ceará e O Povo.

Palavras-chave: Favela. Políticas habitacionais. Urbanização.

Recebido em 3 de janeiro de 2021.

Aprovado em 26 de março de 2021.

CONJUNTO MARECHAL RONDON:
THE SHELTER OF THE EXCLUDED
IN THE CITY OF FORTALEZA
(1972-1979).

ANGERLÂNIA BARROS
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
angel_htaa@hotmail.com

ABSTRACT

The 1970s, in the city of Fortaleza, were marked by diversified housing and urban planning that had the importance of organizing and beautifying their urban space, from the removal of many marginalized areas, including Arraial Moura Brasil. Our intention is understood because the process of removal from this place was peaceful, without confrontations or resistance on the part of its residents, as well as, analyzing the process of construction of the Conjunto Marechal Rondon, which, in addition to receiving the expelled from Arraial, past to shelter people from different communities eradicated by the Integrated Program of For this purpose, we used the identification with the old residents of Arraial Moura Brasil, currently, the inhabitants of the Conjunto and, also, news from the newspapers Correio do Ceará and O Povo.

Keywords: Favela. Housing politics. Urbanization.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata da “exclusão socioespacial” – entendida enquanto um acontecimento que reflete a prática de segregar, marginalizar e/ou isolar as pessoas que não fazem parte dos mesmos círculos sociais, culturais, econômicos e, sobretudo, espaciais das elites – de grande parcela de moradores da favela Arraial Moura Brasil, por se localizar na parte central e litorânea da cidade de Fortaleza, área de grande valor turístico, imobiliário e econômico. O processo de remoção (despejo com transferência) do Arraial ocorreu nos anos iniciais da década de 1970, quando a capital iniciou a construção de quatro grandes avenidas¹ para desenvolver o seu sistema viário, ao mesmo tempo que erradicava suas favelas.

Os removidos do Arraial Moura Brasil foram transferidos para o Conjunto Marechal Rondon, distante 14 km do Centro de Fortaleza e pertencente ao Município de Caucaia, local, à época, mal equipado de infraestrutura e com condições precarizadas de habitabilidade. Além de receber a população de uma das maiores favelas da capital cearense, esse Conjunto abrigou ainda outras famílias atingidas pelo Programa Integrado de Desfavelamento, projeto de (re) ordenamento urbano e de combate às áreas precárias no período de 1973 a 1980, elaborado no governo do prefeito Vicente Cavalcante Fialho.

Objetivando responder às inquietações sobre a consolidação dessa prática de remoção e, sobretudo, compreender as razões da população removida não ter resistido à expulsão, três fontes foram essenciais: os jornais *O Povo*² e *Correio do Ceará*³; os relatórios dos planejamentos municipais (Experiência de desfavelamento e Programa Integrado de desfavelamento), bem como entrevistas com os primeiros habitantes do Conjunto Marechal Rondon, os removidos do Arraial Moura Brasil.

A escolha desses dois periódicos se deu pela grande circulação deles em Fortaleza e pela cobertura que deram a obra da Avenida Leste-Oeste, símbolo do progresso e redentora do espaço “invadido” pelo Arraial. Através de suas publicações podemos perceber a construção de uma imagem negativa das áreas pobres da cidade e, concomitante a isto, o quanto o Programa Integrado de desfavelamento foi transformado em algo positivo, urbano e socialmente. Observa-se que o papel dos diários era apresentar aos seus leitores o maior problema de Fortaleza (as favelas) e a solução deste (a intervenção municipal através da “remoção”), bem como exaltar o trabalho municipal de efetivação do desenvolvimento viário, turístico e paisagístico da capital com a extinção desses locais de entrave. Não se pode desconsiderar que ambos os periódicos são canais transmissores de posicionamentos políticos da elite cearense

1 Av. Borges de Melo, Av. Leste-Oeste ou Presidente Castelo Branco, Av. Aguanhambi e Av. José Bastos.

2 Fundado em 07 de janeiro de 1928 pelo cearense Paulo Sarasate e por Demócrito Rocha, baiano que adotou o Ceará, tendo aqui se radicado e constituído família, o jornal é atualmente o órgão de imprensa mais antigo ainda em circulação no estado do Ceará. (ALVES, 2010). Seu acervo encontra-se na hemeroteca (microfilmes) da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Espaço Estação, na Praça da Estação com Rua 24 de Maio), bem como no Instituto Histórico de Ceará, localizado na Rua Barão do Rio Branco (próximo à Avenida Duque de Caxias). Algumas notícias estão disponíveis apenas na sede do próprio Jornal, na Av. Aguanhambi, 282.

3 Segundo Geraldo Nobre (2006), o jornal, fundado em 2 de março de 1915, traz interesse pelo noticiário da conflagração mundial, bem como pelas ocorrências da política deveras agitada de então, tornou possível, enfim, a existência no Ceará, do verdadeiro jornalismo, de cunho informativo, preservando a linha noticiosa do “Diário do Estado”, devida a Álvaro da Cunha Mendes, fundador de ambos. O periódico deixou de circular em dezembro de 1982. Seu acervo encontra-se impresso no Instituto Histórico do Ceará, mas de maneira entrecortada, com poucos anos completos e na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (microfilmes).

e, diante de um contexto ditatorial e de forte censura, principalmente após o Ato Institucional nº 5 (13/12/1968)⁴, também serviam para transmitir propagandas positivas das ações dos governantes.

Pelo conteúdo apresentado no “Programa Integrado de desfavelamento de Fortaleza”, conhecemos os dados dos órgãos participantes e suas funções, os seus objetivos gerais e específicos, os locais já mapeados para a futura extinção, os orçamentos financeiros, entre outros. Sua relevância, nesta pesquisa, se dá pela possibilidade de acessar o projeto de forma oficial, analisando a contradição que há entre o seu discurso de benefício social e as suas finalidades urbanas de cunho elitista e exclusivista.

O folheto “Experiência vitoriosa de desfavelamento: Conjunto Alvorada e Marechal Rondon” é uma espécie de relatório de conclusão das primeiras experiências de extinção de favelas e da construção dos dois primeiros conjuntos habitacionais para alojar os “removidos”, o Conjunto Alvorada e o Conjunto Marechal Rondon, entre 1971 e 1974. Por ele, observamos o amadurecimento da política de erradicação, a elaboração de pesquisas socioeconômicas das famílias removidas pelas assistentes sociais da Fundação do Serviço Social de Fortaleza (FSSF), as primeiras áreas erradicadas e a forma como a prefeitura apresentou tal ação enquanto benefício aos pobres.

Os moradores entrevistados foram escolhidos por serem os primeiros removidos do Arraial Moura Brasil que foram instalados no Conjunto Marechal Rondon e, nesse, residem até os dias atuais. As entrevistas foram realizadas nos domicílios dos entrevistados e gravadas apenas em dispositivos sonoros. Os entrevistados respondiam a um questionário comum, mas também a diversas perguntas surgidas dentro dessa dinâmica. A Sr.^a Maria Edite Ferreira Dias (86 anos), costureira aposentada, foi um ícone no Conjunto pelo seu trabalho de liderança comunitária, sendo reconhecida por quase toda a vizinhança. Sua ida ao Rondon difere da dos outros entrevistados, pois, de acordo com sua fala, ela se mudou por conta própria e não na condição de “removida”.

Maria Ferreira dos Santos Barros (71 anos), doméstica aposentada, minha avó paterna – cuja história de vida foi a inspiração para a pesquisa, afinal, antes mesmo de eu querer ser historiadora, ela já me contava sobre as suas experiências cotidianas de quando morava à beira-mar –, também nega ser “removida”, mas confirma a obrigação de sair do Arraial para a construção da avenida. Luiza Gomes Pinto (70), doméstica aposentada; Raimunda Leopoldina e Silva⁵ (falecida) e Francisco Matias de Souza (75), aposentado, são moradores que, também, atuaram no Mal. Rondon naquele período e apresentam versões e impressões diferentes sobre o processo excludente pelo qual passaram, a começar, pelo reconhecimento de terem sido excluídos.

A causa da “remoção” do Arraial Moura Brasil seria:

O projeto de construção da Avenida Leste-Oeste, ligando a zona portuária de Mucuripe à zona industrial da Floresta/Barra do Ceará, teve como consequência imediata a possibilidade de erradicação dos numerosos mocambos que ocupavam extensa área da orla marítima, na qual famílias constituídas, mas extremamente pobres, coexistiam com a prostituição e elementos delinquentes. Localizava-se esse reduto da miséria e da marginalidade entre as

⁴ Ver Capelato (1988).

⁵ Quando da entrevista em 09 de agosto de 2014, ela tinha 77 anos. Infelizmente, no ano de 2016, ela foi acometida de *Chikungunya* e faleceu.

ruas Barão do Rio Branco e Padre Mororó, espaço equivalente, em sentido longitudinal, a oito quadras. O trabalho de remoção não abrangeu apenas esse trecho, mas todo o leito da avenida, incluindo as ruas Braga Torres e Marinho de Andrade, trechos do bairro do Pirambu e da Vila Santo Antônio. (FORTALEZA, 1974, p. 15).

O trecho acima representa a principal causa da expulsão de grande parte do Arraial Moura Brasil: abrir caminho para a Av. Leste-Oeste ou Presidente Humberto Castelo Branco (nome oficial). Muitos administradores urbanos de Fortaleza recorriam à construção de avenidas, ao alargamento de ruas, ao embelezamento paisagístico etc., para justificarem suas políticas segregacionistas de retirada de moradores pobres dos locais centrais e valorizados da cidade. A passagem também resume o quanto a imagem pública do Arraial era negativa, apresentada como um lugar sem ordem, lei ou moral. Esses locais são alvos de críticas por se concentrarem muito próximo aos habitantes abastados, os “assustadores e temidos” moradores pobres da cidade. Por isso, geralmente, qualquer plano de erradicação de zonas precárias adquire aceitação e legitimação dos setores altos. Mas, quando a remoção passa a ser lembrada positivamente pelos que foram excluídos, como no caso do Arraial, nós devemos questionar a razão disto.

O “desfavelamento”⁶ do Arraial Moura Brasil foi o maior desafio, em termos de proporções quantitativas, para a equipe da Fundação do Serviço Social de Fortaleza (FSSF), pois no local destinado à construção da Avenida, “entre o Arraial e a Cinza havia 2.540 casas e casebres, ocupados por 15.431 pessoas” (O POVO, 05/10/1974, p. 28). De acordo com o relatório da Prefeitura de Fortaleza, o elevado número de casas a serem demolidas exigiu muito esforço e cuidado por parte dos assistentes sociais, “a fim de que não ficassem problemas pendentes, fosse no tocante às indenizações ou à mudança e reinstalação” (FORTALEZA, 1974, p. 15). Para tanto, a área foi dividida em duas frentes de trabalho, a de moradores considerados favelados e os não-favelados.

A diferença entre as duas divisões, conforme o discurso oficial, estava na situação da moradia, aluguel ou própria, dos habitantes. Os não-favelados seriam aqueles que tinham a posse dos imóveis, ainda que a casa fosse de taipa, madeira ou palha. Depois dessa separação, o tratamento recebido e o órgão responsável pelos trâmites burocráticos também passavam a ser distintos: a FSSF cuidava dos “favelados”, enquanto os outros cabiam à Superintendência Municipal de Obras e Viação – SUMOV. Segundo os jornais *O Povo* e *Correio do Ceará* e os documentos municipais, todos os moradores foram indenizados, “sessenta e três por cento das casas eram alugadas e nas indenizações a Prefeitura contemplou tanto os senhorios quanto os inquilinos” (FORTALEZA, 1974, p. 15); porém, segundo os moradores, isso não ocorreu.

Através das entrevistas, conhecemos que existiam outros aspectos de diferenciação que os faziam ser enquadrados no grupo dos favelados ou não, os quais serão discutidos ao longo do texto. Adianta-se, ainda, a existência de muitas divergências entre o discurso publicado nos meios de comunicação, as ações do governo municipal e as falas dos moradores. Ao contarem sobre suas experiências acerca do Programa, Maria Edite Ferreira Dias e Maria Ferreira dos Santos Barros – duas de nossas entrevistadas supostamente enquadradas na classe dos não-

⁶ O termo remete à prática de erradicar favelas.

favelados⁷ – revelam-nos como, na prática, a Prefeitura tratava a população residente no Arraial ou adjacências de modo distinto, a partir dessa separação.

Ambas moravam em casas próprias, sendo que a de Dona Edite ficava nas proximidades do Arraial, na Rua Gomes Parente, e era de alvenaria, característica que já a fazia ser vista enquanto “mais abastada” pelos seus vizinhos. A maior parte dos habitantes do lugar, até mesmo os residentes em habitações próprias, como Maria Ferreira, tinham suas casas de materiais menos resistentes: “a minha casa lá era de taipa, não tinha muita casa de tijolo, lá era uma beira de praia, chamava de Jacarecanga, mais na frente era o Arraial Moura Brasil, justamente ali perto do Marina Park⁸, naquela descida do Marina, ali que era o chamado Arraial Moura Brasil”.⁹

Toda a área que se estendia pela orla marítima central de Fortaleza, entre as ruas Filomeno Gomes e Barão do Rio Branco, era considerada Arraial, porém, para os moradores do local, bem como para os jornalistas e os governantes, o chamado Curral ou Cinza seria o ponto mais problemático do lugar. Nas notícias dos jornais, faz-se notório o entusiasmo do Prefeito Vicente Fialho com a Avenida que “passaria por cima da ‘Cinza’, de negativas tradições [...] e extirparia um dos mais inflamados cancros sociais de nossa urbe [...] uma das faixas mais preocupantes do chamado baixo meretrício da cidade” (O POVO, 01/10/1978, p. 16).

Para Maria Ferreira, somente a Cinza era o Arraial, por depositar nele todos os valores negativos do lugar, e, apesar de ter habitado esse espaço, ela não se reconhece como parte dele e se esforça para não estar enquadrada entre o “pessoal de lá”:

Agora o Arraial, muita gente queria tirar o Arraial de lá, porque lá era local só de mulher prostituta, então dava muita bagunça, dava morte, lá era local de gafeira, bebedeira, tudo enquanto tinha no Arraial Moura Brasil. Mas era só lá, nós não incomodava muito, porque a gente morava mais lá pra baixo, mas o pessoal que morava dentro, se misturava, né?¹⁰

Esse não-pertencimento¹¹ ao Arraial também foi observado na fala de Maria Edite, principalmente quando ela detalha o local em que morava, “lá era beira de praia, uma ruazinha muito estreita, sem calçamento, sem nada, do lado do Moura Brasil que era uma grande favela, né? E ali não tinha vida, ninguém tinha vida”.¹² Observa-se que, semelhante à fala de Maria Ferreira, há também uma preocupação por parte de Maria Edite em não ser associada ao Arraial e isso reflete o grau de estereótipos sobre a região e como ele ainda é representado como um lugar inadequado e adverso.

Segundo os entrevistados, quem morava de aluguel no Arraial não foi indenizado, mas, indenizados ou não, todos os moradores que foram para o Conjunto Marechal Rondon

7 Nenhuma das duas sabia desta divisão (tendo em vista que a metodologia aparece somente no relatório municipal), porém, por suas falas/experiências diferirem em alguns aspectos quando relacionados aos dos outros moradores entrevistados, presumo que ambas fizeram parte deste perfil.

8 A entrevistada se referiu ao Marina Park Hotel, localizado na Avenida Presidente Castelo Branco, no Bairro Moura Brasil. O Hotel foi construído na década de 1980, na área onde antes viviam os moradores de parte do Arraial Moura Brasil.

9 Fala de Maria Ferreira dos Santos Barros (71 anos), removida do Arraial Moura Brasil. Entrevistada em 14 de junho de 2017.

10 Ibid.

11 Segundo Relph (1976), a sensação de não pertencer a um lugar advém da própria ligação com ele.

12 Entrevista com Maria Edite Ferreira Dias (86 anos), ex-líder comunitária do Conjunto Marechal Rondon. Entrevistada em 09 de agosto de 2014.

tiveram que comprar seu lote para realizarem o sonho da casa própria. Para os que já eram proprietários de uma moradia no Arraial, a nova casa representava a conquista de uma legalidade espacial, devido ao recebimento do título do imóvel. Já para os inquilinos, apesar das péssimas condições de habitação do Rondon, conseguir finalmente alcançar esse objetivo, dava-lhes um sentimento de segurança e de realização, de modo que as lembranças de qualquer adversidade ocorrida no período são logo substituídas pela conquista da moradia:

Antes de vim, eu visitei. Menina, aqui (Conj. Mal. Rondon) era só o matagal, mas eu vim, a casa ia ser minha, né? Eu vim, não ia pagar mais aluguel. Eu queria vim, ter minha casa, né? Foi uma luta, mas agora eu tenho minha casa. A gente sentia saudade (do Arraial), mas a casa não era minha, agora eu teria minha casa mesmo, né?¹³

Todos os entrevistados consideram a habitação a principal vantagem e o maior benefício do Programa de desfavelamento. Assim, para os excluídos do Arraial, possuir uma casa compensou a mudança de espaço e de rotina e/ou a saída de perto do trabalho e de parentes.¹⁴ Com base nisso, entendemos o porquê dos transferidos não se sentirem de todo excluídos, afinal ter um lugar no espaço – possuir uma moradia –, além de ser uma necessidade pessoal e familiar, conferia cidadania e identidade, de modo que, devidamente inseridos no ambiente urbano, eles se sentiam realizados, incluídos e dignos: “só aqui (Conjunto Marechal Rondon) eu virei cidadã”.¹⁵

Concordando com a socióloga Bader Sawaia, “a sociedade exclui para incluir e essa transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão” (SAWAIA, 2001, p. 8). O sentimento de estarem integrados, devido à aquisição de um imóvel e da saída da irregularidade para a legalidade, oculta (ou torna ameno) o processo excludente por qual passaram. O projeto municipal prometia incluir, mas excluiu, ao retirar os pobres de locais que não condiziam com suas posições socioeconômicas, afastando-os para terrenos longe dos interesses urbanísticos da prefeitura ou das imobiliárias, a fim de esconder resquícios de zonas precárias no espaço urbano planejado de Fortaleza, como vem expresso em seus relatórios:

Favorecer às populações removidas dos núcleos erradicados, condições de moradia salubre em outras áreas da cidade. Áreas essas que se adequem às suas condições socioeconômicas, principalmente no que se referem a capacidade de aquisição do terreno e condiga com o interesse do crescimento de Fortaleza, visando, portanto, uma gradativa integração destas populações aos benefícios de nossa urbanização planejada (FORTALEZA, 1973, s./p.).

Até mesmo essa promessa de oferecer moradia salubre era falsa. Segundo os moradores, o conjunto não dispunha de equipamentos sanitários, como esgoto, ou serviços médicos, logo quando chegaram, em 1973. Ainda assim, a casa própria serviu como o instrumento de convencimento da população pela FSSF. Além disto, a Fundação apoiava-se em seu papel assistencialista para disfarçar o controle espacial da cidade pelos administradores, de modo que o “desfavelamento” não fosse apresentado de forma repressiva. Isto é, o Programa não podia ser “como algo que diz não, que impõe limites, que castiga” (FOUCAULT, 1979, p. 15).

13 Entrevista com Raimunda Leopoldina e Silva (falecida). Morou no Arraial Moura Brasil e no Conjunto Marechal Rondon. Entrevistada em 09 de agosto de 2014.

14 Muitos deles comentam ter parentes que moram, ainda hoje, em bairros próximos ao antigo Arraial, como o Pirambu, a Jacarecanga etc.

15 Entrevista com Maria Edite Ferreira Dias. (*Op. cit.*).

Ao contrário, conforme Rios (2001), o controle mais apropriado é a assistência social, em outras palavras, quando ele se reveste de amparo para ocultar a exclusão.

POR QUE OS MORADORES DO ARRAIAL ACEITARAM A REMOÇÃO?

Através das publicações dos jornais e as falas dos moradores, percebem-se três fatores ou razões que colaboraram para a aceitação (ou até mesmo desejo) do público-alvo do Programa à remoção: o estigma, os problemas e o tempo.

No fator estigma, podemos incluir a questão do não-pertencimento do Arraial como local de moradia por parte de seus antigos habitantes. Essa negação do lugar, provavelmente, é fruto do discurso oficial sobre aquele espaço, que sempre procura incutir no removido um imaginário de vergonha e repulsa de se morar em casebres e favelas (MONTENEGRO, 1994). Soma-se a isto, a classificação dos jornalistas quanto à área Cinza ser o pior lugar da região, bem como danosa para as localidades vizinhas: “o casario necrosado tinha uma existência enferma. O povo queria desfrutar a vida, mas não podia. A Cinza, principalmente a Cinza, problema crucial e vergonhoso para uma cidade moderna, comprometera a existência da Braga Torres e do próprio Arraial Moura Brasil” (CORREIO DO CEARÁ, 05/10/1974, s/p. Edição Especial).

A afirmação de que “o povo queria desfrutar a vida, mas não podia”, presente na citação acima, também é constante nas falas dos ex-moradores do Arraial. Eles lembram do Moura Brasil como um lugar de incertezas e de limitações, “ali não tinha vida, era uma favela”¹⁶. Residir no Arraial significava carregar o estigma de ser um favelado, pois era assim que os jornais, o Programa de desfavelamento, os administradores urbanos e os outros cidadãos os enxergavam. Logo, entende-se o porquê do empenho deles em negar que moravam no Arraial. Como aponta Montenegro, ao abordar o contexto de expulsão dos moradores do bairro de Casa Amarela, em Recife-PE, essa recusa ao lugar também ocorria devido aos programas de erradicação de favelas reforçarem e se utilizarem desse aspecto a fim de garantir a saída pacífica (ou desejada) da população:

Ocupar uma moradia classificada de mocambo era vivenciar a perda iminente do lugar de viver e, sobretudo, à execração pública. Esse tipo de moradia começava a ser associado ao perigo constante de destruição de tudo que uma família havia construído. No entanto, trabalhava-se o imaginário coletivo de maneira que a moradia passasse a ser rejeitada pela própria população que a construía, como forma de quebrar o moral e a resistência populares. (MONTENEGRO, 1994, p. 121).

Além disto, o elemento do Arraial mais lembrado e criticado em todas as entrevistas era a prática do meretrício. Para Raimunda Leopoldina, uma das moradoras que entraria no critério de favelada de acordo com o Programa, sair do Moura Brasil representou o alívio de não criar os filhos perto de mulheres cuja profissão é “condenada”: “onde eu morava, lá no Arraial, era de frente a uma casa de prostituta, não queria meus filhos que eles crescessem ali, não. Eu gostei daqui (Rondon), por causa disso”.¹⁷ O preconceito contra esse modo de vida também se fez presente nos jornais, mostrando a repulsa e a segregação de muitas delas que

16 Entrevista com Maria Edite Ferreira Dias. (*Op. Cit.*).

17 Entrevista com Raimunda Leopoldina e Silva. (*Op. Cit.*).

vieram ao Conjunto Rondon ou ao Parque Guadalajara¹⁸, também no Distrito de Jurema: “as prostitutas oriundas de Cinza, “curral” como dizem alguns, não gozam de prestígio junto às famílias” (O POVO, 03/05/1973, p. 12).

Apesar de as famílias e essas mulheres terem habitado o mesmo local durante anos, apresentarem condições econômicas, sociais e culturais semelhantes, e terem sido excluídas socioespacialmente pelo mesmo processo de remoção, eram as profissionais do sexo as mais isoladas e estigmatizadas. Todavia, se para os depoentes, a pior característica do Arraial era a presença do meretrício, para o discurso oficial e público, todos os habitantes do lugar eram responsáveis pela má imagem da favela: “casas que eram ocupadas por pobres famílias, prostitutas e gente desocupada, que formavam o mais miserável aglomerado humano da capital” (O POVO, 20/02/1973, p. 12).

Na prática, ainda que alguns moradores tenham recebido um melhor tratamento, para o Programa, nenhum deles era considerado especial, todos tiveram que sair. Entretanto, o desprezo pelas mulheres “da vida” funcionava como uma válvula de escape ao estigma atribuído à área. Isto ocorre porque alguns indivíduos dentro da sociedade passam a segregar aqueles que não compartilham de seus padrões (cristãos, moralizadores e normatizadores). Como aponta o sociólogo Erving Goffman, “[...] em muitos casos, aquele que é estigmatizado num determinado aspecto exhibe todos os preconceitos normais contra os que são estigmatizados em outro aspecto [...]” (1988, p. 149), a exemplo do caso de algumas “prostitutas” do Arraial terem sido impedidas de ir ao Conjunto Marechal Rondon por não serem “bom exemplo” para as famílias:

Com raras exceções, todos os moradores da Cinza, que vive os seus últimos momentos, estão satisfeitos com a sua remoção para outros pontos da cidade, principalmente os conjuntos Marechal Rondon e Alvorada, implantados pela Prefeitura Municipal, para alojar as famílias deslocadas daquele antro de vício, marginalização e prostituição. Para evitar que o extermínio de Cinza resulte apenas na transferência de local de uma zona de prostituição, a Prefeitura Municipal não incentiva a ida de mundanas, para esses conjuntos, onde são recebidas e assistidas unicamente as famílias que levam vida normal, muito embora tenham convivido durante anos, em plena central de prostíbulo. (CORREIO DO CEARÁ, 23/02/1973, p. 3).

O segundo fator listado – problemas – também contribuiu bastante para a retirada “vitoriosa” do Arraial. Ao perguntarmos sobre qual a pior adversidade de se morar no Arraial, o mar aparecia logo em seguida à prostituição. Fez-se esse questionamento tanto para conhecer se eles realmente consideravam ruim residir lá, como aparece nos jornais e nos documentos municipais, quanto para identificar se as imagens negativas do Arraial produzidas pela mídia são reproduzidas pelos moradores, mesmo que eles não tivessem o hábito de ler jornais (ou de ter acesso a eles), pois muitos nem eram alfabetizados¹⁹. Nossa conclusão é que a sociedade fortalezense, inclusive os marginalizados, compartilhava dessa visão pessimista sobre a área em questão, entretanto, alguns aspectos desagradáveis – como “as cheias” do mar – não eram

18 Este bairro, localizado próximo ao Conjunto Rondon, foi uma segunda alternativa de moradia para os expulsos de muitas favelas de Fortaleza, como as da Av. Aguanambi e da José Bastos, bem como do Arraial. A diferença é que nesta área a maioria dos terrenos era vendida pela Imobiliária Fiúza, ao contrário do Rondon, em que os lotes eram de responsabilidade da Prefeitura de Fortaleza, através da Fundação.

19 Segundo o relatório da Fundação do Serviço Social, “o índice de analfabetos superava os 60 por cento [...]” (FORTALEZA, 1974?, p. 26). Também perguntávamos aos entrevistados se eles sabiam ler ou tinham o costume de ler jornais e a resposta, de ambas as perguntas, era quase sempre negativa.

retratados pela imprensa:

Aquela extensa zona da cidade, principalmente a da orla marítima, sempre figurou nos noticiários como região problema, pela extrema pobreza que caracterizava a vida de milhares de pessoas que ali tinham o seu habitat. Antro de prostitutas, de maconheiros, de ladrões eram alguns dos epítetos que a imprensa diariamente vomitava, diante da maré alta das ocorrências que faziam famosa a história da Vila Santa Terezinha, Pirambu e zonas adjacentes, que se estendiam mais para longe. (CORREIO DO CEARÁ, 19/02/1979, p. 12).

Essa publicação exalta o que o Arraial representava para quem não o habitava, ou seja, ela era destinada a parte da cidade interessada pelo fim do aglomerado. Desse modo, ganhavam atenção máxima dos meios de comunicação todas as questões negativas que afetassem direta ou indiretamente os cidadãos “bem localizados” ou as logísticas imobiliárias e urbanas. Assim, entende-se a razão dos problemas internos do Arraial Moura Brasil, como a invasão dos casebres pelo mar, não serem noticiados.²⁰ Afinal, o mar era um incômodo somente para os chamados favelados, isto é, algo que pouco preocupava ou atingia o resto da população da capital, logo, não precisava ser publicado. Caso contrário, se as “cheias” causassem algum transtorno externo que incomodasse os outros setores sociais, elas certamente apareceriam nas matérias jornalísticas:

O mar destruiu, na última segunda-feira, vários casebres do Poço da Draga e da Praia de Iracema [...] o calçadão construído pela Prefeitura Municipal, na Avenida Presidente Kennedy, proximidades do Esplanada Hotel, também ficou danificado pela fúria das águas [...] o local mais atingido foi a parte da Avenida Aquidaban²¹ no cruzamento com a Barão de Aracati, bem próximo ao comercial clube. Casebres que estavam localizados na beira da praia foram completamente destruídos, e várias famílias estão desabrigadas [...] a ressaca trouxe também muita areia para a Avenida Aquidaban, o que provocou atolamento de veículos. (O POVO, 28/02/1979, p. 16).

Morar próximo ao mar acarretava muita insegurança para os moradores, de modo que o medo de perder o pouco que possuíam transformou a “remoção” em esperança, uma forma de garantir o futuro: “o que deu bom pra gente ter saído de lá, é porque o mar tava tomando tudo, então quando eles vieram já pra tirar a gente, a gente já tava precisando mesmo de sair. Porque ou a gente saia pela indenização ou o mar mesmo derrubava as casas”.²² Dessa forma, o Programa Integrado de desfavelamento foi visto por muitos residentes do Arraial enquanto uma ação extremamente providencial e, portanto, corresponde a mais uma das razões de sua tranquila retirada. Além disto, a maré não era apenas sinônimo de destruição, ela também significava a origem ou a piora de enfermidades:

Me avexei mesmo e até achei bom sair da beira da praia, foi a minha saúde e a saúde dos meus filhos, que lá tudo cansavam, qualquer gripezinha, tavam cansados, eles não estavam se dando com a maresia que já tava batendo no fundo das casas. Minha casa mesmo uma vez foi alagada pelo mar. O mar encheu e invadiu as casa tudo.²³

20 Não achamos nenhuma notícia sobre enchentes marítimas no Arraial Moura Brasil durante a pesquisa hemerográfica, apenas uma matéria acerca de um problema parecido, mas em outra comunidade: “O Prefeito Vicente Fialho esteve na manhã de ontem no Lagamar, para sentir de perto a gravidade da situação do povo que ali vive, com o advento da época invernal [...] a grande providência, todavia, será a remoção das famílias mais atingidas pelas enchentes [...]” (CORREIO DO CEARÁ, 16/03/1974, p. 3).

21 Atual Avenida Historiador Raimundo Girão, localizada na Praia de Iracema.

22 Entrevista com Maria Ferreira dos Santos Barros. (*Op. cit.*).

23 Entrevista com Maria Edite Ferreira Dias. (*Op. cit.*)

A má qualidade das habitações, a presença do meretrício e os problemas advindos do mar foram aspectos decisivos para a renúncia quase imediata da população de continuar a viver no Moura Brasil. Os entrevistados negam a existência de algum movimento de resistência à remoção ou algum tumulto no dia da transferência: “ninguém saiu ‘na marra’²⁴ não, a Fundação chegava, trazia os carros e o pessoal derrubava as casas e trazia as coisas, você ainda trazia o material.”²⁵ Ou seja, eles eram expulsos da área de forma muito organizada e calma, toda a violência presente nos dias fatídicos (a área foi removida em diversas etapas) deu-se, utilizando o termo de Pierre Bourdieu (2010), simbolicamente.

A “violência simbólica” desta remoção se iniciou com o trabalho de convencimento da FSSF, os assistentes sociais atraíam os moradores com as “vantagens” do conjunto habitacional e, conseqüentemente, disfarçavam as intenções do governo municipal de transformar/melhorar a área em questão, para trazer “muito progresso” à cidade, mas quase nenhum aos seus antigos habitantes. Não houve confronto nos dias de retirada, contudo, eles eram agredidos simbolicamente ao presenciarem a rápida derrubada de suas casas enquanto estavam ocupados em levar, para o futuro, o que era permitido aproveitar do passado (móveis e/ou material de construção). Pois, as lembranças do lugar deviam ser destruídas conforme o avanço dos tratores e, para evitar qualquer saudosismo ou arrependimento na hora da mudança, eles precisavam ter a certeza do Arraial em ruínas e a imagem dos escombros.

Quanto ao fator tempo, a socióloga Irllys Barreira, em seu livro “O reverso das vitrines”, analisou a resistência da favela José Bastos, também em Fortaleza, tentando entender por que seus moradores se dispuseram, mesmo com uma experiência curta de moradia (seis meses), a lutar tanto pela área em questão (BARREIRA, 1992). Tal inquietação foi pertinente por incentivar outras reflexões: sabendo que o Arraial Moura Brasil existia desde o final do século XIX, enquanto a José Bastos somente há meses, o que explica a não resistência em sua remoção? Pois, se levarmos em conta o tempo de duração das favelas como o motivo de seu enraizamento na vida dos moradores, aquela era quem deveria ter sido palco desse evento. Supõe-se, então, que foi justamente o tempo o motivo para a falta de resistência. Em outras palavras, o longo período de existência do Arraial e, assim, de suas adversidades, nutriam os moradores de insatisfação, vendo os anos passarem e nada mudar (ou piorar).

O contexto político, durante a remoção de ambas as favelas, também influenciou bastante na passividade de uma e na resistência da outra. De acordo com Carvalho (2016), a Ditadura Militar pode ser dividida em três fases: a primeira (1964-1968) caracterizou-se por um período de instabilidade, tanto no poder político e repressivo quanto nas questões econômicas; a segunda (1968-1974) foi a época mais “sombria” da história do país, no que se refere à perda de direitos civis e políticos, por outro lado, o crescimento econômico também atingiu índices elevados, ainda que as camadas mais baixas não tivessem sido tão contempladas; a terceira (1974-1985) foi a fase de abertura política e dos movimentos contra o fim da Ditadura e a volta da democracia, bem como da desaceleração econômica.

Sabendo disso, percebemos que a remoção do Arraial Moura Brasil ocorreu no período em que a máquina repressiva militar não permitia qualquer mobilização ou ideologias

²⁴ A expressão “na marra” tem sentido de à força, obrigado, coagido.

²⁵ Fala de Luiza Gomes Pinto, antiga moradora do Arraial Moura Brasil, atual habitante do Conjunto Marechal Rondon. Entrevistada em 31 de julho de 2016.

contrárias ao governo. Além da forte censura aos meios de comunicação, “o Exército criou agências especiais de repressão [...] que ficaram tristemente conhecidas pelas siglas DOI-CODI²⁶” (CARVALHO, 2016, p. 167) e existia muito controle sobre os sindicatos, partidos, instituições públicas. Possivelmente, qualquer resistência ou organização de oposição às medidas governamentais seriam reprimidas e silenciadas. Contexto muito diferente do despejo da José Bastos, período de ascensão dos movimentos sociais e do abrandamento do autoritarismo violento dos anos anteriores. A questão eleitoral também interferiu na distinção da saída dessas duas comunidades. Ao passo que na José Bastos o processo de retirada iniciou-se em ano de eleições (1978), atraindo vários políticos e candidatos a essa causa – isso proporcionou a organização da população e o fortalecimento do movimento – devido à busca pela promoção pública; a retirada do Arraial ocorreu entre anos de menor movimentação política (final de 1972-começo de 1974), ou seja, “nessa época não aparecia político.”²⁷ Se eles não tinham apoio de nenhuma liderança política de oposição ao prefeito ou a quem recorrer, fora a FSSF, como eles teriam as suas vozes ouvidas e defendidas?

Teve muita gente que tava lá que ficaram revoltado, principalmente quem tinha sua casinha própria mesmo, bem feitinha, em cima uma da outra, mercearia, né? Muita gente não queria sair daquele local, porque era um local que a gente já era acostumado. Tinha muita gente que nasceu e se criou lá e ninguém queria sair. Só teve a reclamação de morador um com outro, “olha, a gente vai sair daqui por quê? A gente tá tão bem”.²⁸

A citação acima indica que existiram pessoas desfavoráveis ao “desfavelamento” do Moura Brasil, entretanto as críticas eram feitas somente entre eles. De acordo com os moradores, ninguém ousou contestar a Prefeitura e não houve nenhum indício de reação por esse motivo, no máximo, ocorreu algum protesto acerca do valor irrisório da indenização. A não participação de alguns segmentos como os universitários, o governo estadual, os políticos, a Arquidiocese etc., na saída do Arraial, pode ser explicada, através da Avenida Leste-Oeste. A sociedade fortalezense estava convencida “das inúmeras influências benéficas de aspecto social, como o saneamento de uma das áreas mais pobres e difíceis da cidade e a oferta de novas e melhores condições de vida a seus habitantes” (CORREIO DO CEARÁ, 28/08/1974, p. 8), portanto, não havia motivos para serem contrários a essa erradicação.

CONJUNTO MARECHAL RONDON: O LUGAR DOS EXCLUÍDOS

A remoção do Arraial Moura Brasil para o Conjunto Marechal Rondon foi emblemática por ser um exemplo de como o governo cria estratégias para convencer a população da extrema necessidade de fazer a cidade progredir, de acordo com seus padrões, e de como esse progresso servirá a todos, mesmo não servindo. A remoção, como vimos, era apresentado como uma política de urbanização e de assistência social, uma ação que “visava humanizar e integrar” o crescimento da capital: a cidade cresceria para todos. Mas nem todos foram retirados, afastados e escondidos em conjuntos distantes das áreas centrais, nem todos usufruíram das mudanças, nem todos estavam incluídos – apesar de sentirem-se assim: “vim ao Conjunto foi a maior benção que eu já recebi, foi essa moradia aqui. Porque lá (Arraial), a

²⁶ Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna.

²⁷ Entrevista com Maria Ferreira dos Santos Barros. (*Op. cit.*).

²⁸ *Ibid.*

gente não gozava muita coisa não”.²⁹

A fala de Maria Edite contempla toda a nossa análise sobre a saída pacífica dos moradores do Moura Brasil: o anseio pela casa própria e o desejo de escapar dos problemas do lugar. Porém, ao comparar o conjunto e a favela, ela parece esquecer que o Marechal Rondon reproduziu muitas das dificuldades presentes no Arraial, bem como várias deficiências estruturais não vivenciadas anteriormente e toda a luta da população e da própria ex-líder comunitária para equipá-lo, considerando apenas as mudanças positivas e o crescimento urbano visível nele hoje, depois de mais de 40 anos:

Depois que eu cheguei aqui, eu passei a me entrosar com o povão que vinha chegando, inclusive eu fiquei líder disso aqui, né? Passei a ajudar as famílias, assim, apoiando as famílias que vinham pra cá e, assim, o tempo passou e hoje a gente tá vendo esse grande conjunto que eu vi se levantar tudo do nada.³⁰

Esse sentimento de inclusão, de legitimidade ou de reconhecimento positivo do Programa Integrado, tornou-se a nossa questão central por toda a pesquisa. A Prefeitura de Fortaleza afirmou ser “vitoriosa” ao realizar a erradicação de muitas favelas da capital. Contudo, o êxito não se deu somente pelas experiências pacíficas e organizadas, como vem expresso no relatório municipal (FORTALEZA, 1974). Os prefeitos, o projeto e os órgãos envolvidos obtiveram sucesso nessa empreitada justamente, por conseguirem ser lembrados enquanto incluídos.

Todavia, segundo os apontamentos de Alistair Thomson (1997), a memória é mutável, principalmente, em relação ao tempo. A remoção do Arraial ocorreu quatro décadas antes das entrevistas, isto é, depois de muitas das deficiências do Conjunto Mal. Rondon terem sido resolvidas, muitas das lutas adormecidas e muitas mudanças realizadas. Os moradores se sentem incluídos por considerar a realidade atual enquanto parâmetro. Dessa forma, presume-se que caso eles fossem indagados imediatamente após a transferência para o Marechal Rondon, as falas teriam outro teor. Pensando nisso, tentamos conhecer as experiências iniciais desses moradores ao chegarem ao Conjunto com o objetivo de perceber as adversidades pelas quais passaram e os benefícios conquistados por meio das lutas.

A casa própria tornou-se a principal vantagem ofertada pelo Programa Integrado de desfavelamento, o elemento que trazia a sensação de inclusão aos excluídos: “eu queria vim, ter minha casa, né? Foi uma luta, mas agora eu tenho a minha casa”.³¹ Se a Sra. Raimunda queria ou não ir ao conjunto é questionável, mas que aceitar ir ao Rondon foi a opção mais rápida para ela – mãe de quatro filhos em 1973 e trabalhando ela e o marido como empregados domésticos – de possuir uma moradia, assim como vários outros moradores pobres daquela área, isto é quase incontestável. Ainda que ela tenha comprado seu lote e depois tenha se esforçado para construí-la, na sua memória, a sua casa foi um presente do Programa: “vim pra cá, foi bom. Criei meus filhos, ganhei minha casa, tô terminando ela, um dia eu termino”.³²

Essa fala também aponta o seu perfil de carência econômica, pois, mesmo passados quarenta anos, a sua casa no conjunto ainda não estava “terminada”. Suas poucas condições financeiras também são percebidas quando ela conta que habitava no Arraial devido aos

²⁹ Entrevista com Maria Edite Ferreira Dias. (*Op. cit.*)

³⁰ *Ibid.*

³¹ Depoimento de Raimunda Leopoldina e Silva. (*Op. cit.*)

³² *Ibid.*

baixos preços de locação de imóveis: “Eu sou de Crateús, não, eu nasci em Ararendá, aí fui pra Crateús. Aí eu fui pra lá, pro Arraial. Quando eu fui pra lá, eu tava empregada na casa da minha patroa em Jacarecanga, eu dormia lá, quando eu saí de lá, eu fui pro Arraial, a casa, o aluguel era barato, fiquei lá”.³³

A entrevista de Raimunda Leopoldina ainda demonstra a necessidade de migrar para Fortaleza devido às secas, a pouca oferta de emprego no interior e a busca por melhoria de vida. Tanto Ararendá como Crateús fazem parte da Mesorregião dos Sertões cearenses³⁴, portanto, são cidades que vivem longos períodos de escassez de chuvas. Percebe-se, também, como a ida a capital não era a alternativa imediata dos sertanejos, pois, antes de migrar para o litoral, sua família “tentou a sorte” em um município próximo a sua cidade natal. Não sabemos em que ano ela chegou ao Arraial, mas ela foi mais uma das pessoas que pela má distribuição de renda e pelas péssimas condições climáticas, abandonou sua terra com a esperança de ter mais oportunidades.

AS DEFICIÊNCIAS DO CONJUNTO MARECHAL RONDON

Analisando as informações contidas no relatório pessoal³⁵ da experiência de trabalho de uma assistente social da FSSF, Antônia Erika Mota, que atuou na “remoção” do Arraial, observamos que o Conjunto Marechal Rondon era quase uma zona rural, inexistindo infraestrutura, fossas sanitárias, energia elétrica e água potável (MOTA, 1972). No texto, a assistente desconstruiu todo o discurso falacioso do projeto municipal, em assegurar ascensão social aos moradores, apontando que no Mal. Rondon, além dos problemas já mencionados, havia a dificuldade de transportes, a falta de policiamento e, sobretudo, de “um preparo básico, que deveria ter sido empreendido junto aos remanejados antes da remoção de modo a possibilitar uma visão concreta dos problemas que iriam enfrentar” (MOTA, 1972, p. 38). Essas deficiências no Rondon não foram resolvidas rapidamente. O jornal *O Povo*, em 1976, quatro anos depois da primeira chegada de moradores ao conjunto, ainda noticiava os problemas estruturais e sociais existentes no lugar, de modo que o Arraial aparecia como um local melhor que ele:

O conjunto Rondon continua problemático. A mesma pobreza existente no Arraial, ali permanece, os barracos também continuam, se bem que alinhados; o policiamento decresceu, em se comparando o Arraial que tinha sub-delegacia com o Conjunto Rondon que não possui um único policial; a deficiência das escolas é notada – só existe uma, no Centro Social Economista Rubens Costa, embora em boas e amplas instalações; o transporte é o mais caro de Fortaleza, embora sirva sua zona mais pobre; energia elétrica só alcança 20% do conjunto [...] para estes moradores, os problemas mais cruciais são falta de escolas, policiamento, energia elétrica, transporte, abastecimento, água, atendimento médico e dentário, entre outros [...] (O POVO, 03/10/1976, p. 12).

Através dessa citação, vemos a permanência ou o acréscimo de adversidades vivenciadas pelos excluídos. A maioria das deficiências existentes no Rondon nesse período não fazia parte

³³ *Ibid.*

³⁴ O Estado do Ceará divide sua região sertaneja em quatro áreas: Sertão de Crateús, Sertão dos Inhamuns, Sertão de Quixeramobim e Sertão de Senador Pompeu.

³⁵ Antônia Erika Mota fez da sua experiência de implantação do Conjunto Marechal Rondon, o seu Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. Contudo, há uma desavença entre a data de publicação expressa no texto (1972) e a formação do Rondon (1972-1974).

da realidade do Arraial Moura Brasil e o “choque” da mudança de um local para o outro fez surgir vários elogios por parte dos “removidos” à área antes “condenada”: “Não gostei quando eu cheguei, aqui (Rondon) era só mato, não tinha luz, não tinha água, no Arraial tinha luz, água, tudo tinha, era tipo uma cidade lá”.³⁶ Comparando a fala e a notícia acima, julgamos que a exclusão socioespacial dessas pessoas não se deram apenas pela questão da distância, pois a Prefeitura também os privou dos serviços e dos equipamentos básicos urbanos.

O período de privação do fornecimento de energia elétrica e do abastecimento de água no Conj. Rondon não se prolongou devido à organização popular. A antiga líder comunitária, Maria Edite conta sobre suas visitas à Prefeitura para reivindicar melhorias: “Quando chegamos aqui não tinha água nem luz, aí eu fui levar chá de cadeira na Prefeitura de Fortaleza, com o Prefeito Vicente Fialho, era o da época”.³⁷ Não houve muita reclamação durante as entrevistas sobre a questão da água, pois quase todos os moradores construíram cacimbas em suas casas, mas eles sempre exigiram do governo a “água encanada”. As cacimbas foram tão importantes, que, segundo as falas, elas eram, depois da construção do “barraco”, a segunda prioridade. Para Maria Edite, o fato de o “terreno ser muito molhado” facilitou a proliferação de poços no conjunto e, conseqüentemente, reduziu as filas de pessoas no chafariz público instalado pela Prefeitura.

Consoante a assistente social supracitada, o Marechal Rondon tinha como problema mais grave o aspecto sanitário, pois “desprovido de saneamento básico, seus moradores não possuem fossas, esgotos ou áreas isentas de micróbios, agravado este estado pelas sub-habitações” (MOTA, 1972, p. 21). Diante disto, a FSSF tentou financiar aparelhos sanitários para os moradores, porém, devido à renda insuficiente deles o projeto foi abandonado, pois não era possível eles conciliarem o pagamento dos lotes e dos “vasos” (MOTA, 1972). Desse modo, o “crescente amontoado de excremento e lixo depositados nos terrenos ainda não ocupados ou no próprio quintal das casas” (MOTA, 1972, p. 21) motivou as primeiras desavenças entre os vizinhos:

Quando eu vim, eu primeiro mandei limpar o quintal, criatura, a “ruma” de estrume misturado com merda aí da vizinha, dessa altura assim, uma coisa horrível. Aí eles ficaram foi tempo botando água no rego que passava aqui por dentro do meu quintal, né? Aí eu reclamei, porque assim também não pode, né? Eu paguei pra limpar e ficar numa situação dessa?³⁸ (MOTA, 1972, p. 21)

De acordo com outro relatório de trabalho da também assistente social Nazira Lima (1972), a limpeza do terreno no conjunto ficava a cargo do morador, por isso eram comuns as queixas contra a falta de higiene dos residentes mais próximos. Porém, a ausência de saneamento não causava apenas discussões na vizinhança, ela também acarretava “a proliferação de doenças como: verminose, úlceras na pele, gripes, tuberculose, difteria e doenças de origem nervosa”³⁹ (MOTA, 1972, p. 21). Se existe epidemias, o poder público deve aumentar os serviços de saúde, mas não foi o que ocorreu no conjunto: “a assistência recebida pelos moradores neste setor é prestada por um médico e um enfermeiro, em ambulância volante da Secretaria de Saúde do Município, que faz um giro de oito em oito dias pelos subúrbios mais distantes”

36 Entrevista com Maria Ferreira dos Santos Barros. (*Op. cit.*)

37 Entrevista com Maria Edite Ferreira Dias. (*Op. cit.*)

38 Entrevista com Raimunda Leopoldina e Silva. (*Op. cit.*)

39 A autora se referia aos distúrbios mentais.

(MOTA, 1972, p. 21). Em outras palavras, o atendimento era superficial e havia distribuição de remédios apenas contra verminoses, características que iam de encontro ao apresentado pelos jornais:

A Prefeitura Municipal de Fortaleza, além da indenização do barraco ao preço real e justo, oferece um terreno de 10 x 20 m nos conjuntos Marechal Rondon e Alvorada onde todos podem construir sua casa própria, desfrutando de uma infraestrutura desconhecida na favela, além de terem posto médico funcionando diariamente, com médico e enfermeiro e distribuição gratuita de medicamentos, grupo escolar municipal, chafariz com água farta, energia elétrica na porta, transporte coletivo e toda assistência da Prefeitura Municipal. (CORREIO DO CEARÁ, 23/02/1973, p. 3).

Da notícia acima, somente o tamanho dos lotes é ratificado pelos entrevistados, todas as outras características existiam apenas na teoria, na propaganda. Logo, percebe-se o quanto os meios de comunicação distorciam a realidade vivida por esses moradores, tanto para garantir a imagem benéfica do programa municipal e de seus conjuntos como para não “atrapalhar” a aceitação desses por habitantes de outras áreas a serem extintas. Outra adversidade enfrentada pelos habitantes do Conjunto Marechal Rondon eram os alagamentos no período invernosos ou a utilização indevida de córregos poluídos:

Numa parte do terreno, alagadiço, não ocupado ainda porque é brejado e por onde, no inverno, corre um pequeno riacho, serve para a população retirar a água de um buraco cacimba. A qualidade do líquido, escuro e lamacento, oferece uma visão, para qualquer leigo, do excesso de contaminação. Lá, a água é retirada para beber e, ao lado, mulheres lavam roupa e a espuma do sabão misturada com a sujeira das roupas segue de volta para o mesmo poço. As crianças, enquanto suas mães trabalham na lavagem das roupas, brincam e “tomam banho” na água poluída. (O POVO, 03/10/1976, p. 12).

Observe que a matéria foi produzida em 1976, ou seja, há mais de dois anos da finalização da construção do lugar. Não vimos nenhuma publicação dessa natureza crítica sobre o Rondon entre 1972 e 1974, período de convencimento dos moradores do Arraial em irem ao conjunto, pois, o local deveria ser apresentado como vantajoso, equipado, perfeito. Vale ressaltar que essa “omissão” da mídia estava relacionada à censura e ao controle dos militares, quando toda publicação passava pelos censores do governo antes de ser levado ao público e “com frequência, mandava instruções sobre os assuntos que não podiam ser comentados e nomes de pessoas que não podiam ser mencionados” (CARVALHO, 2016, p. 166). Uma das divergências entre o discurso da mídia (oficial), durante a instalação do Rondon, e as experiências contidas nas outras duas fontes é a questão do transporte. Nos jornais, o conjunto tinha uma estrutura completa de transporte, já na fala dos assistentes, observamos o contrário:

O bairro era servido por uma estrada de ferro com trens escassos e irregulares, havendo uma estrada de rodagem passando em frente ao conjunto, porém dado o seu isolamento apenas raras “lotações”, que partiam dos subúrbios mais próximos, faziam o percurso duas vezes por dia até a entrada do conjunto. (MOTA, 1972, p. 19).

De acordo com nossas fontes supracitadas, no Conjunto Rondon existia o serviço de trem e ônibus. Todavia, pela passagem acima, o trem só funcionava duas vezes ao dia, certamente para levar e trazer os trabalhadores e os estudantes. O ônibus, segundo a assistente social Mota (1972), rodava cinco vezes por dia, porém, de acordo com os entrevistados, o ônibus

também só viajava em dois horários, um pela manhã e um à noite. Dona Raimunda diz que “o transporte era bom, tinha o trem, o ônibus, só duas vezes por dia”.⁴⁰ Para ela, os serviços de locomoção eram bons porque garantiam a ida e a volta do trabalho, todavia, era preciso moldarem-se aos horários dos trens e dos ônibus, a fim de não perderem a hora do expediente ou de retornar para a casa.

De acordo com Dona Maria Edite, “o melhor transporte que tinha era o trem”⁴¹, provavelmente porque ele era o meio mais rápido para chegar ao Centro de Fortaleza, pois as estradas onde circulavam os ônibus eram calamitosas e a buraqueira, predominante (O POVO, 08/04/1979, p. 9). Além disto, o trem era mais vantajoso porque os deixava na Praça da Estação, onde existe a Antiga Estação João Felipe⁴², local muito próximo do que antes correspondia ao Arraial Moura Brasil. Portanto, a parada contribuía com o percurso (a pé) que eles faziam para ir à Aldeota, à Praia de Iracema etc., onde muitos trabalhavam em serviços domésticos. O ônibus, por sua vez, parava na Praça do Carmo, localizada na Av. Duque de Caxias, distante mais de 1 km da Av. Leste-Oeste. Ir trabalhar de trem também era uma forma de economizar, pois a passagem era mais barata.

Entre todas as dificuldades ainda presentes no local, a situação do transporte era uma das mais problemáticas. Pois, além de ser oneroso, o itinerário era reduzido, sobretudo, no horário noturno: “dois ônibus por noite a disposição daqueles que precisam ir ao centro. Qualquer necessidade fora deste horário (21 horas), é impossível de ser atendida” (O POVO, 03/10/1976, p. 12). De acordo com a publicação, existia ainda o preconceito com a área:

Além da deficiência do transporte coletivo, não existe táxi. Os motoristas não apanham passageiro se este diz que vai para o Conjunto Rondon, alegando dois motivos: podem ser assaltados e a certeza de voltar “batendo” (com defeito) [...] O interior do conjunto não possui uma única rua calçada. O melhoramento só atingiu a avenida que lhe serve de entrada. O calçamento nesta avenida, a Dom Lustosa, está em péssimo estado de conservação [...] (O POVO, 03/10/1976, p. 12).

Para muitos, essa necessidade de utilizar transportes públicos se iniciou com a mudança para o conjunto e isso foi uma das características mal vistas pelos transferidos: “por mim, eu não queria sair de lá, porque a gente não queria sair de lá, porque pra ir pro centro, ninguém apanhava ônibus, a gente ia a pé, levava o menino no posto pra se consultar, no hospital, tudo ali por dentro do Arraial Moura Brasil, a gente ia a pé”.⁴³ Portanto, a reclamação não incide somente devido ao uso (ou gasto) dos meios de mobilidade, o problema estava na obrigatoriedade de ir ao Centro da capital para usufruir dos equipamentos (escola, hospital, trabalho, lazer) que ainda não existiam no Rondon, apesar das inúmeras promessas de melhorias desde a sua inauguração.

Ainda que pertencesse ao Centro Comunitário Economista Rubens Vaz da Costa, a Escola Integrada de mesmo nome não era “gratuita”, pois havia uma necessidade de uma contribuição mensal de cinco cruzeiros para poder ser sócio do Centro Comunitário e, assim, ter seus filhos matriculados na entidade (O POVO, 03/10/1976, p. 12). Ela terminou de ser construída em março de 1974 e foi inaugurada em julho do mesmo ano, funcionando “como

40 Entrevista com Raimunda Leopoldina e Silva. (Op. cit.).

41 Entrevista com Maria Edite Ferreira Dias. (Op. cit.).

42 Atualmente, ela encontra-se desativada devido à construção e implantação do Metrô de Fortaleza.

43 Entrevista com Maria Ferreira dos Santos Barros. (Op. cit.).

um minicentro comunitário atendendo tanto a população com o oferecimento de vagas escolares para os cursos de primeiros graus, assim como os próprios adultos com a instalação do posto do MOBREAL” (CORREIO DO CEARÁ, 04/07/1974, p. 3). Mesmo que tivesse 800 alunos inscritos em 1976, nem todas as crianças do conjunto tinham acesso à educação, porque nem todos os moradores eram sócios do centro e tampouco possuíam “condições de pagar instrução para seus filhos no centro da cidade ou em bairros vizinhos” (O POVO, 03/10/1976, p. 12).

Além da escola, os serviços de saúde também funcionaram nas dependências do Centro Comunitário, a partir de 1974. Em resumo, o departamento médico oferecia apenas serviços clínicos, ginecológicos e odontológicos: “para problemas de urgência, não dispõe o conjunto de qualquer atendimento médico. O posto de saúde do centro atende, em sua maioria, casos clínicos” (O POVO, 03/10/1976, p. 12). Logo, se a doença fosse mais grave que esquistossomose, doenças de pele e gripes – advindas, sobretudo, da falta de saneamento básico e de esgoto no lugar –, o paciente deveria se dirigir ao centro da capital ou a alguma área vizinha. Desse modo, o morador do Rondon enfrentava dificuldades pouco sentidas quando no Arraial: a falta de equipamentos urbanos e a necessidade de gastar com locomoção.

Esses custos com transporte não se resumiam à ida à escola ou ao hospital, pois a principal despesa dava-se com o trabalho, afinal no Rondon não tinha emprego: “aqui não tem trabalho. Quem quiser trabalhar é em Fortaleza e se der quatro viagens por dia, no final do mês não tem saldo” (O POVO, 03/10/1976, p. 12). No Arraial, eles não tinham gastos com ônibus ou trens, porque a maioria da população trabalhava perto de onde moravam e iam a pé. Continuando a analisar as falas de alguns moradores do Marechal Rondon, publicadas pelo *O Povo* em outubro de 1976, percebemos que não havia reclamação pela distância ou pelo tempo “perdido” no percurso, a queixa era o “aperto” no orçamento: “com qualquer dois cruzeiros, eu ia ao mercado e comprava um tempero verde ou um tomate para ajudar na comida. Aqui (Rondon), com dois cruzeiros, vou a rua (Centro de Fortaleza) e não volto” (O POVO, 03/10/1976, p. 12).

Segundo propõe Paulo Marques (2014), os espaços para onde os excluídos são levados não garante oportunidades de renda. Ao relacionarmos essa afirmação com nossa pesquisa, entendemos as razões de os recém-chegados ao Marechal Rondon não terem conseguido ganhar nem guardar dinheiro. Em outras palavras, como o conjunto foi construído em um local praticamente vazio e inabitado, onde não existia mercado de trabalho, os moradores eram obrigados a utilizar algum transporte, duas vezes por dia, por estarem afastados dos polos industriais e comerciais de Fortaleza. Somado a isso, eles tinham o compromisso de pagar seus lotes todos os meses e de comprar materiais de construção para erguerem suas casas. Resumindo, eles não ganhavam nenhum recurso financeiro no conjunto, por esse não ter oferta de emprego (salvo os que eram comerciantes ou autônomos) e, por outro lado, gastavam o pouco que recebiam com a locomoção, a habitação e o sustento dos filhos.

Outras das principais dificuldades enfrentadas pelos removidos foram a falta de energia elétrica e os problemas acarretados por isto, como a insegurança, o prejuízo por não poder conservar os alimentos na geladeira etc.:

Para um morador, fazendo o resumo da situação, a luz elétrica do conjunto Rondon só beneficia a avenida Dom Lustosa até o posto policial. Disse mais que outras áreas beneficiadas

são: o quarteirão do Centro Comunitário e a quadra 30 [...] entre os problemas advindos com a escuridão estão a impossibilidade de se transitar pelo conjunto depois das 19 horas, os roubos constantes facilitados pela escuridão e a dificuldade de se realizar qualquer trabalho noturno, inclusive o “dever de casa” das crianças que estudam [...] (O POVO, 03/10/1976, p. 12).

A falta de iluminação também influenciava na questão do lazer, bem como o transporte. Se no conjunto não tinham muitas opções de lazer, a alternativa era procurar em outros locais da cidade, porém a carência de mobilidade impedia tal deslocamento. Do mesmo modo, a ausência de energia também era um fator de entrave à diversão dos moradores, ainda que eles não percebessem isto, como vemos na fala de Maria Edite, “depois construíram o Centro Comunitário, eles botaram uma televisão lá de fora pro pessoal passar o tempo, pelo menos uma distração e a gente ia”⁴⁴. Essa era a única opção ofertada pela FSSF e a Prefeitura, dadas a dificuldade com o transporte e a falta de luz. Entretanto, a limitação não se configurava somente em disponibilizar uma única “forma de lazer”, havia ainda o limite de tempo para o usufruto dela: “aquele pessoal que ia chegando, já tinha uma televisãozinha lá em cima da coluna, pra gente se divertir um pedacinho em até oito da noite”.⁴⁵

Pressupomos que esse horário (bem definido) expresso por uma de nossas entrevistadas advém do fim de expediente do Centro Comunitário ou da tentativa de os administradores do local prezar pela segurança dos habitantes, a fim de amenizar as consequências de um problema que eles deveriam resolver em definitivo: “aqui, depois das sete horas da noite, é como um cemitério. Só o moço vindo para acreditar. Os marginais estão soltos e protegidos pela falta de luz” (O POVO, 03/10/1976, p. 12). A falta de iluminação e de saneamento básico, a ausência de água encanada e de esgotos, a distância em relação ao local de trabalho, a precariedade de serviços urbanos e de transportes, entre outros problemas, demonstram a negligência do Estado em garantir uma moradia digna aos mais pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, este artigo discute sobre a exclusão espacial dos menos favorecidos, fruto da falta de condições financeiras desses e do déficit habitacional, além das constantes intervenções governamentais ou de interesse imobiliário que delimitavam e definiam onde os pobres podiam ou não morar. Concluímos, então, que a casa própria foi o principal mecanismo utilizado pelos governantes para convencer os moradores do Arraial Moura Brasil a aderirem ao Programa de desfavelamento e aceitarem sair sem conflitos. A principal consequência dessa exclusão advinda da prática de remoção foi a (re)organização da malha urbana, separando ricos e pobres, num contexto de disputas pelo espaço da cidade. Nessa luta, estavam imbricadas as aspirações – em relação ao valor de segurança, habitação e conforto que a urbe representava ou deveria representar – de quem excluía e, sobretudo, de quem era excluído. Essas tensões travadas entre ambos se constroem na dicotomia segregação-integração ou exclusão-inclusão. Enquanto as estratégias de governo e do mercado imobiliário visam à segregação, por preocuparem-se em planejar as áreas urbanas de acordo com a posição econômica de seus habitantes, os segregados, ou não integrados, buscam/exigem se integrar.

44 Entrevista com Maria Edite Ferreira Dias. (*Op. cit.*).

45 *Ibid.*

Existem muitos outros exemplos de erradicações de favelas e descasos com as áreas pobres nos jornais, nesse período de 1972 e 1979. O Programa de desfavelamento era integrado com os anseios urbanísticos do governo municipal e das empresas imobiliárias e, as chamadas remoções, não ocasionaram apenas a segregação dos moradores de baixo poder aquisitivo, mas também o crescimento periférico da capital, através dos conjuntos habitacionais. Retirar, afastar e esconder o que era considerado incômodo ainda permanece sendo uma prática política e habitacional em quase todas as grandes cidades brasileiras, lembre-se, por exemplo, as inúmeras remoções que ocorreram para a Copa do Mundo de 2014.

O espaço urbano nunca foi tão disputado pelos diferentes estratos sociais e o movimento continua o mesmo: extingue-se uma comunidade, mas nascem duas em outro lugar e, se elas ousam surgir próximas das residências das elites, o processo de retirada não tarda. Afinal, como afirma o geógrafo José Borzacchiello da Silva (1992), os incomodados não se retiram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A CIDADE em festa ganha a Avenida Castelo Branco. **O Povo**, Fortaleza, 05 out. 1974. Caderno A, p. 28.
- ALVES, Marinez (org.). **Catálogo da Hemeroteca do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2010.
- AVENIDA presidente Castelo Branco. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 05 out. 1974. Edição Especial, s/p.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 14ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto/EDUSP, 1988. CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto/EDUSP, 1988.
- CINZA da Cinza. **O Povo**, Fortaleza, 20 fev. 1973. Caderno A, p. 12.
- CSU do Marechal Rondon: mesmos como precariedade já conseguiu mudar comportamento. **O Povo**, Fortaleza, 08 abr. 1979. Caderno A, p. 9.
- DESFAVELAMENTO. **O Povo**, Fortaleza, 17 mar. 1975. Caderno A, p. 3.
- FAMÍLIAS do Lagamar serão removidas para o Palmeiras. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 16 mar. 1974. Caderno A, p. 3.
- FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DOS ESTADOS DO CEARÁ, PIAUÍ E MARANHÃO – FETRANS. **De ônibus: centro e quarenta anos nas estradas e cidades do Ceará/Fortaleza**. Fortaleza, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1988.
- GUADALAJARA, uma nova favela. **O Povo**, Fortaleza, 03 maio 1973. Caderno A, p. 12.
- LESTE-OESTE: pelo menos a paisagem. **O Povo**, Fortaleza, 01 out. 1978. Caderno A, p. 16.
- LESTE-OESTE: avanço econômico e urbanístico. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 03 out. 1974. Caderno A, p. 8.
- LIMA, Maria Nazira. **Experiência de desfavelamento numa tentativa de sistematização**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1972.
- MAR destrói casebres na Praia de Iracema. **O Povo**, Fortaleza, 28 fev. 1979. Caderno A, p. 16.

MARQUES, Paulo Alexandre X. **Na contramão da Via Mangue:** artes e astúcias na reinvenção do cotidiano de ex-moradores das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda” em Recife-PE. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

MODERNIZAÇÃO da miséria. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 19 fev. 1979. Caderno A, p. 12.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória:** a cultura popular revisitada. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MOTA, Antônia Erika S. **Uma experiência em desfavelamento:** Conjunto Marechal Rondon. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1972.

OS MESMOS dramas da pobreza afastada do centro da cidade. **O Povo**, Fortaleza, 03 out. 1976. Caderno A, p. 12.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Experiência vitoriosa de desfavelamento:** Conjunto Alvorada e Marechal Rondon. Fundação do Serviço Social de Fortaleza. Fortaleza, 1974.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Programa Integrado de desfavelamento de Fortaleza:** estudo preliminar. Secretaria Municipal de Planejamento. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza. Fundação do Serviço Social de Fortaleza. Fortaleza, 1973.

PRESIDENTE convidado para inaugurar a Av. Leste-Oeste. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 28 ago. 1974. Caderno A, p. 8.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness.** London: Pion Limited, 1976.

REMOÇÃO promove os favelados da Cinza. **Correio do Ceará**, Fortaleza, 23 fev. 1973. Caderno A, p. 3.

SAWAIA, Bader. (org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SILVA, José B. **Quando os incomodados não se retiram:** uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Revista Projeto História.** São Paulo, nº 15, 1997. p. 51-84.

A PROPOSTA DE CENTROS DE
EDUCAÇÃO E RECREAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE ARARAQUARA:
UMA HISTÓRIA DE AVANÇOS E
CONTRADIÇÕES

NAYANE MORENO PEREA
Universidade Federal de São Carlos
nayanemp@hotmail.com

GÉSSICA PRISCILA RAMOS
Universidade Federal de São Carlos
gessicaramos@ufscar.br

RESUMO

Este artigo resgata a trajetória da educação infantil do município de Araraquara-SP, com destaque para a construção da proposta de Centros de Educação e Recreação (CER). Por meio de pesquisa bibliográfica com suporte documental, buscou-se compreender as contribuições dessa proposta no âmbito da educação infantil. Para tanto, foram definidas como categorias de conteúdo: aspectos históricos, aspectos teóricos e pedagógicos e aspectos organizacionais. Observou-se no estudo que as ações realizadas na educação infantil pelo poder público municipal revelam certo pioneirismo quanto ao reconhecimento do cuidar e do educar sob uma perspectiva integradora e pedagógica ao longo de sua história. Tal processo envolveu orientação curricular de seus professores e agentes educacionais em termos teórico, prático e metodológico, bem como a definição de uma arquitetura efetivamente planejada para a realização de atividades educacionais com crianças de 0 a 5 anos de idade. Não obstante, muito da regulamentação do funcionamento e atendimento dos CER volta-se para o atendimento das necessidades da mãe trabalhadora, bem como apresenta profissionais com diferentes formações segundo a faixa etária da criança atendida, denotando, para além de uma história de muitos avanços, algumas contradições.

Palavras-chave: História da Educação. Educação Infantil. Município.

Recebido em 12 de fevereiro de 2021.

Aprovado em 13 de março de 2021.

THE EDUCATION AND
RECREATION CENTERS PROPOSAL
IN THE ARARAQUARA CITY-SP:
A HISTORY OF ADVANCES AND
CONTRADICTIONS

NAYANE MORENO PEREA
Universidade Federal de São Carlos
nayanemp@hotmail.com

GÉSSICA PRISCILA RAMOS
Universidade Federal de São Carlos
gessicaramos@ufscar.br

ABSTRACT

This article rescues the trajectory of early childhood education in the municipality of Araraquara-SP, with emphasis on the construction of the proposal for Education and Recreation Centers (CER). Through bibliographic research with documentary support, we sought to understand the contributions of this proposal in the context of early childhood education. For this, content categories were defined: historical aspects, theoretical and pedagogical aspects and organizational aspects. It was observed in the study that the actions carried out in early childhood education by the municipal government reveal a pioneering spirit regarding the recognition of caring and educating from an integrative and pedagogical perspective throughout its history. This process involved the curricular guidance of their teachers and educational agents in theoretical, practical and methodological terms, as well as the definition of an architecture effectively planned for carrying out educational activities with children from 0 to 5 years old. Notwithstanding, much of the regulation of the functioning and attendance of RECs is aimed at meeting the needs of the working mother, as well as presenting professionals with different backgrounds according to the age of the child served, showing, in addition to a history of many advances, some contradictions.

Keywords: History of Education. Child education. City.

INTRODUÇÃO

O atendimento educacional das crianças no município de Araraquara teve seu início em 1941 – apesar de sua fundação em 1817 –, sendo um dos primeiros locais do Estado de São Paulo a atuar na área. Nesses 80 anos de história de atuação na educação infantil, o município destaca-se por ter uma das redes mais bem estruturadas da região e pelo seu pioneirismo no setor, sobretudo com a criação dos chamados Centros de Educação e Recreação – CER – (MASCIOLI, 2012), criados em 1971, para o atendimento integral ou parcial de crianças pequenas.

O CER é uma unidade de educação infantil mantida pela prefeitura e administrada pela Secretaria Municipal de Educação (SME), fazendo parte do Sistema Municipal de Ensino de Araraquara. Desse modo, o Centro é responsável pelo atendimento das crianças de 0 a 05 anos de idade residentes no município, integrando creche e pré-escola numa perspectiva educacional segundo sua interpretação, ao entendê-la como “espaço privilegiado [CER] de execução do processo educativo”. (ARARAQUARA, 2011).

Atualmente o município conta com aproximadamente 40 CER, tendo como respaldo legal para seu funcionamento a articulação de legislações e de documentos oficiais, como: Constituição Federal Brasileira de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Localmente, a educação infantil ampara-se no Regimento Interno Comum das Escolas Municipais de Educação Infantil, no Manual de Procedimentos, na Proposta Curricular da Pré-Escola, da Recreação e do Berçário e, ainda, cada CER conta com Projeto Político-Pedagógico. Trata-se de documentos norteadores do atendimento das crianças na educação infantil na rede pública de Araraquara, resultado do esforço local para se dar unidade aos seus Centros.

Com isso, Araraquara apresenta hoje uma rede municipal de educação infantil consolidada no tangente à organização do trabalho pedagógico, do atendimento às crianças e dos espaços, materializada em seus CER. Diante desse contexto, este artigo objetiva resgatar a trajetória da educação infantil do município de Araraquara-SP, com destaque para a construção da proposta de CER. Assim, buscamos compreender tal proposta, tendo como questão de fundo: que contribuição tal experiência traz para o âmbito da educação infantil?

Para tanto, foi realizado levantamento bibliográfico sobre as principais pesquisas sobre o tema no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, tendo destaque os seguintes trabalhos: Cavicchia (1993), Assis (2004), Barbosa (2008), Pereira (2008), Mascioli (2012), Diana (2015), Bertochi (2016), Barbosa e Mazzeu (2016), Barbosa e Pimenta (2018). Ainda, foi realizada uma pesquisa documental sobre a educação infantil em Araraquara, notadamente no site Legislação Digital, destacando-se dessa etapa os seguintes documentos: Regimento Comum (ARARAQUARA, 2011), Lei Municipal no 4.938/1997 (ARARAQUARA, 1997), Lei Municipal no 7.863/2013 (ARARAQUARA, 2013) e Ofício SE no 138/2016 (ARARAQUARA, 2016). Para análise dos dados, foram utilizadas as seguintes categorias (KUENZER, 1998): aspectos históricos, aspectos teóricos e pedagógicos e aspectos organizacionais.

Vale destacar que este trabalho integra uma pesquisa maior, cujo objetivo foi, a partir de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, identificar e analisar a(s) atual(is)

concepção(ões) de educação infantil envolvida(s) no Programa Creche Escola, levando em consideração a perspectiva estadual e a perspectiva municipal. No caso deste artigo, conforme indicado anteriormente, suas análises serão embasadas em pesquisa bibliográfica com suporte documental.

ASPECTOS HISTÓRICOS

O Programa municipal de atendimento das crianças em Araraquara teve seu início aproximadamente há 80 anos por efeito da criação do Parque Infantil Leonor Mendes de Barros, instituído em 1941 – o primeiro no município e um dos primeiros do Estado paulista. (BERTOCHI, 2016; DIANA, 2015; MASCIOLI, 2012; PEREIRA, 2008).

Na época, cabia ao Departamento de Educação Física e Esportes, da Secretaria de Esportes do Estado, a orientação técnica do Parque Infantil, cujo objetivo repousava no atendimento de crianças com até 07 anos e provenientes de famílias de baixa renda, enquanto seus pais trabalhavam. (BERTOCHI, 2016; DIANA, 2015; MASCIOLI, 2012; PEREIRA, 2008; ASSIS, 2004). Basicamente, sua ação consistia em promover o acolhimento dessas crianças, organizando-as em grupos numerosos e heterogêneos e oferecendo-lhes formas alternativas de recreação mediante a atuação de professores e profissionais nem sempre habilitados. (DIANA, 2015; ASSIS, 2004). Em paralelo a esse tipo de atendimento, o Parque também recebia crianças entre 07 e 13 anos de idade no período alternado. (BERTOCHI, 2016; DIANA, 2015; MASCIOLI, 2012).

Em moldes equivalentes ao primeiro Parque, foram construídos o Parque Infantil Carmelita Garcez e o Parque Infantil Eloá do Valle Quadros, somente e respectivamente em 1951 e em 1969. (BERTOCHI, 2016; DIANA, 2015; MASCIOLI, 2012; PEREIRA, 2008). De acordo com Barbosa e Pimenta (2018, p.148), os Parques Infantis araraquarenses “foram construídos em regiões estratégicas tendo em vista a assistência em diversas modalidades: médica, nutricional, recreativa e educacional com ênfase nas duas primeiras”, o que muito se coaduna com o tipo de preocupação oficial assistencial que pairava em relação à criança brasileira no período. (VIEIRA, 1988).

A necessidade de ampliação do atendimento infantil fez-se presente durante a década de 1970. Barbosa e Pimenta (2018) atribuem tal necessidade às mudanças do contexto municipal mais amplo decorrente do crescimento acentuado da população somado ao desenvolvimento da indústria e agricultura que passou a requerer mão de obra feminina. Esse movimento de impulsão do atendimento infantil em resposta à demanda cada vez maior do trabalho feminino também estava presente na realidade nacional, mas, comparativamente, a história municipal guardava certas peculiaridades:

Enquanto nacionalmente se buscava aperfeiçoar os espaços de guarda e assistência às crianças, em Araraquara se concebia, ainda que preliminarmente, instituições de caráter educativo, culminando na criação dos Centros de Educação e Recreação vinculados à antiga Diretoria de Educação e Cultura do Departamento de Educação, Cultura, Saúde e Promoção Social e não no Departamento de Bem-Estar Social ou Secretaria de Ação Social, como era frequente em outros municípios. (BARBOSA; PIMENTA, 2018, p. 148, grifos nossos).

O referido Departamento de Educação, Cultura, Saúde e Promoção Social, criado no âmbito de uma nova estrutura administrativa em 1971, tinha como órgão vinculado à Diretoria de Educação e Cultura (DIANA, 2015; ASSIS, 2004) voltado totalmente à educação (PEREIRA, 2008, p. 31), ponto em que reside a peculiaridade de Araraquara.

Nesse cenário, a atuação da Diretoria atribuiu ao atendimento das crianças nas classes pré-primárias a função preparatória para o ensino primário, propiciando um processo de mudança da educação infantil de Araraquara. (ASSIS, 2004). A instalação do Parque Infantil Dona Cotinha de Barros em 1971 é bastante elucidativa, vez que contava de forma inovadora com classes de pré-primário para o atendimento específico de crianças com 06 anos, cujo propósito era prepará-las para o ingresso na escola primária. (BERTOCHI, 2016; DIANA, 2015; MASCIOLI, 2012). Segundo Bertochi (2016), os professores responsáveis pelas novas classes eram habilitados em educação pré-primária.

Aliado a isso, ainda em 1971, os Parques Infantis de Araraquara foram estruturalmente readaptados com a ampliação de equipamentos educacionais (MASCIOLI, 2012) e renomeados como Centros de Educação e Recreação (CER), de modo a enfatizar sua vinculação educacional. À vista disso, Diana (2015, p. 41) afirma que os antigos Parques Infantis foram os precursores dos CER no município de Araraquara, instituições responsáveis pelo Programa municipal de educação infantil até a atualidade.

Sob a ótica do CER, as crianças foram divididas em grupos pelo critério das faixas etárias e suas especificidades (03, 04, 05 e 06 anos) e, ainda, de 1982 em diante passaram a incluir o atendimento de crianças de 0 a 03 anos por meio dos berçários. (MASCIOLI, 2012; PEREIRA, 2008). Dessa monta, os primeiros Parques infantis, que passaram a ser os CER mais antigos, não atendiam o berçário, dada a impossibilidade de alteração de suas plantas originais (CAVICCHIA, 1993; ASSIS, 2004), visto que tais prédios eram tombados como patrimônio histórico da cidade. (ASSIS, 2004).

A inclusão dos berçários nas novas unidades dos CER representou o início da pioneira integração da creche e pré-escola (ASSIS, 2004), como também a priorização da ampliação dos atendimentos desde a tenra idade. (CAVICCHIA, 1993). A integração creche e pré-escola na mesma unidade de educação infantil é considerada, pelo próprio município, como pioneira (DIANA, 2015), contrapondo-se a uma realidade nacional predominantemente dicotômica que as assolavam.

Apesar disso, havia diferenciações entre creche e pré-escola no interior dessas instituições assentadas na ênfase dada, em maior ou menor grau, ao caráter educacional nesses atendimentos: enquanto na pré-escola, havia professores habilitados para a educação pré-primária, os berçários ficavam sob responsabilidade das pajens, não habilitadas, as quais tinham muitas vezes apenas o primeiro grau. (CAVICCHIA, 1993; ASSIS, 2004).

Nessa reorganização, os CER, tal qual nos dias atuais, passaram a oferecer três modalidades de atendimento: berçário, para crianças menores de 03 anos; pré-escola, para crianças de 03 a 06 anos; recreação, para crianças de 03 a 06 anos atendidas em período integral. (BARBOSA; PIMENTA, 2018). Percebemos, assim, que a pré-escola ainda - mesmo na organização peculiar de Araraquara - denotava um caráter educacional diferenciado se comparado ao atendimento oferecido aos berçários, muito mais preocupado com os cuidados propriamente ditos. Corrobora tal afirmação o fato de que a pré-escola se orientava didática e

pedagogicamente pela chamada Proposta Curricular para a Educação Pré-Escolar, elaborada pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), da Secretaria do Estado de São Paulo. (MASCIOLO, 2012; PEREIRA, 2008; BARBOSA; PIMENTA, 2018). Tal proposta foi introduzida nos CER na forma de orientações técnicas a partir de 1977 (MASCIOLO, 2012; PEREIRA, 2008) até 1983, segundo Cavicchia (1993). Enquanto isso, os berçários dos CER, além de serem inspirados em modelos hospitalares, organizavam-se por meio do Manual de Orientação de Responsabilidade dos Departamentos de Saúde e Educação, de modo que o treinamento das berçaristas era estruturado a partir deste. (CAVICCHIA, 1993).

As autoras Barbosa e Pimenta (2018) afirmam que, em Araraquara, embora fosse prevista de forma pioneira o atendimento às crianças menores de 06 anos antes mesmo da promulgação da CF/88 (BRASIL, 1988), “observava-se a permanência da ênfase em atividades rotineiras”, contribuindo para configuração de “uma estrutura e funcionamento higienista e ao mesmo tempo assistencialista, dissidente daquele caráter educativo anunciado por ocasião da criação dos CERs” (BARBOSA; PIMENTA, 2018, p. 148-149), mas muito coerente nacionalmente, se considerada a sua tendência no atendimento à infância. Nesse sentido, o que notamos é que a história da educação infantil em Araraquara mostra-se, às vezes, alguns passos à frente em face à tendência nacional de atendimento à criança pequena, mas, em outros, revela-se alinhada aos mesmos preceitos, paradoxalmente entre a “luz” e a “sombra”, conforme trabalhado no artigo de Barbosa e Pimenta (2018).

Os conceitos metafóricos “luz” e “sombra” foram desenvolvidos pelas autoras Barbosa e Pimenta (2018) no artigo sobre o processo histórico de constituição dos preceitos curriculares da educação infantil em Araraquara. Tais conceitos ajudam a entender que, embora a educação infantil de Araraquara apresente especificidades e avanços frente à história da educação infantil nacional, ela, muitas vezes, partilha de suas contradições e ocultações. Por exemplo: enquanto no Brasil a busca era por “aperfeiçoar os espaços de guarda e assistência às crianças, em Araraquara se concebia”, de modo preliminar, “instituições de caráter educativo, culminando na criação dos Centros de Educação e Recreação”. (BARBOSA, PIMENTA, 2018, p. 148). As sombras e contradições são decorrentes:

[...] de fases predominantes de desarticulação entre os pressupostos teórico-práticos anunciados nos documentos ou propostas curriculares e sua materialização nas práticas, ausência de políticas consistentes de investimentos em formação continuada, fiscalização e financiamento e ainda, a insuficiência de concepções naturalizantes e assistencialistas comuns a diversas redes brasileiras. *Procura-se na luz o que se deixa ocultar nas sombras*, ou seja, em consonância com a contradição própria do movimento histórico, embora reconheçamos reiteradamente a necessidade de rever as concepções sobre os currículos para a infância, tal revisão nem sempre se faz acompanhada de ações a longo prazo que vinculem efetivamente o discurso e as práticas. Essa ocultação se acentua ainda mais quando as ações de revisão dos pressupostos curriculares ocorrem para cumprir agendas externas de âmbitos estaduais e federais. (BARBOSA, PIMENTA, 2018, p. 148, grifos nossos).

Na posição das autoras, a “luz” serviria para clarificar onde há “sombra” na história da educação infantil em Araraquara (em continuidades com a história nacional), bem como para pensarmos a educação infantil doravante.

Nesse caminho, podemos afirmar que a década de 1980 se destaca na história da educação infantil em Araraquara em virtude das novas unidades criadas, tendo como diferencial o seu

surgimento no interior do Departamento de Educação e Cultura e com atendimento conjunto de creches e pré-escolas, como dito. Diana (2015) e Pereira (2008) apontam que somente em maio de 1982, por exemplo, houve a criação de 5 CER para atendimento de crianças de 0 a 06 anos. Arelada a essa expansão da educação infantil araraquarense no período, tem-se como plano de fundo a organização do documento Programa de Educação em 1983, a fim de identificar a educação municipal e delinear diretrizes e objetivos. (BERTOCHI, 2016, p. 45). De acordo com a Bertochi (2016), a elaboração de tal documento contou com uma comissão convocada pelo então prefeito Clodoaldo Medina (1983-1988) com a seguinte composição: profissionais da Diretoria de Educação e Cultura do município, professores da UNESP, diretores e professores dos CER e comunidade.

A proposta do Programa residia na promoção de condições melhores de vida das pessoas mais carentes por meio de atendimento integrado entre as áreas de saúde, educação e promoção social, especialmente às crianças de 0 a 06 anos. (ASSIS, 2004; CAVICCHIA, 1993). Pretendia-se, desse modo, expandir o atendimento infantil pelo chamado Cinturão Saúde-Educação nos bairros periféricos de Araraquara (BARBOSA; PIMENTA, 2018), concretizado pela construção de CER e de Centros de Saúde lado a lado. (CAVICCHIA, 1993; ASSIS, 2004; MASCIOLI, 2012; BERTOCHI, 2016; BARBOSA; PIMENTA, 2018). Tal proximidade servia como forma de beneficiar tanto as crianças como a população carente circunscrita naquelas localidades (CAVICCHIA, 1993). “Na vigência desse programa, foram construídos mais de dez CER e iniciou-se um programa de formação continuada e foi dado um treinamento para adequação do pessoal à nova proposta de trabalho”. (ASSIS, 2004, p. 72).

Diante disso, não podemos deixar de evidenciar certo alinhamento dessa postura municipal à tendência nacional concentrada em modelos de compensação das carências da criança pobre (ROSEMBERG, 1999), os quais pretensamente se elevaram ao patamar de solução dos males sociais, quando o seu objetivo era melhorar as condições de vida da população carente do município pelo estreitamento da relação saúde-educação. Nada obstante, Barbosa e Pimenta (2018, p. 149) ponderam que, paradoxalmente, a integração dos CER com os Centros de Saúde “se constitui como vetor para sinalizar as especificidades de atendimento dos equipamentos de educação e saúde”, de modo que não houve uma supressão dos aspectos pedagógicos pelos aspectos higienistas.

Paralelamente, ocorreu o estabelecimento de uma parceria do poder público com docentes da UNESP e, como resultado, foi criada a primeira equipe técnica multidisciplinar em 1986, vinculada ao Departamento de Educação e Cultura. Essa equipe, composta por pedagogo, psicólogo, coordenador, nutricionista e assistente social, tinha como função “organizar programas de capacitação continuada, de avaliação e de reorientação curricular”. (BARBOSA; PIMENTA, 2018, p. 149). Em 1992, a equipe técnica foi renomeada como Coordenadoria Técnica de Programa de Educação (ASSIS, 2004; MASCIOLI, 2012), de modo que “suas ações se orientam prioritariamente para produzir um diagnóstico e análise da identidade, perfil e atuação pedagógica dos profissionais dos CERs”. (BARBOSA; PIMENTA, 2018, p. 149). Segundo as autoras, os resultados desse trabalho serviram como base para a elaboração de um novo currículo para o atendimento das modalidades abrigadas nos CER, como se abordará adiante.

As sistemáticas discussões, análises, bem como as proposições viabilizadas tanto

pela parceria prefeitura-universidade como pela formação da predita equipe técnica, fizeram prosperar o programa de intervenção educacional para os CER sob o referencial piagetiano na década de 1990, com a participação principal da professora doutora Durlei de Carvalho Cavicchia, do campus da UNESP de Araraquara. De acordo com ela, a proposta era criar condições que favorecessem o desenvolvimento infantil desde os primeiros anos de vida, conscientizando os educadores e orientando suas ações pedagógicas nesse sentido, notadamente num contexto preocupado em prevenir o desenvolvimento atrasado de crianças de famílias de baixa renda (CAVICCHIA, 1993) - ideia compensatória presente no município e no âmbito nacional.

Nessa perspectiva, o eixo norteador da proposta era o desenvolvimento integral e harmonioso das potencialidades da criança, sendo necessário o envolvimento na ação pedagógica do cuidado-educação-desenvolvimento, em que se valorizasse a interação da criança com as outras crianças, os adultos e o ambiente físico, como também o fortalecimento da consciência da influência formativa dos professores e educadores sobre o seu desenvolvimento (CAVICCHIA, 1993). Assim, colocava-se quase que exclusivamente o desenvolvimento da criança na educação infantil como ponto de partida e de chegada.

A proposta de formação continuada dos profissionais pretendia alterar as práticas cotidianas a partir do referencial construtivista em voga, de modo que fosse “coerente com as concepções desses educadores sobre educação, o significado da infância e o papel da instituição educacional no processo de desenvolvimento da criança”. (GOMES, 1996, p. 34). Para isso, utilizou-se:

[...] de recursos diversificados de formação, como reuniões, registros em vídeo-tape ou anotações das ocorrências dos CERs, juntamente com a presença constante da equipe técnica no cotidiano das ações nas unidades, os organizadores do curso observam resultados satisfatórios quanto a identidade do educador da creche/pré-escola e a formação e o funcionamento da equipe de trabalho (Cavicchia, 1994). (GOMES, 1996, p. 34).

Como exemplo desses resultados, Cavicchia (1993) aponta a desvinculação das agentes educacionais – na época, chamadas de berçaristas –, da visão de mãe substituta, citada por elas mesmas.

Dado o objetivo de avaliar o atendimento e realizar um trabalho de formação em serviço mais direcionado (ASSIS, 2004), a primeira versão do Manual de Procedimentos dos CER foi publicada em 1994 pela SME, com a natureza de orientar os trabalhos outrora desenvolvidos naqueles Centros. O referido Manual foi elaborado “sob a coordenação da equipe técnica a Rede Municipal [que] organizou com a participação de todos os grupos de profissionais da já então Secretaria Municipal de Educação”, constituindo num “instrumento organizador das práticas educativas em sua dimensão mais propriamente técnico-administrativa”. (BARBOSA, PIMENTA, 2018, p. 149). Mesmo com esse viés, ele foi produzido “tangenciado pelo intenso debate no campo acadêmico sintetizado na defesa da urgente consolidação do caráter educativo como dinamizador das propostas curriculares para a educação da infância”. (BARBOSA; PIMENTA, 2018, p. 149).

Esse e outros documentos elaborados pretendiam também dar um sentido de rede, isto é, de unidade entres os CER (DIANA, 2015), o que, frente às múltiplas e díspares formas de atendimento instaladas em nível nacional, também pode ser interpretado como uma

peculiaridade do município de Araraquara. Nesse sentido, podemos citar, a partir de Barbosa e Pimenta (2018, p. 150), as Diretrizes Pedagógicas Municipais de 1997, que “continham os princípios para a reorganização pedagógica dos CERs e as orientações para a construção dos Projetos curriculares das diferentes modalidades de atendimento”, com vistas a uma atuação educativa intencional preocupada em possibilitar a construção do conhecimento e desenvolvimento das crianças atendidas. Além disso, temos a aprovação da Lei Municipal nº 4938 de 1997 (ARARAQUARA, 1997), por meio da qual se instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Araraquara que incluía em si as instituições municipais de educação infantil (MASCIOLO, 2012), em consonância com as determinações da CF/88 (BRASIL, 1988) e demais legislações desinentes.

Nessa mesma toada, a organização técnica, administrativa e pedagógica da rede municipal de educação infantil de Araraquara também se deu mediante a construção e apresentação de documentos vinculados entre si a partir de 2000, como: os Projetos Curriculares das modalidades atendidas e a segunda versão do Manual de Procedimentos (DIANA, 2015). Tal material tratava-se de uma sistematização das práticas orientadoras do trabalho pedagógico, dos procedimentos e das regras organizadoras da rede desde então. (DIANA, 2015).

Assim, a despeito do pioneirismo de Araraquara na educação infantil e da crescente criação de CER, o poder público municipal engajou-se mais no desenvolvimento do ensino fundamental a partir da década de 1990 (MASCIOLO, 2012), o que não causa estranhamento quando se observa a questão numa perspectiva nacional, influenciada pelas recomendações internacionais para os ditos países subdesenvolvidos de privilegiamento do ensino fundamental, em detrimento do atendimento infantil (ROSEMBERG, 1999). O engajamento maior no ensino fundamental deu-se em prejuízo da expansão quantitativa e qualitativa da educação infantil nos níveis necessários, realidade bastante comum em todo território brasileiro. No contexto particular de Araraquara, tal realidade resultou na forte pressão por parte do Ministério Público (MP) sobre o poder público municipal com o escopo de se efetivar o direito constitucional à educação infantil na cidade (ASSIS, 2004).

A atuação do MP, mais especificamente da Promotoria da Infância e Juventude, concretizou-se no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), pelo qual a prefeitura de Araraquara permaneceu submetida por aproximadamente nove anos (MISSÃO..., 2012). Esse termo foi proposto à prefeitura em 2004 em resposta à situação flagrada de crianças fora dos CER no município de Araraquara. Exigia-se, desse modo, basicamente o fornecimento de vagas em creches e pré-escolas a crianças de até 05 anos. (MISSÃO, 2012; SANTOS, 2016). Enquanto não fossem cumpridas as exigências impostas, o TAC perduraria em face ao município, transmitindo-se entre as administrações e prefeitos. Nesse meandro, o município de Araraquara não correspondeu às exigências do TAC, acarretando, por conseguinte, na sua renovação em 2009. (MISSÃO, 2012).

Frente a esse desafio, a prefeitura de Araraquara conseguiu encerrar o TAC somente em 2012 perante a decisão da promotora da Infância e Juventude da ocasião, que considerou o empenho do poder público na abertura de novas vagas, na construção e ampliação de unidades de educação infantil no município. (MISSÃO, 2012).

As ampliações e construções não foram as únicas medidas tomadas para remediar a dificultosa situação do município. Assis (2004, p. 97-98) revela também como estratégia o

aumento considerável do número de crianças por turmas dos CER já existentes, sem que fosse acompanhado por aumento de recursos para sua manutenção. Sobre isso, é importante se observar com criticidade o referido processo, considerando que nem sempre a expansão numérica em vagas na educação infantil, significa garantia de qualidade da educação nem para as crianças e nem para os seus profissionais, a exemplo da própria história nacional (ROSEMBERG, 1999, 2002; PRETO, 2016) – em que o baixo investimento governamental resultou em instituições com precaríssimas instalações, poucos recursos (inclusive de alimentos) e materiais pedagógicos, inadequação na formação de pessoal, sucateamento do atendimento, baixa remuneração dos professores, muitas vezes, leigos – bem como da referida estratégia municipal. Não por acaso, os dados colhidos na dissertação de Assis (2004) revelam que as professoras araraquarenses entrevistadas identificaram uma preocupação da SME mais focada na expansão do atendimento em termos quantitativos em detrimento da qualidade.

Ao encontro da situação acima elucidada, Barbosa e Pimenta (2018) identificam um hiato também nas discussões sobre as questões curriculares a partir dos anos 2000, contrariando o próprio contexto municipal “de mais de cinco décadas de intensa mobilização no sentido de *manter um pioneirismo na elaboração e implementação de ações e políticas não subordinadas às legendas partidárias que administraram o município*” (BARBOSA; PIMENTA, 2018, p. 151, grifos nossos).

ASPECTOS TEÓRICOS E PEDAGÓGICOS

A SME de Araraquara autorizou a realização de uma pesquisa empírica pela professora Eliza Maria Barbosa nos anos de 2006 e 2007, com o objetivo de fornecer dados a sua tese de doutorado realizada no programa de pós-graduação da UNESP. Tais dados também foram compartilhados com a equipe técnica da SME. A pesquisa consistiu na análise dos elementos pedagógicos e teóricos presentes no trabalho dos professores nos CER investigados e, diante deles, foi defendido pela autora a adesão à Pedagogia Histórico-Crítica e à Psicologia Histórico-Cultural. (BARBOSA; MAZZEU, 2016). Ante os resultados encontrados, Barbosa (2008) identificou na ação pedagógica de tais CER a presença de um psicologismo exacerbado residente nas teorias psicológicas do desenvolvimento, que se entendeu ser resquício do próprio processo histórico da educação infantil em Araraquara, notadamente por meio da parceria entre secretaria e universidade em meados de 1993. Além disso, identificou simultaneamente uma concepção naturalista, cujas bases teóricas centram-se na Pedagogia da Infância, corrente teórica hegemônica no campo da Educação Infantil. (BARBOSA; PIMENTA, 2018).

Segundo a pesquisa em pauta, nas atividades desenvolvidas com as crianças não se verificava “a presença de conteúdos culturais, intencionalmente selecionados para compor as situações de aprendizagem” (BARBOSA, 2008, p. 147), visto que veiculavam: a) a brincadeira como experiência natural e imediata com potencial desenvolvimento da criança, esvaziada em seu aspecto cultural e pedagógico; b) excessiva valorização de atividades de rotina e de brincadeiras livres, em detrimento dos saberes superiores cientificamente validados; c) o professor como “facilitador de situações educativas ou somente acompanhante do desenvolvimento natural e espontâneo das crianças” (BARBOSA, 2008, p. 113), por meio do

cumprimento das funções de cuidado, sem conotação educacional e de situações materiais e organizacionais adequadas às condições que potencializem a interação (criança, adultos, ambiente) e o desenvolvimento. De acordo com o referencial teórico crítico defendido na referida pesquisa, tais práticas não levavam em conta "[...] a estreita relação entre o desenvolvimento e aquilo que o promove, as relações de produção de conhecimentos, saberes e técnicas culturais, sem as quais nenhum desenvolvimento humano acontece de forma efetiva" (BARBOSA; MAZZEU, 2016, p. 6288).

Consoante a isso, no ano de 2009, a equipe técnica de Araraquara realizou avaliação informal da educação infantil, constatando “uma profunda estagnação da rede e o caráter difuso das modalidades organizativas do cotidiano das crianças” (BARBOSA; PIMENTA, 2018, p. 151) e ainda que:

[...] as unidades educativas infantis haviam reduzido suas orientações curriculares a conteúdos extraídos de datas comemorativas, por áreas do desenvolvimento, listas de atividades, temas de pesquisa e/ou projetos de trabalho. Além disso, observava-se que atividades como desenhos, textos literários, jogos e brincadeiras dirigidas, já não eram mais praticadas. *Lança-se sombras, produz-se dissidências e já não se observa mais intencionalidade nem mesmo nas ações de cuidado. As ações caracterizavam um retorno à concepção assistencialista onde os balizadores são o tempo e o cumprimento das rotinas, em detrimento das necessidades afetivas e cognitivas das crianças.* (BARBOSA; PIMENTA, 2018, p. 151, grifos nossos).

A título de síntese, a pesquisa de Barbosa (2008) associada à avaliação da equipe técnica da SME identificavam basicamente: a) falta de interação dos professores nas ações educativas; b) falta de intencionalidade nas atividades propostas pelos professores, sem clareza dos objetivos; c) ações insuficientes frente ao objetivo de desenvolver integralmente as crianças; d) ações de cuidado negligenciando as ações com finalidade educativa. (ARARAQUARA, 2016; BARBOSA; PIMENTA, 2018).

Perante esse panorama da rede municipal, a equipe técnica da SME ponderou necessário repensar a educação infantil numa “tríade: formação docente, práticas educativas intencionais e políticas públicas, dando um papel central para o ensino na educação das crianças pequenas” (BARBOSA; MAZZEU, 2016, p. 6288), tomando como base os referenciais teóricos propostos por Barbosa (2008). Nesse cenário, deu-se início ao processo de reestruturação conceitual (infância, trabalho docente, desenvolvimento infantil, educação infantil), teórica, curricular e metodológica da educação infantil do município de Araraquara, desencadeado por meio da parceria entre SME e a Faculdade de Ciências e Letras da UNESP (FCLAr), representada notadamente pela professora doutora Eliza Maria Barbosa, do departamento de Psicologia da Educação.

A aludida reestruturação teve como motivação o repensar de novas bases curriculares para o trabalho com as crianças da educação infantil, de modo a garantir o seu desenvolvimento integral coerente aos referenciais teóricos indicados, Psicologia Histórico Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica. (BARBOSA; MAZZEU, 2016). Nessa perspectiva, concebia-se que o ensino era um motor do desenvolvimento infantil, de modo que a intencionalidade do trabalho pedagógico do professor seria um elemento fundamental. (BARBOSA; MAZZEU, 2016). Nas palavras de Barbosa e Pimenta (2018, p. 147), tratava-se de:

[...] um processo de revisão das práticas assistemáticas reveladas, desencadeando ações prioritárias que articulavam a formação continuada dos professores e educadores, a promoção

de práticas educativas intencionais e a revisão dos pressupostos teóricos tendo em vista a construção de uma proposta curricular para a rede de Educação Infantil.

Na qualidade de ações implementadas em favor desse movimento de revisão curricular e da construção teórica, houve a criação do Programa Cresça e Apareça (em 2012) e do Laboratório Pedagógico da Educação Infantil (LAPEI, 2014).

O Cresça e Apareça constituiu-se como programa de formação continuada de professores e educadores da rede municipal de Araraquara no âmbito da educação infantil, de modo a produzir diversas ações no sentido de revisar as concepções teóricas desses profissionais e de apontar a Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica como “uma alternativa para a consolidação de práticas educativas intencionais que reconhecem no ensino dos conteúdos culturalmente produzidos a premissa de constituição das propriedades tipicamente humanas”. (BARBOSA; PIMENTA, 2018, p. 152).

De acordo com a equipe técnica da educação infantil (ARARAQUARA, 2016, p. 4-5) e com Barbosa e Pimenta (2018), o Programa Cresça e Apareça apresentava as ações expostas no Quadro 1, condensadas com seus respectivos objetivos.

QUADRO 1 - AÇÕES E OBJETIVOS DO PROGRAMA CRESÇA E APAREÇA

Ações	Objetivos
Criação de um grupo de estudos	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e apropriação da Psicologia Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica; - Ampliar o nível de conhecimento dos profissionais que atuam na equipe técnica da educação infantil e que atuarão no LAPEI; - Desenvolver metodologias associadas à Pedagogia Histórico-Crítica.
Criação de uma equipe de profissionais	<ul style="list-style-type: none"> - Para atuar no LAPEI como co-formadores dos demais profissionais da rede, cujos objetivos são: - Compor o grupo de estudos; - Elaborar atividades que articulem conteúdo, metodologia e objetivos, considerando as especificidades do desenvolvimento, os subsídios teóricos e os documentos oficiais municipais; - Propor atividades para serem realizadas pelos professores da rede, acompanhando e avaliando sua execução nos CER; - Orientar e avaliar as atividades propostas pelos professores.
Subsídio e acompanhamento do Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) dos professores nos CER	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar acompanhamento itinerante, oferecendo leituras e sugestões de atividade a serem desenvolvidas; - Estabelecer hábitos de leitura e discussão coletiva entre os professores; - Reforçar os princípios das teorias que dão sustentação à proposta.
Produção e divulgação quinzenal do Boletim Cresça e Apareça, contendo diretrizes teórico-práticas para o trabalho educativo.	<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhar para todos os professores da rede municipal de educação infantil; - Compartilhar textos de formação teórica, dicas e sugestões; - Divulgar boas práticas dos professores.
Realização de reuniões mensais com os diretores dos CER.	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o nível de conhecimento dos diretores sobre a Pedagogia Histórico-Crítica; - Subsidiar para que os diretores realizem a gerência do Programa Cresça e Apareça no âmbito da unidade escolar.
Formação continuada de diretores, professores e agentes educacionais.	<ul style="list-style-type: none"> - Introduzir e aprofundar os conceitos centrais do referencial adotado; - Contribuir com a formação teórico-prática, por meio de leituras, discussões, oficinas e realização das atividades do Cresça e Apareça.
Proposição de um esboço da Proposta Curricular para a rede de Educação Infantil.	<ul style="list-style-type: none"> - Propor as bases teóricas, metodológicas e curriculares que enfatizem ato educativo intencional e comprometido com a aprendizagem e desenvolvimento das crianças atendidas nos CER, independentemente da modalidade, contrapondo-se a práticas assistemáticas e espontaneístas.

Fonte: Produzida pela autora deste artigo com base nas informações coletadas em Araraquara (2016, p. 4-5) e Barbosa e Pimenta (2018).

O LAPEI tinha a finalidade de qualificar as práticas pedagógicas no mesmo sentido, sendo composto pela equipe técnica da educação infantil, por diretores, professores e agentes educacionais selecionados dentre os profissionais da rede municipal de educação infantil, bem como por professores do ensino superior e bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da FCLAr. (ARARAQUARA, 2016; BARBOSA; MAZZEU, 2016).

Nessa composição e de seus objetivos, o LAPEI possuía as seguintes incumbências (BARBOSA; MAZZEU, 2016, p. 6289):

- Estudo das principais obras dos autores da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico Crítica;
- Levantamento e avaliação das práticas educativas desenvolvidas nas instituições de Educação Infantil;
- Desenvolvimento e elaboração de atividades a serem trabalhadas com as crianças nas instituições educativas tomando como pressuposto as contribuições das teorias acima descritas;
- Desenvolver junto aos educadores de novas práticas orientadas pelo princípio da intencionalidade;
- Produzir e distribuir um boletim mensal constituindo-se numa ferramenta de formação continuada dos professores da rede.

Ademais, o LAPEI, juntamente com a equipe técnica da educação infantil, também possuía a responsabilidade de avaliar e acompanhar mensalmente as atividades do Cresça e Apareça. (ARARAQUARA, 2016).

Nesse contexto, tornou-se evidente que a finalidade última da parceria SME com a Universidade era a revisão da proposta curricular da educação infantil de Araraquara, mediante formação continuada e demais ações, e o esboço de outra proposta curricular aos CER sob os pressupostos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. Contudo, essa nova proposição não foi materializada, assim como as ações de formação e consultoria do Cresça e Apareça foram interrompidas quando na mudança da gestão municipal em 2017 (BARBOSA; PIMENTA, 2018), com exceção do LAPEI. O LAPEI foi apropriado como parte da política municipal de educação infantil da SME.

No tocante à interrupção, é necessário tecermos um comentário quanto ao recorrente fato, não apenas em Araraquara, mas também em âmbito nacional, da interferência desarrazoada das mudanças partidárias sobre a educação, que acaba ficando à mercê de interesses e dinâmicas externas, capazes por exemplo de interromper, como no caso de Araraquara, um trabalho construído ao longo de anos para a educação infantil municipal, sem preparações ou transições tranquilas e adequadas ao melhor interesse da própria rede e das crianças atendidas (e não ao melhor interesse do administrador).

Por outro lado, vale destacarmos certa continuidade nos trabalhos engendrados pelo Cresça e Apareça dentro do município, já que o LAPEI continuou ativo na formação dos profissionais da rede, juntamente com o Centro de Desenvolvimento Profissional de Educadores Paulo Freire (CEDEPE), criado em 2004, na proposição de “ações formativas que contribuam para melhorar ainda mais a ação intencional de professores e agentes educacionais”, conforme perspectiva oficial. (ARARAQUARA, 2017).

ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

O atendimento do CER acontece em período parcial ou integral, sendo de segunda a sexta-feira das 07h30 às 17h00. No tangente ao período parcial, o horário da manhã é das 07h30 às 11h30, enquanto a tarde é das 13h00 às 17h00. A despeito dessa organização, há previsão de flexibilização do horário de entrada e saída nos CER mediante a comprovação de trabalho das mães e/ou responsáveis legais no Regimento Comum (ARARAQUARA, 2011), de modo que a organização dos horários se dá em função do horário de trabalho desses, bem como em função da rotina da unidade. Sobre isso, Assis (2004) menciona o Projeto Municipal Mãe Trabalhadora, que prevê que os CER com demanda de extensão de horário, manifesta pelas mães no momento da matrícula, funcionem em horários especiais para esse atendimento.

Observamos que a preocupação municipal com os responsáveis trabalhadores, notadamente as mães, faz lembrar da tendência histórica da educação infantil no Brasil como favor estatal às mães que trabalhavam e, logo, não tinham tempo de cuidar dos filhos, descolando o direito constitucional da criança a tal atendimento. Tal tendência nos dias de hoje soa ainda mais estranha, tendo em vista que “as mulheres trabalham não apenas por necessidades econômicas. Hoje, o trabalho fora de casa faz parte da vida e da realização pessoal das mulheres” (ASSIS, 2004, p. 108), bem como o direito das crianças à educação já encontra forte respaldo legal. O Regimento Comum do município (ARARAQUARA, 2011) menciona, explicitamente e em praticamente todo o texto, a mãe da criança atendida no CER, pouco se referindo diretamente a figura paterna, abarcando-a muitas vezes na figura genérica do responsável legal. Dada a história da educação infantil, tal constatação se faz relevante, na medida em que a oferta do atendimento às crianças parece ficar circunscrita às necessidades maternas de trabalhar fora de casa, a exemplo da concepção da creche como “mal necessário” (VIEIRA, 1988): “mal”, porque revela um suposto desajustamento moral e econômico determinado pela entrada da mulher pobre no trabalho extradomiciliar e, portanto, seu conseqüente afastamento do convívio familiar e do cuidado da criança; e “necessário”, posto que, sem creche, a sobrevivência da criança estaria prejudicada nesse contexto.

O próprio atendimento em período integral oferecido nos CER também se coloca em benefício das “mães e/ou responsáveis legais” trabalhadores. Nas palavras do documento Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação Infantil do município, fica dito que:

Art. 24. Para se beneficiar do atendimento em período integral, deverá ser apresentado no ato de inscrição, *declaração ou comprovante de trabalho da mãe e/ou responsável legal*, a ser confirmado periodicamente, renovado semestralmente, e sempre que houver mudança do local de trabalho. (ARARAQUARA, 2011, p. 13, grifos nossos).

Ademais, outra vantagem para os filhos daqueles que trabalham refere-se aos berçários, já que, segundo o mesmo documento, no caso de existir número de crianças excedentes, dar-se-á prioridade a eles, mediante a comprovação de trabalho independentemente do período a ser atendido (ARARAQUARA, 2011).

Destarte, o forte vínculo estabelecido entre o atendimento nos CER e o trabalho dos responsáveis, especialmente das mães, seja para usufruir do benefício do período integral, seja para alterar horários de funcionamento ou também no caso de preferência de matrícula.

Vemos com reservas tais disposições, pois, ao se atribuir mais importância ao direito dos trabalhadores (previsto na Constituição Federal de 1988), o município esbarra no próprio direito também constitucional das crianças, quem de fato gozará das vagas nos CER. Além disso, não se pode deixar de mencionar que a própria existência desses benefícios denuncia a falta de vagas e estruturas para atender universalmente as crianças em Araraquara, de modo que o fator “trabalho” acaba sendo a estratégia utilizada para manejá-la.

No município, o referido atendimento organiza-se em 05 etapas nas modalidades creche (Berçário I e II: BI/BII; Classe intermediária: CI), pré-escola (3ª, 4ª e 5ª etapa) e recreação, conforme consta no Regimento Comum (ARARAQUARA, 2011) bem como no artigo 3º, § 1º da Lei nº 4.938/1997 (ARARAQUARA, 1997), com alteração advinda da Lei nº 7.863/2013. (ARARAQUARA, 2013).

Nos berçários (BI e BII), as crianças possuem de 0 a 02 anos e ficam sob a responsabilidade das chamadas agentes educacionais ou educadores (anteriormente berçaristas ou pajens). Os agentes são, segundo Barbosa (2008), profissionais técnicos com formação em nível médio, sem magistério, numa perspectiva de formação em serviço e continuada. (ASSIS, 2004). O projeto curricular denota um caráter integrador e indissociável entre educar, cuidar e brincar aos trabalhos nos berçários (ARARAQUARA, 2011), e Assis (2004) completa que tal integração deve se estruturar em torno da alimentação, do banho, sono e nas atividades de rotina. Conforme a autora, é nesses momentos que se explicita a intenção educativa dos CER nessa etapa. Nesse sentido, tem-se:

Todos os momentos e todas as ações que ocorrem no cotidiano dos Berçários deverão ser situações privilegiadas para que as crianças brinquem e participem da função social e educativa do Centro de Educação e Recreação - CER, ou seja, que caminhem em direção à autonomia e independência, a ampliação do conhecimento de si mesma e do mundo. (ARARAQUARA, 2011, p.14, grifos nossos).

Nas CI, a mesma perspectiva integradora cuidado-educação-brincadeira orienta essa etapa, com o diferencial de uma professora, graduada em Pedagogia ou Magistério, e uma agente educacional responsável. (ASSIS, 2004).

A seu turno, recreação referenda às crianças em período integral, o que significa que elas passarão 04 horas sob o âmbito da pré-escola e as demais horas na modalidade recreação em conformidade com a faixa etária. De acordo com o Regimento Comum (ARARAQUARA, 2011), o trabalho da recreação se orientará em três eixos, a saber: brincar, passeios e rotina, perpassando cuidar e educar. Assis (2004) explica que as atividades realizadas pela recreacionista (formada em serviço, bem como por formação continuada) privilegiam o lúdico, o esporte, a informação, a higiene, a inserção cultural etc., numa proposta bastante semelhante, em nossa análise, aos primeiros parques infantis de Araraquara. A proposta desses além da assistência médica e nutricional, incluía formas alternativas de recreação numa perspectiva educativa.

A pré-escola, constituída por suas três etapas, é atendida por professores, com formação inicial na área e que também podem participar das formações continuadas oferecidas pela rede municipal. O cuidado e as atividades de rotina também se fazem presentes, mas também se dá uma maior ênfase às atividades educativas mais sistemáticas, como: atividades de expressão corporal, que envolvam habilidades específicas à leitura e escrita, habilidades motoras, por meio dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, como enumera Assis (2004).

O Regimento Comum (ARARAQUARA, 2011), em seu artigo 27, dispõe que o projeto curricular da pré-escola abarcará o estudo por essas áreas: descoberta de si mesmo, descoberta do meio natural e social e diferentes linguagens.

Diante disso, notamos certas diferenciações que marcam a separação entre creche e pré-escola, apesar de compartilharem o mesmo ambiente físico e a mesma característica educativa dos CER, mormente quanto aos profissionais responsáveis por cada etapa e quanto à maior ênfase do cuidado (ainda que numa perspectiva educativa) aos BI, BII e CI. Tal constatação também se faz presente no tocante à utilização dos espaços e a frequência de uso nos CER, de acordo com o estudo de Barbosa (2008) e Assis (2004) como veremos mais adiante.

No que concerne à estrutura física do CER, as unidades apresentam substancialmente: 01 sala estruturada; 01 sala de multimeios; 01 sala de recursos; 01 sala de diretoria; 01 depósito de materiais pedagógicos; 01 depósito de materiais de limpeza; 01 sala referência para a Recreação com seus banheiros; 01 sala referência para a CI com seu banheiro; 02 berçários com seus banheiros; 01 lactário; 01 solário; 01 galpão – refeitório; 01 cozinha; 01 depósito de gêneros alimentícios; 01 lavanderia; 01 sanitário para meninos; 01 sanitário para meninas; 01 sanitário para funcionários; 01 sanitário para funcionárias; área livre com tanques de areia e brinquedos. (DIANA, 2015). Algumas diferenciações podem se apresentar em termos estruturais, por exemplo: alguns CER possuem também biblioteca, outros têm sala de repouso, bem como os CER mais antigos (antes parques infantis) não possuem lactários e berçários. (ASSIS, 2004).

Entretanto, enfatizamos o que é característico em todos os CER em Araraquara, em termos físicos e de uso pedagógico, são: sala estruturada, sala de recursos, galpão, sala multimeios, área externa com tanques de areia. Os aludidos espaços são organizados na rede de educação infantil de Araraquara por um sistema de rodízio. (ARARAQUARA, 2011; BARBOSA, 2008; ASSIS, 2004; CAVICCHIA, 1993). Segundo a perspectiva oficial (ARARAQUARA, 2011, p. 15, grifos nossos):

[...] o rodízio se constituirá em um instrumento fundamental para a organização e melhor utilização dos diferentes espaços nos Centros de Educação e Recreação - CERs, favorecendo a execução dos planejamentos, e a intencionalidade da ação educativa na Educação Infantil.

O documento (ARARAQUARA, 2011) justifica que o rodízio otimiza a ocupação de todos os espaços por todos os grupos em momentos distintos e possibilita a diversificação das ações pedagógicas, de acordo com faixa etária e o tipo de atendimento.

Em linhas gerais, na perspectiva municipal, o sistema de rodízio não apenas determina um revezamento de espaços, como também indica, ante a organização deles, um rodízio de atividades a serem realizadas ao longo do período de atendimento: atividades didáticas, lúdicas e de rotina (higiene, refeições, momentos de socialização na chegada das crianças nos CER, guardadas as devidas ênfases e especificidades de cada faixa etária. (BARBOSA, 2008). A título de ilustração, os tanques de areias e a sala de multimeios indicam e favorecem o brincar, o que pode orientar o planejamento dos professores e agentes educacionais nos CER. (ASSIS, 2004).

A despeito da perspectiva oficial, Assis (2004) assevera que, embora em Araraquara o rodízio tenha contribuído para tal finalidade, isso não é garantia da realização de trabalho

planejado, interessante e diversificado para as crianças, na medida em que, segundo ela, isso também varia e depende das concepções de educação infantil, criança, professor e profissionais da rede em sua prática cotidiana. A partir dessa observação, entendemos que o sistema de rodízio não é determinante, mas bastante relevante na rede municipal da cidade, principalmente se considerar-se o movimento histórico de sistematização das ações pedagógicas, da busca pela unicidade dos centros e da preocupação com a intencionalidade educativa.

O fato de os berçários possuírem salas específicas (os berçários), não os exclui do rodízio, de modo que não ficam restritos a elas, utilizando-se também de outros lugares. (ASSIS, 2004). Na perspectiva oficial, o revezamento de espaços permite que todos os grupos ocupem os mesmos espaços, internos e externos, em diferentes tempos, mas "A faixa etária das crianças determina o tempo de permanência nos diferentes espaços, de modo que os mais velhos ficam mais tempo em sala do que os menores que geralmente permanecem a maior parte do tempo em áreas livres e tanques de areias." (ASSIS, 2004, p. 165).

Os resultados da pesquisa Barbosa (2008) em alguns CER reverberam o excerto acima, sendo-nos bastante elucidativo:

Enquanto para as crianças de três anos elas ocupam 10,43% do tempo, praticamente dedicados a desenhos livres ou atividades plásticas, as crianças de cinco anos têm na realização dessas atividades seu mais alto percentual de tempo, 30, 67%, cujas atividades caracterizam-se predominantemente por exercícios de coordenação motora fina, reconhecimento e registro de letras ou números, cópia de palavras e em menor proporção, desenhos e atividades plásticas. Por sua vez, essas atividades didáticas também aumentam no cotidiano educativo das crianças de quatro anos (21,09%) se comparadas às de três anos e é, previsivelmente, menor em relação ao tempo das crianças de cinco anos. (BARBOSA, 2008, p. 141-142).

Isso remete à discussão anterior sobre os indicativos que separam o atendimento da creche e pré-escola sob a ideia de especificidades de atendimentos, diferenciando-se quanto aos profissionais, às ênfases e organizações diárias.

NOTA FINAL

Diante desse percurso histórico, teórico e pedagógico de construção da educação infantil em Araraquara, percebemos que sua trajetória envolveu a complexa finalidade dos CER centrada na formação integral e na predita orientação curricular em termos teóricos, metodológicos e da prática cotidiana por meio dos professores e agentes, haja vista as parcerias históricas com a Universidade ora sob o suporte construtivista, ora da Psicologia Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica, assim como os preceitos básicos da Pedagogia da Infância identificados por Barbosa nas ações pedagógicas (2008). Mas, certo foi o esforço constante e peculiar da SME em reconhecer, valorizar e buscar o trabalho educativo intencional em seus CER.

Podemos observar pelo estudo realizado que as ações e criações implantadas pelo poder público municipal marcaram o pioneirismo de Araraquara quanto ao reconhecimento do cuidar e do educar numa perspectiva integradora e pedagógica na educação infantil (MASCIOLO, 2012), sendo esta sua grande contribuição para a história da educação desta etapa.

Esse pioneirismo decorreu da assunção crescente da educação infantil como atribuição do poder público municipal com o CER, cuja criação trouxe à localidade uma nova concepção de atendimento da criança pequena, estruturada e voltada para a melhoria das condições sociais, para o cuidado das necessidades básicas das crianças e, ao mesmo tempo, para o favorecimento de seu desenvolvimento integral e específico. Representou também ação fundamental na tentativa de superação da dicotomia entre creche e pré-escola, ainda presente na história da educação infantil brasileira (MARCELINO, 2004; MARQUEZ, 2006), ao unilas em uma mesma instituição. (MASCIOLI, 2012).

Assim, a partir dessa abordagem, percebemos que o município se distancia da concepção tradicional da educação infantil, em que: a creche é vista como local para manter as crianças em cuidado, enquanto seus responsáveis trabalham; e a pré-escola é interpretada como um ensino preparatório para o ensino fundamental. A história da educação infantil em Araraquara nos mostrou que cuidar e educar – numa perspectiva declaradamente integradora e pedagógica na educação infantil – é sua marca e preocupação desde os anos 1970.

Entretanto, como verificamos em nossa análise, esse distanciamento não é absoluto. Apesar desse avanço, o município se fragiliza nessa junção (cuidar e educar; creche e pré-escolar) ao não prever, por exemplo, professores para trabalhar nos berçários, como garante para a pré-escola; bem como ter como foco importante de sua organização temporal o atendimento dos responsáveis trabalhadores, especialmente das mães.

Tais dados nos ajudam a explicitar que, embora a educação infantil de Araraquara apresente especificidades e avanços frente à história da educação infantil nacional, ela ainda compartilha de algumas de suas contradições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARARAQUARA. **Lei nº 4938**, de 13 de novembro de 1997. Dispõe sobre a instituição do Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/a/araraquara/lei-ordinaria/1997/493/4938/lei-ordinaria-n-4938-1997-dispoe-sobre-a-instituicao-do-sistema-municipal-de-ensino-e-da-outras-providencias> . Acesso em: 21 mar. 2018.
- ARARAQUARA. **Lei nº 7863**, de 25 de janeiro de 2013. Dispõe sobre alteração do artigo 3º da lei nº 4938, de 13 de novembro de 1997, que institui o Sistema Municipal de Ensino, e dá outras providências. **Tribuna Impressa**, Araraquara, 26 jan. 2013, ano 16, exemplar nº 4.930.
- ARARAQUARA. Secretaria Municipal de Educação. **Regimento comum das escolas municipais de educação infantil**. Araraquara/SP, 2011, mimeo.
- ARARAQUARA. Secretaria Municipal de Educação. **Ofício SE nº 138**, Araraquara/SP, 2016. Disponível em: <http://www.camara-arq.sp.gov.br/Siave/arquivo?id=145773> . Acesso em: 28 mar. 2018.
- ARARAQUARA. **Professores da Educação Infantil participam de formação continuada**. Araraquara/SP, 2017. Disponível em: <http://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/professores-da-educacao-infantil-participam-de-formacao-continuada/> . Acesso em: 19 nov. 2018.
- ARCE, Alessandra; SILVA, Débora A. S. M.; VAROTTO, Michele. **Ensinando Ciências na Educação Infantil**. Campinas: Editora Alínea, 2011.
- ASSIS, Muriane S. S. de. **Representações de professores: elementos para refletir sobre a função da instituição escolar e da professora de educação infantil**. 2004, 225f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2004.
- BARBOSA, Eliza M.; PIMENTA, Júlia I. P. B. Luz e sombra no percurso curricular da educação infantil no município de Araraquara. **Rev. Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 146-153, maio /ago. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/download/ufpb.1983-1579.2018v2n11.40195/20840> . Acesso em: 15 nov. 2018.
- BARBOSA, Eliza M. **Educar para o desenvolvimento: críticas a esse modelo em consolidação na educação infantil**. 2008, 198 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara-SP, 2008.
- BARBOSA, Eliza M.; MAZZEU, Francisco J. Os processos de representação da realidade pela criança e a formação do professor de educação infantil. In: CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 3; CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 13, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia/SP, UNESP, 2016, p.6287-6298. Disponível em: <https://docplayer.com.br/74878126-Os-processos-de-representacao-da-realidade-pela-crianca-e-a-formacao-do-professor-de-educacao-infantil.html> . Acesso em: 15 nov. 2018.
- BERTOCHI, Patrícia R. T. **O trabalho cotidiano da gestão escolar: percepções dos diretores da educação infantil da rede municipal de Araraquara**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2016, 217p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
. Acesso em: 20 abr. 2017.

CAVICCHIA, Durlei de C. **O cotidiano da creche: um projeto pedagógico**. São Paulo: Loyola, 1993.

DIANA, Fernando. **O brincar nas Formações Continuadas em Serviço oferecidas aos professores da pré-escola**. 2015, 170f. Dissertação (Mestrado Profissional em Processos de Ensino, Gestão e Inovação) - Centro Universitário de Araraquara UNIARA, Araraquara – SP.

GOMES, Marineide de O. **As creches na trajetória de governos democráticos: a experiência de Diadema/SP (1983-1996)**. 1996, 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 1996.

KUENZER, Acácia Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e Crise do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MISSÃO CUMPRIDA: Vaga em creche é garantida. Ministério Público e prefeitura encerram TAC – Termo de Ajustamento de Conduta. **Jornal de Araraquara**. Araraquara, 10 ago. 2012. Disponível em: <http://www.jornaldeararaquara.com.br/index.pas?codmat=56802> . Acesso em: 26 mar. 2018.

MARCELINO, Eliane C. A. O jardim de infância anexo à escola normal de São Paulo: análise do modelo didático-pedagógico. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 1, p. 103-116, 2004. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/74/76> . Acesso em: 12 set. 2018.

MARQUEZ, Christine G. **O Banco Mundial e a educação infantil no Brasil**. 2006. 215f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

MASCIOLI, S. A. Z. **Cotidiano escolar e infância: interfaces da educação infantil e do ensino fundamental nas vozes de seus protagonistas**. 2012, 310 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2012.

PEREIRA, Mônica. **O parque infantil “Leonor Mendes De Barros” da cidade de Araraquara (1941-1971)**. 2008, 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Departamento de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

PRETO, Mariany C. F. **Estudo sobre a caracterização do atendimento escolar da educação infantil no campo, em uma região do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos -SP, 2016.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p. 7-40, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a01.pdf> . Acesso em: 12 out. 2018.

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 25-64, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0100-15742002000100002&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 12 out. 2018.

SANTOS, Paula dos. Crianças esperam por vagas nas escolinhas. In. A CIDADE ON

ARARAQUARA. **Cotidiano**, 25 set. 2016. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/NOT,3,7,1198661,Criancas+esperam+por+vagas+nas+escolinhas.aspx>. Acesso em: 26 mar. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3^a Ed. Campinas: Autores associados, 2010.

SILVA, Janaina C.; ARCE, Alessandra. Infância, conhecimento e fun o docente nos documentos do MEC destinados   educa o infantil: uma análise a luz da psicologia histórico-cultural. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 39, p. 119-135, set. 2010.

VIEIRA, L via Maria F. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). **Cadernos de Pesquisa**, n. 67, 3-16, nov. 1988. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1215>. Acesso em: 01 out. 2018.  o vinculados   antiga Diretoria de Educa o e Cultura do Departamento de Educa o, Cultura, Saúde e Promo o Social e não no Departamento de Bem-Estar Social ou Secretaria de A o Social, como era frequente em outros municípios. (BARBOSA; PIMENTA, 2018, p. 148, grifos nossos).

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, Junho de 2021
DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2021v22n36p206-212>

A LUTA DE AFRICANOS LIVRES
PELA EMANCIPAÇÃO

THIAGO HENRIQUE SAMPAIO
Universidade Estadual Paulista
thiago.sampaio92@gmail.com

RESENHA

MAMIGONIAN, Beatriz. Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, 632p.

*Recebido em 13 de março 2021.
Aprovado em 6 de abril de 2021.*

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, Junho de 2021
DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2021v22n36p206-212>

FREE AFRICANS' STRUGGLE FOR
EMANCIPATION

THIAGO HENRIQUE SAMPAIO
Universidade Estadual Paulista
thiago.sampaio92@gmail.com

REVIEW

MAMIGONIAN, Beatriz. Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, 632p.

A historiografia brasileira vem há décadas tendo a escravidão e o tráfico como um dos seus principais temas. Novas interpretações e análises surgiram nos últimos anos para demonstrar que ainda se trata de um tema muito atual para a escrita da história nacional. Entre as novas reflexões desenvolvidas nos últimos anos, está a obra *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*, da historiadora Beatriz Mamigonian, publicado em 2017 pela Editora Companhia das Letras.

O livro se divide em introdução, epílogo e mais dez capítulos. Como o próprio prefácio, escrito brilhantemente por João José Reis, “este é um livro há muito esperado”. A historiadora amplia uma pesquisa, originalmente desenvolvida no doutorado, através da inserção de novas fontes e análises. Sua linha de raciocínio se debruça nas questões dos escravizados ilegalmente. Vale constar que a historiadora, ao longo da obra, mostra o papel dos sujeitos históricos, no caso aqui os africanos livres, dentro das dinâmicas políticas, sociais, culturais e jurídicas do Brasil oitocentista.

João José Reis, no prefácio, assinalou que o tráfico e a escravidão foram os pilares de formação do Brasil. Através dessa afirmação, o leitor percebe alguns eixos em que os capítulos seguintes da obra se desenvolveram: os problemas jurídicos da aplicabilidade da Lei de 1831; a abordagem sobre o trabalho livre e a escravidão no Brasil; as disputas pela abolição do tráfico de escravos no país; e, por fim, os embates sociais, políticos e jurídicos que permitiram o fim da escravidão.

Ao longo dos capítulos, a autora nos apresentou alguns casos e trajetórias de africanos livres desde começo de oitocentos. A categoria de africanos livres foi criada devido às primeiras leis e tratados de XIX que condenavam o tráfico de escravos e buscavam combater a escravidão. Dessa forma, a obra *Africanos Livres* buscou ser uma narrativa das ilegalidades das práticas do tráfico de escravos desenvolvida no Brasil e busca demonstrar a ação ativa dos africanos livres em busca de sua liberdade.

Ao nos apresentar situações de reivindicações da luta pela liberdade dos africanos livres, dando nomes e especificando os casos, Beatriz Mamigonian trouxe a luz para as trajetórias de vidas que foram silenciadas ao longo de décadas na nossa historiografia. Assim, percebemos as disputas pela memória e o silenciamento que perpassam a pesquisa.

Na introdução, a autora elenca que os africanos possuíam lugar e hierarquia dentro da sociedade colonial. É frisado que o alvará de 1818 tratou os africanos emancipados dentro das questões jurídicas lusitanas. Mas com a independência do Brasil isso se alterou: a constituição de 1824 não permitia cidadania brasileira aos africanos libertos e, nessas primeiras décadas, não havia autoridades diplomáticas para defende-los, o que apenas será alterado com a lei de 7 de novembro de 1831.

Ainda nessa parte, a autora faz uma ressalva aos historiadores que buscam compreender a formação histórica do Brasil no século XIX que não podem desconsiderar em suas análises a “extensão e a gravidade da ilegalidade associada ao tráfico de escravos” na trajetória nacional dessa época.

No primeiro capítulo, *Emancipação na chegada*, é-nos relatado o conhecido caso do navio *Emília* apreendido com africanos, além da visão que as pessoas faziam sobre Serra Leoa, considerada a província da liberdade por receber ex-escravos de outras partes da América. Percebemos, nesse e no seguinte capítulo, que o contexto de fundo foi o período da

independência e o Primeiro Reinado. Como sombra desse contexto, foi analisado o projeto antiescravista defendido por José Bonifácio na Assembleia Constituinte pós-independência, os tratados de reconhecimento do Brasil como nação soberana com a Grã-Bretanha e Lei de 1831.

Um dado extremamente importante é que, no Brasil de 1823, 29% da população era composta sujeitos em condição escrava. Dessa forma, notamos o número avantajado de escravos que nas primeiras décadas da jovem nação e que se mantiveram constantes ao longo de oitocentos.

No segundo capítulo, *Impasses da nova nação*, a autora chama atenção sobre a lei de 1831, pois na própria historiografia ela é considerada como uma “lei para inglês ver”, mas a pesquisadora mostrou que em seus primeiros anos houve de fato aplicabilidade, caindo em desuso a partir da segunda metade da década de 1830 pela influência de cafeicultores.

Logo nas primeiras linhas desse capítulo, é apresentado ao leitor o caso de Lázaro Mina, que foi preso sob suspeita de escravo foragido, sendo conseqüentemente reescravizado. Vale assinalar, nessa parte, que os construtores da nação projetavam o futuro do Brasil sem a escravidão no pós-independência. Mas isso foi um processo nada fácil e que pendurou ao longo do século XIX. Inclusive, é mencionado que alguns da assembleia discutiam a importância de esclarecer a população sobre o fim do tráfico de escravos.

No terceiro capítulo, *Africanos livres e a política conservadora*, conhecemos os casos dos africanos livres, Caetano, Helena e Damião de Benguela, em busca da tão sonhada liberdade. O início das tensões existentes entre Brasil e Grã-Bretanha começam a ganhar destaque, mostrando que foram desencadeados devido ao tráfico. Beatriz Mamigonian argumenta que tal busca pela emancipação teria contribuído para a intensificação da crise entre ambos os países. De acordo com a autora, os africanos livres, ao acessarem a embaixada britânica, judiciário ou associações abolicionistas, conseguiam constranger as autoridades brasileiras de forma ampla. Além disso, o fato de que o contato existente entre africanos livres e escravos possibilitava estimular a resistência contra práticas escravagista e contrabando.

Ao longo dessa parte, percebemos que, de forma gradual, o Ministério da Justiça começou a centralizar as informações existentes africanos livres no país. Diversos deles entraram com ações civis em busca de suas liberdades, mas, como as instituições governamentais estavam aliadas com os interesses de comerciantes e proprietários de escravos, dificilmente estes últimos seriam processados ou lesados por escravizarem.

O quarto capítulo, *O tempo do trabalho compulsório*, salienta a variedade de condições de vida e de trabalho às quais os africanos livres foram submetidos. A maioria dos concessionários que ganharam o direito de exploração do africano livre os submetiam aos maus tratos e ignoravam o tempo de concessão. Dessa forma, em pouco se diferiam o africano livre do escravo.

Outros casos e situações de africanos livres nos são exibidos como, por exemplo, o de Eugênia de Benguela ou de Dionísia de Angola, impostas ao trabalho doméstico por mais de dezesseis anos. Ambas precisaram comprovar que poderiam viver por si mesmas. Certos casos chamam a atenção do leitor, pois se nota que alguns concessionários embaralhavam as identidades e nomes de africanos livres para acobertar uma escravização ilegal e até mesmo processos de reescravização.

Nesse capítulo, distingue-se a legislação aplicada na década de 1830 para os africanos livres daquela submetida aos trabalhadores livres. Não havia uma clareza sobre a condição de africano livre e de escravizado. De modo geral, a administração dos africanos livres demonstrava que o Estado Imperial Brasileiro buscou utilizá-los de forma compulsória nas instituições públicas e ajudava a promover um esquema de exploração forçada dessas pessoas para interesses particulares.

O capítulo seguinte, *O contraponto britânico*, descreve o caso de Serafina, de 1843, que buscou ajuda do consulado britânico para conseguir proteção devido à sua liberdade. O governo britânico preocupava-se, nos anos de 1820 e 1830, com africanos resgatados do tráfico e administrados pela Comissão Mista existente no Rio de Janeiro. Funcionários britânicos acompanhavam de perto a situação brasileira e interferiram no tratamento dos africanos livres. Em um primeiro momento, devido às dificuldades da Comissão Mista do Rio de Janeiro em garantir a liberdade dos africanos livres, os funcionários britânicos do *Foreign Office* queriam passar para si próprios as responsabilidades sobre tais pessoas, entretanto, posteriormente houve desistência dessa proposta.

Os próprios britânicos começaram a suprir a falta de mão de obra em suas colônias pós-abolição com os africanos resgatados do tráfico, atitude que começou a ser condenada pela comunidade internacional. Os representantes britânicos acreditavam que colocar esses africanos no trabalho compulsório seria um período de transição em busca de suas liberdades, lição essa que queria ser passada ao governo brasileiro. Assim, após esse período de transição, os africanos poderiam gozar de uma cidadania plena, fato que nunca aconteceu.

Altos funcionários contemporâneos defendiam que a solução para essas pessoas era retorná-los à África, buscando, através da luta contra o tráfico de escravos, inserir a África em um projeto mais amplo de civilidade. Essa proposta era baseada nas experiências dos ex-escravos que foram emancipados para a região de Serra Leoa. Percebe-se, nesse capítulo, a germinação de discursos civilizatórios que seriam utilizados nas décadas finais de oitocentos como justificativa para a colonização (imperialismo) em África.

No sexto capítulo, a autora defende que a pressão inglesa e a abolição do tráfico decorreram da existência de pessoas articuladas nas mais diferentes esferas (jurídicas, institucionais, sociais e internacionais), sujeitos contrários ao tráfico que prevalecia no Brasil.

Ao iniciar essa unidade, Beatriz menciona o periódico *O philantropo*, que existiu entre os anos de 1849 a 1852, de publicações responsáveis por combater a escravidão, condenar o tráfico ilegal e denunciar as conivências das autoridades brasileiras a essa instituição, indicando meio para a possibilidade de extinção dessa forma de trabalho compulsório. Outro dado importante foi a existência da possibilidade de uma revolta escrava em 1848, descoberta por um juiz de Lorena. Essa possível revolta mostrava uma articulação existente entre escravos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A autora articula a possibilidade dessa revolta ter influenciado para a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850.

Ao final do capítulo, percebemos a existência de uma articulação que ligaria *O philantropo*, o governo britânico e políticos do Partido Liberal. Essas considerações da autora permitem ao público leitor notar a existência de uma rede de articulação de combate a escravidão e o tráfico ilegal no Brasil.

No capítulo seguinte, *A lei Eusébio de Queiroz e os africanos livres*, começou a partir

das repercussões dos primeiros meses da existência dessa nova legislação que permitiu que milhares de africanos fossem emancipados em pouco tempo. Nessa parte, temos contato com o caso de Maria Rebola que exemplifica mais uma vez a participação ativa de africanos livres em busca de sua liberdade após o período de trabalho compulsório que eram submetidos pelas autoridades brasileiras.

Chama a atenção a utilização do posicionamento de importantes intelectuais que estavam analisando a formação histórica do Brasil: Von Martius e Varnhagen. Vale frisar que em seus posicionamentos os escritores eram favoráveis a uma abolição gradual da escravatura e enxergavam seus malefícios para a construção da nação.

No oitavo capítulo, *Emancipação da tutela*, Mamigonian demonstrou como os concessionários e protetores dos africanos tinham influência na tramitação de processos pedindo a emancipação dessas pessoas. Dessa forma, podemos perceber a existências de grupos que dificultavam os africanos livres alcançarem as suas liberdades.

Mamigonian apresentou que após anos no Brasil, os africanos livres buscaram seguir suas vidas formando laços familiares, tendo filhos e com a própria adoção de novos nomes dentro dos limites da legislação imposta até meados de oitocentos.

Em seu penúltimo capítulo, *A questão Christie e a 'questão dos africanos livres'*, foi interligado a emancipação dos africanos livres da década de 1860 devido a pressão exercida pelo ministro britânico Christie que se articulou com políticos liberais do governo imperial.

Foi apresentada a famosa questão Christie, o bloqueio de portos do Rio de Janeiro por forças britânicas como forma de combater o tráfico ilegal que ainda se pendurava. Essa situação fez com que o governo brasileiro se rompesse relações diplomáticas com a Grã-Bretanha e buscou reparações de perdas econômicas sofridas com o bloqueio naval, mas sem sucesso.

Após o decreto de 1864, o Ministério da Justiça fez relatórios sobre a existência dos africanos livres no país. Foram identificados, no período de 1864 a 1869, o destino de onze mil pessoas que foram emancipados desde 1821. A partir desse levantamento, a autora assinala que o Governo buscou utilizar o maior número de africanos livres nas instituições públicas e dificultou a emancipação dessa camada populacional.

Em finais da década de 1860, diversos juristas começaram a questionar a legalidade da escravidão, instituição que era sólida no Brasil Imperial. Ao final desse capítulo, a historiadora demonstrou a atuação de Luiz Gama na sociedade imperial em busca da emancipação de africanos livres e escravos.

No capítulo final, *Registros de escravidão e da liberdade*, a autora analisa os impactos das reivindicações de liberdade dos africanos livres para o restante de pessoas escravizadas na sociedade brasileira. Foi apresentado algumas formas de resistências dos próprios escravos para conseguir sua liberdade como, por exemplo, a aprendizagem de línguas africanas para passarem como africanos livres.

O direito à liberdade, que foi intensificado após situações como a Lei Eusébio de Queiroz, a questão Christie e aceleração da emancipação dos africanos livres entre os anos de 1863-1864, possibilitou que os escravizados tivessem um horizonte de expectativa em conseguir suas próprias libertações. Dessa forma, buscaram ampliar o sentido e significado de africano livres na sociedade imperial.

Entre os principais abolicionistas que irão se destacar nas décadas de 1870 e 1880 estão

José do Patrocínio, Luiz Gama, André Rebouças e Joaquim Nabuco que denunciaram as mazelas e consequências da escravidão na sociedade brasileira. Vale frisar que, enquanto o Parlamento brasileiro tornava-se conservador em questões sociais, as ruas eram tomadas pela causa abolicionista.

Ao final do capítulo, as disputas pela memória e esquecimento voltam a assinalar e trazer suas marcas como fizeram em capítulos anteriores. O episódio da incineração de documentos sobre a escravidão, após dois anos dela ser decretada extinta, a mando do ministro Rui Barbosa aparece. Rui Barbosa assinalava que aquela atitude era um “ato humanitário” para o ex-escravos, mas sabemos que essa atitude buscou deletar a memória da escravidão existente no país.

No *Epílogo: o baobá de Papary, a memória e a história da abolição do tráfico*, Beatriz Mamigonian toma a palavra para pontuar que o livro teve como objetivo desafiar a historiografia da abolição do tráfico das décadas de 1850 e 1860 que ainda hoje se pendura na memória nacional. Percebe-se que a historiadora buscou uma leitura alternativa valorizando os conflitos e os atores sociais anteriormente desprezados na historiografia brasileira.

Nota-se uma obra com um grande arcabouço analítico, apropriação de novas fontes e releituras de documentação já muito conhecida na historiografia do tráfico de escravos. Essas qualidades existentes no livro permitem o leitor perceber que a escravidão e o tráfico são temas muitos atuais e necessários de estudos na sociedade brasileira.

Ao refutar a memória oficial brasileira a respeito do tráfico de escravos e da própria escravidão na sociedade oitocentista, Mamigonian resgatou os marginalizados sociais de XIX e mostrou como protagonistas na construção de suas próprias liberdades. O livro carrega e denúncia as marcas de um esquecimento seletivo em nossa memória nacional.

Em *Africanos Livres*, como uma importante intelectual brasileira, Beatriz Mamigonian, demonstrou a existência de paralelos da situação da sociedade atual com os acontecimentos de oitocentos. Seus leitores são convidados a repensar sobre os tempos sombrios que assolam a nação, como as destruições de direitos e garantias civis.

CADERNOS DE HISTÓRIA